

Quando o Teatro vira Catedral:

Discutindo as transformações recentes da região central de Porto Alegre a partir da presença evangélica

Samuel Thomas Jaenisch



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

QUANDO O TEATRO VIRA CATEDRAL:

Discutindo as transformações recentes da região
central de Porto Alegre a partir da presença evangélica

SAMUEL THOMAS JAENISCH

ORIENTADOR: PROF. DR. DÉCIO RIGATTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Urbano e Regional da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de
mestre em Planejamento Urbano e Regional

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2011.

APROVADA EM: 15 de julho de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Décio Rigatti (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Prof. Dr. João Farias Rovati

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Prof. Dr. Gilberto Flores Cabral

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura

RESUMO

Ao longo das últimas três décadas a região central de Porto Alegre passou por importantes transformações que alteraram de forma significativa o uso de seus espaços, o perfil de seus frequentadores e a relação mantida entre ela e o restante da cidade. As atividades residenciais, empresariais, comerciais e de lazer associadas aos segmentos de alta renda vêm progressivamente deixando a região em prol de novos bairros emergentes na cidade, abrindo espaço para o desenvolvimento de um amplo universo de comércio e serviços associados aos segmentos populares que passaram a se apropriar da região com mais intensidade. A presença evangélica é parte desse processo e será aqui utilizada para explorá-lo. Por serem historicamente associadas no Brasil à população de baixa renda e residente em bairros periféricos, sua presença cada vez mais intensa na região central da cidade surge como um fenômeno pertinente para avaliar as dinâmicas contemporâneas da região e suas transformações.

PALAVRAS-CHAVE: Centro, centralidade, evangélicos, pentecostais, Porto Alegre.

ABSTRACT

In the last three decades Porto Alegre city center passed for important transformations that modified the use of its spaces, the profile of people that frequent it, and the relation kept between it and other parts of the city. The residential, professional, commercial and leisure activities associated with high classes had gradually leave the region in favor of new emergent quarters in the city, opening space for the development of an ample universe of economic activities associate to the lower classes that had passed to assume of the region with more intensity. The evangelical presence is part of this process and it will be used to explore it. Historically associated in Brazil with the poor people that live in outlying areas, it's more and more intense presence in the city center appears as a pertinent phenomenon to evaluate the contemporaries dynamic of the e region its transformations.

KEY-WORDS: City center, centrality, evangelical, pentecostal, Porto Alegre

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de uma série de trocas e experiências que envolveram ao longo dos dois últimos anos uma série de amigos, colegas e colaboradores, sem os quais ela certamente não existiria. Cabe aqui prestar meu agradecimento a todas essas pessoas, especialmente aos seguintes:

Ao professor Décio Rigatti pela orientação precisa e perspicaz.

Aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional com os quais eu tive a oportunidade de apreender e dialogar, especialmente aos professores Eber Pires Marzulo e João Farias Rovati que em vários momentos prestaram contribuições significativas a este trabalho.

Ao professor Gilberto Flores Cabral por participar da banca examinadora.

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional pela amizade e parceria.

A todas as instâncias administrativas da universidade que de alguma forma estiveram envolvidas ao longo destes dois anos.

A todos os pastores e demais entrevistados que amigavelmente abriram as portas de suas igrejas e lojas e aceitaram contribuir com a pesquisa.

Aos meus pais pelo contínuo interesse e incentivo.

E finalmente à Damiana pelo apoio contínuo e incondicional, que sempre ofereceu o amor necessário para superar as dificuldades e percalços inerentes ao percurso escolhido.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2:	Rua comercial na região central da cidade de Vitória ao lado de um emergente bairro residencial de alta renda na Praia do Camburi. Ambos separados por uma distância de aproximadamente 10 Km.	p.15
Figura 3:	Mapa da cidade de Porto Alegre ilustrando a localização do Centro Histórico e dos os espaços ligados aos segmentos de maior renda.	p.49
Figura 4:	Mapa do eixo leste de expansão das classes altas, ilustrando o percurso desenvolvido desde o Centro Histórico e a "abertura do leque" a partir da inclusão de possíveis bairros para expansão na cor mais escura.	p.53
Figura 5:	Mapa ilustrando o contraste entre os bairros Três Figueiras e Chácara das Pedras e seus bairros vizinhos	p.56
Figura 6:	Mapa de Porto Alegre com a localização dos bairros Agronomia e Belém Novo e respectivos dados sobre rendimento dos responsáveis pelos domicílios.	p.57
Figuras 7,8 e 9:	Exemplos de prédios que perderam seu uso original no centro da cidade de São Paulo.	p.62
Figura 10:	Representação linear de uma aglomeração composta por uma rua principal, uma perpendicular e diversas ruas secundárias.	p.66
Figura 11:	Representação linear da mesma aglomeração mas com os valores de integração representados numa escala de cor que vai do mais integrado (vermelho) ao mais segregado (azul).	p.66
Figura 12:	Mapa do centro de Porto Alegre ilustrando os principais elementos da sua estruturação até o início do século XX.	p.69
Figura 13:	Palacete na Avenida Independência (1920/1930).	p.70
Figura 14:	Palacete no Bairro Moinhos de Vento (1920/1930).	p.70
Figura 15:	Rua dos Andradas com a construção do edifício Santa Cruz em 1964. Permanece desde a sua construção o mais alto da cidade com 96 metros e 32 andares.	p.71
Figura 16:	Docas do Mercado (ao lado da Praça XV de Novembro) em 1900.	p.78
Figura 17:	Moinho Rio-Grandense na Avenida Voluntários da Pátria em 1916.	p.80
Figura 18:	Trapiches sobre o Guaíba da empresa Schwartz, Homrich & Cia.	p.80
Figura 19:	Mapa de Porto Alegre em 1888 com a disposição dos Arraiais em relação ao centro da cidade.	p.81

Figura 20:	Mapa de Porto Alegre em 1916 ilustrando a extensão do núcleo urbano da cidade e a incorporação dos arraiais à sua malha.	p.82
Figuras 21 e 22:	População negra da cidade de Porto Alegre em registro de seu cotidiano nos arrabaldes da cidade (primeira década do século XX)	p.85
Figura 23:	Mapa do Centro Histórico com a localização dos principais terminais de transporte coletivo existentes no bairro e principais vias que orientam o sistema.	p.100
Figura 24:	Trânsito de ônibus urbanos e metropolitanos na Rua Voluntários da Pátria.	p.101
Figura 25:	Divisão esquemática do Centro Histórico a partir da concentração das atividades desenvolvidas.	p.103
Figura 26 e 27:	Avenida Júlio de Castilhos vista em direção a Estação Rodoviária Central (esquerda) e a Praça XV de novembro (direita).	p.104
Figura 28 e 29:	Avenida Voluntários da Pátria entre as ruas Dr. Flores e Pinto Bandeira.	p.105
Figuras 30 e 31:	Igreja Internacional da Graça de Deus (esquerda) e Igreja Evangélica Pentecostal Cristã (direita) no Centro Histórico de Porto Alegre	p.110
Figura 32:	Distribuição das igrejas evangélicas em Porto Alegre em 1920 e 1950, segundo dados apresentados nas tabelas 5 e 6.	p.143
Figura 33:	Distribuição dos templos por bairro em relação ao rendimento médio do responsável pelo domicílio.	p.144
Figura 34:	Distribuição dos templos por bairro em relação à escolaridade média do responsável pelo domicílio.	p.144
Figura 35:	Distribuição dos templos, lojas e sedes administrativas associadas ao segmento evangélico no bairro Centro Histórico e proximidades.	p.146
Figura 36:	Mapa com os espaços evangélicos identificados na área central e os elementos viários que caracterizam a área em questão.	p.149
Figura 37:	Deslocamento dos templos para o Bairro Floresta.	p.152
Figuras 38 e 39:	Lojas Varejão Evangélico (esquerda) e Som e Louvores (direita), ambas na Avenida Júlio de Castilhos no Centro Histórico de Porto Alegre.	p.158
Figura 40	Movimento característico de cada um dos três períodos aqui determinados: 1) expansão inicial nos bairros industriais da zona norte; 2) processo de periferização; 3) ocupação da região central.	p.164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Lista dos 20 bairros de Porto Alegre com maior rendimento médio em Reais do responsável pelo domicílio no ano 2000.	p.49
Tabela 2:	Lista dos bairros de Porto Alegre que tiveram mais de 30 empreendimentos lançados em 2008, 2009 e 2010, com o número de unidades correspondentes e a renda média do responsável pelo domicílio atualizada para o ano de 2010.	p.52
Tabela 3:	Bairros de Porto Alegre com empreendimentos oferecidos acima de R\$643.000,00 no primeiro semestre de 2010.	p.53
Tabela 4:	Taxas de crescimento da população do bairro centro e da cidade de Porto Alegre	p.92
Tabela 5:	Número de unidades e empreendimentos imobiliários lançados no bairro Centro Histórico em 2008, 2009 e 2010.	p.93
Tabela 6:	Quantidade de unidade residenciais lançadas no bairro Centro Histórico em 2008, 2009, 2010 por número de dormitórios.	p.93
Tabela 7:	Distribuição dos responsáveis por domicílio por faixa de renda para o Bairro Centro Histórico e Porto Alegre (valores absolutos e relativos)	p.95
Tabela 8:	Número de linhas de ônibus metropolitano (por empresa responsável) com terminal no bairro Centro Histórico e municípios atendidos.	p.99
Tabela 9:	Número de passageiros transportados pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A entre 1995 e 2005.	p.101
Tabela 10:	Distribuição da população evangélica pelas regiões do Brasil.	p.123
Tabela 11:	Proporção de pentecostais e protestantes históricos entre os evangélicos das regiões do Brasil.	p.124
Tabela 12:	Microrregiões geográficas com maior percentual de evangélicos no Rio Grande do Sul.	p.125
Tabela 13:	Microrregiões geográficas com maior percentual de pentecostais no Rio Grande do Sul.	p.125
Tabela 14:	Templos evangélicos na cidade de Porto Alegre em 1920.	p.136
Tabela 15:	Templos evangélicos na cidade de Porto Alegre em 1950.	p.139
Tabela 16:	Distribuição da renda dos protestantes históricos de Porto Alegre frente à média da cidade, por faixas de valor em 2000.	p.140

Tabela 17: Dados de população e renda (ano 2000) para os bairros com maior concentração de templos no primeiro período. p.162

Tabela 18: Dados de população e renda (ano 2000) para os bairros com maior concentração de templos no segundo período. p.162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Distribuição por faixa etária da população residente no bairro Centro Histórico de Porto Alegre	p.94
Gráfico 2:	Relação protestantes históricos/pentecostais no Estado do Rio Grande do Sul, RMPA e cidade de Porto Alegre.	p.126
Gráfico 3:	Distribuição dos evangélicos por denominação no Estado do Rio Grande do Sul, RMPA e cidade de Porto Alegre	p.127
Gráfico 4:	Relação protestantes históricos/pentecostais no Estado do Rio Grande do Sul por faixas de rendimento para a cidade de Porto Alegre	p.129
Gráfico 5:	Relação protestantes históricos/pentecostais por anos de escolaridade para a cidade de Porto Alegre.	p.129
Gráfico 6:	Distribuição de evangélicos e estrangeiros em Porto Alegre em 1890, segundo a divisão territorial usada pelo censo daquele ano.	p.133
Gráfico 7:	Distribuição dos evangélicos de Porto Alegre por número de membros de cada denominação em 1955 e 1969, sendo as 5 primeiras de orientação pentecostal.	p.141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.	15
LEVANTAMENTO DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	18
CAPÍTULO 1: SOBRE A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS DINÂMICAS	21
1.1 TERCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E NOVOS ATORES	24
1.1.1 NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA	31
1.2 ERGUENDO MUROS: SOBRE A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SEGREGADOS NA CIDADE.	36
1.2.1 O DESENVOLVIMENTO DO FENÔMENO EM CIDADES BRASILEIRAS E LATINO-AMERICANAS.	41
1.3 O CASO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE	47
CAPÍTULO 2: A REGIÃO CENTRAL DE PORTO ALEGRE E SUAS TRANSFORMAÇÕES	60
2.1 REFLEXÕES A RESPEITO DO “SER OU NÃO SER” CENTRO.	64
2.2 O CENTRO DE PORTO ALEGRE: DA FUNDAÇÃO DA CIDADE AO SÉCULO XX.	76
2.3 O BAIRRO CENTRO HISTÓRICO E SEU CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.	89
2.3.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO	92
2.3.2 TRANSPORTE PÚBLICO E ACESSIBILIDADE	98
2.3.3 DIFERENCIANDO OS ESPAÇOS	102
CAPÍTULO 3: PENSANDO O CENTRO A PARTIR DA PRESENÇA EVANGÉLICA	108
3.1 A PRESENÇA EVANGÉLICA NO BRASIL	111
3.1.1 O SÉCULO XIX	112
3.1.2 O SÉCULO XX	116
3.1.3 O UNIVERSO EVANGÉLICO CONTEMPORÂNEO	123
3.2 A PRESENÇA EVANGÉLICA EM PORTO ALEGRE	130
3.3 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E A PRESENÇA EVANGÉLICA NO CENTRO DE PORTO ALEGRE.	143
3.3.1 CARACTERIZANDO A PRESENÇA EVANGÉLICA NO CENTRO	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	171
A) LIVROS, ARTIGOS, COMUNICAÇÕES, TESES E DISSERTAÇÕES.	171
B) PESQUISAS, RELATÓRIOS, CENSOS DEMOGRÁFICOS E JORNAIS.	177

As grandes cidades brasileiras passaram por significativas transformações ao longo das décadas que vêm se desenrolando desde a metade do século passado. Mudanças que alteraram sua demografia, economia, morfologia, além das práticas sociais daqueles que nelas habitam. Mesmo o olhar descuidado de um morador leigo em conceitos e teorias produzidos pelas ciências que se dedicam ao urbano, perceberá que sua cidade esta crescendo, enriquecendo ou talvez esmaecendo com o passar dos anos. Transformações discernidas a partir de inúmeras constatações cotidianas tais como a impaciência com os engarrafamentos, o medo da violência, o deslumbre com os novos arranha-céus ou a saudade dos tempos em que sua vizinhança não passava de um pacato bairro periférico.

Percepções que não são unânimes nem unívocas e não raras vezes refletem os conflitos sociais que historicamente figuram nos processos de urbanização e desenvolvimento dos principais centros urbanos do país. A formação de um núcleo habitacional irregular de baixa renda na encosta de um morro, por exemplo, certamente será vista por muitos como um grave problema urbano que estará ameaçando o bom funcionamento da cidade. Criará um foco de miséria, propiciará o desenvolvimento da criminalidade e ameaçará o meio ambiente. Mas para àqueles que o formaram, ele certamente será uma das poucas possibilidades de se estabelecer e de se apropriar das potencialidades geradas pela vida na grande cidade.

Estas diferentes formas de compreender o mesmo fenômeno não ocorrem ao acaso e explicam-se a partir dos contextos sociais que circunscrevem os indivíduos que as proferem. E numa sociedade desigual e hierarquizada como a brasileira, inevitavelmente as percepções que partem dos segmentos com maior influência tendem a se sobrepor às demais, não raras vezes alimentando ações e intervenções que desconsideram todas as partes envolvidas no processo.

O exemplo das favelas cariocas é sintomático. LAGO e RIBEIRO (2001) alertam que desde o século XIX elas são descritas e concebidas por diversos setores da sociedade como um mundo a parte: socialmente e urbanisticamente desconectados dos bairros oficiais de seu entorno (seja por sua desorganização, falta de infra-estrutura ou inexistência de serviços públicos) e culturalmente distante da população nativa da cidade. Espaços que eram compreendidos no final do século passado como aglomerados de migrantes oriundos de áreas rurais pobres e marcados por uma série de dissonâncias em relação à “moderna cidade burguesa” que se consolidava no período.

Segundo os autores, essa perspectiva só começou a ser questionada na década de 1970 quando alguns setores da academia começaram a se insurgir contra as qualificações que até então eram usadas para definir a população desses núcleos habitacionais. O trabalho de PERLMAN (2002)¹ provavelmente foi um dos mais incisivos nesse sentido. Nele, a autora vai sistematicamente desmistificando uma série de estereótipos que até a década de 1960 ainda orientavam os discursos das diferentes esferas que discutiam o problema da favelização brasileira:

Ainda que sejam raros os pontos de vista comuns entre teóricos, elaboradores de políticas, esquerdistas, direitistas e liberais de classe média, todos sustentam estereótipos extraordinariamente similares no que respeita os migrantes que se dirigem para as cidades. A crença geral é que, nos anos de rápida urbanização que se seguiram à guerra, a cidade foi invadida por hordas provenientes das zonas rurais. Imagina-se que esses migrantes chegam do interior solitários e sem raízes, despreparados e incapazes de se adaptar perfeitamente à vida urbana, e perpetuamente ansiosos por regressar aos seus vilarejos. Em atitude de defesa, isolam-se em grupos fechados de características rurais, ao invés de tirar proveito do contexto mais vasto da cidade. Suas favelas “imundas e insalubres”, imagina-se, exibem todos os sintomas da desorganização social – desde a desintegração da família, a anomia, a desconfiança mútua, até o crime, a violência e a promiscuidade. (PERLMAN, 2002:28)

Baseando-se numa série de dados coletados ao longo de sua pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, PERLMAN (2002) reconstrói esse cenário mostrando que tais interpretações eram no mínimo limitadas e parciais. Começando pelo processo de migração que estava longe de ser uma fuga desesperada de famílias desamparadas. Segundo a autora, ele constituía-se num movimento coerente onde eram principalmente os indivíduos mais dinâmicos que rumavam para a cidade, sendo que geralmente viajavam acompanhados, já possuíam algum tipo de contato na cidade (tais como amigos, parentes, ou indicação de trabalho) e freqüentemente conservavam laços estreitos com os seus lugares de origem.

Mas apesar da significativa carência de infra-estrutura e serviços urbanos básicos (acesso a água, coleta de esgoto, atendimento médico, etc.) existente no interior das favelas quando comparadas aos bairros regulares, sua vida social e cultural não era tão precária quanto supunham. A autora ressalta o notável grau de coesão social existente entre seus moradores e a presença de uma rica vida institucional expressa em agremiações esportivas, organizações religiosas, associações de moradores e entidades recreativas. Além disso, ela aponta que as favelas pesquisadas contavam

¹ A pesquisa foi publicada originalmente no Brasil em 1977. Ela foi desenvolvida pela autora entre 1968 e 1969 para sua pesquisa de doutorado, e foi realizada em três favelas com características distintas: uma favela de morro próxima a áreas de classe alta, uma favela de periferia próxima a uma área industrial, e num subúrbio de uma cidade contígua.

também com uma diversificada rede de comércio e serviços, tais como inúmeros armazéns, botequins, sapatarias, farmácias, oficinas e lojas de móveis. Oferta que em alguns casos conseguia responder a quase todas as demandas dos moradores com bares, barbearias, lojas de roupa, açougues, alfaiates e inclusive escritórios de advocacia.

Alguns pesquisadores contemporâneos seguiram apontando para a diversidade e heterogeneidade existentes no interior das favelas cariocas. É o caso, por exemplo, de MARZULO (2005) que em sua pesquisa de campo² identificou desde estratificações espaciais decorrentes dos diferentes momentos da ocupação do morro, passando por variações na qualidade das edificações, e inclusive a existência de diferentes grupos identitários relacionados às origens regionais dos moradores. Constatações que ressaltam a complexidade do fenômeno e a importância de se questionar constantemente afirmações que perpetuem interpretações únicas sobre processos sociais de qualquer natureza.

Isso vale tanto para a formação das favelas quanto para uma série de outros fenômenos que marcaram o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras nas últimas décadas. Elas se expandiram, cresceram demograficamente e transformaram sua economia. Com isso alterou-se também o uso de seus espaços, a relação entre os diferentes bairros, a distribuição dos diferentes segmentos sociais, além da disposição das atividades residenciais, comerciais, produtivas e de lazer. Algo que gerou inúmeras interpretações e avaliações que vêm alimentando intervenções no espaço urbano, políticas públicas, investimentos da iniciativa privada ou mesmo alterações nas práticas cotidianas dos seus moradores.

Nesse sentido, um dos fenômenos urbanos que vêm sendo regularmente identificado em várias grandes metrópoles do país é a transformação das respectivas regiões centrais. Desde as décadas de 1970 e 1980 elas vêm se modificando internamente e alterando suas relações com os demais bairros e os diferentes segmentos sociais que compõem a cidade. Diversos estudos vêm apontando para a perda progressiva de população residente, o deslocamento de uma série de atividades que historicamente lá se desenvolviam para outros bairros, além da diminuição de sua importância em relação ao conjunto da cidade.

Processo que vem sendo descrito pelos órgãos de imprensa e administração pública de forma negativa e constantemente rotulado de forma pejorativa. Nas últimas décadas tornou-se comum

² Sua pesquisa de campo foi realizada na favela Pavão-Pavãozinho, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro numa encosta de morro entre os bairros de Copacabana e Ipanema.

afirmar que as regiões centrais estão degradadas, viraram locais extremamente perigosos, foram tomadas pelo comércio ilegal de produtos contrabandeados, dentre tantas outras assertivas que aqui poderiam ser lembradas. Algumas inclusive com altos graus de fatalismo, alertando sobre “a morte do centro” ou sobre o “abandono de uma das áreas mais tradicionais da cidade”.

Não há como negar que muitas regiões centrais efetivamente sofreram com a falta de manutenção dos espaços públicos, com a diminuição dos investimentos da iniciativa privada ou com a perda de moradores. Processo que fica ainda mais evidente se considerarmos que outros bairros da cidade seguiram em pleno desenvolvimento durante esse mesmo período, atraindo uma série de investimentos públicos e privados geralmente referentes à instalação de atividades comerciais, empresariais, residenciais e de lazer associados aos segmentos de maior renda. Foi o caso da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro (RJ), da região do Morumbi/Pinheiros em São Paulo (SP), do bairro Casa Forte em Recife (PE) ou da Praia do Camburi em Vitória (ES).

A emergência dessas novas centralidades associadas às elites econômicas certamente alterou o funcionamento dos centros tradicionais. No entanto, utilizar isso como premissa para decretar a sua morte é no mínimo precipitado, principalmente se considerarmos que esses discursos geralmente partem daqueles segmentos sociais que pararam progressivamente de freqüentá-las ao longo da segunda metade do século XX. Mas se elas por algum motivo deixaram de ser valorizadas pelas elites, isso necessariamente significa que elas deixaram também de interessar aos demais segmentos sociais? Ou será que de fato as regiões centrais realmente se deterioraram e deixaram de desempenhar a centralidade e a excepcionalidade que até então lhes eram características?

Esta dissertação pretende explorar estas e outras questões relacionadas a esse tema. Partiu-se do princípio que as regiões centrais efetivamente se transformaram nas últimas décadas do século XX mas que isso não se limitou a processos lineares de decadência ou abandono. Conforme será mostrado ao longo do texto, paralelo ao movimento de saída das atividades ligadas aos segmentos de maior renda houve um desenvolvimento rico e diversificado de comércio, serviços e lazer associado aos segmentos de menor renda que continuaram tendo nas regiões centrais um importante ponto de referência na cidade. Apesar de distantes do brilho e prepotência dos novos arranha-céus, *shopping centers* e condomínios fechados, elas certamente continuaram dinâmicas e plenamente conectadas ao desenvolvimento da cidade.

O esforço inicial passa por superar as análises que partem do pressuposto da desvalorização, decadência ou degradação e explorar outras facetas dessas transformações sofridas pelas regiões centrais. Semelhante ao ocorrido com as favelas cariocas no século passado, a

compreensão hegemônica deste fenômeno tende a caracterizá-lo a partir de uma série de estereótipos que encobrem grande parte da sua riqueza e diversidade. Frente a isso, torna-se fundamental romper com essas percepções e explorá-las a partir de outros pontos de vista capazes de abranger dinâmicas e práticas sociais presentes na cidade mas muitas vezes subjugadas ou simplesmente ignoradas.

Figuras 1 e 2: Rua comercial na região central da cidade de Vitória ao lado de um emergente bairro residencial de alta renda na Praia do Camburi. Ambos separados por uma distância de aproximadamente 10 Km.



Fotos do autor – Novembro de 2009.

Sobre a construção do problema de pesquisa.

A pesquisa foi realizada na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e décima maior cidade em população do país. Segundo dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ela contava em 2010 com 1.409.351 habitantes e é parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que reúne 32 municípios conturbados com uma população total de 3.979.561 habitantes. Geograficamente assume uma posição estratégica no contexto meridional da América do Sul, estando à mesma distância das cidades de São Paulo e Buenos Aires (Argentina), além de próxima de outras capitais menores como Montevideu (Uruguai) e Assunção (Paraguai).

Cidade que ao longo da segunda metade do século XX seguiu as mesmas tendências de transformação de sua região central identificadas nas demais grandes cidades do país. Analistas como RIGATTI (2002, 2004) e UEDA (2005, 2006) apontam que desde o final da década de 1970 a cidade de Porto Alegre vem apresentando um cenário onde progressivamente as atividades residenciais, comerciais, empresariais e de lazer associadas aos segmentos de maior renda estão saindo da sua região central e instalando-se em outros bairros emergentes. Segundo RIGATTI (2004), ela perdeu

vários pontos de comércio transferidos para os novos *shoppings centers*, parte significativa da oferta de serviços que migraram para áreas especializadas em outras partes da cidade, além de muitos setores da administração pública deslocadas para novos centros administrativos construídos para esse fim. Conforme UEDA (2005), a oferta de novos empreendimentos residenciais também seguiu essa tendência com os novos empreendimentos se deslocando progressivamente rumo às zonas leste (condomínios verticais) e sul (condomínios horizontais).

No entanto esse processo abriu espaço para novos usos. Segundo RIGATTI (2007), enquanto as atividades de alto padrão econômico progressivamente se deslocaram para outras partes da cidade, as atividades relacionadas aos segmentos de menor renda apresentaram um desenvolvimento significativo na região ao longo dos últimos anos. Hoje suas ruas estão repletas de lojas de calçado e vestuário, restaurantes, consultórios médicos, financeiras, lojas de eletrodomésticos, farmácias, supermercados, lojas de produtos eletrônicos, bares, escolas de cursos técnicos e profissionalizantes, dentre inúmeros outros exemplos de comércio e serviços que aqui poderiam ser enumerados.

Mesmo grandes edificações como teatros, cinemas, hotéis, lojas de departamentos ou livrarias fechadas durante o movimento de esvaziamento das décadas de 1980 e 1990, hoje se encontram reabertas e renovadas frente ao novo perfil do público predominante que circula pela região. E para explorar esse movimento com maior precisão e profundidade foi escolhida uma atividade específica, que apresentou um desenvolvimento significativo durante esse período e possui uma série de particularidades pertinentes para compreender as transformações pelas quais a região vem passando: as igrejas evangélicas.

Em levantamento realizado na área central de Porto Alegre em dezembro de 2010 foram identificadas 19 templos evangélicos, 10 pontos de comércio associados ao segmento (lojas de roupa, CD's, DVD's, Bíblias, livros, presentes, artigos domésticos, etc.), além da principal emissora de rádio evangélica da cidade³. Presença concentrada principalmente ao norte da região e ocupando uma série de imóveis comprados ou alugados para esse fim, que variam de grandes depósitos a pequenas salas comerciais. Vale ressaltar que ela ocorreu principalmente após a década de 1990 indicando que a região não esteve tão estagnada nas últimas décadas do século XX quanto algumas análises tendem a supor.

³ Trata-se da Radio Esperança 1390 AM, fundada em 1988.

Inicialmente cabe questionar quais características da região central de Porto Alegre teriam favorecido o desenvolvimento desse tipo de atividade. Frente a isso partimos da hipótese que existe uma relação direta entre a presença evangélica na região central de Porto Alegre a as transformações por ela sofrida ao longo das últimas décadas do século XX. Um primeiro elemento que aponta para essa direção é o perfil sócio-econômico que caracteriza a população evangélica brasileira. A bibliografia que se dedica ao tema em geral concorda que ela é majoritariamente composta por segmentos de baixa renda, pouca escolaridade e residente em bairros periféricos das grandes cidades⁴.

Isso indicaria que a presença das igrejas pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de mudança no perfil sócio-econômico dos freqüentadores da região central e de renovação na oferta de comércio e serviços lá existente. Outro ponto que indica essa relação é a proximidade das igrejas com os terminais de transporte coletivo. Tanto a linha do trem metropolitano quanto a maior parte das linhas de ônibus urbano e metropolitano da cidade partem da região em direção os demais bairros e municípios vizinhos, propiciando um grande trânsito de pedestres que dependem desse tipo de transporte para efetuar seus itinerários diários. Algo que garantiria um público em potencial para as igrejas além de um fácil acesso para os membros residentes longe da região central.

Além disso, muitos dos templos lá localizados assumem o status de sede regional ou estadual, diferenciando-se dos demais existentes na cidade de Porto Alegre, região metropolitana ou interior do Estado. Dado que ensejou outra hipótese central no desenvolvimento desta pesquisa. Apesar da região central de Porto Alegre ter deixado de ser um espaço marcado pela sua excepcionalidade e exclusividade para os segmentos de alta renda da cidade, essas características estaria sendo re-editadas pelas novas atividades que lá se instalaram. Com isso sugere-se que a região central de Porto Alegre continua mantendo seu diferencial em relação aos demais bairros da cidade, mas num contexto caracterizado por uma maior espacialização das diferenças sociais. Enquanto novos espaços surgiram na cidade especializados na oferta de comércio, serviços e lazer para as elites econômicas, a região central tendeu a se desenvolver preferencialmente a partir de atividades ligadas aos segmentos de menor renda.

⁴ Esse perfil sócio-econômico apesar de ser predominante não abrange a totalidade da população evangélica. Como trata-se de um universo muito diversificado, existem igrejas voltadas para todos os segmentos da sociedade independente dos padrões de renda, mas a população evangélica em geral ainda mantém no Brasil padrões de renda e escolaridade abaixo dos níveis médios registrados.

Ao longo da dissertação estas questões serão aprofundadas e descritas com maior precisão. O importante aqui é apenas ressaltar esse movimento de transformação da região central de Porto Alegre e a necessidade de compreendê-lo em relação aos demais processos morfológicos, sociais e econômicos em curso na cidade. Falar apenas em termos de desvalorização econômica dos imóveis ou degradação física da região explica somente parte do processo. Frente a isso a presença das igrejas evangélicas parece ser um indicativo interessante para pensar outras facetas dessa transformação e o contexto contemporâneo constituído na região.

Elas se expandiram na cidade de Porto Alegre (e no país como um todo) principalmente após a década de 1970, mesmo período no qual a sua região central passou pelas transformações acima descritas. Mesmo num contexto de relativo esvaziamento e perda de prestígio para parte da população da cidade, elas lá se instalaram e a escolheram para o desenvolvimento do seu trabalho. Entender o que levou a isso certamente ajudará a entender um pouco mais sobre a região central de Porto Alegre e suas dinâmicas contemporâneas.

Levantamento dos dados e apresentação dos resultados

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa realizada estão divididos em três capítulos. No primeiro são abordados alguns elementos que vêm caracterizando as grandes cidades brasileiras e latino-americanas ao longo das últimas décadas, e as particularidades da cidade de Porto Alegre nesse contexto. Parte-se de uma discussão sobre as transformações ocorridas na economia a partir da emergência dos processos de globalização (dos fluxos de capital, informação, e estilos de vida) e dos processos de terceirização e burocratização das estruturas produtivas e administrativas dos setores público e privado. Espera-se com isso esclarecer quem são as novas elites econômicas que se formaram ao longo das últimas décadas e quais as suas principais características. Dado importante pois foram elas que efetivaram o deslocamento das suas atividades econômicas para fora das regiões centrais das grandes cidades e passaram a desenvolvê-las em novas centralidades exclusivas e afeitas às suas predileções e estilos de vida.

O caso da cidade de Porto Alegre será abordado a partir do desenvolvimento de duas áreas específicas que vêm se destacando enquanto espaços associados às elites econômicas: a região ao leste da cidade no entorno do cruzamento formado pelas avenidas Dom Pedro II /Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha; e outra ao sul no entorno do eixo formado pelas avenidas Wenceslau Escobar/Coronel Marcos/Tramandaí.

Para compreender esse deslocamento foram utilizados dados dos censos anuais do mercado imobiliário de Porto Alegre produzidos pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS) referentes ao número, valor e localização dos empreendimentos residenciais e comerciais lançados na cidade nos últimos anos. Além disso, foram usados também dados sobre a renda dos responsáveis pelos domicílios fornecidos pelo censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE.

Após caracterizar os novos espaços que vem sendo preferidos pelos segmentos de maior renda da cidade, o capítulo seguinte trata especificamente da região central de Porto Alegre. Inicialmente é feita uma discussão teórica sobre a constituição das regiões centrais, principalmente a partir das contribuições de VILAÇA (2009) e HILLIER (2005). Em seguida é recuperada a história do centro da cidade, explorando a formação de seus espaços principais, sua relação com o desenvolvimento geral da cidade, suas transformações internas, e o teor das principais intervenções lá realizadas pela administração pública ao longo dos anos.

O objetivo aqui é mostrar que desde a fundação da cidade até meados do século XX as elites econômicas da cidade fizeram grandes investimentos na região central, abrindo novas avenidas, construindo grandes equipamentos públicos e privados, reformando praças, modernizando o porto fluvial da cidade, etc. Mas conforme será mostrado, isso se processou numa tensão direta com a presença de atividades relacionadas às populações de baixa renda lá existentes.

Na sequência será explorado o contexto contemporâneo da região central de Porto Alegre formado após a década de 1970. Serão recuperados dados sócio-econômicos do censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE para compor os padrões de renda, escolaridade, faixa etária e população residente no bairro. Em seguida serão exploradas também as diferenciações internas existentes no centro. Serão identificados os diferentes padrões funcionais lá presentes, com especial atenção para a significativa presença dos terminais de transporte coletivo e sua importância para as dinâmicas contemporâneas da região. Para tal foram usados basicamente dados oriundos de setores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Por fim, o último capítulo abordará a presença evangélica na região central. Para isso será feito um cuidadoso resgate da evolução do segmento no Brasil, para melhor compreender suas diferenciações internas e características de sua inserção e desenvolvimento. Em seguida será analisado o caso específico de Porto Alegre, recuperando a história da presença evangélica na cidade desde o século XIX até a atualidade. Para isso foram utilizados dados de diversos censos demográficos realizados desde o final do século XIX além de dois censos específicos sobre o universo

evangélico realizados pelo Governo Federal nas décadas de 1950 e 1960. O objetivo aqui é abordar esse segmento religioso sempre em relação com o desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre.

Foi realizada também pesquisa de campo onde foram efetivados três grandes procedimentos de coleta de dados para compreender seu contexto contemporâneo e a relação que o segmento mantém com a região central de Porto Alegre. Inicialmente foi feito um levantamento minucioso em todas as vias do Bairro Centro Histórico de Porto Alegre para mapear com precisão a disposição dos templos, lojas e outras possíveis atividades associadas ao segmento evangélico. Em seguida foram entrevistados todos os responsáveis pelos templos e lojas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Nesse sentido foram entrevistados os representantes da Comunidade Cristã Paz e Vida, Igreja Pentecostal Deus é Santo, Igreja Transformando Vidas, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Pentecostal Unida do Brasil, Santuário Espírito Santo, Assembléia de Deus, Assembléia de Deus Restauração⁵, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Igreja Batista do Floresta. Foram entrevistados também os proprietários ou funcionários das lojas Roupas Nova Gospel, Harpa de Davi, Lojas Davi, Livraria Fiel, Varejão Evangélico, Som e Louvores, Nova Esperança e Sociedade Bíblica do Brasil.

De forma complementar foram realizadas pesquisas em arquivos das igrejas presentes em Porto Alegre desde o século XIX para recolher dados sobre a sua inserção na cidade. Foram analisadas atas, correspondências, jornais e revistas editados pelas igrejas e livros escritos por pastores. Espera-se com isso apreender a partir das falas dos entrevistados e dos dados coletados, como eles justificam a sua presença no centro de Porto Alegre e que características da região teriam levado à significativa concentração lá verificada, para a partir disso poder tirar conclusões sobre as transformações que atingiram o centro da cidade nas últimas décadas.

⁵ Trata-se de um cisma da Assembléia de Deus tradicional, ocorrido em 2003 por divergências doutrinárias de alguns membros. Atualmente constituem-se em duas igrejas independentes entre si.

CAPÍTULO 1

SOBRE A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS DINÂMICAS

As cidades estão em constante transformação num intenso processo que permanentemente re-configura o tecido urbano: condomínios horizontais e verticais são construídos pela iniciativa privada, encostas e margens de rios são ocupadas por indivíduos sem acesso à habitação formal, conjuntos populares são erguidos pelo poder público, complexos industriais são abandonados, obras viárias são implementadas, edifícios e casas são reformados e certamente muito é simplesmente destruído. Ações que ora insurgem imponentes no *skyline* da metrópole ora se diluem imiscuídas na infinidade dos “pequenos horizontes” dispersos pela cidade, mas independente da escala em questão sempre produzem novos espaços, conferem novos usos, valorizam ou desvalorizam determinados setores da cidade e atribuem novos sentidos e significados aos lugares transformados.

Para SECCHI (2006), as cidades e territórios que ora observamos devem ser compreendidas como o “resultado de um longo processo de seleção cumulativa” (p.16) ou como um “imenso depósito de signos conscientemente deixados por quem nos precedeu.” (p.15). Ao longo da história, as diferentes gerações daqueles que habitam a cidade selecionam diariamente elementos (sejam eles ruas, edificações, bosques, etc.) que devem ser destruídos; outros a serem transformados, renovados ou modificados; e alguns que devam ser preservados exatamente do jeito que estão. Intervenções que certamente atendem a demandas práticas vinculadas ao crescimento e desenvolvimento da cidade que exige avenidas maiores, mais moradia, novos pontos de comércio, lazer mais qualificado para uns ou hospitais mais eficientes para outros, mas que evidentemente não devem ser compreendidas apenas enquanto tal.

O autor ressalta que continuamente conferimos sentidos e valores (monetário ou simbólico) ao que nos circunda, indicando que qualquer intervenção realizada na cidade é indiscernível dos projetos e anseios daqueles que as implementam. Sentidos às vezes compartilhados por um grande número de pessoas que reconhece determinada intervenção como parte da cidade que a eles interessa: uma nova catedral, uma avenida ou um *shopping center*, ou às vezes sentidos mais íntimos e particulares como a compra de uma sala comercial, a reforma de um prédio ou a construção de uma pequena casa de madeira. Na cidade nada acontece ao acaso. Se os grandes planos de embelezamento desenvolvidos para boa parte das grandes cidades brasileiras no início do século XIX

tinham objetivos claros e refletiam com nitidez as predileções de uma burguesia urbana emergente (impaciente por uma cidade moderna a exemplo das musas Paris e Viena), certamente cada barracão de zinco pendurado no morro também expressava os anseios de uma população marginalizada que já começava a vislumbrar a cidade como horizonte último para sua sobrevivência:

Neste imenso arquivo de signos, podemos igualmente apreender um vasto conjunto de intenções, de projetos, bem como de ações concretas de pessoas, de pequenos grupos ou mesmo de sociedades inteiras. Estratificando-se, sobrepondo-se, deformando-se e, às vezes, contradizendo-se, essas, não raro, levaram a resultados surpreendentes para os próprios autores e, de difícil interpretação (SECCHI, 2006:15).

Claro que algumas intervenções tendem a causar um impacto muito maior no espaço urbano do que outras. A construção de um grande condomínio fechado de luxo num distante bairro de periferia certamente causará uma quantidade significativa de reações em diversos níveis e escalas: investimentos em infra-estrutura pelo poder público, venda de imóveis vizinhos em função da valorização fundiária, esvaziamento de outros bairros residenciais consolidados, formação de novos núcleos comerciais nas proximidades, aproximação da população pobre em busca de oportunidades de emprego; além da fragmentação do espaço urbano, desvalorização do espaço público ou aumento da segregação social.

São essas ações e reações que moldam o tecido urbano e dão forma a cidade. São elas também que produzem os signos apontados por SECCHI (2006), que nos permitem identificar tendências, intenções e visões de mundo características de cada época. Mesmo ações fragmentadas e marginais dentro do nosso sistema econômico capitalista como a formação das favelas, geram reações significativas cuja variação muito nos diz da forma como o fenômeno é percebido em cada momento histórico: “Remover para Promover⁶” nas décadas de 1960 e 1970, “Favela-Bairro⁷” nas décadas de 1980 e 1990 e “PAC Favelas⁸” de 2000 até os dias de hoje. Não está aqui em questão qual modelo de intervenção foi o mais adequado ou obteve os melhores resultados, pois independente da opção

⁶ Programa de urbanização implementado durante o Regime Militar (1964/1985) baseado na remoção de núcleos habitacionais pobres de áreas centrais para grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades. Dentre os exemplos cabe citar o Bairro Cidade de Deus, construído na zona oeste da cidade do Rio na década de 1960, e o Bairro Restinga construído também na década de 1960 a 30 km do centro de Porto Alegre para abrigar moradores removidos de uma área próxima ao centro da cidade.

⁷ Programa da prefeitura do Rio de Janeiro que previa a urbanização das favelas existentes na cidade a partir de investimentos em infra-estrutura, acessibilidade e etc.

⁸ Projeto iniciado pelo Governo Federal durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê grandes investimentos e projetos de grande porte em infra-estrutura, habitação popular, qualificação do espaço público, recuperação ambiental e integração de áreas segregadas.

tomada todas irão resultar em inúmeras reações – algumas previstas e tantas outras imprevistas – que alterarão a forma da cidade, suas dinâmicas sociais e o cotidiano dos seus moradores. Talvez o ponto mais pertinente aqui seja justamente reconhecer a partir dessas ações e reações como os indivíduos (de diferentes origens sociais, intelectuais, étnicas, e etc.) vêm percebendo e concebendo a cidade que compartilham.

A criação de novos bairros residenciais para as elites urbanas facilmente justifica-se pela necessidade de novas unidades para suprir suas demandas por habitação. Já a preferência por condomínios fechados verticais ou horizontais com uma série de características e elementos particulares – como fortes sistemas de segurança, grandes áreas verdes internas, várias vagas na garagem ou diversos equipamentos de lazer – só pode ser compreendida quando considerados os interesses e o sentido que isso faz para aqueles que produzem tais intervenções no espaço urbano. O mesmo pode ser dito para os *shopping centers* ou para os projetos de revitalização de áreas portuárias. Em que momento a população passou a preferir fazer compras em espaços fechados e relativamente fora dos eixos comerciais tradicionais e quando áreas industriais obsoletas passaram a ser vistas como espaços de lazer em potencial?

A literatura especializada vem caracterizando as grandes cidades brasileiras com um movimento que vem progressivamente, desde a década de 1960, deslocando parte significativa das atividades econômicas ligadas à elites urbanas das regiões centrais consolidadas para novas centralidades criadas em outros espaços da cidade. Movimento que envolve uma série de ações como a construção de condomínios fechados, centros empresariais sofisticados, *shopping centers*; e tem como grande consequência apontada o esvaziamento do centro cidade, suas ruas comerciais tradicionais e seus espaços de lazer. Mas o que estaria levando grande parte das classes médias e altas para estes novos espaços? Por que eles passaram a representar um objeto de desejo para determinada parcela da população urbana nesse determinado momento da história?

Meu objetivo neste capítulo é explorar esse movimento. A partir de bibliografia específica sobre o fenômeno no Brasil e América Latina serão descritas algumas transformações significativas na forma da cidade, na disposição dos grupos sociais, na relação dos indivíduos com o espaço público e nas práticas cotidianas das elites econômicas que habitam as grandes cidades. Espera-se com isso apreender, a partir do teor das intervenções realizadas no espaço urbano, como as classes de maior poder aquisitivo vêm concebendo a cidade onde habitam e que espécie de projetos e intenções eles vêm nutrindo frente às suas percepções.

A preferência por estes grupos dentre tantos outros que poderiam ter sido escolhidos justifica-se tendo em vista o objetivo último desta dissertação: desde o início da formação da cidade de Porto Alegre as elites estiveram presentes no centro e o concebiam enquanto espaço privilegiado dentro da cidade para o desenvolvimento das suas atividades, mas principalmente a partir da década de 1980 passam a deixar gradativamente a região. Movimento fundamental para as transformações lá ocorridas desde então e para a constituição de seu contexto contemporâneo. Portanto antes de chegar propriamente à região central de Porto Alegre (que será abordado especificamente no capítulo 2) faz-se necessário este rápido sobrevôo que certamente auxiliará no esclarecimento do que será dito adiante.

Para tal será feita inicialmente uma rápida reflexão sobre as transformações econômicas recentes focando na emergência dos processos de globalização e terceirização da economia, para contextualizar tanto o papel das grandes metrópoles no sistema produtivo quanto o perfil da elite que vêm assumindo a ponta do sistema capitalista. Em seguida serão analisadas, a partir de bibliografia pertinente, as características dos espaços produzidos por esta elite na cidade ressaltando suas lógicas de localização, tipologias arquitetônicas adotadas, relação com os espaços públicos constituídos; tentando a partir disso ressaltar elementos que nos permitam perceber como eles vêm concebendo suas cidades e o teor das intervenções propostas. Por fim será apresentado o caso da cidade de Porto Alegre a partir do desenvolvimento de dois importantes eixos que historicamente vêm recebendo a população de alta renda da cidade e suas atividades relacionadas: um ao leste do centro histórico consolidado, na área formada no entorno do cruzamento das avenidas Dom Pedro II /Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha; e outro mais modesto ao sul no entorno das avenidas Wenceslau Escobar/Coronel Marcos/Tramandaí. Espera-se com isto esboçar este processo que gradativamente vem deslocando as áreas mais valorizadas economicamente para longe do centro de Porto Alegre para então avaliar quais os desdobramentos deste movimento para as diferentes partes da cidade e segmentos sociais envolvidos.

1.1 Terceirização da economia e novos atores

Dados oficiais divulgados pelo IBGE⁹ mostram que no ano 2010 cerca de 84% da população brasileira morava em cidades, correspondendo em valores absolutos a cerca de 160 milhões

⁹ Dados baseados nos Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 2010, e obtidos junto ao portal do órgão na internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br> e <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

de habitantes, percentual impressionante se considerarmos que 1970 ele estava calculado em 55% ou pouco mais de 50 milhões de habitantes. Em quatro décadas a população urbana brasileira triplicou e o nosso país não parece ser um caso isolado. Segundo DAVIS (2006), as cidades absorveram cerca de dois terços de todo o crescimento populacional mundial desde 1950 e no final do século passado cresciam num ritmo próximo a um milhão de novos habitantes (entre nascidos e migrantes) por semana. O número de grandes cidades reflete esse movimento: Enquanto em 1950 existiam apenas 86 cidades com mais de um milhão de habitantes no mundo, a previsão é que em 2015 elas sejam pelo menos 550. Além disso, estariam cada vez mais presentes as “megacidades com mais de oito milhões de habitantes” (p.192), além das “hipercidades com mais de vinte milhões de habitantes” (p.192) localizadas especialmente no sudeste asiático com algumas atingindo dimensões gigantescas até 2025¹⁰.

Paralelo ao desenvolvimento das grandes metrópoles, o autor aponta também para a importância de cidades secundárias dentro do processo de urbanização. É citado o caso da América Latina que por um longo período teve seu crescimento concentrado em algumas metrópoles principais como São Paulo, Caracas e Cidade do México, mas que hoje verifica a expansão de diversas cidades menores. No ano 2000 além das tradicionais regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro que já contavam com mais de dez milhões de habitantes, outras treze já ultrapassavam um milhão no país¹¹. Dado que demonstra que a população urbana além de continuar crescendo demograficamente, segue a tendência a se concentrar em grandes aglomerações, num sistema que vem se desdobrando numa rede composta por metrópoles de diferentes escalas necessárias para suprir demandas regionais cada vez maiores e mais complexas.

Tal crescimento registrado durante a segunda metade do século XX não foi apenas um fenômeno quantitativo tendo sido também acompanhado por uma série de transformações que alteraram significativamente a composição da economia das grandes cidades. Os novos modelos de desenvolvimento e as reestruturações produtivas ligadas à crise do sistema fordista de produção e ao aprofundamento do processo de globalização, renovaram o papel das grandes cidades e reforçaram sua centralidade no contexto geopolítico formado pelos novos fluxos globais de capital, informação, bens, serviços, tecnologia e conhecimento. As cidades passaram a assumir novas funções decorrentes

¹⁰ O autor cita as seguintes cidades e respectivas populações estimadas para 2025: Jacarta (Indonésia) - 24,9 milhões, Daca (Bangladesh) - 25 milhões, Karachi (Paquistão) - 26,5 milhões e Mumbai (Índia) - 33 milhões.

¹¹ São elas Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Natal, Vitória, Baixada Santista, Campinas, Goiânia e São Luis. Dados baseados no Censo Demográfico do IBGE de 2000 e obtidos junto ao portal do órgão na internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.

das novas demandas e passaram a fazer parte de redes globais integradas e interdependentes. Por um lado cidades de países periféricos passaram a receber grandes investimentos e a instalação de diversas unidades de produção descentralizadas por suas matrizes americanas ou européias, e por outro as cidades de países centrais tornam-se importantes centros financeiros, administrativos e de inovação.

Nesse sentido, RIBEIRO (2006) ressalta que a literatura internacional vem nas últimas décadas apontando para as grandes cidades enquanto espaços privilegiados para os modelos de desenvolvimento relacionados ao novo contexto econômico. Tendência que estaria presente tanto em documentos de caráter normativo de grandes órgãos financiadores como o Banco Mundial, onde a globalização é por eles apontada como uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico das cidades, quanto em trabalhos acadêmicos. Segundo o autor uma série de pesquisas científicas desenvolvidas nas últimas décadas vem mostrando que algumas grandes cidades continuam concentrando um grande poder econômico e centralizando decisões que transcendem seus limites administrativos, num cenário onde: “o Produto Interno Bruto (PIB) da região metropolitana de Tóquio é o dobro do PIB do Brasil (p.19)” e “dois terços das transações mundiais são negociadas nos três pólos formados por Tóquio, Londres e Nova York (p.19)”. Os fluxos econômicos globais tenderiam a convergir para os grandes centros onde já existiriam recursos acumulados, favorecendo a constituição de um sistema de relações de cooperação e negociação que ofereceria ao capital uma espécie de segurança contra as possíveis instabilidades da nova economia:

As grandes cidades [...] podem ser o lócus dessa economia de “redes-arquipélagos”, na medida em que oferecem, como economia de aglomeração, não apenas a infraestrutura e a mão-de-obra barata, mas sobretudo as vantagens locais proporcionadas por um mercado (de bens, serviços e trabalho) cuja extensão, concentração e longevidade permitem a instauração de confiança, incentivo, solidariedade e capacitação e cooperação (RIBEIRO, 2004:19).

SASSEN (1991 e 1998) – que é uma das expoentes dessa literatura – aponta que as grandes cidades do mundo hoje se transformaram em importantes centros de prestação de serviços e essa passagem é central para compreender o seu papel no mundo contemporâneo. O excepcional desenvolvimento das telecomunicações e a implantação de sistemas de informação capazes de transmitir um volume cada vez maior de dados - de maneira mais eficiente e confiável - para todo o planeta, possibilitou a ascensão de grandes empresas de atuação multinacional que passaram a descentralizar suas atividades. A produção migrou das metrópoles centrais para regiões onde era possível obter custos de produção menores e maiores incentivos por parte dos governos locais, os

ativos passaram a ser investidos em mercados financeiros emergentes, e alguns serviços passaram a ser contratados em centros distantes.

Descrito dessa forma podemos até sugerir que a globalização gerou certo enfraquecimento do papel das grandes metrópoles nesse novo contexto, mas segundo SASSEN (1998) assim estaríamos considerando apenas parte do processo. De fato, alguns grandes centros industriais - importantes durante a consolidação da revolução industrial ou no auge do pós-guerra - sofreram uma intensa recessão econômica nas últimas décadas do século XX. No entanto, tal declínio possivelmente justifica-se pelo descompasso de tais centros em relação às novas demandas econômicas geradas pelo processo de globalização que continuou precisando das grandes cidades para se desenvolver:

Ao lado da dispersão das atividades econômicas [...] surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle de operações. Os mercados nacionais e globais, bem como as operações globalmente integradas, requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho da globalização (SASSEN, 1998:13).

Segundo a autora, quando as telecomunicações foram introduzidas em larga escala nas grandes empresas durante a década de 1980, os principais centros empresariais do mundo (Nova York, Los Angeles, Londres, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Hong Kong e Sydney) atingiram densidades inéditas em sua história. Com a dispersão geográfica de uma série de atividades econômicas, eles então assumiram um novo papel estratégico concentrando funções de gestão, comando e sedes administrativas de grandes empresas. Lá se concentrou também toda a infra-estrutura necessária para efetivar o processo de globalização, como as empresas de informação e suas cadeias produtivas responsáveis pela implementação das novas tecnologias necessárias para transmissão de dados. Segundo SASSEN (1991) Nova York possuía em 1984 um terço de toda a fibra ótica instalada nos Estados Unidos, ilustrando a centralidade exercida pelas grandes cidades nesse processo.

O aumento da importância do setor de serviços na composição da economia das grandes cidades emerge como parte desse contexto. A dispersão territorial das empresas de atuação multinacional criou novas exigências administrativas impossíveis de atender com os recursos humanos e técnicos disponíveis no seu quadro interno. Serviços altamente sofisticados, necessários para operar em mercados globais, passaram a ser desenvolvidos por empresas especializadas contratadas para esse fim. Além deles, serviços de consultoria e inovação também passaram a ser contratados em

função de demandas pontuais e mesmo serviços básicos como limpeza, segurança e transporte foram terceirizados. Para a autora, as prestadoras de serviço¹² formam um grande bloco econômico intermediário e atuam em vários ramos da economia produzindo um vasto leque de insumos amplamente utilizados por empresas privadas e órgãos públicos no desenvolvimento das suas atividades:

Producer services cover financial, legal and general management matters, innovation, development, design, administration, personnel, production technology, maintenance, transport, communication, wholesale distribution, advertising, cleaning service for firms, security, and storage (SASSEN, 1991:90).

O grau de complexidade e especialização atingido pela economia tornou impossível para a grande maioria das empresas manterem profissionais em seu quadro funcional capazes de suprir todas as demandas. Dessa forma, empresas de engenharia passam a ser chamadas para instalar novas redes de transmissão de dados, escritórios de arquitetura para projetos de ampliação das unidades produtivas, gestores de recursos humanos para melhorar o desempenho dos funcionários, consultores financeiros para avaliar possíveis investimentos em novos mercados, ou empresas de logística para otimizar as exportações. O novo capitalismo globalizado tornou-se extremamente dinâmico exigindo que empresas de todos os tamanhos subcontratem empresas especializadas para desenvolver determinados serviços necessários para manter sua competitividade. Mesmo as pequenas empresas que não operam diretamente com transações internacionais passaram a necessitar das prestadoras de serviços para desenvolver seus *websites*, fornecer assessoria jurídica ou oferecer segurança privada.

A demanda por serviços tornou-se então generalizada. SASSEN (1991) ressalta ainda que os mercados consumidores também tornaram-se mais exigentes demandando das empresas maiores investimentos em tecnologia, inovação e *marketing*. Segundo autora, nos países mais desenvolvidos a prestação de serviços foi o setor que mais cresceu na economia entre 1970 e 1990. Em países como Japão, França e Reino Unido o número de empregos no setor dobrou durante o período e nos Estados Unidos quase triplicou, ao contrário da indústria manufatureira que cresceu muito pouco ou mesmo declinou em alguns desses países.

¹² O termo “prestadoras de serviço” foi traduzido do original *Producer Services* presente em SASSEN (1991) e foi utilizado também na tradução oficial de SASSEN (1998). Importante ressaltar que o termo original se refere principalmente as empresas que prestam serviços intermediários para empresas, entidades e poder público, ao contrario das *Consumer Services* voltadas para público consumidor final.

Este processo pôde ser verificado inclusive em centros menores como a cidade de Porto Alegre. Já no início da década de 1990, FURTADO (1993) apontava para um processo de esvaziamento do parque industrial da cidade paralelo a um forte desenvolvimento do setor nos municípios da região metropolitana, que começavam a oferecer melhores condições para a instalação de grandes complexos para produção, armazenamento ou distribuição. Segundo o autor, já durante o crescimento industrial da década de 1960 quase todas as novas indústrias se instalaram em outros municípios vizinhos à Porto Alegre, especialmente naqueles dispostos no entorno da BR-116 e BR-290. Mas mesmo perdendo sua posição de líder na produção industrial do Estado, a participação relativa da cidade em relação à renda total do Estado continuou crescendo em função do desenvolvimento do setor terciário:

Uma característica marcante do atual sistema de produção (que se constitui, de fato, numa tendência mundial, que advém do desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo), tem sido a separação da área administrativa e vendas, da área de produção industrial propriamente dita. Principalmente porque as primeiras cresceram substancialmente em importância, em relação à segunda, e pela necessidade que aquelas atividades têm de estar ligadas ao mercado mais “nervoso” e ativo da economia, cada vez mais concentrado nas áreas urbanas mais centrais (principalmente o sistema financeiro), e à necessidade de relações interpessoais que são uma característica destas atividades (FURTADO, 1993:104).

Como resultado, uma das esferas da economia que mais tem se expandido em Porto Alegre é aquela representada por formas de emprego ligadas ao setor terciário da economia. O significado disto tem sido proclamado na paisagem urbana pela multiplicação dos edifícios para uso não residencial (como por exemplo comércio, depósitos, escritórios, etc.) e residencial, para as classes média e alta, nos últimos anos, (como em todas as grandes capitais brasileiras), acompanhando uma tendência mundial (FURTADO, 1993: 104-105).

A citação acima nos permite inferir que a complexificação das grandes empresas e seus processos administrativos teria resultado num movimento de valorização dos setores administrativos e burocráticos frente aos setores produtivos, numa relação direta com o novo contexto econômico que vinha se constituindo nas grandes cidades. Um mutualismo onde as empresas acabariam se favorecendo dos benefícios oferecidos pelas grandes aglomerações urbanas para o seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que reforçariam, a partir da sua atuação, a economia da cidade. Em texto mais recente FURTADO (2003) indica que o processo se intensificou na cidade com o passar dos anos, sendo que o número de pessoas empregadas no setor de serviços mais que dobrou entre 1970 e 2000 e diminuiu cerca de 30% no setor secundário. Além disso, Porto Alegre respondia em

2000 por 78% do total em empregos no setor de serviços de toda a sua região metropolitana e apenas por 28% do setor secundário¹³. Dados que coadunam com as tendências mundiais apontadas por SASSEN (1991, 1998) e que segundo o autor implicaram inclusive em modificações no *skyline* de Porto Alegre a partir da necessidade de novos espaços para o desenvolvimento destas atividades, o que pode facilmente ser percebido a partir do desenvolvimento recente dos arredores da Avenida Carlos Gomes como será mostrado ao final do presente capítulo.

For fim é igualmente importante ressaltar que o processo de globalização também permitiu às grandes cidades operar em rede. Hoje empresas de São Paulo podem contratar serviços de empresas estabelecidas em Nova York, depositar seus ativos em bancos sediados em Tóquio, e manter suas filiais produzindo em Montevidéu e Bogotá. Segundo LOPES (1998), as cidades devem ser compreendidas hoje em função do seu posicionamento e especialização dentro de um contexto global. As possibilidades geradas pelas tecnologias de transferência de dados e a expansão multinacional da atuação de muitas empresas, formou um sistema mundial de cidades interligadas entre si. Algumas assumiram um papel central dentro desse processo e podem ser consideradas “cidades globais” devido a sua importância dentro do sistema:

Os estados centrais, mais desenvolvidos, por concentrar o poder de controle de informação, do capital e da tecnologia, além da ação política dominante, abrigam as cidades globais e grande parte do seu território está interligada na nova sociedade em rede. Os estados semi-periféricos buscam se integrar no processo de globalização, abrigando cidades mundiais, de influência primordialmente regional com algumas partes do seu território interligadas. Os estados periféricos são interligados somente como supridores primários, sendo na sua maior parte irrelevantes do ponto de vista da sociedade em rede. (LOPES, 1998:31)

Para SASSEN (1998) e LOPES (1998), Londres, Nova York e Tóquio podem ser consideradas cidades globais no seu sentido completo. Outros centros como Buenos Aires, São Paulo, Cidade do México, Los Angeles, Milão, Frankfurt, Xangai e Sydney seriam cidades globais periféricas com uma área de influência mais restrita apesar de manterem as mesmas características de comando e diversificada infra-estrutura de serviço. Outros centros menores como Porto Alegre, Curitiba ou Montevidéu também podem estar integradas no sistema e atuar sobre regiões economicamente menos abrangentes.

¹³ Importante ressaltar que SASSEN centra sua análise nas empresas que prestam serviços terceirizados intermediários a outras empresas, órgãos governamentais, associações, etc. e não aquelas que atendem diretamente o público consumidor final, diferença que ela classifica respectivamente pela distinção entre *producer services* e *consumer services*. FURTADO por sua vez ao tratar dos dados sobre o setor terciário não explicita essa diferença.

Para LOPES (1998), o posicionamento das cidades dentro do sistema é dado pela sua capacidade de controle e comando de atividades econômicas globais constituindo uma hierarquia de centros de maior e menor importância. Segundo o autor, cidades como São Paulo passaram a estar ligadas em redes horizontais com outras cidades de igual importância como Buenos Aires e Cidade do México compartilhando uma série características sociais, econômicas e culturais. Por outro lado, também se ligam a redes verticais com centros globais de maior importância como Nova York e Londres onde podem obter insumos mais sofisticados, e centros locais com Campinas, Sorocaba ou Ribeirão Preto para onde certamente fornecem parte de seus serviços.

1.1.1 Novos atores entram em cena

As transformações que re-configuraram a composição da economia das grandes cidades na segunda metade do século acompanharam o desenvolvimento de um novo segmento profissional que participou efetivamente deste processo, fornecendo a mão-de-obra necessária para as novas demandas geradas. Segundo BROOKS (2002), durante as décadas de 1950 e 1960 as universidades americanas passaram por um processo de abertura e ampliação de vagas que contribuiu em grande parte para as transformações econômicas e sociais que tomariam forma no país nas décadas seguintes. Até então, as grandes universidades dos Estados Unidos como Princeton e Harvard permaneciam restritas a membros do antigo *establishment*, definindo o ingresso de seus alunos mais pela sua ascendência familiar do que pelo resultado dos testes de admissão. Mas nas décadas seguintes ao pós-guerra, um movimento iniciado pelo então reitor de Harvard passou a valorizar mérito e a excelência acadêmica como quesitos fundamentais para a formação das novas elites do país.

Segundo o autor, esse movimento foi paradigmático e rapidamente seguido por quase todas as grandes universidades, dando início a uma verdadeira explosão no sistema universitário norte-americano. O número de instituições de ensino aumentou de 2000 para 3200 entre 1960 e 1980 e o número de professores universitários passou de 235 mil para 685 mil no mesmo período. Ademais, algumas restrições históricas foram abolidas, como a que proibia a entrada de mulheres em muitas universidades, levando o número de alunas a aumentar 47% entre 1950 e 1960 e quase 170% entre 1960 e 1970.

O fortalecimento do sistema de ensino superior norte-americano serviu de base para a formação e consolidação de uma série de novos profissionais, que se tornaram agentes centrais para o desenvolvimento e consolidação das transformações econômicas que marcaram o país na segunda

metade do século XX. Conforme as grandes cidades foram se consolidando como centros de comando e prestação de serviços, as empresas passaram a contratar peritos em direito internacional, psicologia institucional, responsabilidade social, análise de sistemas ou telecomunicações. Surgem também as prestadoras de serviço, especializadas em *marketing*, publicidade, produção de *software*, consultoria ambiental, logística ou gestão de recursos humanos, todas dependentes de profissionais especializados com formação universitária.

Segundo BIDO-ZACHARIASEN (1995) a sociologia norte-americana começou a chamar a atenção para este processo já na década de 1970 a partir de autores que indicavam o desenvolvimento de um novo segmento cuja ascensão social esteve diretamente relacionada à sua formação escolar e à aquisição de uma série de saberes e conhecimentos específicos que lhes garantiram um bom posicionamento no novo contexto econômico que então se constituía. Fenômeno detectado também em grande pesquisa realizada pela autora na França durante a década de 1980 que apontou para o fortalecimento de uma série de categorias profissionais (novas ou renovadas) ligadas à expansão do sistema de ensino e ao processo de inovação tecnológica, indicando tratar-se de uma tendência presente no sistema capitalista como um todo, ressaltando-se obviamente as proporções e particularidades de cada país. Movimento onde estes indivíduos começaram a constituir e fortalecer um segmento social difícil de enquadrar dentro as categorias tradicionalmente usadas pela sociologia para descrever as posições de classe no sistema capitalista:

Ni elite dirigeante ni simples exécutants, ils se situaient à l'écart des claviers de commande économique et social tout en disposant d'une certaine marge de manœuvre et de pouvoir dans leur travail. Ni bourgeois ni prolétaires, ils se distinguaient par leur niveau, style de vie, valeurs e comportements tant de la classe dirigeante que de la classe ouvrière (BIDO-ZACHARIASEN, 2005 :4).

Segmento designado pela autora de “nova classe média” e que se fortalece com a criação de novos espaços gerados pelos processos de burocratização e terceirização das grandes empresas e órgãos públicos que marcou o capitalismo do pós-guerra. Indivíduos que passam a ser valorizados em função da sua formação acadêmica e que com isso subvertem as lógicas tradicionais de crescimento profissional existentes até no modelo fordista de produção, pois sua ascensão profissional deixa de depender diretamente da sua trajetória pessoal dentro de determinada empresa ou de seus planos de carreira no setor público, e passa a ser valorizada a partir da sua qualificação e de seu currículo profissional. Indivíduos que cujo diferencial passa a estar em seus MBA's, PHD's, e quantidade de consultorias, projetos ou cargos de gestão já ocupados ou desenvolvidos em diferentes experiências profissionais ao redor do mundo.

Na mesma direção, GOLDTHORPE (1995) em seus estudos pioneiros sobre o assunto, chamou este novo segmento de *service class*, conceituando-a como uma classe de “*professional, administrative and managerial employees*.” (p.314), cujos membros se diferenciavam da *working class* tradicional em função do tipo de relação trabalhista que mantinham com os seus empregadores. Não eram donos dos meios de produção mas ao mesmo tempo também não vendiam sua força de trabalho em troca de uma remuneração pré-determinada. Conceito que segundo BIDOU-ZACHARIASEN (2005) já vinha sendo usado pela sociologia inglesa desde a década de 1950:

les membres de la *service class*, que ne sont ni des capitalistes car ils ne possèdent pas les moyennes de production ni des ouvriers car ils ne vendant pas leur force ce travail, ne sont pas engagés dans une *relation salariale* avec le capital mais dans une *relation contractuelle* pour laquelle un salaire les récompense. Ils s’agit n’un *contrat de service*, basé sur une délégation d’autorité (BIDOU-ZACHARIASEN, 2005 :8).

Mas independente das terminologias adotadas o importante aqui é ressaltar que ao longo da segunda metade do século XX, estes profissionais consolidam a sua importância frente ao fortalecimento dos processos de transformação da economia das grandes cidades que cada vez mais passam a ter nestes profissionais sua força de trabalho mais valorizada. Quanto a isso BROOKS (2002) ressalta que a renda destes profissionais escolarizados aumentou conforme a sua participação na economia foi se intensificando. Segundo o autor, em 1980 os graduados ganhavam aproximadamente 35% a mais que aqueles que tinham apenas curso secundário nos Estados Unidos mas na metade da década de 1990 eles já estavam ganhando 70% a mais e aqueles com pós-graduação cerca de 90%:

[...] a tendência da era da informação foi recompensar a educação e ampliar o abismo de renda entre os instruídos e não-instruídos. Além disso, a classe média alta deixou de ser um pequeno apêndice da classe média e passou a ser um grupo demográfico distinto, em grande parte povoado por pessoas com diplomas extravagantes (BROOKS, 2002:35).

Segmento que passou a adotar também um estilo de vida diferenciado das classes estabelecidas. Segundo BROOKS (2002), os novos profissionais que emergiram nesse processo de escolarização e complexificação da economia abandonaram uma série valores e práticas tradicionalmente defendidas pelas elites americanas até a década de 1960. O pietismo religioso e as virtudes militares deram lugar ao movimento ecológico e valorização dos direitos humanos; a caça a raposa e os jogos de pólo foram trocados por ciclos de cinema japonês e jantares em restaurantes indianos. Fato que segundo BIDOU-ZACHARIASEN (2005) deve-se ao contexto em que deu-se a

ascensão social desses novos profissionais: pretendendo escapar dos espaços de distinção social já simbolicamente ocupados pela burguesia ou pela classe operária, passam a apostar em práticas diferenciadas capazes de lhes conferir um *status* em consonância com as suas aspirações. Não bastava mais ser um grande industrial mas sim ser dono de uma empresa socialmente responsável e preocupada com o meio-ambiente, da mesma forma que não bastava mais ao empresário de sucesso manter quantias significativas na sua conta bancária se ele não possuísse bons diplomas e um *portfólio* reconhecido por seus pares.

Além disso, suas visões de mundo implicaram também numa série de intervenções que transformaram significativamente o espaço urbano das grandes cidades: passaram a concentrar seus postos de trabalho em novos centros empresariais altamente sofisticados, a fazer compras e desenvolver seu lazer em espaços exclusivos, e foram morar em novos bairros residenciais mais afeitos ao seu modo de vida. Segundo BIDOU-ZACAHRIASEN (2005) foram eles também que passaram a ocupar antigos espaços de produção ora revitalizados para novos usos onde conjuntos de casas operárias foram transformados em *lofts*, antigas fábricas em centros culturais e armazéns portuários em danceterias e cafés... Espaços não por acaso herdados de uma fase do capitalismo que eles mesmos ajudaram a superar.

A ascendência destes profissionais para o centro do desenvolvimento econômico gerado pelo processo de globalização rapidamente colocou suas visões de mundo em evidência. Disseminadas inicialmente nos centros de vanguarda como Londres e Nova York, rapidamente elas passaram a circular pelas demais cidades interligadas através dos fluxos globais. Hoje, mesmo Porto Alegre possui a sua antiga usina termoelétrica transformada em centro cultural, sua antiga fábrica de tecidos que virou centro comercial e ainda sonha com a transformação de seu antigo porto num espaço cosmopolita e sofisticado, no rastro de outras como Buenos Aires, Boston, Lisboa ou Sevilha.

Dito isto, não é exagero afirmar que processo de globalização e todas as transformações econômicas, sociais ou culturais inerentes ao seu desenvolvimento criou e re-criou uma série de cidades ao redor do mundo. Alguns dos grandes centros de países que impulsionaram as primeiras décadas do capitalismo hoje pouco guardam do seu passado majoritariamente industrial. Cidades como Londres e Nova York, ou mesmo São Paulo e Porto Alegre no caso brasileiro, renascem no contexto mundial reciclando sua economia a partir dos setores emergentes do novo capitalismo, ao lado de novos centros como Bilbao, Xangai, Cancun ou Dubai que insurgem especializados em determinados serviços de ponta ou concentrando funções específicas dentro do sistema.

Mas importante lembrar que estamos longe de um processo igualitário. Segundo DAVIS (2006), a maioria das cidades dos países periféricos da América Latina, África e Ásia não conseguiram sequer acompanhar o fornecimento de serviços básicos como moradia, água potável e saneamento básico para a maioria dos novos moradores, que inflaram os índices de urbanização nas últimas décadas do século passado. Mesmo nos centros mais desenvolvidos, LANDRY (2005) afirma que o acesso às benesses do processo de globalização permaneceu restrito àqueles capazes de arcar com seus custos:

These changes also produce a new geography of exclusion. Vibrant, wealthier enclaves stand beside ghettos of poverty where cycles of deprivation lock people in. The consumer citizen requires cash to participate in the urban spectacle, yet people's consumption and leisure patterns overlap less and less. [...] For those with the education and portable skills – the portfolio workers – the city offers excitement, freedom and energy; for those without such personal assets it has only hopelessness, impotence, discomfort and squalor (LANDRY, 2005:37).

Apesar de mudanças significativas na estrutura econômica das grandes cidades os problemas permanecem. Os processos de globalização e terceirização da economia que tomaram forma na segunda metade do século XX não acabaram com os problemas sociais existentes nas grandes metrópoles, e, como será mostrado em seguida, as intervenções urbanas efetivadas pelas novas elites que se formaram no período tenderam a reforçar os processos de segregação social. Se novos espaços cosmopolitas e globalizados surgiram nas grandes cidades para atender as demandas das reestruturações econômicas acima descritas, eles permaneceram em grande parte restritos àquela minoria envolvida no seu desenvolvimento.

E em cidades de países periféricos cuja importância dentro do sistema vem crescendo a cada dia este processo reforça uma série de tensões sociais como aponta FIX (2009) para o caso da cidade de São Paulo. A busca incessante pela criação de espaços articulados com as tendências cosmopolitas e globalizantes, que tentam inserir a cidade cada vez com mais força no “mercado global de cidades”, geralmente se processa a partir de intervenções cada vez mais desconectadas do seu entorno, sem diálogo com o contexto urbano existente, não poucas vezes com ações de remoção de ocupações de baixa renda limítrofes e geralmente patrocinadas por vultuosos investimentos do poder público:

O mito da cidade global corresponde, no plano da produção da cidade, ao esforço de “adequação” às supostas novas exigências e obrigações criadas pela globalização [...] Tem como miragem a reprodução, em escala modesta, do *skyline*

que mimetiza os centros de comando e projeta, em um país semi-periférico, a imagem de uma cidade global (FIX, 2009:61).

Cidade que torna-se cada vez mais fragmentada e cujos problemas persistem. No entanto os processos de globalização e terceirização da economia apresentam-se indubitavelmente consolidados e ao que parece as grandes cidades do mundo contemporâneo de fato passam a ter no setor terciário a grande força motriz de sua economia e na concentração e diversidade dos serviços oferecidos talvez o seu maior trunfo. Mas suas mazelas continuam e talvez a maior delas seja o recrudescimento das distinções sociais que cada vez mais se exacerbam no espaço urbano criando distinções cada vez mais visíveis e intransponíveis entre os diferentes segmentos sociais que compartilham a mesma cidade.

1.2 Erguendo muros: sobre a criação de espaços segregados na cidade.

Algumas intervenções urbanas podem ser consideradas emblemáticas desse contexto que veio se constituindo ao longo da segunda metade do século XX, não apenas por terem se tornado presença constante nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas mas principalmente pelo quanto elas nos indicam de como a cidade vêm sendo percebida pelas elites econômicas que vêm se constituindo desde então. Dentre elas cabe destacar os condomínios fechados e os *shopping centers*, ambos aqui considerados arquétipos seminais dos espaços onde passou a se manifestar o novo estilo vida urbano dos segmentos sociais de maior renda, concentrando boa parte das suas atividades residências, comerciais e de lazer.

Quanto aos *shopping center*, o fenômeno teve início no Brasil já na década de 1960 com a inauguração do *Shopping Iguatemi* em 1966 na cidade de São Paulo, tendo se consolidado durante as décadas de 1980 e 1990 estendendo-se para boa parte das grandes e médias cidades brasileiras, mantendo taxas de crescimento significativas até os dias de hoje. Segundo dados divulgados pela associação que reúne empresários do setor, existiam em 2010 mais de 400 estabelecimentos do gênero no país, que faturaram cerca de R\$87.000.000.000,00 no ano e tiveram um trânsito de pessoas estimado em 328.000.000 por mês¹⁴. Espaços indiscutivelmente cosmopolitas e globalizados onde é possível consumir artigos de vanguarda no mercado internacional como *IPad's*, *Blueray's* e *Netbooks*;

¹⁴ Dados obtidos junto ao portal da Associação Brasileira de Shopping Center (ABRASCE): <http://www.portaldoshopping.com.br/>

acompanhar as tendências lançadas por *Prada, Gucci, Armani, Timberland* ou *Oakley*, assim como aproveitar o tempo ocioso nas redes *Cinemark, Subway* e *Pizza Hut*.

Já os condomínios fechados, segundo CALDEIRA (2000), começaram a surgir na década de 1970 na cidade de São Paulo em regiões até então pouco urbanizadas como os bairros Morumbi e Vila Andrade, tendo como marco a inauguração do condomínio Portal do Morumbi em 1976 formado por 16 torres de 25 andares numa área murada de 160.000 m², onde cerca de 120.000 m² correspondiam a áreas comuns de lazer e recreação. Fenômeno que também se consolidou ao longo das décadas de 1980 e 1990 atingindo proporções significativas a partir do fortalecimento de grandes redes que multiplicaram seus empreendimentos pelo país. A rede Alphaville, por exemplo, após um início tímido na região metropolitana de São Paulo na década de 1970 está presente hoje em 40 cidades de 16 estados brasileiros, investindo em condomínios com amplas áreas de lazer, baixas densidades habitacionais, áreas verdes e fortes esquemas de segurança. Características compartilhadas pelos demais empreendimentos do gênero que oferecem ao seu público alvo a possibilidade de morar em um espaço tranquilo, cuidadosamente urbanizado, com um paisagismo primoroso, e não raras vezes com algumas extravagâncias como campos de golfe ou heliportos.

Mesmo projetados para desempenhar funções diferentes (comercial e residencial) ambos os tipos de empreendimento mantêm características e elementos em comum, indicando que eles fazem parte de um mesmo processo que começou a tomar forma no final da década de 1960 e se consolidou plenamente durante as décadas de 1980 e 1990 nas grandes cidades brasileiras. Dentre eles cabe citar especialmente o investimento em sistemas de segurança propostos para proteger seus frequentadores e usuários, bons projetos arquitetônicos e paisagísticos em seu interior, barreiras físicas claras marcando os limites do empreendimento, um público alvo definido, além de uma relativa homogeneidade de seus consumidores nivelada pelo preço dos imóveis ou dos produtos ofertados nas lojas... Características que evidentemente não surgiram por acaso.

Durante a década de 1970 o furor econômico gerado pelas políticas desenvolvimentistas do Regime Militar começou a se enfraquecer deixando cada vez mais evidente a concentração de renda por elas geradas no país e seus problemas inerentes. Os níveis de pobreza e miséria atingiram percentuais consideravelmente elevados, a população das grandes cidades seguiu crescendo e com isso acentuando-se as desigualdades no acesso aos serviços básicos e infra-estrutura urbana, principalmente entre a população mais pobre que começava a formar numerosos núcleos habitacionais nas periferias das capitais e respectivas regiões metropolitanas. A recessão econômica que se seguiu durante as décadas de 1980 e 1990 marcada pela falência do Estado e o esgotamento das políticas

intervencionistas até então existentes (como as promovidas pelo Banco Nacional de Habitação, por exemplo) ampliaram as dificuldades econômicas e as grandes cidades passaram por momentos indiscutivelmente difíceis, com a sua população tendo de enfrentar perdas significativas no seu poder compra, altas taxas de inflação, desemprego, sucateamento das instituições públicas, degradação do espaço público, além de um aumento significativo das taxas de criminalidade.

Esse cenário econômico pouco convidativo evidentemente deixou suas marcas. O medo generalizado da violência e a sua constante associação com os espaços ligados à população pobre exacerbaram os processos de segregação social e reforçaram sua importância enquanto elemento central para compreender a configuração e o uso dos espaços nas grandes cidades brasileiras.

Segundo SCHAPIRA (1999) os diferentes grupos sociais começaram a investir em estratégias de diferenciação para seus espaços residenciais, comerciais e profissionais cada vez mais enfáticas e radicais a fim de demarcar claramente suas posições na cidade. Um processo generalizado onde as localizações passaram a ser utilizadas como um meio de definir e materializar as fronteiras sociais existentes, no qual o acesso a um determinado bairro identificado com as classes altas, por exemplo, torna-se um elemento chave na definição do pertencimento a um determinado grupo e o distanciamento à outros. Mesmo dentre a classe média – diretamente atingida pela crise econômica e pela retração do Estado devido a privatização de uma série de serviços públicos que ocorreram no período – tornou-se presente o esforço para afirmar suas diferenças frente a população “favelada” ou “miserável” seja a partir da busca pelos novos bairros mais “seguros” ou investindo em segurança privada para evitar o trânsito de “vizinhos suspeitos”:

La dilution de la pauvreté modifie les pratiques et les usages de la ville, dont la spatialisacion ne peu plus être seulement pensée en termes d'enclave (favelas, villas miséria, vecindades), mais aussi comme un phénomène qui touche une large partie du territoire et qui avive les différences entre les quartiers, voire entre les îlots, traçant de nouvelles frontières entre les riches et les pauvres commes entre les pauvres et les moins pauvres (SCHAPIRA, 1999:134).

Não se trata aqui simplesmente de um clivagem econômica mas principalmente de um reflexo da forma como a cidade passou a ser percebida pelas classes médias e altas e de como elas encararam transformações urbanas que tomaram forma no período. Os discursos em torno do aumento da violência e do caos urbano tornam-se cada vez mais presentes e freqüentes, servindo como pretexto para as classes médias e altas passarem a evitar espaços identificados com as populações pobres e marginalizadas e a investir em espaços privados em nome da sua segurança. Segundo a autora, começaram a se tornar cada vez mais numerosos nas principais cidades da América Latina

(principalmente naquelas “globais” por excelência como São Paulo, Cidade do México ou Buenos Aires) bairros residenciais exclusivos cada vez mais distantes do centro consolidado da cidade ou mesmo enclaves residências destinados a atender as novas exigências das elites urbanas desenvolvidas na relação com o contexto existente.

No caso brasileiro começaram a surgir os condomínios fechados amplamente revestidos por imagens que aludiam à segurança e ao bem-estar intra-muros, consumidos obviamente por àqueles capazes de arcar com os custos inerentes. Contudo seu surgimento evidencia também um processo criminalização dos segmentos pobres da sociedade, que vai muito além de uma simples resposta mecânica ao medo da violência. Segundo CALDEIRA (2000), os muros que cercam os condomínios fechados também fragmentam o espaço urbano criando verdadeiros enclaves fortificados dentro da cidade cujo acesso passa a ser restrito e controlado: instituem espaços coletivos, mas de uso privado, limitado apenas àqueles reconhecidos como iguais. Espaços onde a desigualdade passa a ser um valor estruturante que delimita fronteiras entre exterior e interior, restringindo movimentos e estabelecendo separações claras entre os diferentes grupos que compartilham a cidade. A heterogeneidade social passa a ser temida em nome do aumento da criminalidade:

O crescimento do crime violento em São Paulo desde meados dos anos 80 gerou medo e uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção de muros é a mais emblemática. Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos [...] A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais (CALDEIRA, 2000, p.9-10).

Discurso que reifica o medo da violência e coloca a fuga para os condomínios não apenas como uma opção do indivíduo por determinada tipologia residencial, mas como uma necessidade coletiva para se proteger da “crise urbana”. Crise que por sua vez é constantemente associada ao crescimento desordenado das grandes cidades, à falta de planejamento, às migrações campo-cidade, à favelização e uma série de outros processos sociais diretamente associados à presença das classes populares na cidade. Argumento que segundo RIBEIRO (2004) não é novidade e apenas reedita percepções já presentes no início do século XX:

Hoje, como naquela época, com efeito, as elites olham assustadas para a cidade e identificam na sua suposta desordem a causa de seus problemas sociais. Ontem a crise sanitária era a consequência dessa desordem. Hoje é a violência. Nos dois

momentos, a desordem emana dos espaços das camadas populares e de suas práticas. Ontem, os cortiços. Hoje as favelas e as periferias pobres das metrópoles (RIBEIRO, 2004, p.17).

Contudo, é importante ressaltar que os planos de embelezamento e melhoramentos¹⁵ que proliferaram nas grandes cidades brasileiras no início do século XX ainda previam grandes intervenções urbanas preocupadas em valorizar o espaço público da cidade. Os cortiços, becos e vielas precisavam ser eliminados para dar lugar às novas avenidas, praças e jardins, e assim suprir os desejos da recém consolidada burguesia urbana que desenvolvia boa parte da sua vida social nas ruas da cidade. Já os condomínios fechados e os *shopping centers*, ao contrário, negam completamente o espaço público constituído da cidade. Neles, a vida social passa a se desenvolver em espaços idílicos privados, projetados para restaurar as qualidades perdidas da vida urbana: “*to create essentially a fantasy urbanism devoid of the city's negative aspects: weather, traffic, and poor people*” (CRAWFORD, 1992, p.22).

Cabe ressaltar também que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas no Brasil por processos de ampliação da democracia e inclusão das classes populares no processo político de tomada de decisões, mas segundo CALDEIRA (2000) foi justamente durante esse período que paradoxalmente os processos de segregação social se intensificaram. Não só as ruas, parques e antigos bairros centrais passaram a ser reconhecidos pelas elites urbanas como espaços perigosos e degradados (devendo portanto ser evitados), como uma série de outras instituições públicas – destacando o sistema de saúde e o sistema de ensino – passaram a ser identificados como deficientes e defasados. Processo onde novamente intensificaram-se as fronteiras sociais entre aqueles que podiam acessar um aquecido sistema privado que surgiu para suprir tais demandas e os demais, num processo onde obviamente o público passa a ser imediatamente associado à população pobre da cidade. A complexidade deste momento histórico certamente não será aqui esgotada. O importante aqui é apenas assinalar a pertinência deste movimento executado pelas classes médias e altas (inclusive aquelas que começam no período a se integrar aos processos de reestruturação econômica gerados pela globalização) e compreender a perversidade desta hierarquização envolvendo espaços públicos e privados. Conforme a população das cidades foi crescendo e as classes populares demandando o acesso universal (republicano e democrático) aos serviços e espaços públicos da cidade que eles passam a reconhecer como seus, as classes médias e altas os abandonam em prol

¹⁵ Citando, como exemplo, o Plano Remodelação e Embelezamento elaborado por Donat-Alfred Agache para a cidade do Rio de Janeiro (1926), e o Plano de Melhoramentos de João Moreira Maciel para a cidade de Porto Alegre (1914).

dos serviços privados, revestindo esse movimento com discursos sobre violência urbana, crise urbana, falta de planejamento, etc.

Esse movimento foi tão abrangente que atualmente a busca pelos condomínios fechados não se limita mais as elites econômicas. Hoje é possível encontrar empreendimentos desse tipo voltados inclusive para as classes de menor poder aquisitivo, limitados em termos de infra-estrutura interna mas mantendo os mesmos padrões de diferenciação e segregação. Algo que ilustra a amplitude destes discursos e demonstra quão generalizada tornou-se a busca por estes espaços.

1.2.1 O desenvolvimento do fenômeno em cidades brasileiras e latino-americanas.

Segundo CALDEIRA (2000) estes processos de segregação social não são propriamente uma novidade nem uma exceção, tendo em vista que para a autora o espaço urbano organiza-se basicamente a partir de padrões de diferenciação social que variam historicamente, e que nos permitem compreender os princípios que estruturam a vida pública e como os diferentes grupos sociais se inter-relacionam na cidade.

Ao analisar o caso da cidade de São Paulo, a autora define três grandes períodos que apresentaram variações significativas nos padrões de segregação social ao longo do século XX. Até 1940 a cidade apresentava um núcleo compacto onde os diferentes grupos sociais ainda compartilhavam uma mesma área urbana pequena, estabelecendo suas diferenças essencialmente a partir dos tipos de moradias característicos de cada segmento (cortiços de um lado e sobrados de outro). Da metade do século até a década de 1980 consolida-se um padrão centro-periferia onde as elites urbanas seguem estabelecidas na região central da cidade e em alguns bairros adjacentes, e a população pobre começa a habitar as periferias em torno do núcleo urbano consolidado. O período caracteriza-se por uma significativa diferença nos padrões de acesso a infra-estrutura e serviços urbanos, que ainda privilegiavam principalmente a população de maior poder aquisitivo que conseguia acessar os espaços providos de tais recursos. O período é marcado também pela existência de uma grande distância física entre os bairros populares e os bairros das elites.

Mas no período seguinte o padrão centro-periferia se enfraquece. A partir da década de 1980 começa a ganhar forma um novo padrão de distribuição das classes sociais no espaço onde os diferentes segmentos voltam a estar próximos fisicamente. As classes de maior poder aquisitivo começam a abandonar progressivamente os bairros centrais e a ocupar regiões periféricas ou mesmo alguns municípios vizinhos da região metropolitana, anteriormente só habitados por populações de

baixa renda. Proximidade que reforçou o sentimento de insegurança levando os novos empreendimentos a adotar o modelo de enclave fortificado, assim descrito pela autora:

(os enclaves fortificados) São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar (CALDEIRA, 2000, p.259)

A autora aponta também que os condomínios fechados tornaram-se espaços que passaram a conferir status e prestígio aos seus moradores. Por demarcarem claramente a fronteira entre aqueles que estão dentro e fora dos muros, estes espaços passaram a ser utilizados como forma de ressaltar as diferenças sociais, estabelecendo hierarquias entre os indivíduos. Processo semelhante ao ocorrido na ocupação da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, onde segundo RIBEIRO (1996), os moradores passaram a adquirir não apenas um imóvel em determinado condomínio mas também um estilo de vida contemporâneo e cosmopolita associado aos novos empreendimentos.

Processo que alterou também as dinâmicas metropolitanas das grandes cidades. Segundo CALDEIRA (2000) muitos municípios contíguos a cidade de São Paulo apresentaram um crescimento demográfico significativo na década de 1990, ligado ao deslocamento das classes altas para os novos empreendimentos residenciais que começaram a ser construídos no período. Exemplo das cidades de Barueri e Santana da Parnaíba após a construção do mega-empreendimento Alphaville, que congrega uma série de bairros residenciais privativos de luxo além de um centro comercial e empresarial exclusivo, dotado de toda a infra-estrutura necessária para desenvolvimento das atividades cotidianas de seus moradores.

Processo semelhante ao ocorrido também na cidade de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo ANDRADE (2006), as altas taxas de crescimento populacional apresentadas na década de 1990, refletem não uma ocupação tardia por populações de baixa renda como ocorreu em outros municípios do entorno, mas um processo de periferação das classes médias e altas a partir da oferta de moradias nos novos condomínios fechados. Apesar de já existir uma série de condomínios de casas de final de semana no município desde a década de 1950, o período marcou uma virada importante no teor da ocupação:

A segunda mudança da década de 1990 foi o surgimento de um novo tipo de condomínio e de empreendimentos voltados para o consumo e lazer. Nos primeiros condomínios residenciais a dependência de Belo Horizonte era muito alta. [...] Já os empreendimentos imobiliários mais recentes, como o Alphaville Lagoa dos Ingleses e o Vale dos Cristais, inauguram um novo tipo de condomínio que os empreendedores denominam de minicidades, devido à oferta de vários serviços como comércio, educação, salas para escritórios, *shopping centers*, clubes (ANDRADE, 2006, p.149).

Fenômeno que não se restringe à realidade brasileira, sendo compartilhado também por outros países da América do Sul, a exemplo do caso da cidade de Santiago do Chile descrito por HIDALGO et al. (2006). Segundo os autores, a difusão de bairros residenciais fechados ganha força no país somente na década de 1990, a partir do lançamento de uma série de mega-projetos habitacionais, que incluíam no seu interior um conjunto de equipamentos e serviços. Ao longo da década, os empreendimentos começam a aumentar de tamanho e a aumentar significativamente a variedade de serviços e equipamentos oferecidos, conferindo-lhes uma relativa autonomia em relação ao núcleo urbano consolidado da cidade.

Já na cidade de Buenos Aires o mercado das “urbanizações privadas” apresenta números surpreendentes. Segundo LACARRIEU & THUILLIER (2001), existem algo entre 350 e 400 empreendimentos desta natureza na Grande Buenos Aires, abrigando cerca de cem mil residentes e ocupando uma superfície de 320 Km², quase o dobro da área ocupada pela Capital Federal. De forma análoga ao ocorrido no Brasil, eles surgem a partir dos discursos que passaram a associar a cidade consolidada a uma série de problemas gerados pela “crise urbana” das últimas décadas do século XX. Semelhante aos seus congêneres brasileiros, os empreendimentos da capital argentina prezam pela homogeneidade de seus moradores chegando alguns deles a estabelecer comissões para avaliar a entrada de novos moradores, e mesmo elementos dos projetos desenvolvidos para muitas das urbanizações fechadas da periferia chegam a recusar elementos estruturadores da vida urbana da cidade tradicional:

El espacio emblemático de la ciudad, la calle, como lugar de paseo, de sorpresa, como escena y horizonte de la ciudad, desaparece por completo. La calle es reducida a un espacio de tránsito automotor, pero donde nadie para, se detiene, o pasea, a tal punto que raramente esas “calles” privadas tienen veredas. El club-house cumple el papel, de manera muy pobre y restrictiva, de “espacio público central” (LACARRIEU; THUILLIER, 2001, p.91).

Por fim cabe citar o caso da cidade de Caracas, onde o processo de confinamento das elites se manifesta de forma peculiar. Segundo GARCIA & VILLA (2001) têm se proliferado pelas ruas dos setores da cidade onde residem as classes altas, uma série de dispositivos privados de segurança

que restringem a circulação dos indivíduos. Popularmente chamados de *casetas de vigilância*, consistem em cancelas que bloqueiam as ruas e são manipuladas por agentes de segurança privada que se abrigam em guaritas construídas na via pública, freqüentemente armados e acompanhados por cães. Segundo os autores, essa foi a forma predominante de segregação apresentada pelas classes de maior poder aquisitivo nas duas últimas décadas do século XX, representando uma progressiva privatização de ruas, calçadas e outros espaços públicos em sua origem.

Novamente as relações que se constituem no espaço público urbano são percebidas pelos moradores como um universo inevitável de suspeitas e a constante possibilidade de agressões. Os autores inclusive ressaltam que o efeito da instalação desses pontos de vigilância e controle é tão contundente, que chega a coagir o trânsito dos não-residentes na região:

[...] instalados siempre en puntos estratégicos para el acceso a dichas zonas para ejercer la disuasión, las ARU¹⁶ y sus derivados producen en los vecinos protegidos un sentimiento de seguridad y bienestar mientras que en los transeúntes no bienvenidos, sentimientos de extrañeza, invasión y culpa (GARCIA; VILLÁ, 2001, p. 79).

Os exemplos acima foram recuperados para ilustrar tal processo de confinamento das elites econômicas, que longe de ser um privilégio de uma ou outra metrópole, tem se transformado num elemento estruturador da vida urbana nas grandes cidades contemporâneas na América Latina. Espaços que se caracterizam por sua homogeneidade social, pelo enclausuramento dos seus moradores a partir de uma série de estratégias de segurança empregadas, mas principalmente por transformarem o espaço público da cidade em algo temido, e conseqüentemente aqueles que o utilizam em prováveis suspeitos.

LACARRIEU e THUILLIER (2001) ressaltam também que a população desses novos enclaves residenciais gerou uma significativa demanda por serviços que muitas vezes não são oferecidas no seu interior, nem existem previamente no seu entorno por se tratarem de bairros periféricos desprovidos de infra-estrutura. No caso da região de Buenos Aires isso levou ao desenvolvimento de uma série de novos núcleos comerciais e empresarias que começaram a se estabelecer nas proximidades dos condomínios residenciais. Papel na maioria das vezes desempenhado por grandes *shopping centers*, que se transformaram nos novos centros de comércio e

¹⁶ ARU é o termo utilizado pelos autores para denominar os dispositivos de vigilância instalados nas ruas dos bairros residenciais das elites da cidade.

lazer para as elites urbanas da cidade¹⁷. Empreendimentos que se enquadram nas características dos enclaves fortificados conceituados por CALDEIRA (2000), pois também têm seu acesso restrito e controlado, prezando pela homogeneidade social em nome da segurança dos seus freqüentadores. No mais, sua relação com o espaço público da cidade também segue a mesma fórmula apresentada pelos condomínios fechados:

Like the suburban house, which rejected the sociability of front porches and sidewalks for private backyards, the mall looked inward, turning their back to the public street. Set in the middle of nowhere, these consumer landscapes reflected the profound distrust of the street as a public arena [...] Instead, streets, preferably high-speed highways, served exclusively as automobile connections between functionally differentiated zones and structures (CRAWFORD, 1992, p.21).

Além dos condomínios fechados e dos *shopping centers* que passaram a atender as demandas por habitação, lazer e consumo das elites urbanas das grandes cidades do continente, outro tipo de empreendimento que merece aqui ser lembrado são os centros empresariais que também começaram a ser construídos no período para o desenvolvimento das atividades profissionais destes indivíduos. Geralmente lançados em novas frentes de expansão imobiliária assumem as mesmas características e padrões de “enclave fortificado” descrito por CALDEIRA (2000), além de oferecerem o que há de mais moderno e sofisticado em termos de projeto e instalações, e estarem freqüentemente associados a marcas de grandes empresas multinacionais ou áreas emergentes do capitalismo globalizado. Voltando novamente ao caso da cidade de São Paulo – cidade brasileira onde estes processos encontram-se mais consolidados, visíveis e intensos em função do volume de capital que por lá circula e pelo posicionamento de mais importante cidade do país por ela assumida nesse contexto de reestruturação produtiva, terceirização, globalização e etc. – o exemplo da região da Marginal Pinheiros no entorno da recém inaugurada ponte Otavio Frias descrito por FIX (2009) é emblemático.

A região desde a década de 1990 vem recebendo uma série de grandes empreendimentos comerciais e empresariais, em geral compostos por grandes arranha-céus ou conjuntos de torres de alto padrão construídas para atender grandes empresas, corporações ou hotéis de cadeias internacionais, cujas marcas que marcam as fachadas dos edifícios ilustram a pretensão cosmopolita por eles assumida: Banco Santander, *Boston Bank*, Nestlé, *Microsoft*, *Hewlett-Packard*,

¹⁷ Importante ressaltar que apesar dos *shopping centers* terem surgidos para atender abrigar atividades de comércio e serviços voltados para os segmentos de maior renda, existem atualmente várias empreendimentos desse tipo voltados também para as classes populares. Muitos foram instalados em subúrbios ou bairros periféricos de baixa renda e focam sua oferta de produtos e serviços nos padrões de renda existente nessas localidades.

Monsanto, Toyota, Hilton, Sheraton, Citibank, Rede Globo de Televisão, UNILEVER, General Electric, Bunge, dentre tantas outras que aqui poderiam ser citadas. Segundo a autora, o desenvolvimento desta região segue o eixo de expansão Sudoeste apresentada pelas elites da cidade, e desde a década de 1970 vêm recebendo inúmeros investimentos públicos em infra-estrutura, especialmente na melhoria dos acessos viários culminando com a melhoria da Avenida Jornalista Roberto Marinho e a construção da Ponte Otavio Frias facilitando a ligação com o aeroporto de Congonhas, o bairro do Morumbi, Marginal Pinheiros, etc.

Empreendimentos ligados às novas demandas geradas pela já citada renovação do papel das grandes cidades que passam a demandar por mais espaços para atender a estrutura administrativa das grandes empresas multinacionais que atuam no país, e evidentemente muito interessam ao poder público pela aura que criam em torno da cidade a partir das imagens de riqueza, poder e requinte que produzem. Mas como lembra a autora, o custo social dessas intervenções também foi alto. Para a efetivação das obras do sistema viário que serve essa região, a população das favelas limítrofes foi sumariamente removida e deixada praticamente sem assistência, sendo que apenas 5% delas acabaram assistidas por programas habitacionais da prefeitura.

Todos estes elementos apontam para a mesma direção. Os espaços nas grandes cidades contemporâneas da América do Sul tendem a se tornar cada vez mais exclusivos e excludentes. Espaços que se caracterizavam por sua heterogeneidade e potencial de gerar interações entre indivíduos de diferentes grupos sociais (como os centros históricos, parques ou mesmo a escola pública), passam a ser negado pelas elites em favor de novos espaços marcados pela homogeneidade social, acesso restrito e pouco diálogo com o contexto envolvente. Os discursos sobre o aumento da violência urbana disseminaram um sentimento de medo, onde transitar pelos espaços públicos transformou-se num risco eminente. No entanto, LOW (2003) alerta que se o aumento da criminalidade no EUA durante a década de 1960 gerou insegurança e uma conseqüente fuga das elites para as *gated communities*, o declínio das taxas de crimes violentos após a década de 1980 não reverteu esse processo. Mostrando como o processo de fuga para os condomínios fechados não mantém uma relação direta com os níveis de violência como em geral os discursos sobre o assunto supõem.

Quanto ao caso brasileiro vale aqui frisar que se as décadas de 1980 e 1990 apresentaram índices sócio-econômicos problemáticos em função das crises enfrentadas, foi também durante esse período que os ganhos gerados pela reestruturação do sistema capitalista começaram a se tornar significativos. Mas o resultado desse processo – ao menos para as grandes cidades do país – foi um cenário onde por um lado emergiram grandes espaços, empreendimentos ou intervenções

sofisticadas e cosmopolitas ilustrando o sucesso econômico de uma elite que conseguiu alcançar bons ganhos nesse contexto; mas por outro a manutenção de uma série de problemas como concentração de renda, discriminação, segregação, e etc. A citação de DAVIS (1992) apresentada a seguir, descreve primorosamente este processo mesmo tratando-se de uma cidade pertencente a um contexto completamente diferente, ilustrando como os temas aqui tratados de fato aludem a um contexto “global” onde as grandes cidades não compartilham somente seus fluxos de informação, conhecimento ou estilos de vida, mas também as conseqüências das escolhas adotadas:

The carefully manicured lawns of Los Angeles's Westside sprout forests of ominous little signs warning: 'Armed Response!' Even richer neighborhoods in the canyons and hillsides isolate themselves behind walls guarded by guntoting private police and state-of-art electronic surveillance. Downtown, a public-subsidized 'urban renaissance' has raised the nation's largest corporate citadel, segregated from the poor neighborhoods around it by a monumental architectural glacis. [...] Welcome to post-liberal Los Angeles, where the defense of luxury lifestyles is translated into a proliferation of new repressions in space and movement, undergirded by the ubiquitous 'armed response'. This obsession with physical security systems, and, collaterally, with the architectural policing of social boundaries, has become a zeitgeist of urban restructuring, a master narrative in the emerging built environment of the 1990s (DAVIS, 1992:223)

1.3 O Caso da cidade de Porto Alegre

Os processos acima descritos também fizeram-se presentes na cidade de Porto Alegre ressaltadas as proporções inerentes ao seu posicionamento dentro do sistema e ao volume de capital e investimentos que circula pela cidade. Conforme já dito, a cidade segue a tendência apresentada pelas demais grandes metrópoles mundiais de transformar-se em um centro de comando e gestão tanto para o setor privado quanto para o público (tendo em vista ser ela a capital de um Estado da Federação), com a economia majoritariamente voltada para o setor terciário, além de reunir também um número significativo de centros de ensino superior, pesquisa e inovação. Nesse contexto algumas transformações começaram a se evidenciar na configuração da cidade e no uso de seus espaços pelos diferentes segmentos sociais. Dentre elas, uma que aqui merece destaque é o fortalecimento de novas centralidades onde passaram a se concentrar grande parte dos novos investimentos relacionados às atividades residenciais, profissionais, comerciais e de lazer dos segmentos de maior renda.

Segundo RIGATTI (2004) a região central de Porto Alegre que até a década de 1970 ainda era a principal força econômica da cidade, começou a perder gradativamente ao longo das duas décadas seguintes uma série de atividades comerciais ligadas ao consumo sofisticado, transferidas

principalmente para os *shopping centers* que começavam a surgir no período. Da mesma forma, parte significativa dos serviços oferecidos por profissionais liberais de renome (médicos, advogados, arquitetos, consultores, etc.) também se transferiram para áreas especializadas em outras partes da cidade, e além deles as novas empresas, lojas, hotéis e serviços ligadas às áreas emergentes do capitalismo e afeitas ao estilo de vida e às aspirações profissionais das novas elites também deixaram de se instalar na região. Processo que não é exclusividade da cidade de Porto Alegre como indica VILLAÇA (2009):

A década de 1960 marcou, em todas as nossas metrópoles e mesmo em cidades médias, o início do desenvolvimento de grandes “sub-regiões urbanas” de comércio e serviços voltados para as camadas de alta renda; para essas sub-regiões transferiram-se lojas, consultórios, cinemas, restaurantes, bancos, profissionais liberais, estabelecimentos de diversão, etc. que atendiam àquelas camadas e que se localizavam no centro principal. (VILLAÇA, 2009, p.277)

Segundo a bibliografia que vem se dedicando ao tema, dois espaços têm se destacado na cidade enquanto novos pólos que vêm concentrando uma série de empreendimentos sofisticados e de alto padrão voltados para o desenvolvimento de atividades relacionadas às elites. Dentre eles o mais significativo é o situado à leste do Centro Histórico da cidade, na área no entorno do cruzamento das avenidas Dom Pedro II/Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha, que abriga atualmente uma série de edifícios empresariais, espaços comerciais, escolas particulares, hotéis de redes internacionais e um importante centro médico privado. O cruzamento articula também uma série de bairros residenciais cuja ocupação nas últimas décadas têm estado majoritariamente associada às elites econômicas da cidade: Bela Vista, Boa Vista, Mont’Serrat, Petrópolis, Higienópolis, Auxiliadora, Três Figueiras e Chácara das Pedras.

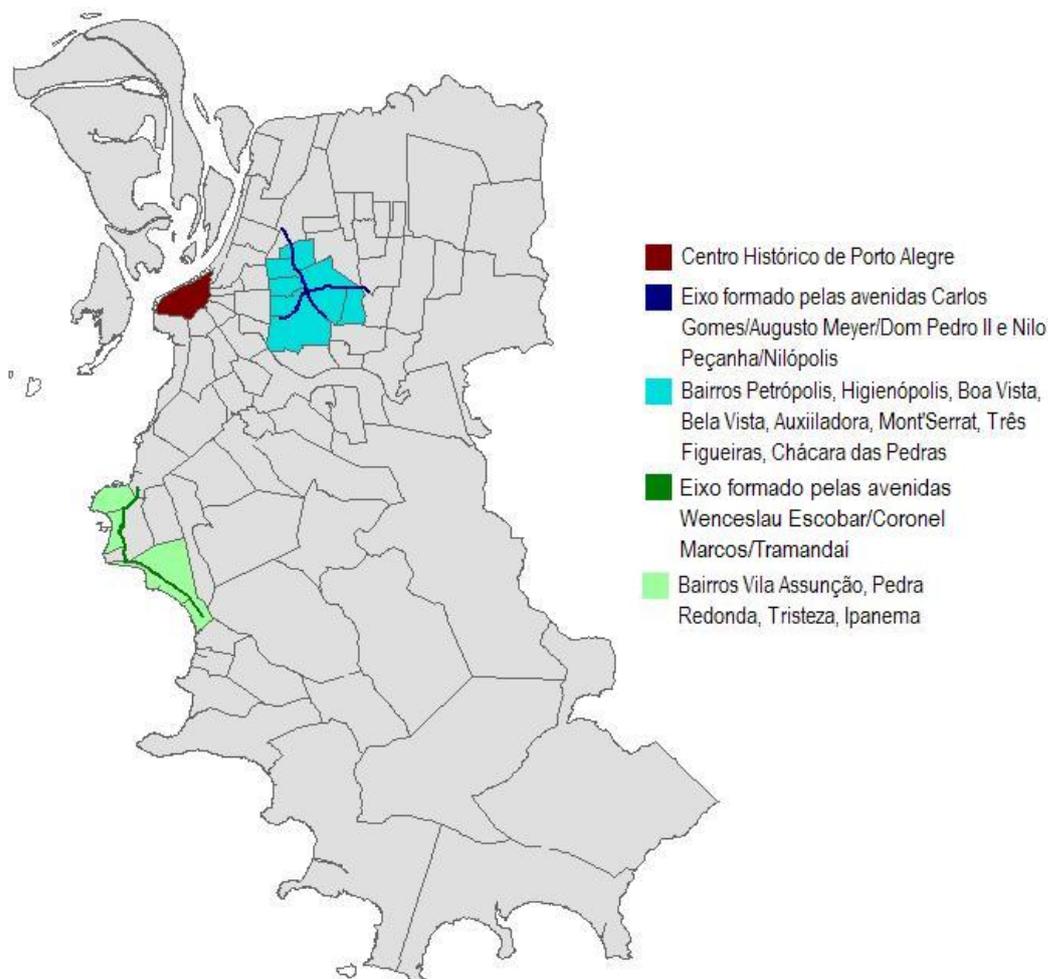
Já o segundo, corresponde ao entorno das Avenida Wenceslau Escobar/Coronel Marcos/Tramandaí na zona sul da cidade, com um desenvolvimento mais modesto e associado à expansão dos bairros residenciais majoritariamente formados por imóveis uni-familiares como Vila Assunção, Tristeza, Pedra Redonda e Ipanema, além de servir de acesso para os grandes condomínios fechados instalados na região. Ambos os pólos estão afastados respectivamente 5km e 10km do Centro Histórico da cidade e sua posição pode ser visualizada no mapa abaixo, além disso ambos possuem também seus bairros presentes na lista daqueles com maior rendimento médio conforme a tabela seguinte:

Tabela 1: Lista dos 20 bairros de Porto Alegre com maior rendimento médio em Reais do responsável pelo domicílio no ano 2000.

Bairro	Rendimento Médio	Bairro	Rendimento Médio
Três Figueiras	R\$ 5799,70	Petrópolis	R\$ 3071,60
Bela Vista	R\$ 5202,00	Jardim Lindóia	R\$ 3035,60
Vila Assunção	R\$ 4748,00	Auxiliadora	R\$ 2996,90
Moinhos de Vento	R\$ 4479,20	Higienópolis	R\$ 2743,30
Boa Vista	R\$ 4033,60	Farroupilha	R\$ 2627,80
Mont' Serrat	R\$ 3679,40	Tristeza	R\$ 2550,50
Pedra Redonda	R\$ 3407,30	Menino Deus	R\$ 2391,60
Chácara das Pedras	R\$ 3248,30	Ipanema	R\$2307,88
Rio Branco	R\$ 3197,80	Bonfim	R\$2302,38
Independência	R\$ 3120,80	Santa Cecília	R\$2226,56
		Porto Alegre	R\$ 1499,90

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000.

Figura 3: Mapa da cidade de Porto Alegre ilustrando a localização do Centro Histórico e dos os espaços ligados aos segmentos de maior renda.



Fonte: Produzido no *software* TerraView 4.0.0

O desenvolvimento destes dois pólos segue uma tendência já apontada por CABRAL (1982) em seu trabalho pioneiro sobre o tema. Segundo o autor, a expansão das áreas residenciais ligadas aos segmentos de maior renda já apresentava na época de seu estudo uma forte tendência a se agrupar no entorno de um eixo que partia do Centro Histórico rumo ao leste da cidade. Movimento que começou junto à Praça Marechal Deodoro (ou Praça da Matriz) e seguiu pela Rua Duque de Caxias e Avenida Independência até a Praça Júlio de Castilhos, associada ao desenvolvimento dos bairros Independência, Bonfim e Moinhos de Vento que continuavam presentes na lista dos mais ricos da cidade no ano 2000. No entanto, os dados da tabela anterior indicam que a expansão continuou seguindo a mesma direção atestando a atualidade da tese do autor para a compreensão dos deslocamentos efetuados pelas classes altas na cidade.

O prolongamento do eixo seguiu pelas Ruas 24 de Outubro e Plínio Brasil Milano até a perpendicular formada pelas avenidas Carlos Gomes/Augusto Meyer/Dom Pedro II expandindo-se sob a forma de leque para os bairros Rio Branco, Santa Cecília, Petrópolis, Bela Vista, Boa Vista, Mont'Serrat, Higienópolis, Auxiliadora, Três Figueiras e Chácara das Pedras, que até a década de 1980 ainda mantinham uma ocupação pouco densa com alguns deles associados à presença de classes populares¹⁸. A densificação destes bairros e sua conseqüente valorização fundiária começou a se efetivar somente após a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre efetuada em 1987. Segundo ROVATTI (1996) após intensos debates e ardilosas manobras retóricas efetuadas pelos agentes econômicos e políticos envolvidos na produção imobiliária da cidade, a primeira edição do plano de 1979 foi modificada tendo sido alterados os índices que regulam as áreas máximas edificáveis em cada terreno. Grande parte da cidade teve seus índices aumentados, inclusive nos bairros Moinhos de Vento, Petrópolis, Rio Branco, Auxiliadora, Mont'Serrat, Bela Vista, Higienópolis e Boa Vista, o que possibilitou a substituição do estoque residencial uni-familiar que predominava nestes bairros por edifícios de apartamentos.

A região seguiu recebendo grandes investimentos públicos como o prolongamento da Avenida Nilo Peçanha e a Implantação da Terceira Avenida Perimetral sobre o eixo Carlos Gomes/Augusto Meyer/Dom Pedro II; além de grandes investimentos privados como a construção do *Shopping Iguatemi* em 1984 (primeiro grande empreendimento do gênero na cidade) que alavancou o desenvolvimento de bairros vizinhos como o Três Figueiras e Chácara das Pedras. Somando-se a

¹⁸ O Bairro Rio Branco, por exemplo, era popularmente conhecido até a década de 1950 como Colônia Africana por abrigar desde o século XIX famílias de ex-escravos da cidade. Conforme a sua ocupação foi se intensificando a população negra se transferiu para os bairros Mont'Serrat e Auxiliadora.

presença de equipamentos exclusivos como o Country Club de Porto Alegre, o Clube Leopoldina Juvenil, Grêmio Náutico União, Sociedade de Ginástica Porto-Alegrense; dos colégios privados Anchieta, Farrroupilha, Monteiro Lobato e Pastor Dohms; a construção recente do Shopping Bourbon Country e do Shopping Moinhos de Vento, da torre do centro clínico Mãe de Deus Center, dos hotéis Sheraton, Holliday Inn e Novotel e dos primeiros edifícios de escritórios Triple A da Porto Alegre; a região consolidou-se enquanto espaço mais valorizado da cidade e como destino preferido dos segmentos sociais de maior renda.

Dados publicados pelos três últimos Censos do Mercado Imobiliário de Porto Alegre¹⁹ demonstram que o número de empreendimentos novos lançados entre 2008 e 2010 também reforçam o dinamismo e a centralidade exercida no mercado imobiliário da cidade pelos bairros que fazem parte desse eixo leste acima indicado. A próxima tabela indica que os bairros Petrópolis, Auxiliadora, Bela Vista, Mont'Serrat, Rio Branco e Higienópolis reuniram 467 empreendimentos novos no período, representando cerca de 40% do total da cidade.

A tabela ilustra também que dos doze bairros da cidade que tiveram mais de 30 empreendimentos lançados entre 2008 e 2010, apenas três não estão na lista dos vinte mais ricos da cidade: Passo D'Areia, Jardim Botânico e Jardim Itu-Sabará. No entanto o primeiro é contíguo aos bairros Higienópolis, Boa Vista e Auxiliadora em direção ao norte da cidade, o segundo é contíguo ao bairro Petrópolis em direção ao Sul, e o último deles encontra-se ao leste do bairro Chácara das Pedras porém separado pelo bairro Vila Jardim. Dado que nos permite supor que o leque tende a seguir se expandindo rumo ao leste e nordeste da cidade, provavelmente motivado pela saturação e esgotamento dos bairros que começaram a ser verticalizados na década de 1980 e pela busca dos empreendedores por terrenos maiores e mais baratos para a construção. Os dados sobre a renda média dos responsáveis pelos domicílios destes três bairros também permitem inferir sobre possibilidade do fortalecimento do mercado voltado para a classe média. Os dados do SINDUSCON (2010) apontam nessa direção: apenas 1,3% das unidades ofertadas nesses três bairros custavam mais do que R\$476.000,00, enquanto 56,5% delas custavam entre R\$193.000,00 e R\$476.000,00, e 41,5% menos de R\$193.000,00.

¹⁹ Pesquisa anual realizada e publicada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS). Ela avalia o mercado de imóveis novos (residenciais e comerciais) colocados à venda no respectivo ano, principalmente a partir da quantidade, valor, localização e tipologia dos empreendimentos (edifícios, condomínios, centros empresariais, etc.) e das respectivas unidades (apartamentos, casas, salas comerciais).

Tabela 2: Lista dos bairros de Porto Alegre que tiveram mais de 30 empreendimentos lançados em 2008, 2009 e 2010, com o número de unidades correspondentes e a renda média do responsável pelo domicílio atualizada para o ano de 2010.

Bairro	Número de empreendimentos	% do total da cidade	Número de unidades	% do total da cidade	Renda média do responsável pelo domicílio
Petrópolis	146	12,83	1316	7,09	3.071,56
Jardim Itu Sabará	118	10,37	749	4,04	2362,70
Auxiliadora	87	7,64	413	2,23	2.996,86
Bela Vista	78	6,85	614	3,31	5.202,02
Mont' Serrat	55	4,83	539	2,90	3.679,37
Rio Branco	55	4,83	357	1,92	3.197,75
Higienópolis	46	4,04	532	2,87	2.743,35
Passo Da Areia	45	3,95	967	5,21	1.426,51
Tristeza	42	3,69	502	2,71	2.550,55
Menino Deus	38	3,34	290	1,56	2.391,60
Jardim Botânico	37	3,25	291	1,57	1.908,99
Ipanema	30	2,64	176	0,95	2.307,88
Porto Alegre	1138	100,00	18558	100,00	1499,85

Fonte: SINDUSCON-RS (2008,2009, 2010) e Censo Demográfico IBGE 2000.

Outro dado que indica a preferência dos bairros de ambas as frentes de expansão para o estabelecimento de empreendimentos voltados para as elites econômicas da cidade, é a localização dos empreendimentos de alto valor lançados no período. Segundo SINDUSCON (2010) foram postas no mercado 386 unidades com valor acima de R\$643.000,00 (cerca de 6.7% do total de unidades postas à venda na cidade em 2010) sendo que 87,30% delas se concentraram em bairros pertencentes ao eixo leste, 8,8% nos bairros do eixo sul e 1,2% no bairro Menino Deus. Os destaques ficam por conta do bairro Bela Vista que ofertou um total de 108 unidades, sendo que 58 delas foram postas no mercado com o preço acima de R\$1.143.000,00; e dos bairros Vila Ipiranga e Bom Jesus com 98 unidades apesar de serem bairros com padrões de renda consideravelmente mais baixos que os demais, mas que provavelmente tenham se beneficiado da sua contigüidade com os outros bairros da região.

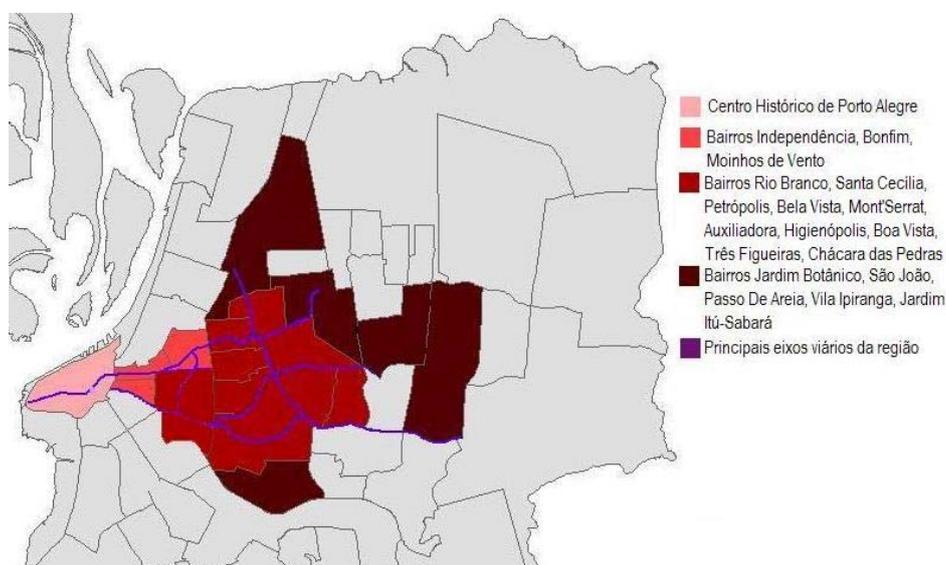
A presença dos bairros Tristeza e Ipanema na tabela anterior ilustra a importância do eixo de expansão da zona sul já apontada por CABRAL (1982) em função da valorização de elementos paisagísticos associados à proximidade com o Rio Guaíba. Os dois bairros somaram 72 empreendimentos, ressaltando que 91% das unidades ofertadas no bairro Ipanema em 2010 eram casas, todas com valores entre R\$193.000,00 e R\$643.000,00, indicando uma prevalência no bairro de imóveis novos uni-familiares ainda não tão valorizados quanto em outras partes da cidade.

Tabela 3: Bairros de Porto Alegre com unidade oferecidos acima de R\$643.000,00 no primeiro semestre de 2010.

Bairro	+ 643.000 até 868.000	+ 868.000 até 1.143.000	Acima de 1.143.000	Total
Bela Vista	0	50	58	108
Vila Ipiranga	35	16	0	51
Bom Jesus	47	0	0	47
Mont'Serrat	0	8	25	33
Petrópolis	12	13	7	32
Rio Branco	0	16	8	24
Higienópolis	20	2	0	22
Pedra Redonda	0	0	21	21
Moinhos de Vento	12	0	0	12
Cristal	0	7	1	8
Três Figueiras	5	0	2	7
Boa Vista	0	1	4	5
Menino Deus	0	5	0	5
São João	0	0	4	4
Vila Conceição	0	4	0	4
Passo D'Areia	2	0	0	2
Vila Assunção	1	0	0	1
Total	134	122	130	386

Fonte: SINDUSCON-RS (2009)

Figura 4: Mapa do eixo leste de expansão das classes altas, ilustrando o percurso desenvolvido desde o Centro Histórico e "abertura do leque" a partir da inclusão de possíveis bairros para expansão na cor mais escura.



Fonte: Produzido no *software* TerraView 4.0.0

Importante ressaltar que a oferta de imóveis novos em Porto Alegre nos últimos 10 anos não representou um aumento na demandas por habitação proporcional ao crescimento demográfico da cidade. Entre 2000 e 2010 a população da cidade aumentou em 48.761 habitantes, conforme dados

dos dois últimos censos demográficos divulgados pelo IBGE. No entanto foram postas à venda na cidade 57.961 unidades residenciais, segundo dados agrupados dos últimos dez censos do mercado imobiliário de Porto Alegre realizados pelo SINDUSCON-RS. Paralelo a isso o IBGE aponta que existiam também 48.934 imóveis vagos na cidade em 2010. Dados que sugerem um deslocamento interno da população da cidade. Frente a isso é possível supor que parte desse movimento esteja relacionado ao crescimento dos bairros emergentes nos citados eixos leste e sul e a um possível esvaziamento de outros bairros de urbanização mais antiga.

UEDA (2005, 2006) em seus estudos recentes sobre o tema também apontou para a valorização destas duas frentes acima citadas, indicando para o ano de 2004 uma concentração significativa de empreendimentos verticais nos bairros Petrópolis, Bela Vista, Mont'Serrat, Auxiliadora, Moinhos de Vento e Rio Branco; e de condomínios horizontais nos bairros Três Figueiras, Chácara das Pedras e outros na zona sul da cidade. No entanto a autora ressalta que as características e o teor dos novos empreendimentos se aproximam das tendências encontradas em outras grandes cidades da América Latina especialmente no que se refere à relação deles com o espaço público, ao investimento em sistemas de segurança, ao enclausuramento de uma série de atividades de lazer e a homogeneização social de seus moradores. Elementos que segundo a autora transformaram significativamente a relação dos novos edifícios com a cidade quando comparados aos construídos em períodos anteriores:

[...] enquanto os antigos apartamentos integravam a rede urbana, os condomínios tendem a ignorá-la. Hoje os condomínios verticais são por definição murados, com segurança 24 horas, câmaras de televisão, ou seja, são dotados de um grande sistema de segurança, enquanto os antigos condomínios verticais costumavam ser abertos para as ruas, permitindo a livre circulação do cidadão. Hoje esses condomínios foram cercados e possuem um sistema de segurança por 24 horas adaptando-se ao novo modelo de segurança (UEDA, 2006, p.101).

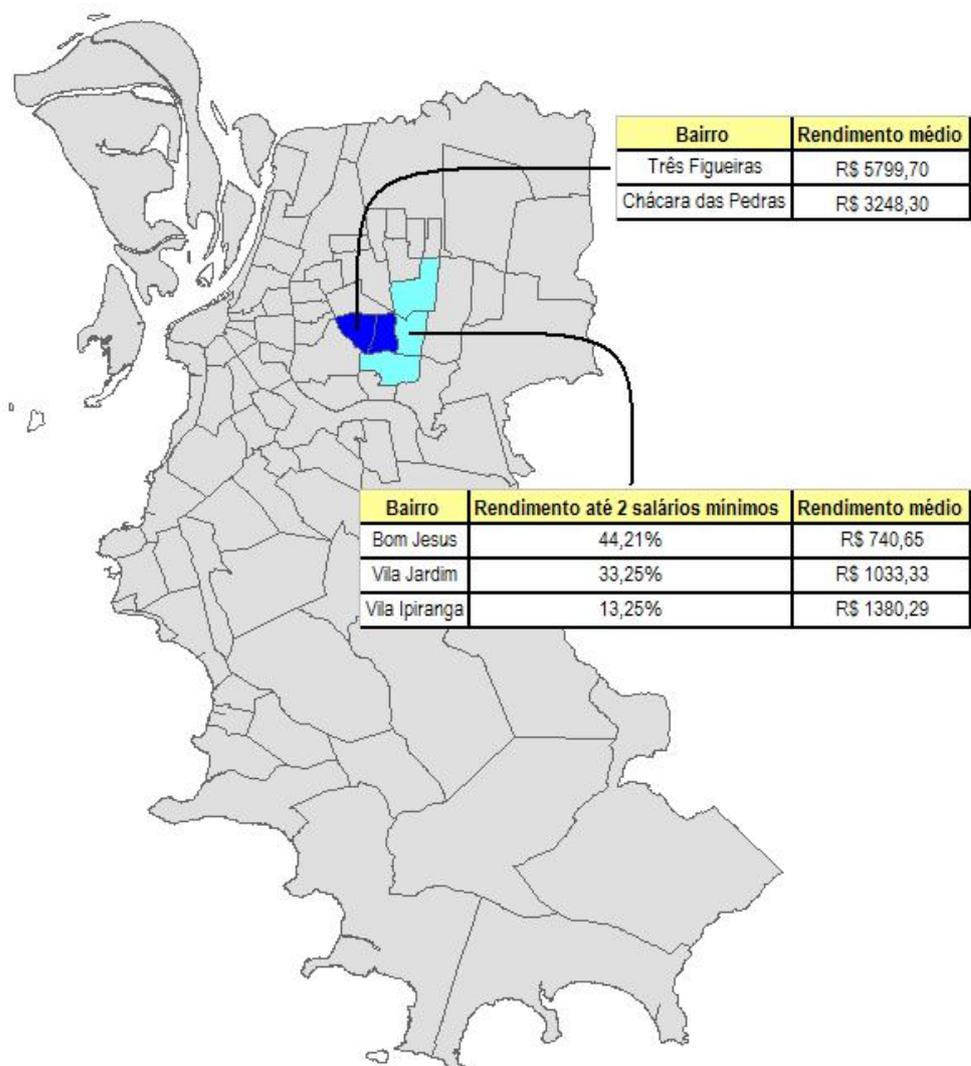
Empreendimentos que se aproximam do modelo de “enclave fortificado” já citado nas páginas anteriores, divididos pela autora em dois padrões que vêm sendo recorrentes na cidade e que apresentam algumas particularidades: os condomínios fechados verticais e os condomínios fechados horizontais. Os primeiros, também chamados pela autora de “condomínios inteligentes” ou “torres jardim” em geral se caracterizam por serem compostos por uma ou mais torres verticais, fechadas e muradas, possuírem grandes áreas verdes e equipamentos exclusivos de lazer e uso coletivo, cuja criatividade dos empreendedores vêm multiplicando de forma quase caricata: piscinas, quadras esportivas, salão de festas, espaço *gourmet*, *fitness center*, *kid's place*, *playground*, espaço *zen*, galpão crioulo, jardim de inverno, dentre outros.

Já os condomínios fechados horizontais apesar de apresentarem variações nas tipologias adotadas seguem estratégias de divulgação em comum, calcadas na possibilidade de ganhos em qualidade de vida, tranquilidade, segurança e apazibilidade. Promoção reforçada no caso dos condomínios da zona sul pela proximidade com o Rio Guaíba, a baixa urbanização, o “clima bucólico” ainda presente nas percepções de muitos moradores da cidade sobre a região, e a possibilidade de um “estilo de vida ou *lifestyle*” vinculado a uma vida saudável e com muito verde” (UEDA, 2006:105). Em geral apresentam regras rígidas quanto aos padrões construtivos das casas apesar de a autora apresentar como tendência de mercado a oferta de condomínios horizontais menores já com as casas construídas em série dentro do loteamento.

Estas tendências apontadas por UEDA (2005, 2006) para Porto Alegre tendem a reforçar os processos de segregação social na cidade em função do desenvolvimento de espaços residenciais sofisticados, voltados apenas para os segmentos de maior poder aquisitivo capazes de acessar este mercado. Movimento que tende a formar enclaves, reforçando as diferenças de renda existentes na cidade, situação muitas vezes exacerbada em função da proximidade física que muitas vezes acaba se constituindo entre bairros de diferentes níveis renda, conforme ilustrado no mapa seguinte. A diferença no rendimento médio dos responsáveis por domicílio já aponta uma diferença significativa entre o perfil econômico dos moradores dos bairros Três Figueiras/Chácara das Pedras e Bom Jesus/Vila Jardim, dado reforçado pelo número de responsáveis que recebiam até dois salários mínimos nos dois últimos bairros.

Outro fenômeno que merece aqui ser destacado é a construção de grandes condomínios residenciais horizontais em áreas cada vez mais distantes do núcleo consolidado da cidade incluindo-se aí municípios vizinhos, aludindo ao também já citado processo de periferização dos espaços residências das elites econômicas, que marcou outras grandes cidades do continente nas décadas de 1980 e 1990. No caso de Porto Alegre é possível apontar a presença de grandes condomínios nas cidades vizinhas de Viamão, Gravataí e Canoas, citando aqui como exemplo: 1) o Condomínio Cantegril (Viamão), um dos pioneiros do Estado criado em 1988 e que iniciou em 2000 sua 4ª fase de expansão; 2) o primeiro empreendimento do grupo Alphaville no Estado (Gravataí) que vendeu todas as unidades disponíveis no dia do seu lançamento em 2009; além do 3) Residencial Privilege Canoas (Canoas), grande empreendimento da Goldstein-Cyrela ainda em construção.

Figura 5: Mapa ilustrando o contraste entre os bairros Três Figueiras e Chácara das Pedras e seus bairros vizinhos



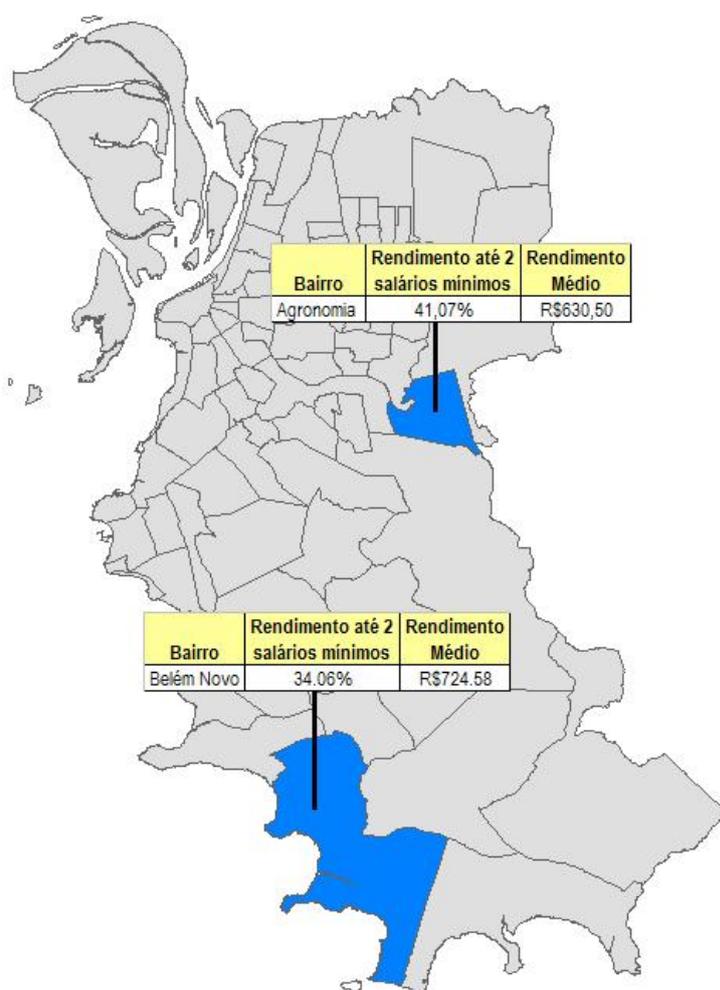
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000.

Mesmo dentro da cidade de Porto Alegre é possível identificar alguns empreendimentos em bairros significativamente distantes do centro histórico da cidade, como o caso do condomínio TerraVille/Belém Novo Golf Club no bairro Belém Novo (distante cerca de 20 km) e os condomínios Chácara das Nascentes, *Victoria Town Houses* e Atmosfera Eco Club, no bairro Agronomia (distante cerca de 15 km). Todos condomínios de alto padrão e localizados no interior de bairros significativamente pobres, acirrando o investimento em estratégias de segurança e de isolamento do contexto social e urbano pré-existente.

O condomínio Atmosfera Eco Club, por exemplo, indica em seu material de divulgação a existência de “pórtico com guarita, cerca elétrica com circuito fechado de TV, área cercada com muros

e telas e ronda interna com moto elétrica²⁰. Já o Condomínio Chácara das Nascentes oferece clube, *solarium*, piscinas, biribol, salão de festas, *playground*, cancha de bocha, bar com churrasqueira, praça com recantos e áreas nativas preservadas, além de área comercial para “a possível instalação de supermercado, loja de conveniência, padaria, farmácia, academia, estética e *pet shop*”. Aqui novamente as estratégias comerciais voltam-se para a valorização da natureza, de atividades de lazer ao ar livre ou liberdade para as crianças, como indica a apresentação do Condomínio *Victoria Town Houses*: “Viver em uma casa dá a você liberdade. Seus filhos poderão passear sem cercas. Brincar ao ar livre, descobrindo a natureza e aprendendo mais sobre ela”²¹.

Figura 6: Mapa de Porto Alegre com a localização dos bairros Agronomia e Belém Novo e respectivos dados sobre rendimento dos responsáveis pelos domicílios.



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000.

²⁰ Extraído do site <http://www.atmosferaecoclub.com.br/>

²¹ Extraído do site: <http://www.condominiovictoria.com.br/>

O tom da apresentação do Condomínio *Victoria Town Houses* é sintomático do contexto que vêm se constituindo nas grandes cidades contemporâneas. A busca por espaços cada vez mais exclusivos e dotados de certo saudosismo em torno de qualidades que na percepção das elites urbanas não pode mais ser encontrado na cidade consolidada, acaba fortalecendo os processos de distanciamento entre os diferentes segmentos sociais. Apesar de próximos fisicamente, os constantes discursos em torno dos problemas urbanos que vêm sendo enfrentados pelas grandes cidades – especialmente a miséria e a criminalidade – instauram fronteiras bem definidas materializadas em barreiras físicas, diferenças de acesso a infra-estrutura, equipamentos e oferta de serviços urbanos diferenciados. O grande empreendimento Rossi *Central Park* que está sendo erguido no bairro Jardim do Salso ilustra mais uma vez a intensidade dessa busca das elites urbanas por uma cidade ideal, conforme descrito na apresentação de uma das suas etapas:

O Rossi Parque Ibirapuera é o primeiro empreendimento residencial do Central Parque, o bairro planejado da Rossi na Av. Ipiranga. O condomínio é formado por casas e apartamentos distribuídos em alamedas arborizadas e muito tranqüilas. O Rossi Parque Ibirapuera chega para resgatar aquele clima gostoso onde você podia caminhar ou pedalar pelas ruas e seus filhos podiam brincar e praticar esportes com toda segurança. Falando em esportes, este lugar possui mais de 30 opções de lazer, voltadas para toda a família. É um verdadeiro resort privativo. Mas tudo isso não seria possível se a segurança não fosse muito bem planejada e é claro, durante as 24 horas do dia. Além disso, quem viver aqui contará com toda a infra-estrutura do Central Parque, com torre empresarial, centro comercial e diversos parques privativos. Este lugar foi planejado para você morar, trabalhar e se divertir sem precisar usar o carro. Seja bem-vindo ao um novo conceito em qualidade de vida. (Divulgação on-line / página da Rossi Residencial)²²

Modelo de empreendimento que vem sendo chamado pelo mercado imobiliário de “bairro planejado” caracterizado pela reprodução privada de todos os elementos característicos da vida urbana tradicional. Exemplo que novamente reforça tendências que vêm sendo apresentadas pelas cidades contemporâneas do nosso continente ao longo da segunda metade do século XX. Se por um lado o período foi marcado por uma série de transformações econômicas que renovaram as dinâmicas do capitalismo e a importância das grandes cidades dentro do sistema, por outro deixou claro que a abrangência dos bons resultados apresentados ainda é restrita. Mas como será mostrado em seguida o período mostrou-se também extremamente dinâmico em outras áreas da cidade não apenas naquelas ligadas diretamente ao desenvolvimento de empreendimentos voltados para as elites. O

²² Disponível em:
<http://www.rossiresidencial.com.br/empreendimentos/rs/porto-alegre/central-parque/rossi-parque-ibirapuera.aspx?id=RV-3306>

objetivo neste capítulo foi apenas registrar este movimento desenvolvido pelas elites para a partir de então explorar o que vêm acontecendo em espaços que deixaram de lhes parecer interessantes ou desejáveis, tratando-se para tal especificamente do Centro Histórico de Porto Alegre no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

A REGIÃO CENTRAL DE PORTO ALEGRE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Os dados e as discussões apresentados no capítulo anterior deixam claro que o crescimento de qualquer cidade está longe de ser um movimento simplesmente quantitativo ou uma resposta imediata a um aumento na demandas por habitação, comércio, espaços de trabalho, serviços ou infra-estrutura. As cidades não apenas se expandem e se densificam. Seus espaços também se transformam continuamente assim como a forma como eles são percebidos pelos indivíduos. A bibliografia discutida mostrou que nas grandes cidades da América Latina a produção de novos espaços de moradia para as classes altas nas últimas três décadas, por exemplo, expressou uma transformação significativa na relação destes indivíduos com os espaços já consolidados da cidade e nas características dos novos empreendimentos. Os novos bairros residenciais que surgiram repletos de edifícios ou condomínios altamente sofisticados (mas também primorosamente vigiados) ilustraram a busca por uma nova cidade mais segura e atraente, quesitos que deixaram de ser atendidos pelos bairros tradicionais, inevitavelmente desvalorizados em relação às novidades do mercado.

Desvalorização obviamente econômica (expressa na quantidade de dígitos que distancia os valores dos imóveis ofertados) mas também diluída nas práticas cotidianas daqueles que cada vez mais se afastam ou evitam certos espaços em função das percepções sobre eles nutridas, nas quais parques e praças tornaram-se perigosos para seus filhos e as ruas tradicionais de comércio sujas e confusas demais para suas compras.

Processo que vêm progressivamente criando (pelo menos para o caso brasileiro e latino-americano) cidades marcadas pela segregação social de seus espaços gerada pela crescente exclusividade dos mesmos. Neste contexto, as regiões centrais também foram afetadas tendo se transformado significativamente ao longo da segunda metade do século XX. Conforme já dito, a partir da década de 1960 começou a ser percebida a transferência de uma série de atividades relacionadas aos segmentos de maior renda para fora dos centros das grandes metrópoles brasileiras, num movimento diretamente relacionado com o processo de valorização de novas centralidades desenvolvidas em outros pontos da cidade. Em São Paulo no deslocamento rumo ao sudoeste, começando pela Avenida Paulista nos anos 1960, passando pela Avenida Brigadeiro Faria Lima na década de 1970, chegando atualmente até o entorno da Ponte Otavio Frias sobre a Marginal Pinheiros; no Rio de Janeiro com a crescente valorização da zona sul, culminando no desenvolvimento da região

da Barra da Tijuca nos anos 1980; e em Porto Alegre no deslocamento seguindo o já citado eixo leste rumo ao entorno das avenidas Dom Pedro II/Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha.

Semelhante ao ocorrido com a fuga para os condomínios fechados, estes movimentos que atingiram as regiões centrais conjugaram a produção de uma série de discursos que começaram a qualificá-los como perigosos e degradados, com a busca por novos espaços comerciais, empresariais e de lazer capazes de atender as demandas relacionadas às preferências dos novos profissionais que passaram a se destacar no período. Contexto onde tanto o capital privado quanto o poder público diminuíram drasticamente o volume de investimentos na região. Algo que resultou numa quantidade muito tímida de novos empreendimentos de grande porte, na desocupação e degradação de edifícios residenciais, comerciais e empresariais; além do fechamento de cinemas, teatros, cafés, restaurantes e um número significativo de lojas ou grandes pontos tradicionais de comércio. Paralelo a tal, parques, praças, vias públicas e mobiliário urbano deixaram de receber a manutenção devida e inevitavelmente se deterioraram, tendo o mesmo ocorrido com um bom número de prédios públicos e administrativos que se tornaram precários, sub-utilizados ou foram simplesmente fechados.

Algumas pesquisas recentes atestam este movimento: 18% da área construída do centro da cidade de São Paulo encontrava-se desocupada em 2003 (BOMFIM, 2005), assim como 29% dos domicílios particulares do centro da cidade da cidade de Curitiba em 2000 (ULTRAMARI et al., 2007). O aumento de moradores de rua, pedintes e pequenos furtos também pode ser mencionado como um agravante que culminou na disseminação de uma série de discursos produzidos pelos meios de comunicação e pelo próprio poder público, que passaram a qualificar este processo a partir de adjetivos altamente tendenciosos como “declínio”, “degradação”, “decadência”, “abandono” e inclusive “morte”. Fato que inevitavelmente reforçou entre os segmentos de maior renda uma série de percepções negativas sobre a região, principalmente frente ao florescimento de outras áreas mais cosmopolitas, aprazíveis e seguras que não deixaram de receber significativos investimentos no mesmo período, nem mesmo do poder público à exemplo da construção da terceira avenida perimetral em Porto Alegre ou o prolongamento da Avenida Nilo Peçanha que atendeu diretamente os bairros emergentes ao leste do centro da cidade.

Aqui novamente a busca por estes novos espaços na cidade passa a se configurar como um movimento abrangente, verificado inicialmente entre as elites e expandindo-se depois para as classes médias, onde progressivamente as regiões centrais deixaram de desempenhar a centralidade que até então as caracterizavam perante estes segmentos, perdendo o *status* de espaço privilegiado e altamente valorizado dentro da cidade para assumir o de área problemática a ser evitada.

Figuras 7,8 e 9: Exemplos de prédios que perderam seu uso original no centro da cidade de São Paulo.



Fonte: Fotos do autor – setembro de 2010.

No entanto, este processo apresenta outra faceta que merece aqui ser ressaltada. Se por um lado as elites deixaram o centro em prol de outras áreas, as classes populares continuaram neste mesmo período freqüentando-o e lá desenvolvendo suas atividades cada vez com mais intensidade. Os imóveis vazios e desvalorizados de antigas ruas de prestígio rapidamente passaram a ser ocupados por novas atividades relacionadas ao novo perfil que passou a caracterizar os freqüentadores da região: importadoras de cerâmica transformaram-se lojas de R\$1,99, teatros e cinemas viraram igrejas evangélicas e lojas elegantes passaram a vender roupas à preços populares. A grande concentração de terminais de transporte público ferroviário e rodoviário (tanto intermunicipais quanto intra-municipais), em geral existente nas regiões centrais, favoreceu este processo pois continuou direcionando para lá um grande número de indivíduos dependentes deste tipo de transporte para o desenvolvimento das suas atividades cotidianas. Ao contrário das classes de maior poder aquisitivo que passaram a ter no automóvel particular seu meio de transporte preferencial, as classes populares não tiveram muitas alternativas, pois continuavam precisando do centro para articular seus itinerários entre moradia e local de trabalho.

Importante apontar que as regiões centrais, desde o início da formação da maioria das grandes cidades, sempre mantiveram espaços predominantemente populares ao lado de espaços associados às elites. Contudo, o que vêm se verificando no contexto contemporâneo é uma relativa homogeneização da região a partir do predomínio de atividades econômicas relacionadas às populações de menor renda. Região que passou a concentrar um número significativo de postos de trabalho (principalmente no setor terciário) de média ou baixa remuneração, além de lojas, atacados,

restaurantes, lancherias, bares, financeiras, escritórios de advocacia, consultórios odontológicos, lojas de eletrônicos, escolas de informática, lojas de artigos domésticos... Dentre tantos outros exemplos de atividades voltadas a estes segmentos que passaram a se desenvolver na região. Com isso, o relativo esvaziamento gerado pela valorização de outras áreas da cidade na década de 1980 acabou parcialmente revertido e hoje os centros históricos continuam extremamente dinâmicos e certamente reconhecidos por sua centralidade e excepcionalidade para boa parte da população das grandes cidades. A facticidade deste processo será explorado no capítulo seguinte a partir da análise da presença evangélica no centro da cidade de Porto Alegre, que nós dará bons indícios da dinamicidade e da centralidade exercida pela região, inclusive para os municípios da Região Metropolitana.

É importante chamar a atenção de que os discursos que surgiram em torno da sua suposta “decadência” novamente re-editam sentimentos e percepções que associam os problemas urbanos a processos que envolvem a presença das classes populares na cidade. O que efetivamente pode ser apontado para grande parte dos centros históricos das grandes cidades brasileiras foi a mudança de perfil destas áreas a partir do crescimento das atividades voltadas para os segmentos sociais de menor renda. Movimento viabilizado pela saída das atividades relacionadas aos segmentos de maior renda que permitiu aos demais grupos se apropriar da região com maior intensidade e abrangência. Certamente a importância da região em relação ao conjunto da cidade se transformou, pois outras áreas passaram a competir em volume de investimento ou prestígio. No entanto fica claro que isso também é reflexo do acirramento dos processos de segregação social, onde cada vez mais os diferentes segmentos da sociedade acabam investindo no fortalecimento de seus próprios “centros” dedicados à oferta de produtos, serviços e lazer, relacionados aos seus padrões de renda e consumo.

Processo que pôde ser verificado também na cidade de Porto Alegre e será explorado ao longo deste capítulo. Para tal será recuperada a história da formação da cidade e da constituição da sua região central, tanto enquanto espaço amplamente utilizado pelas elites urbanas para disseminação dos seus estilos de vida, quanto como espaço historicamente marcado pela presença de atividades ligadas às populações de baixa renda, que, conforme será mostrado em seguida, nunca foi bem recebida. O objetivo aqui será demonstrar que ao longo dos séculos XIX e XX a região se constituiu a partir de uma série de intervenções urbanas relacionadas às predileções das elites da cidade (planos de embelezamento, reformas urbanas, verticalização) mas sempre numa tensão direta com elementos característicos da presença popular na região (dos cortiços ao comércio de rua). Movimento que culminou no deslocamento das elites para outras partes da cidade ao longo das décadas de 1980 e 1990 e a conseqüente prevalência de atividades ligadas à população de baixa

renda na região, contexto que será explorado ao final do capítulo a partir de dados obtidos junto à órgãos da prefeitura municipal de Porto Alegre.

2.1 Reflexões a respeito do “ser ou não ser” centro.

VILLAÇA (2009) inicia sua discussão sobre o processo de formação do centro principal²³ de qualquer aglomeração socioespacial alertando contra possíveis equívocos cometidos em concepções existentes sobre o assunto. Em primeiro lugar, o autor aponta para a necessidade de desconstruir as idéias de um espaço pré-existente sobre o qual se distribuem os processos sociais, ou de um espaço inerte que serve apenas de cenário para o desenvolvimento das relações sócio-econômicas. Idéias presentes em afirmações como “O centro é centro porque ali estão o grande comércio e as sedes das grandes instituições” (p.237) ou “as sedes das grandes instituições e do grande comércio ali se localizam porque ali é o centro” (p.238). Em ambas prevalecem noções que ou apontam para a pré-existência das instituições em relação ao centro ou para a prevalência do centro em relação às instituições. Equívocos que para o autor não consideram plenamente a dialética do processo, na qual o desenvolvimento das centralidades só pode ser compreendido a partir do desenvolvimento simultâneo das não-centralidades com suas dinâmicas sociais inerentes:

Seria como pretender que um lado da moeda preceda ou seja decorrência do outro; que o escravo preceda o senhor ou seja causa dele (ou vice-versa). Além disso, nenhuma área *é* ou *não é* centro; como fruto de um processo – movimento – *torna-se* centro. No social, nada *é*; tudo torna-se ou deixa de ser. Nenhuma área *é* (ou não *é*) centro; torna-se ou deixa de ser centro. A geometria ilustra uma parte da questão. Não há centro sem círculo nem círculo sem centro [...]. O centro de um círculo não preexiste em relação a ele; enquanto ponto sim, mas enquanto centro não. Um ponto somente *torna-se* centro se e quando houver um círculo. Uma capela pode preexistir em relação ao centro de uma cidade, mas ela somente se tornará centro ou parte do centro se e quando surgir uma cidade ou povoado em torno dela que faça dela seu centro, isto é, se vier a existir algo do que ela se torne centro. Muitas capelas foram construídas no Brasil colonial e não se tornaram centro de nada. O centro de um povoado ou de uma cidade não é um ponto do espaço euclidiano (VILLAÇA, 2009:238).

²³ O autor conceitua centro principal como o espaço da cidade que concentra a maior aglomeração de comércio e serviços, diversificada e equilibrada a ponto de atender na medida do possível toda a população da cidade e a variedade das suas demandas. Além dele podem ocorrer também a formação de *subcentros* que também se caracterizam pela diversificação e equilíbrio na oferta de comércio e serviços, mas numa escala reduzida ou ligada a um segmento social específico. Ao longo deste texto os termos “centro”, “região central” ou “área central” estão sendo utilizado com o mesmo sentido de “centro principal” em VILLAÇA (2009)

O autor desenvolve a questão apontando que o desenvolvimento de qualquer aglomeração deve ser compreendido como condição necessária para a cooperação entre os indivíduos, motivados pela possibilidade de otimizar os desgastes físicos e mentais envolvidos na produção e reprodução da sua vida material e social. Mas toda a aglomeração, mesmo sendo produzida para gerar aproximações, acaba inevitavelmente gerando afastamentos. Como a concentração de todos os indivíduos num único ponto torna-se fisicamente impossível, cada grupo social acaba definindo mecanismos que regularão quem deverá se aproximar e quem deverá se afastar, constituindo-se numa aglomeração organizada e estruturada a partir de determinadas lógicas, que não são estáticas nem definitivas. Para VILLAÇA (2009) é nesse processo contraditório que surgem os centros: por um lado ele leva os indivíduos a se aglomerar, por outro exige que muitos se afastem do ponto ideal sobre o qual todos gostariam de se localizar.

Admitamos uma aglomeração de cerca de trinta ou quarenta casas [...] A partir do momento em que se desenvolverem relações entre essas famílias e passa a haver atividades e interesses em comum, surgem a cooperação e a interdependência entre elas. A partir do momento em que elas se organizam para produzir e consumir, passa a haver necessidade de instituições comuns. Surgem então os deslocamentos espaciais regulares e socialmente determinados e disputas ocorrem por localizações em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos espaciais. Surge um ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo – um centro. (VILLAÇA, 2009:239)

O autor segue apontando que, se hipoteticamente todos os indivíduos dessa aglomeração possuíssem os mesmos recursos materiais e dispusessem das mesmas condições de deslocamento, o centro surgiria no ponto capaz de minimizar o somatório dos deslocamentos de todos os membros, local onde toda a comunidade pudesse se reunir no menor tempo possível. Como o desenvolvimento da vida social implica no surgimento de uma série de atividades que exigem o deslocamento simultâneo de vários indivíduos para um mesmo ponto (órgãos administrativos, comércio, serviços, etc.), estas atividades tenderiam a se localizar neste ponto para atender da forma mais racional possível todos os membros da aglomeração.

A abordagem de HILLIER (2005) aponta para a mesma direção. Segundo o autor, qualquer aglomeração humana pode ser compreendida como um contínuo de espaços fechados e espaços abertos, onde os primeiros correspondem a qualquer tipo de barreira que impeça ou limite a circulação (edifícios, muros, cercas, etc.) e os segundos aos espaços públicos (ruas, praças, parques,

etc.). É a partir destes últimos que a cidade se organiza enquanto um sistema integrado²⁴. O autor ressalta que são eles que possibilitam o trânsito dos indivíduos pelos diferentes espaços e é a sua configuração que vai determinar as possibilidades e os padrões de movimento dentro da aglomeração:

[...] it is the street network that links the aggregations of buildings into a single system, it is what you see when you look down on a city, and it is what you navigate when you walk or drive in a city. In all these senses, the street network seems to be the common ground between the real space of the city and our experience of it (HILLIER, 2005:10).

Mas ele ressalta também que os espaços que compõem esse sistema se diferenciam entre si e apresentam padrões de acessibilidade diferenciados. Alguns são mais fáceis de serem acessados de qualquer outro ponto do sistema e isso torna-os mais *integrados* que os demais. Já outros seriam mais difíceis de serem acessados pelos demais tornando-se mais *segregados* dentro do sistema. Padrões que podem ser mensurados matematicamente e representados graficamente²⁵:

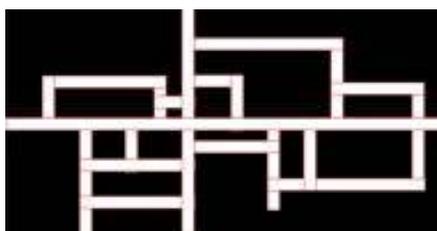


Figura 10: Representação linear de uma aglomeração composta por uma rua principal, uma perpendicular e diversas ruas secundárias.

Fonte: Adaptado de HILLIER (2005:12)

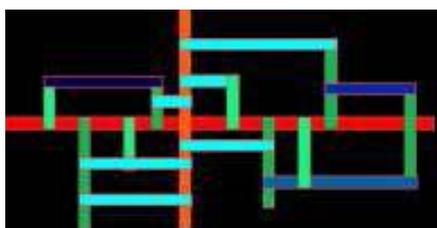


Figura 11: Representação linear da mesma aglomeração mas com os valores de integração representados numa escala de cor que vai do mais integrado (vermelho) ao mais segregado (azul).

Fonte: Adaptado de HILLIER (2005:12)

O resultado apresentado pelas figuras acima aponta que a linha central (mais vermelha) é a mais *integrada* do sistema, ou seja, ela é a mais fácil de ser acessada de qualquer ponto com um menor número de deslocamentos por linhas intermediárias. Já as linhas representadas em azul seriam

²⁴ A noção de sistema adotada por HILLIER (2005) parte do princípio que: "(...) human space is not just about the properties of individual spaces, but about the inter-relations between the many spaces that make up a the spatial layout of a building or a city as a whole." (HILLIER, 2005:5)

²⁵ Conforme MEDEIROS & HOLANDA (2007), a mensuração dos padrões de movimento torna-se possível através de um procedimento no qual é traçado sobre a base cartográfica de determinada cidade, o menor número possível linhas retas que cruzem todos os espaços públicos existentes na cidade. Feito isso, através do uso de softwares específicos, é possível criar uma matriz de interseções entre as elas, que podem ser analisadas em diversos níveis.

as mais *segregadas*, cujo acesso a partir de qualquer ponto do sistema exigirá um grande número de deslocamentos por outras linhas. Segundo HILLIER (2005) as linhas mais *integradas* são aquelas que possuem um maior potencial de movimento de indivíduos e a maior probabilidade serem utilizadas no itinerário daqueles que circulam pelo sistema. Com isso elas propiciam o desenvolvimento de atividades que necessitam de um grande número de indivíduos para operar ou de grandes equipamentos voltados para o atendimento de indivíduos de diferentes partes do sistema. Frente a isso o autor reforça que a formação de espaços mais dinâmicos dentro de qualquer aglomeração parte desses padrões de movimento:

This is not, of course, to deny attraction. It is commonsense. People make trips because the shops are there. But it is not fundamental. If we are right that the space network itself shapes movement, then the shops are where they are because they are following the patterns of movement already created by the network. So we can not start with attraction if we want to understand this city. We should start with the network which creates the pattern of attraction. (HILLIER, 2005:11)

Isso nos permite supor que o centro da aglomeração tenderia a se constituir sobre as linhas mais *integradas*. Comércio, serviços, órgãos públicos e grandes equipamentos de lazer certamente procurariam esses espaços para se beneficiar do movimento de indivíduos por ele proporcionado. Voltando a tese de VILLAÇA (2009), isso levaria os indivíduos a se aproximar o máximo possível dos pontos mais *integrados* para otimizar seu tempo e poder acessar com maior facilidade as atividades lá desenvolvidas.

Algo que faria com que os terrenos localizados no entorno dessas vias logo passassem a ser disputados pelos membros da aglomeração, reforçando dialeticamente o seu valor frente aos demais pontos do sistema. No entanto VILLAÇA (2009) ressalta que numa sociedade complexa e estratificada, as diferentes classes ou segmentos sociais não possuem as mesmas condições de deslocamento e nem o mesmo poder político e econômico para disputar e acessar as diferentes localizações:

Em uma sociedade de classes, essas famílias disputam as localizações e desenvolvem mecanismos sociais para regular essa disputa ao mesmo tempo que lutam pelo domínio dos meios e condições de transporte e procuram produzir espaços urbanos moldados por esses meios e condições. Acabam por produzir espaços urbanos diferenciados. Nessa sociedade, as diferentes classes sociais têm condições distintas de acessibilidade aos diferentes pontos do espaço urbano. Têm diferentes condições de manipular a acessibilidade ao centro e a localização do centro em direção a elas. Em tais sociedades, o centro não é mais o ponto que minimiza os deslocamentos de toda a comunidade, pois as diferentes famílias agora têm distintas condições e necessidades de deslocamentos. [...] São essas distinções

que fazem com que, sendo objeto de disputa entre as classes, o centro se torne mais acessível a uns do que a outros, através dos mais variados mecanismos: desde o desenvolvimento de um sistema viário associado a um determinado tipo de transportes, até o deslocamento espacial do centro e suas transformações [...] (VILLAÇA, 2009:243).

Neste contexto descrito pelo autor começam a surgir variações significativas entre as modalidades utilizadas pelos indivíduos para efetuar seus deslocamentos. Alguns passam a utilizar preponderantemente seu automóvel particular e outros o transporte público, sendo que o acesso a estas modalidades também passa a apresentar variações: um automóvel por família, um automóvel para cada membro da família, existência de vias asfaltadas, acesso a várias linhas de ônibus, acesso a terminais de trem ou metrô, dependência de linhas de ônibus com pouca frequência diária, e assim por diante... Em função destas diferenças o centro passa a ser mais acessível a uns do que a outros, e numa sociedade capitalista onde o acesso formal à terra é regulado pelo mercado e mediado pelo poder público, a ocupação e produção dos espaços mais acessíveis acaba dominada predominantemente pelos segmentos de maior renda e maior poder político.

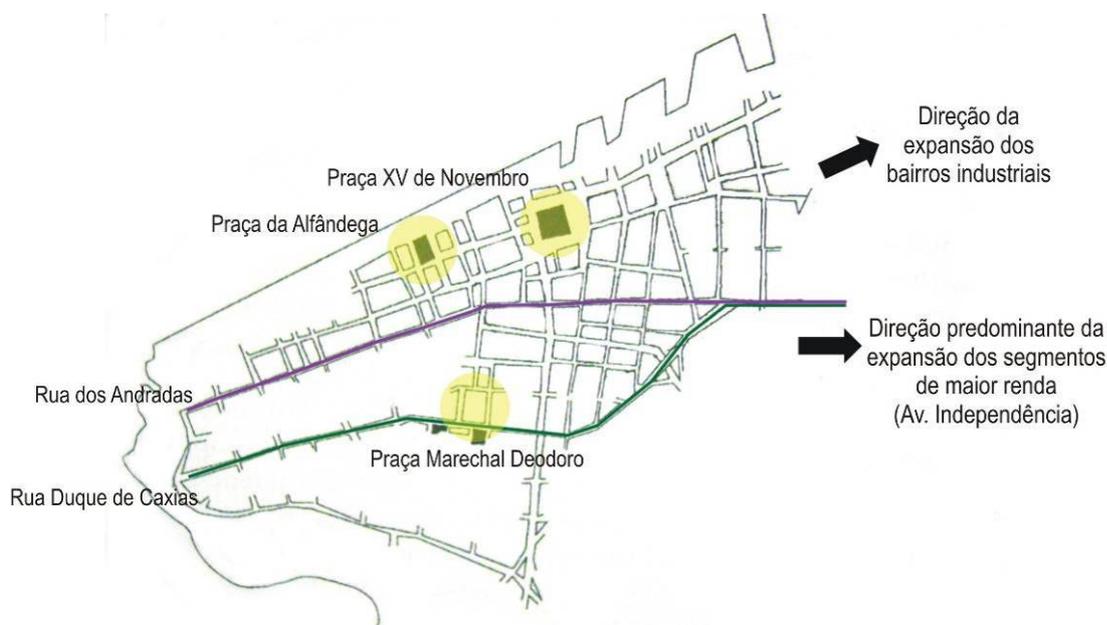
Processo que para VILLAÇA (2009) pode ser identificado na formação histórica da maioria das grandes cidades brasileiras. O desenvolvimento do centro em cidades como São Paulo, Belo Horizonte ou Porto Alegre manteve desde as respectivas fundações até a década de 1950 uma estreita relação com o desenvolvimento dos bairros residenciais ocupados pelas classes de maior renda, que ainda dominavam boa parte dos grandes equipamentos públicos, comércio, serviços, lazer e postos de trabalho lá existentes.

O exemplo da cidade de Porto Alegre ilustra bem este processo. Segundo RIGATTI (2002) a cidade teve ao longo dos séculos XVIII e XIX seu crescimento estruturado a partir da articulação de três espaços principais: a Praça Marechal Deodoro (Praça da Matriz), onde ao longo do período foram se instalando os principais equipamentos públicos ligados ao poder político, religioso e cultural (palácios de governo, câmara municipal, assembléia legislativa, tribunais, seminário episcopal, catedral, teatro); a Praça da Alfândega, onde se instalaram equipamentos administrativos ligados ao ancoradouro fluvial lá existente (casa da alfândega, banco da província, prédio dos correios e telégrafos); e a Praça XV de Novembro onde estava o mercado, abatedouros e ancoradouros onde se realizava comércio de frutas, verduras, peixes e etc.

As vias articuladoras existentes entre estas três praças rapidamente começaram a concentrar um número significativo de pontos de comércio e serviços, constituindo-se na base para a formação do centro da cidade. Simultaneamente surge o primeiro foco de concentração dos segmentos

de maior renda, localizado na Rua Duque de Caxias no entorno da Praça Marechal Deodoro. Rua diretamente ligada à Praça da Alfândega pela Rua General Câmara, que também conferia aos moradores da Rua Duque de Caxias acesso privilegiado à Rua dos Andradas, que se consolidava como principal eixo da região central da cidade, agregando ao longo do período lojas, cafés, confeitarias, cinemas, hotéis e etc.. Conforme a cidade seguia crescendo, tanto a Rua Duque de Caxias quanto a Rua dos Andradas continuaram em expansão paralela em direção ao leste da cidade, articulando o desenvolvimento dos espaços residenciais das elites com a expansão do principal eixo do centro da cidade, implicando inclusive na “modernização” da praça XV de Novembro, localizada nessa frente de expansão.

Figura 12: Mapa do centro de Porto Alegre ilustrando os principais elementos da sua estruturação até o início do século XX.



Fonte: Adaptado de VILLAÇA (2009:205)

Interessante apontar que a extensão das duas vias culminou no encontro de ambas no início da Avenida Independência e o seu conseqüente desenvolvimento como novo eixo de expansão das elites da cidade nas primeiras décadas do século XX. Via que conforme CABRAL (1982) tornou-se o prolongamento natural do eixo residencial já constituído na Rua Duque de Caxias ao longo dos séculos XVIII e XIX e, segundo VILLAÇA (2009), manteve um fácil acesso ao centro da cidade enquanto continuação da Rua dos Andradas. Além disso, XAVIER (2003) aponta que conforme a cidade foi se industrializando ao longo da primeira metade do século XX, e o setor produtivo/industrial ganhando importância na economia da cidade frente ao setor portuário/mercantil que marcou o início

do seu desenvolvimento, as elites seguiram se expandindo ao longo da Avenida Independência até o loteamento Moinhos de Vento, localizações que garantiam fácil acesso aos novos bairros industriais que estavam se desenvolvendo no período. Importante colocar que segundo RIGATTI (2002) o eixo Rua dos Andradas/Avenida Independência estava entre as vias com os maiores níveis de *integração* da cidade tanto em 1888 quanto em 1935, apontando para a centralidade por elas desempenhada no sistema.



Figura 13: Palacete na Avenida Independência (1920/1930).

Fonte: (Autor desconhecido) Acervo do Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman.



Figura 14: Palacete no Bairro Moinhos de Vento (1920/1930).

Fonte: (Autor desconhecido) Acervo do Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman.

Este processo sugere que as elites econômicas de Porto Alegre mantiveram desde o século XVIII o controle de espaços que lhes garantiam um bom acesso ao centro da cidade (constituído tanto pelos principais equipamentos públicos existentes quanto pelos principais eixos de comércio e serviços que se formaram no período) e às áreas produtivas mais importantes.

VILLAÇA (2009) aponta que conforme a cidade foi se expandindo – principalmente rumo ao norte/leste – o centro foi se deslocando nessa mesma direção, em grande parte “arrastado” pelo

deslocamento dos bairros ligados aos segmentos de maior renda. Movimento que indica por um lado o caráter relacional do centro em relação aos demais espaços da cidade e, por outro, a prevalência de determinados segmentos sociais no domínio de localizações privilegiadas e na definição dos principais rumos seguidos pela expansão da cidade.

Figura 15 – Rua dos Andradas com a construção do edifício Santa Cruz em 1964. Permanece desde a sua construção o mais alto da cidade com 96 metros e 32 andares.



Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman. Autoria: Léo Guerreiro e Pedro Flores.

O centro de Porto Alegre manteve-se dinâmico e em pleno desenvolvimento até a primeira metade do século XX. Segundo RIGATTI (2002) a região teve seu auge entre as décadas de 1930 e 1970, período no qual foi realizada uma série de grandes obras públicas de reforma, embelezamento e melhoria dos acessos viários com o prolongamento de ruas, construção de avenidas e viadutos. Fora isso, a região recebeu também grandes investimentos privados, como a construção de hotéis, cinemas, sedes de bancos, grandes lojas de departamentos, além dos três edifícios mais altos da cidade: o

Edifício Santa Cruz (Rua dos Andradas), o Edifício Coliseu (Praça Osvaldo Cruz) e o Edifício Malcom (Rua dos Andradas). Sua localização permaneceu próxima à sua região de origem – apenas com o já citado deslocamento para o leste – reforçando a importância da Praça XV de Novembro e de ruas próximas como a Voluntários da Pátria, Borges de Medeiros, Julio de Castilhos, Sete de Setembro, Siqueira Campos, dentre outras.

No entanto, a partir da década de 1970 os investimentos na região começam a diminuir progressivamente e a ela passou a perder moradores, postos de trabalho, pontos de comércio e serviços, além de sofrer uma desvalorização relativa em relação a outras áreas emergentes da cidade. Processo que não foi exclusividade da cidade de Porto Alegre – tendo atingido também boa parte dos centros das grandes metrópoles do país nesse mesmo período – o que segundo a tese de VILLAÇA (2009) explica-se em grande parte pelos novos padrões de mobilidade que começaram a tomar forma no período.

Segundo o autor, não faz muito sentido afirmar que os centros passaram a ser abandonados pelos segmentos de maior renda em função da sua suposta “deterioração” ou “degradação”:

Não foi por seu envelhecimento que o centro principal foi abandonado. Se viesse às burguesias continuar a usá-lo, elas o teriam renovado e aprimorado, como, aliás, já haviam feito no passado em inúmeros casos. No Rio, desde a abertura da Avenida Central, passando pela da Avenida Presidente Vargas e pelo desmonte do Morro do Castelo, as burguesias continuamente renovaram o centro, em especial na direção de expansão que lhes interessava. Nesse mesmo sentido foram as obras de Prestes Maia, em São Paulo, ou de Otávio Rocha e Alberto Bins, em Porto Alegre que modernizaram os centros principais. [...] Tais obras mostram que as elites aprimoraram os centros principais quando precisavam permanecer neles. Por outro lado como já mostramos, os centros principais de nossas metrópoles sempre apresentaram um deslocamento territorial orientado na direção dos bairros residenciais das camadas de alta renda. Esses deslocamentos, entretanto, sempre foram contíguos aos centros principais. [...] Na década de 1970, o que ocorreu de novo é que os novos centros surgiram afastados dos antigos (VILLAÇA, 2009:279).

Para o autor a inserção do automóvel particular como meio de transporte preponderante para as classes altas (e mais tarde para as classes médias) teve um papel decisivo nesse processo, pois aumentou o raio de ação dentro do qual os indivíduos poderiam acessar seus postos de trabalho, comércio, serviços e lazer. No início deste processo as elites econômicas ainda procuram manter seus acessos privilegiados ao centro da cidade a partir da implementação de grandes obras viárias, que tentavam assegurar a acessibilidade da região frente aos novos padrões de deslocamento.

No caso de Porto Alegre, várias intervenções foram implementadas nas décadas de 1960 e 1970 para melhorar o acesso ao centro como o Túnel da Conceição, a Primeira Avenida Perimetral, a Avenida Castelo Branco, além da construção de vários edifícios garagem na região. Tentativas que surtiram efeito modificando os padrões de acessibilidade da área central. Segundo RIGATTI (2002), desde o início da fundação da cidade os espaços mais *integrados* dentro sistema foram progressivamente se deslocando do centro da cidade para o leste. Esse processo é drasticamente revertido em no final da década de 1960. Não só a região central volta a estar dentre as com os maiores valores de *integração* da cidade, como uma série de vias radiais que articulam sua ligação com as demais regiões da cidade também passaram a apresentar altos valores de *integração*. Dentre elas cabe citar a Avenida Borges de Medeiros (para o sul), Avenidas Salgado Filho e João Pessoa (para o sudeste), Avenida Independência (para o leste), Avenidas Cristovão Colombo e Farrapos (para norte e nordeste). Movimento que “re-centralizou” a região central dentro do sistema:

Observando o padrão de distribuição da integração global, percebe-se que, neste período, a área central apresenta os maiores níveis de acessibilidade em relação ao conjunto da cidade de sua história. Esses níveis de acessibilidade são garantidos pela maneira pela qual as transformações urbanas foram implementadas. A indução ao centro pelas radiais, antigas e novas é como nunca reforçada, chegando ao miolo da área central e não apenas na sua entrada como ocorria até então. O conjunto formado principalmente pelas avenidas Borges de Medeiros, João Pessoa, Oswaldo Aranha, Independência e Cristovão Colombo geram um sistema em leque de acessibilidade fácil ao centro de qualquer ponto da cidade. (RIGATTI, 2002:54)

No entanto, VILLAÇA (2009) aponta que nas décadas seguintes, os novos padrões de mobilidade espacial aliados às novas frentes de expansão criadas pelo mercado imobiliário – cada vez mais distantes dos bairros consolidados – levaram as classes altas a deslocar o centro novamente na direção das suas frentes de expansão. Mas diferente do que vinha ocorrendo até então, as novas frentes de expansão deixaram de ser contíguas às antigas e passaram a apresentar um caráter de exclusividade até então inédito. Voltando ao exemplo de Porto Alegre, temos que durante o século XIX a diferença entre o “centro popular” e o “centro das elites” não era rigorosamente definida. Os espaços utilizados pelos diferentes grupos sociais ainda permaneciam muito próximos e localizados na mesma região, cujas ruas refletiam a diversidade social existente na cidade:

Nas compras do comércio chique, nas tardes de lazer no velódromo, nas *soirées* do teatro e do cinema, os elegantes vão e vem. [...] Entretanto, por mais que o novo imaginário urbano se povoe das figuras de homens e mulheres bem-vestidos, a ‘flanar’ pelas ruas, existem outros personagens neste cenário urbano. A rua é também meio de vida, onde cangueiros, biscateiros e vendedores ambulantes transitam diariamente, entrecruzando-se com carroceiros, amas-secas, motoristas,

motorneiros e *free-lancers* de toda a ordem. Neste sentido, a rua é do povo, onde se misturam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes, e... por que não dizer, vagabundos, desocupados e larápios (PESAVENTO, 1996:64).

Ao longo da segunda metade do século XX esse cenário se transformou e novas centralidades começaram a surgir na maioria das grandes cidades brasileiras, para atender exclusivamente as demandas comerciais, empresariais e de lazer dos segmentos de maior renda²⁶. Em Porto Alegre o desenvolvimento da região formada no entorno das Avenida Carlos Gomes/Augusto Meyer/Dom Pedro II e Nilópolis/Nilo Peçanha – como “novo centro” que floresceu na cidade a partir da década de 1980 – reflete este processo. A consolidação dos bairros localizados nessa região como nova frente de expansão residencial dos segmentos de maior renda, novamente deslocou os pontos de comércio e serviços para áreas próximas (inclusive para dentro dos *shopping centers*) e também mais aptas a atender os novos padrões de deslocamento adotados pelos segmentos de maior renda. A motorização destes grupos implicou inevitavelmente na reordenação dos espaços por eles utilizados, e para VILLAÇA (2009) a desvalorização do centro consolidado e bairros adjacentes é apenas um reflexo disso.

Aqui a tese de XAVIER (2003) volta a fazer sentido tendo em vista que no final do século XX a produção industrial passa a perder espaço na cidade de Porto Alegre para o desenvolvimento do setor terciário. Conforme explicitado no capítulo anterior, a região no entorno do cruzamento das Avenidas Carlos Gomes/Augusto Meyer/Dom Pedro II e Nilópolis/Nilo Peçanha foi a que mais se destacou no desenvolvimento das atividades econômicas ligadas aos setores emergentes do capitalismo pós-industrial e às novas elites econômicas que se formaram no período. Re-editando o movimento ocorrido no desenvolvimento da Avenida Independência no início do século XX, as localizações preferidas pelas elites novamente mantém um acesso privilegiado também às novas frentes de expansão do capital (agora principalmente empresarial e terciário).

Novamente a análise dos padrões de *integração* do sistema mostra-se pertinente. Segundo RIGATTI (2002) já em 1968 era possível identificar algumas vias com altos níveis de *integração* na zona leste da cidade apesar do processo re-valorização da região central. Dentre elas cabe citar as avenidas Cristovão Colombo, 24 de Outubro, Carlos Gomes, ou as ruas Lucas de Oliveira e Anita Garibaldi. Dado que demonstra que a região já estava se constituindo enquanto uma das mais

26 Segundo VILLAÇA (2009) a cidade de Porto Alegre já apresentava a formação de sub-centros desde o século XIX, destacando dentre eles os núcleos formados no bairro Azenha e o no bairro Navegantes. No entanto, eram espaços destinados basicamente aos segmentos de menor renda e com uma diversidade de produtos e serviços ainda muito restrita, não ameaçando a hegemonia do centro principal da cidade.

centrais dentro do sistema, algo que veio a se confirmar nas décadas seguintes. O autor aponta que no ano 2000 as vias mais integradas voltam a se localizar ao leste da região central da cidade o que certamente está associado ao dinamismo imobiliário que atingiu a região após a década de 1980:

Destaque especial deve ser dado ao papel integrador que o percurso todo da 3ª perimetral imprime ao conjunto da cidade (...) Com isso, pode-se dizer que o nível de atratividade que as áreas ao longo dela vão sofrer um incremento considerável, dado o movimento que tendem a atrair, principalmente na sua parte mais central, ou seja, aquela compreendida no eixo da Av. Carlos Gomes, entre a Av. Plínio Brasil Milano e a Protásio Alves. Com isso percebe-se que os investimentos imobiliários mais sofisticados que a cidade vem observando nos últimos anos, na forma de edifícios comerciais, hotéis e flats, de algum modo antecipam-se em relação ao padrão de acessibilidade que acontecerá nessa região onde se instalaram, com a conclusão das obras da 3ª Perimetral. (RIGATTI, 2002:72)

As características desses espaços residenciais, comerciais e empresariais que passaram a ser preferidos pelos segmentos de maior renda das grandes brasileiras no final do século XX já foi explorada no capítulo anterior, mas cabe lembrar que eles são espaços marcados pela homogeneização social e permeados por percepções e conceitos que criminalizam os segmentos sociais de menor renda, identificando nos processos urbanos a eles relacionados as causas das supostas crises enfrentadas pelas cidades brasileiras no período. Isso fica explícito também no processo de deslocamento das atividades ligadas aos segmentos de maior renda pra fora das regiões centrais tradicionais. Segundo VILLAÇA (2009) as grandes cidades brasileiras passaram a ter nesse período categoricamente dois centros: o “centro velho” supostamente deteriorado e abandonado e um “centro novo” cosmopolita e globalizado. Divisão criada e sustentada a partir da veiculação de discursos (produzidos por essa mesma elite que os abandonou) que passaram a qualificar as regiões centrais tradicionais como degradadas e perigosas. Retórica que apresenta essa suposta degradação como “algo dado”, sendo ela constantemente reificada e descolada dos processos urbanos e sociais que efetivamente geraram os contextos apresentados pelos centros tradicionais nas últimas décadas do século XX.

Como alerta VILLAÇA (2009) foi justamente quando o centro passou a ser a se caracterizar pelo desenvolvimento de atividades majoritariamente associadas às população de baixa renda (que ainda formava a maioria da população das grandes cidades e suas regiões metropolitanas) que ele começou a se degradar segundo os discursos hegemônicos produzidos. Discursos que não por coincidência partiram das mesmas elites que conscientemente abandonaram a região em busca de outros espaços mais afeitos às suas predileções e aspirações. Demonstrando que ao longo da

segunda metade do século XX as elites econômicas das grandes cidades brasileiras passaram a ter certa dificuldade em lidar com a heterogeneidade social.

Se o centro de Porto Alegre nasceu e se desenvolveu em sintonia com as pretensões dos segmentos de maior renda e poder político ao longo dos séculos XVIII e XIX (sempre a custa de grandes intervenções do poder público e numa tensão direta com as classes populares), parece que nas duas últimas décadas do século XX o esforço deixou de valer a pena. As elites preferiram migrar para novos espaços, em grande parte moldados por intervenções do capital privado (*shopping centers*, condomínios fechados, complexos empresariais) deixando o centro da cidade em segundo plano. Mas esse movimento não fez o centro deixar de ser centro, ao menos não totalmente... Conforme já dito, grande parte da população das grandes cidades e respectivas regiões metropolitanas continua tendo no centro tradicional um espaço privilegiado, em grande parte favorecido pela acessibilidade criada pelos meios de transporte coletivo que ainda para lá confluem.

O que fica em evidência é a fragmentação da oferta de comércio, serviços, lazer e equipamentos públicos que antes lá se concentravam para diferentes espaços dentro da cidade, geralmente segmentados por padrões de renda. Movimento que acirrou o desenvolvimento de processos de segregação social, onde cada vez mais a heterogeneidade da rua do século XIX, presente na citação anterior de PESAVENTO (1996) vai dando lugar a espaços que primam pela sua exclusividade e homogeneidade, conforme aponta RIGATTI (2004) para o caso de Porto Alegre:

Se, no início da formação da cidade, os territórios urbanos eram compartilhados para diversas atividades e categorias sociais, mistura esta que fazia parte do próprio processo de reprodução das relações sócio-econômicas, com o tempo os espaços passam a assumir papéis mais categóricos: os espaços de produção, os espaços do consumo, os espaços da burguesia, os espaços do proletariado, os espaços dos excluídos (RIGATTI, 2004:2).

2.2 O centro de Porto Alegre: da fundação da cidade ao século XX.

O desenvolvimento do centro de Porto Alegre mostra que ao longo da sua história a relação entre as visões de mundo das elites econômicas e políticas e a presença de atividades ligadas aos segmentos populares sempre foi conflituosa. Conforme será mostrado, os discursos sobre a “degradação” de centro que hoje proliferam não são novidade na cidade. À medida que ela foi se consolidando enquanto principal núcleo urbano do Estado, e constituindo sua elite política, comercial, mercantil ou industrial, uma série de intervenções foi sendo implementada no centro para transformá-lo num espaço “moderno” e livre das “anomalias” e “problemas” que também começaram a se manifestar

com mais intensidade em função do crescimento da cidade. No entanto, tais “anomalias” e “problemas” tinham endereço bem definido: becos, botequins, cortiços, prostíbulos e afins, espaços encarados pelas elites como perigos eminentes à “saúde” e a “moral” da emergente sociedade porto-alegrense.

A origem da cidade de Porto Alegre remonta ao século XVIII. Apesar das divergências a respeito da data de sua fundação, WEIMER (2004) aponta que o povoamento provavelmente começou após a desapropriação da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornelas no ano de 1772. A ocupação inicial teria começado pela Praça Marechal Deodoro e seguido o divisor de águas no traçado da Rua Duque de Caxias até o rio, tendo se estendido pela encosta norte da península na Rua Riachuelo e Rua dos Andradas, e continuado em seguida pela encosta sul nas ruas Fernando Machado, Demétrio Ribeiro, Washington Luiz e respectivas transversais. Ao leste o limite era a Rua Senhor dos Passos.

Segundo SOUZA E MULLER (2007), em 1773 o povoado tornou-se capital da Província e em 1774 e começam a ser erguidas uma série de edificações ligadas à nova função, dentre eles o primeiro Palácio do Governo, o Arsenal de Guerra e a Intendência Municipal. Nas últimas décadas do século XVIII a cidade apresentou um crescimento considerável, passando de um pequeno povoado às margens do Guaíba para um núcleo urbano estruturado e consolidado. Crescimento que acompanhou o desenvolvimento das funções comercial e portuária, propiciado principalmente pela exportação do trigo que era produzido na região. Em 1800 é erguida a Casa da Alfândega que precisou ser substituída por uma nova em 1818 devido ao incremento das transações comerciais efetuadas na cidade. Ademais, começam a surgir também uma série de outros equipamentos como escolas, igrejas, serviços de correio e até um espaço cênico, denominado de Casa de Comédia. Em 1820 a cidade contava com cerca de 12.000 habitantes.

No entanto, o núcleo urbano continuava restrito a ponta da península, estando o perímetro da cidade ainda limitado por uma barreira de defesa (em geral descrita como uma paliçada acompanhada por um fosso), erguida em 1778 para defendê-la da instabilidade política e militar existente no sul do Brasil durante o período. Entre 1835 e 1845 a cidade passa por um momento de pouco crescimento demográfico e econômico, consequência da eclosão da Revolução Farroupilha que disseminou durante o período um levante de caráter separatista no Estado, sofrendo Porto Alegre as consequências de ter permanecido ao lado do Governo Imperial. Conflito que segundo WEIMER (2004) deixou um saldo desastroso para toda a região, visto que o durante os dez anos nos quais durou, a luta contra os rebeldes estagnou o desenvolvimento de inúmeras vilas e cidades pelo Estado, além de ter destruído grande parte dos equipamentos urbanos existentes. Situação que segundo o autor só foi

revertida após o armistício, com o apoio do Governo Imperial que destinou grandes verbas para a reconstrução de prédios e equipamentos públicos, visando o restabelecimento da ordem institucional.

Mas após dez anos de conflito a situação econômica de Porto Alegre apresentava-se fragilizada. Cenário que segundo SOUZA e MULLER (2007) só foi revertido com a consolidação das políticas de imigração postas em prática pelo Governo Imperial, que trouxeram para o Rio Grande do Sul um contingente significativo de imigrantes europeus ao longo do século XIX. O Processo começou com a chegada das primeiras levas de alemães nas décadas de 1820, 1830 e 1840, que ocuparam inicialmente o entorno das cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, tendo depois se expandido pelas regiões ao longo dos rios dos Sinos, Caí, Jacuí e Taquari. Ocupação baseada na produção agrícola diversificada, de mão de obra livre e em pequenas propriedades, que segundo as autoras foi de suma importância para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre.

Figura 16: Docas do Mercado (ao lado da Praça XV de Novembro) em 1900.



Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman. Autor Desconhecido

Favorecida pela confluência dos rios acima citados, a cidade rapidamente transformou-se num importante centro comercial que passou a abastecer o interior do Estado com bens de consumo e

a receber a produção agrícola dos imigrantes, fazendo o número de estabelecimentos comerciais crescer e se diversificar significativamente. Além disso, as autoras apontam que ao longo do século XIX, a importância da produção agrícola da região colonial passa a assumir um peso significativo no volume total de exportações do Estado, reforçando ainda mais a importância das funções portuária e comercial no desenvolvimento econômico de Porto Alegre.

WEIMER (2003) aponta também que muitas das famílias alemãs que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir da década de 1820 permaneceram em Porto Alegre. Parte delas dedicando-se ao comércio e muitas ao desenvolvimento de pequenas manufaturas ou oficinas, que dariam mais tarde origem às primeiras indústrias da cidade. Além disso, GERTZ (2001) aponta que com o passar dos anos o contingente de “alemães urbanos” aumentou devido às migrações internas, e após 1850 começaram também a se estabelecer nas cidades maiores alguns imigrantes de melhor posição social onde passaram a atuar como intelectuais e empresários. Nesse contexto começam a surgir em Porto Alegre algumas instituições que atestam a consolidação da comunidade alemã na cidade. Em 1856 é organizada a Comunidade Evangélica Alemã (*Deutsche Evangelische Gemeinde*) numa casa localizada na Rua Sete de Setembro e em 1858 é organizada a Associação Beneficente Alemã (*Deutscher Hilfsverein*), cujo rol de sua primeira diretoria nos permite identificar o tipo de atividade a que seus membros se dedicavam: Johann Konrad Vetter (Açougueiro); Johann Peter Barth (Ferreiro); Johann Wilhelm Volkmer (Funileiro); Friedrich Ludwig Nelson (Ferreiro); Philipp von Normann (Arquiteto)²⁷.

Segundo SEBEN (1999) alguns registros indicam a presença de algumas fábricas ao norte do centro da cidade já nas primeiras décadas após o início do processo migratório, localizadas principalmente ao longo da Rua Voluntários da Pátria. A região começou concentrando armazéns, depósitos, pontos de comércio, trapiches e embarcadouros, que se serviam da acessibilidade dada pelo rio para o comércio e escoamento da produção para a região colonial. Mas conforme a autora, o processo de industrialização começou a se efetivar de fato ao longo da segunda metade do século XIX. Para WEIMER (2003) o desenvolvimento da rede de transportes e das ligações da cidade com as regiões vizinhas beneficiou em grande medida sua região norte. Se a margem norte do Guaíba já era usada intensamente pelos comerciantes, atacadistas e intermediários da cidade, com a inauguração da Estrada de Ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo em 1870 (que cruzava os bairros ao norte do centro) a ocupação da região se intensificou.

²⁷ Extraído de TELLES, Leandro. As Origens da Comunidade Evangélica de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.paroquiamatriz.org.br/historia.htm>

SEBBEN (1999) aponta que ao final do século XIX a Rua Voluntários da Pátria transformou-se numa das principais vias da cidade, além de espaço privilegiado para a instalação das fábricas e indústrias. O nome dos principais empreendimentos da época aponta a diversidade de produtos que eram produzidos, além da prevalência dos imigrantes no desenvolvimento deste processo: Cervejaria Christofel (1873), Cervejaria Kauffmann (1878), Cervejaria Becker (1879), Metalúrgica Berta (1891), Companhia Fabril Porto Alegrense (1893), Fábrica de Pregos Pontas de Paris (1893), Companhia de Vidros Sul-Brasileira (1894), Fábrica de Roupas Brancas e Gravatas (1895), União de Ferros (1898), Ernesto Neugebauer & Cia. (1891), Bromber & Cia (1863), Frederico Mentz & Cia (1909), Kessler e Cia (1907), Schwarz, Homrich & Cia (1913), Fábrica de Vidros e Cerâmicas Max Hoffmann e Cia, Fábrica Wallig e Cia, Müller, Sterb e Cia, dentre outras.

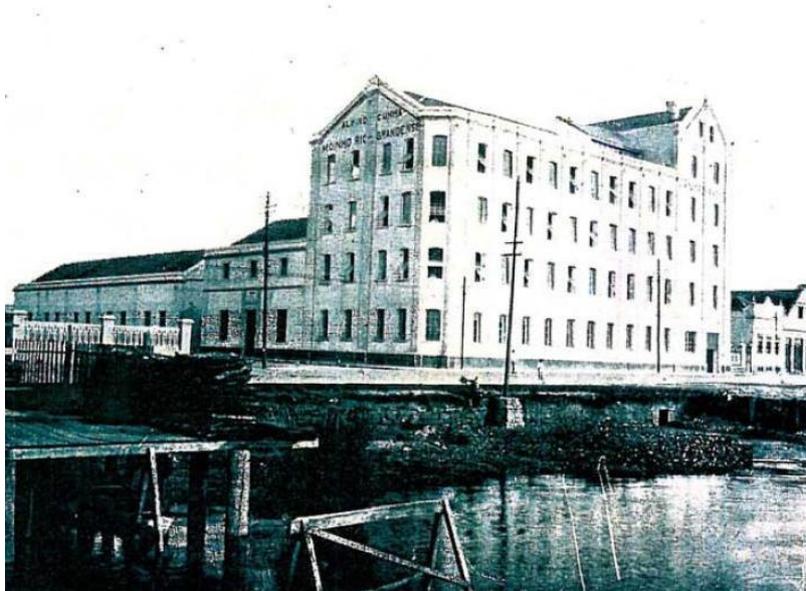


Figura 17: Moinho Rio-Grandese na Avenida Voluntários da Pátria em 1916.

Fonte: Extraído de BLANCATO (1922) *apud* MATTAR (2010).

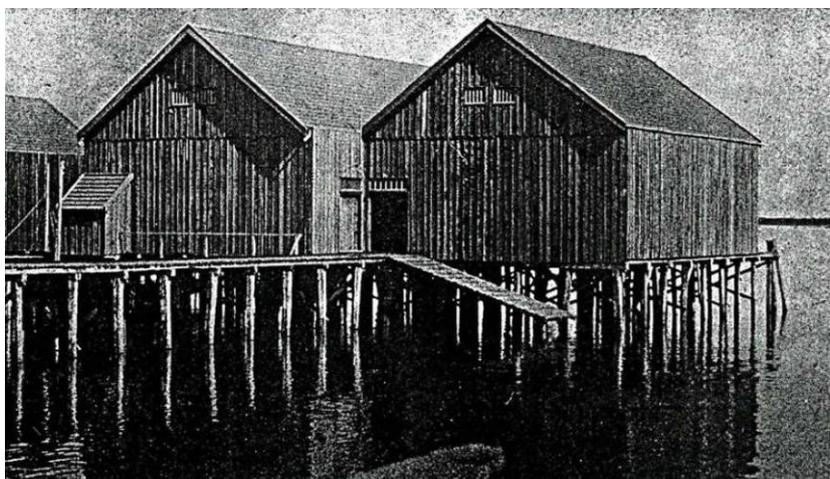


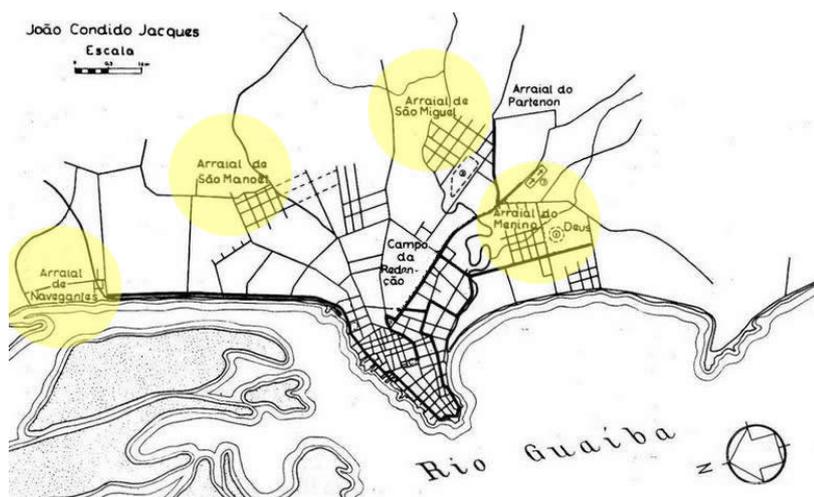
Figura 18: Trapiches sobre o Guaíba da empresa Schwartz, Homrich & Cia.

Fonte: Extraído de COSTA (1922) *apud* MATTAR (2010).

Paralelo ao início do seu desenvolvimento industrial a cidade também cresceu demograficamente alcançando 52.421 habitantes em 1890, conforme censo realizado na época²⁸. Segundo SOUZA e MULLER (1997), com o fim das barreiras defensivas que protegiam a cidade em 1845, ela começa a se expandir e apresentar uma série de novos equipamentos maiores e mais sofisticados para atender as demandas geradas pelo seu crescimento, tais como a Nova Casa de Câmara, Delegacia da Capitania dos Portos, o Asilo Santa Tereza, o Instituto de Educação, o Teatro São Pedro, além do início da construção do Hospício São Pedro e da Biblioteca Pública. Equipamentos que reforçaram a centralidade dos espaços que iam se confirmando como grandes articuladores e propagadores da vida urbana na cidade como a Praça da Alfândega, Praça Marechal Deodoro, Praça XV de Novembro e ruas próximas.

A estrutura urbana cidade também se complexificou ao longo do século XIX. Segundo RIGATTI (2002) começam a se consolidar no período pequenos núcleos habitacionais distantes do centro chamados de “arraiais” ou “arrabaldes”, em geral composto por um pequeno conjunto de casas ao redor de uma capela, localizado em algum ponto ao longo dos principais acessos da cidade. Em meados do século XIX eram quatro os principais arraiais que nas primeiras décadas do século XX já estava plenamente integrados à malha urbana da cidade: Arraial Nossa Senhora de Navegantes (na estrada para São Leopoldo), Arraial São Manoel (na estrada para Gravataí), Arraial de São Miguel (na estrada para Viamão) e Arraial do Menino Deus (na estrada para o Belém Velho).

Figura 19: Mapa de Porto Alegre em 1888 com a disposição dos Arraiais em relação ao centro da cidade.

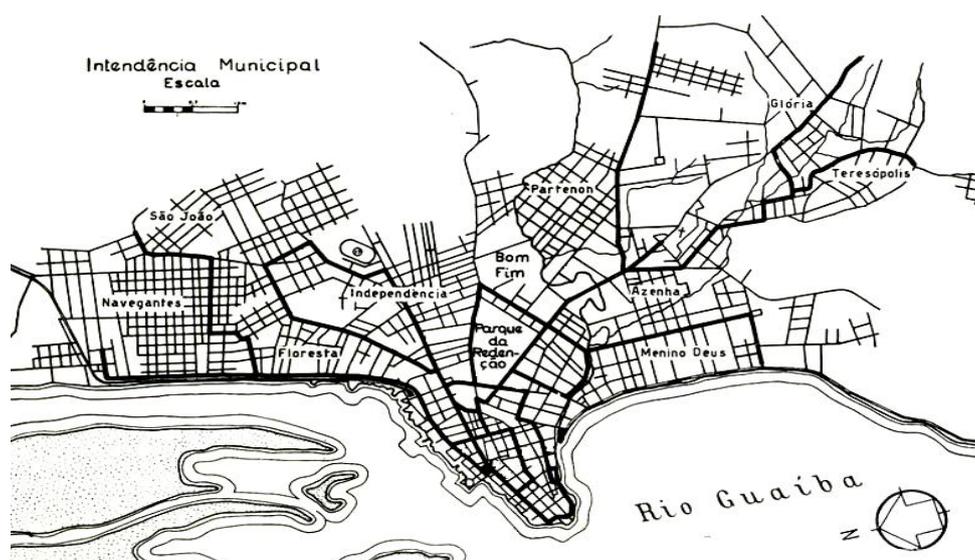


Fonte: Adaptado de <http://fotosantigas.prati.com.br>

²⁸ Extraída da publicação: “Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890”, organizada pela Diretoria Geral de Estatística do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas em 1898.

Durante a virada para o século XX o crescimento da cidade se intensificou. Conforme dados de SOUZA e MULLER (2007) a cidade que contava com pouco mais de 50.000 habitantes em 1890 chegou a 250.000 em 1940. WEIMER (2004) aponta também que com o advento da Primeira Guerra Mundial e a conseqüente paralisação do comércio internacional, cresceu a demanda regional por bens de consumo o que incentivou ainda mais a implantação de indústrias ao norte do centro de Porto Alegre. A ocupação da Rua Voluntários da Pátria foi se intensificando e ela rapidamente tornou-se a principal ligação terrestre entre Porto Alegre e o resto do país. O desenvolvimento da via gerou também a urbanização das áreas vizinhas, expandindo-se para as avenidas Cristovão Colombo e Benjamin Constant, dando origem em seguida aos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes, que permaneceram o principal eixo de expansão industrial da cidade, até as indústrias começarem a abandonar a cidade na segunda metade do século XX.

Figura 20: Mapa de Porto Alegre em 1916 ilustrando a extensão do núcleo urbano da cidade e a incorporação dos arraiais à sua malha.



Fonte: Adaptado de <http://fotosantigas.prati.com.br>

À medida que a cidade seguia crescendo economicamente e demograficamente ao longo dos séculos XVIII e XIX, os segmentos de maior renda foram consolidando seus espaços e práticas, e fortalecendo determinados anseios e percepções que prezavam pelo desenvolvimento da cidade enquanto metrópole “moderna” e “urbanizada”. No entanto cidade nenhuma se constitui apenas de sua elite. Conforme Porto Alegre crescia e se desenvolvia, aumentava também o contingente de trabalhadores pobres, vendedores ambulantes, biscateiros e afins. Indivíduos que participavam do desenvolvimento urbano e econômico de Porto Alegre, e também seguiam desenvolvendo seus

espaços e práticas sociais na cidade. Mas sua presença começou a chocar-se diretamente com as visões de mundo nutridas pelas elites da época, que insistiam em não considerar suas práticas e seus estilos de vida como legítimos. E o centro de Porto Alegre, enquanto espaço mais dinâmico e valorizado da cidade, tornou-se o principal alvo dos discursos e disputas que evidenciavam este processo:

“Todavia, era na área do Centro que se verificava, na opinião dos notáveis da cidade, uma promiscuidade indesejada de ricos e pobres vivendo face a face. A cidade se revelava suja, malcheirosa e desordenada. Os velhos sobrados e casarões, que haviam sido morada de baronesas e brigadeiros, passaram a atestar a diversificação social de Porto Alegre do século XIX. Enquanto seus donos se retiravam para a Duque de Caxias ou para a Independência construindo novos palacetes, as antigas construções sublocadas, passaram a abrigar nos seus porões uma população pobre que se tornava cada vez mais numerosa (PESAVENTO, 1994:86).”

Segundo PESAVENTO (1994), no início de 1890 começaram a aparecer entre a imprensa de época as primeiras referências às moradias nos porões de sobrados e à construção de cortiços para abrigar a população pobre. O tom adotado pelas publicações refletia o desagrado da burguesia que idealizava uma cidade bela e ordenada. Conforme começavam a ser implantados os novos grandes equipamentos urbanos e pontos de comércio e serviços que atendiam as elites, as habitações populares também se proliferavam pelo centro da cidade. Para fazer frente a tal, a autora aponta que a administração municipal começou a criar uma série de legislações urbanísticas que impunham certos padrões construtivos às novas edificações, além de aumentar os impostos prediais no centro da cidade, gerando o conseqüente aumento dos alugueis e a expulsão da população pobre que não conseguia arcar com os custos em função dos seus baixos salários.

Este processo além de deixar clara a promiscuidade existente entre o poder político e econômico na cidade (evidentemente divididos pela mesma elite) refletia também qual o projeto de cidade que estava em jogo neste período, e a quem ele se destinava primordialmente. Quanto a isso, RIBEIRO e CARDOSO (1996) apontam que as cidades brasileiras durante a Primeira República (1889-1930) eram vistas pelas elites econômicas como expressão do atraso nacional frente à modernidade das metrópoles internacionais. Conforme o país foi aumentando sua participação no comércio internacional e a cidade se transformando em referência para a atuação política e comercial das elites, cresciam os sentimentos de negação do passado colonial e uma ânsia de identificação com o modelo europeu:

“Nesse contexto as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus,

permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição (RIBEIRO e CARDOSO, 1996:59).

Assim, as intervenções produzidas no período privilegiavam basicamente as elites das grandes cidades. Tomando como exemplo as reformas implementadas pelo governo de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, os autores apontam que apesar delas darem grande centralidade à produção de espaços públicos na cidade, esse “público” resumia-se a uma pequena parcela da sociedade, enquanto a ampla maioria formada pelas classes populares acabava sendo colocada à margem do processo.

Quanto a Porto Alegre, PESAVENTO (1994) indica que no final do século XIX começava na cidade um processo de urbanização de áreas afastadas, para onde deveriam ser canalizadas as populações pobres, que já não tinham espaço no centro da cidade frente às concepções de urbanidade e higiene defendidas pela burguesia. Para a autora abria-se assim caminho para a especulação imobiliária, onde não por coincidência, representantes ilustres dos segmentos de maior renda da cidade começaram a formar companhias loteadoras que arrematavam grandes lotes a preços baixos para depois fracioná-los e vendê-los aos segmentos de menor renda.

Como interessava particularmente às elites que a população de baixa renda se localizasse longe do centro e próximas às fábricas – pois a contigüidade entre a vida doméstica e o chão de fábrica facilitava a disciplinarização dos empregados – rapidamente começaram a se constituir grandes bairros operários loteados ao longo da Rua Voluntários da Pátria. Segundo a autora, como parte desse processo surge em 1895 a Companhia Territorial Porto-Alegrense responsável pelo loteamento dos bairros Navegantes e São Geraldo, cujo diretor-gerente era José Luis Moura de Azevedo (membro da alta burguesia porto-alegrense) também diretor da Companhia Hidráulica Porto Alegre, da Companhia Carris Porto Alegre e do Banco Nacional do Comércio. Na mesma época começava o loteamento do bairro Auxiliadora, implementado por Manoel Py, outro importante comerciante e empresário da cidade.

Exemplos que para PESAVENTO (1994) ilustram a interpenetração de interesses entre a administração municipal e acumulação privada, visto que no contexto de expansão demográfica e reformas urbanas da época, lotear áreas suburbanas transformou-se num negócio lucrativo. Entretanto a distribuição de infra-estrutura e dos equipamentos não acompanhou de forma equânime a expansão da malha urbana da cidade. Enquanto alguns espaços tornavam-se notáveis a partir dos investimentos feitos outros permaneciam em situações extremamente precárias:

Era bem verdade que as principais artérias da cidade ostentavam todas as melhorias urbanas da civilização e que as casas de comércio, os bancos e as indústrias demonstravam a pujança dos negócios e os melhoramentos materiais. Na Duque e na Independência, novos e vistosos palacetes abrigavam o luxo das famílias burguesas. Mas estes melhoramentos, estes efeitos dos novos tempos não atingiam a todos. [...] nos caminhos da modernidade, nem todas as ruas eram iguais e a cidade reproduzia, na ocupação do espaço e na atuação da municipalidade, as distorções sociais. Colônia Africana, Cidade Baixa, Santana, Navegantes, uns arrabaldes, outros nem tanto, ostentavam em suas ruas as mazelas da administração pública (PESAVENTO, 1996:39-40).

Cabe aqui lembrar que enquanto certos bairros da cidade ganhavam destaque frente ao modelo “modernizador-desenvolvimentista” da época, outros eram discriminados dentro deste processo. Nesse contexto, bairros como Floresta, Navegantes e São Geraldo (apesar de abrigarem população pobre e operária) ainda se mantinham associados aos imigrantes europeus e ao crescimento econômico relacionado à sua presença na cidade. Já outros espaços como o Bairro Cidade Baixa, o Areal da Baronesa (ao sul do Centro) e a Colônia Africana (ao leste), além de pobres ainda tinham que superar estigmas relacionados à afro-descendência de seus moradores. População que segundo MATTOS (2000 *apud* MARQUES, 2005) além de ocupar áreas periféricas da cidade – não raras vezes alagadiças – ainda tinha seus espaços constantemente associados pela imprensa e cronistas da época à marginalidade e criminalidade, sendo freqüentemente classificados como indolentes e perigosos.

Figuras 21 e 22: População negra da cidade de Porto Alegre em registros do seu cotidiano nos arrabaldes da cidade (primeira década do século XX)



Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman. Autoria: Lunara.

Esse quadro segregador e discriminatório manifestou-se também no centro da cidade. Segundo SOUZA e MULLER (2007) nas décadas seguintes à Primeira Guerra Mundial a cidade passa

por uma série de intervenções urbanísticas. Período no qual a administração municipal assume uma preocupação mais sistemática com o planejamento urbano da cidade, dando origem a estudos e planos que resultaram no alargamento de ruas existentes, abertura de novas avenidas, novos aterros sobre o rio, projetos de saneamento, paisagismo e embelezamento. Segundo as autoras o destaque coube principalmente às administrações de José Montauray (1897-1924), Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943), que implementaram uma série de obras, implantaram vários de equipamento urbanos de grande porte e importância para a cidade, e participaram da elaboração e aplicação do primeiro grande plano de urbanização da cidade conhecido como o “Plano Geral de Melhoramentos”, apresentado em 1914.

Mas segundo PESAVENTO (1994) essas intervenções não se limitaram apenas à reordenação do espaço urbano da cidade. O poder público estava preocupado em embelezar e modernizar a cidade e para isso era preciso alinhar o traçado das ruas, alargar avenidas, construir praças e parques ou eliminar velhas construções degradadas. Contudo, a autora ressalta que essa busca incessante pela “ordem” e pelo “progresso” imposta pelas elites políticas e econômicas da época, estava orientada por um conjunto de preceitos que implicavam na eliminação de certas sociabilidades próprias dos segmentos de menor renda. Além dos cortiços (espaços qualificados pelos segmentos de maior renda como insalubres e promíscuos), também bordéis, botequins e casas de jogo precisavam ser destruídas pelo risco que eles apresentavam à sociedade, seja pela proliferação de doenças ou pelo comportamento “degenerado” de seus frequentadores.

Segundo a autora, ao longo das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX o poder público sustentou uma ação continuada no centro da cidade frente a eliminação de focos residenciais associados às populações de baixa renda. Intervenções sustentadas no tripé “moral, higiene e estética” (p.93) que progressivamente foram varrendo para longe dos espaços mais proeminentes da região central, qualquer traço que aludisse a comportamentos ou práticas em dissonância com a imagem de “cidade ideal” sustentada pelos segmentos de maior renda:

No Centro, a campanha saneadora e moralizante da *fin de siècle* teria continuidade na *Belle Époque*. Às palavras de ordem, da higiene e dos bons costumes se acrescentariam, cada vez mais, os postulados do progresso, da civilização, dos padrões estéticos. Porto Alegre crescia, sem dúvida, e para isso era preciso declarar greve aos becos, antros de prostituição, casas de tavolagem, botequins. Para a construção de uma nova cidade – limpa, bela, ordenada – era preciso que se procedesse à destruição dos cortiços (PESAVENTO, 1994:100).

Um exemplo disso foi o tratamento dado aos vendedores de rua da cidade durante esse período histórico. Segundo PINHEIRO MACHADO (2004), o centro de Porto Alegre sempre se caracterizou pela presença de um grande contingente de vendedores de rua, que em muito contribuíram para a expansão do comércio na cidade. No final do século XVIII a maioria deles ainda se concentrava na Praça da Alfândega (na época chamada de Praça da Quitanda) onde negociavam peixes e realizavam escambos variados. Em 1820 é construído o novo prédio da Alfândega no local, e após pressões da elite econômica que pretendia melhorar as qualidades urbanísticas da praça, a administração municipal decide removê-los para a Praça XV de Novembro:

Deste modo, a Praça do Paraíso²⁹ consolidou-se sem qualquer urbanização, recebendo quitandeiros, comerciantes e moradores, e passou a ser o principal local de comércio de rua de Porto Alegre. Portanto, a tradição de negociantes e vendedores de rua – bancas irregulares de peixe, frutas, miudezas, etc. – nas redondezas da hoje Praça XV de Novembro é tão antiga quanto a própria praça, ou melhor, esse tipo de atividade foi fundamental para a sua consolidação na cidade. Nascia ali um verdadeiro *lócus* comercial que se perpetua até hoje com os trabalhos dos camelôs, ambulantes e fruteiros. Entretanto, inúmeros planejamentos de retirada desses vendedores sucederam-se ao longo da história, desde o século XIX até os dias de hoje (PINHEIRO MACHADO, 2004:59).

Entretanto, a autora aponta que a Praça XV de Novembro sempre foi vislumbrada pelos administradores da cidade como um espaço capaz de representar a modernidade e o progresso da cidade. Frente a tal, ao longo do século XIX várias intervenções foram feitas com o intuito de organizar e ordenar o local, incluindo-se aí a instalação do mercado público (com suas sucessivas reformas e ampliações) e a retirada constante dos ambulantes que por lá circulavam. Algumas reportagens e notas publicadas pela imprensa porto-alegrense na primeira metade do século XX ilustram este processo, constantemente caracterizando os vendedores de rua a partir de adjetivos nada simpáticos à sua atuação como “abusivo”, “pitoresco”, “submundo”, “desorganizado” e etc. Retórica que obviamente refletia os interesses das elites em construir um centro “limpo”, “organizado” e “moderno”.

Este percurso histórico que está sendo reconstituído permite ressaltar alguns elementos sobre o crescimento e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre e de seu centro. Em primeiro lugar cabe apontar que a constituição e a diferenciação dos espaços da cidade envolvem uma complexa trama de elementos morfológicos, políticos, econômicos e sociais. Retornando à tese de VILLAÇA (2009), vemos que o centro de Porto Alegre foi se formando numa intensa simbiose com os espaços residenciais dominados pelas elites econômicas e políticas da cidade. Mas se por um lado interessava

²⁹ Nome pelo qual era conhecida a atual Praça XV de Novembro até o ano de 1869.

aos empresários, comerciantes e políticos estar próximos dos palácios, igrejas, órgãos públicos e pontos de comércio, por outro também era fundamental aos ambulantes, biscateiros, empregados ou ex-escravos circular no entorno desses espaços para garantir a sua sobrevivência. No entanto, enquanto os primeiros podiam acessar localizações que lhes garantiam um acesso privilegiado, os segundos tinham que se contentar com os distantes arrabaldes ou viver em habitações improvisadas sob constante ameaça de despejo.

As transformações na economia geradas pela imigração europeia e a industrialização também não podem ser negligenciadas nesse processo. Conforme a cidade foi se transformando em um pólo industrial de significativa importância no estado (e inclusive no país) a valorização de seus espaços também reagiu a esse movimento. Conforme a zona norte confirmava sua participação intensiva no desenvolvimento econômico da cidade, ela atraía progressivamente a atenção da administração pública e da burguesia que passou a envolvê-la no seu raio de ação. Sorte que não teve o bairro Cidade Baixa e seu entorno (assim como seus moradores) que permaneceram em segundo plano, num movimento que foi progressivamente criando uma cidade diferenciada e inevitavelmente socialmente segregada.

Em segundo lugar, cabe ressaltar o quanto as intervenções efetuadas na cidade permitem apreender elementos indicativos da “cidade ideal” sonhada pelos segmentos de maior renda. As intervenções feitas no centro de Porto Alegre durante o século XIX materializaram uma série de percepções que aos poucos foram transformando a cidade. Mas a busca pela “ordem”, “higiene” ou “beleza”, teve um preço que acabou sendo pago por aqueles que precisaram se retirar ou alterar suas práticas sociais para atender aos novos preceitos que estavam sendo postos em prática.

O período que abrange as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foi particularmente rico na manifestação e efetivação destes processos. Curiosamente, muitos elementos que hoje insurgem nas percepções que as elites mantêm sobre os centros históricos das grandes cidades, já estavam presentes naquela época. Elementos que não raras vezes partem da associação entre as atividades ligadas às classes populares e determinados problemas urbanos lá identificados. Bom exemplo disso é a associação citada por PINHEIRO MACHADO (2004) entre os vendedores ambulantes e a “desordem”, que se re-editou no final do século XX a partir da presença dos camelôs na cidade. Velhos processos que assumem uma nova roupagem e continuam marcando o cotidiano das grandes cidades brasileiras.

2.3 O Bairro Centro Histórico e seu contexto contemporâneo.

Ao longo do desenvolvimento de qualquer cidade, o centro acaba sendo delimitado administrativamente e assumindo o *status* de bairro. Em Porto Alegre o Bairro Centro foi criado em 1959³⁰ e seus limites eram dados pelo contorno da atual Primeira Avenida Perimetral, envolvendo uma área correspondente ao que era ocupado pela cidade em meados do século XIX. Em 2008 teve seu nome atualizado pela administração municipal para Bairro Centro Histórico³¹. Mudança que deve ser compreendida no âmbito das estratégias que vêm sendo implementadas pelo poder público desde a década de 1980 para reverter a imagem negativa da região que foi se consolidando a partir desse período.

Segundo PISONI da SILVA (2006) foram várias as propostas de intervenção elaboradas pela Prefeitura de Porto Alegre para o centro da cidade nas últimas três décadas. A primeira destacada pela autora é o Projeto de Humanização do Centro (governo Alceu Collares – 1986) que teve como principais linhas de ação a recuperação de espaços de lazer no bairro, preservação dos espaços verdes, ampliação das atividades culturais e artísticas, e a recuperação dos espaços para pedestres. Dois anos depois foi lançado no governo de Olívio Dutra o Plano de Valorização Ambiental e Cultural preocupado com a segurança na região, qualificação dos espaços públicos e valorização da cidadania. Por fim a autora cita também o Programa de Revitalização do Centro de 1999, no governo de Raul Pont, cujas principais ações eram propostas de restauro do patrimônio construído e projetos especiais em parceria com a iniciativa privada. Atualmente a Prefeitura Municipal mantém ativo o projeto Viva o Centro e a cidade está entre as abrangidas pelo Programa Monumenta³² do Governo Federal.

Esta seqüência de 25 anos de programas, planos e projetos nos permite supor que na percepção dos técnicos e administradores da Prefeitura Municipal o bairro andou apresentando determinados problemas nas últimas décadas. Isso fica claro na Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre (publicado pela Secretaria Municipal de Planejamento no âmbito do programa Viva o Centro) onde a história do desenvolvimento do centro é assim sintetizada:

³⁰ Através do art. 1º da Lei Municipal nº 2.022, de 7 de dezembro de 1959.

³¹ Através do art. 1º da Lei Municipal Nº 10.364, de 22 de janeiro de 2008.

³² “O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. [...] Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos”.

(Extraído de: <http://www.monumenta.gov.br>)

[1900 – 1930] CONSOLIDAÇÃO COMO CAPITAL → Grandes obras de modernização são alavancadas por um Programa de Obras Públicas alinhado com os propósitos do Positivismo, corrente filosófica dos governos estadual e municipal – Biblioteca Pública do Estado, Margs, Faculdade de Direito, Catedral Metropolitana,...

[1930 – 1960] GLAMOUR → O espírito da época é traduzido pelo espaço urbano cosmopolita - cinemas, teatros, cafés e clubes. Em meados de 1960, o centro já tem muitos edifícios e a cidade é considerada uma das grandes capitais do Brasil.

[1960 – 1970] RENOVAÇÃO → O espírito de modernidade é traduzido pela verticalização em estilo modernista, pela perda do patrimônio, por obras viárias caracterizadas pela construção de grandes artérias radiais, avenidas perimetrais e viadutos e pelas obras de aterro do Lago Guaíba, baseadas no Primeiro Plano Diretor, aprovado em 1959.

[1970 – 1980] DECADÊNCIA → Ocorre a degradação do espaço físico, gerando o estigma da insegurança. O Tecnicismo desconsiderou aspectos elementares do urbanismo, com grande destruição do patrimônio. Desativação do bonde e incentivo ao transporte automotivo.

Fonte: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre.

A valorização dada às dinâmicas urbanas das primeiras décadas do século XX evidentemente contrasta com a forma como foi percebido o desenvolvimento da cidade a partir da década de 1960. A terminologia e a descrição dos estágios sugerem que as renovações implementadas nas décadas 1960 e 1970 partiram de escolhas equivocadas que levaram a um período conseqüente de decadência e degradação. Ao que parece o “espírito de modernidade” presente no terceiro estágio não teve o mesmo efeito que “as grandes obras de modernização” realizadas no primeiro.

Esse tom saudosista e idealizado em relação às primeiras décadas do século XX emerge nas referências aos bondes, teatros, cafés, clubes e à construção dos equipamentos públicos citados. Valorização que pode ser percebida também nas datas de construção dos bens tombados existentes no centro de Porto Alegre. Das 50 edificações reconhecidas como patrimônio histórico pelas esferas municipal, estadual e federal, 66% foram construídas ou inauguradas nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Além delas, o sítio histórico reconhecido pelo Programa Monumenta envolve principalmente a Praça Marechal Deodoro, a Praça da Alfândega, a Rua General Câmara (ligação entre ambas) e respectivas adjacências. Espaço onde se encontra preservado um significativo conjunto de grandes edificações erguidas nessas décadas, tais como a Biblioteca Pública, a antiga sede dos Correios e Telégrafos, o antigo Banco da Província, a sede do Clube do Comércio, o prédio do antigo Cine Imperial e o antigo prédio da Alfândega. Nesse contexto, várias edificações que se encontravam

fechadas ou sub-utilizadas foram reinseridas na vida urbana da cidade, algumas a partir da adoção de novas funções. Cabe citar como exemplo a reinauguração do Teatro São Pedro (1984), a transformação da Usina Termoelétrica do Gasômetro num centro cultural (1991), do antigo prédio da Secretaria da Fazenda no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (1998), do desativado Hotel Majestic em Casa de Cultura Mário Quintana (1998), e a reforma do Mercado Público Central (1997)³³.

Esse tipo de intervenção tem sido uma característica marcante na constituição do contexto contemporâneo do bairro. Grande parte das políticas desenvolvidas para reverter sua suposta decadência partiu da valorização do Centro Histórico enquanto pólo histórico e cultural. Fato que se expressa em dados da Secretaria do Planejamento Municipal que apontam para a existência atualmente na região de 11 bibliotecas, 10 salas de cinema, 5 centros culturais, 16 museus e 9 teatros, a maioria deles instalados em edificações construídas (não por coincidência) nas primeiras décadas do século XX. Políticas que revelam que o centro não foi totalmente esquecido pelas elites econômicas e políticas de Porto Alegre apesar do deslocamento das suas atividades comerciais, empresariais e de lazer para novas centralidades criadas em outros pontos da cidade. Ao que parece, o centro deixou de ser um bom espaço para trabalhar e fazer compras mas ressurgiu como espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades culturais.

No entanto esse é apenas um dos elementos que constituem o bairro Centro Histórico e suas dinâmicas contemporâneas. Apesar da visão institucional primar por discursos que pregam a estagnação do bairro nas últimas décadas do século XX ele continuou se desenvolvendo e se transformando durante esse período. Apesar da sua degradação física (decorrente da diminuição dos investimentos públicos e privados frente a outras áreas de expansão) é importante ressaltar que ele também passou a ampliar a oferta de emprego, produtos e serviços para uma população que historicamente sempre foi vista como indesejada.

Este dado é particularmente importante visto que o contexto urbano existente nas primeiras décadas do século XX – e reconhecido como auge do centro da cidade pelo discurso oficial – se constituiu a partir de uma série de intervenções que atacaram diretamente a presença das classes populares na região. Paralelo a construção das edificações belas e imponentes que hoje constituem a base dos bens tombados, muitas outras foram sumariamente destruídas apenas por abrigarem sociabilidades e práticas que não correspondiam ao que a elite esperava para o desenvolvimento da

³³ As datas se referem a re-abertura das edificações após as obras de reforma e adaptação, e foram obtidas a partir de informações contidas na página da Secretaria do Planejamento Municipal, na seção destinada à divulgação das ações do programa Viva o Centro: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro>.

sua metrópole. Não se trata aqui de negar a importância das políticas de preservação do patrimônio histórico em curso na cidade, mas apenas de ressaltar que o período histórico mais valorizado por essas políticas também foi marcado pela exclusão social de parte significativa da sua população.

Curiosamente o período tido como decadente corresponde ao de retomada das atividades ligadas aos segmentos de menor renda, o que nos permite supor que a sua presença no centro de Porto Alegre continua não sendo plenamente reconhecida. Mas independente das percepções oficiais alguns dados indicam que o bairro vem assumindo um perfil *sui generis*, o que nos permite relativizar os discursos que prezam pela sua degradação e vislumbrar outras qualidades da região que transcendam seu valor histórico e cultural.

2.3.1 Algumas características do bairro

Inicialmente cabe apontar que a população residente do centro histórico vem diminuindo progressivamente ao longo das últimas décadas. Dados dos censos realizados pelo IBGE mostram que em 20 anos mais de 10.000 pessoas deixaram a região, apesar de a cidade continuar crescendo demograficamente nesse mesmo período:

Tabela 4: Taxas de crescimento da população do bairro centro e da cidade de Porto Alegre

	Ano	População	Taxa de Crescimento
Centro	1980	48.896	
	1991	43.252	- 11,55 %
	2000	36.862	- 14,78%
Porto Alegre	1980	1.125.477	
	1991	1.263.403	12,25 %
	2000	1.360.590	7,69 %

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000, 1991, 1980

Paralelo a tal, dados publicados pelo SINDUSCON-RS mostram que a região não vem recebendo muitos lançamentos imobiliários nos últimos anos. Em 2008, 2009 e 2010 não foi lançada nenhuma unidade comercial e um número muito pequeno de unidades residenciais. Vale ressaltar que no mesmo período o mercado esteve ativo e com um número significativo de unidades lançadas em outros pontos da cidade. A restrição de grandes áreas propícias a construção no Centro Histórico certamente favoreceu este cenário, mas ele explica-se principalmente pela falta de interesse em investir na região e pelas novas frentes de expansão criadas pelo mercado. Além disso, as unidades em geral correspondem a apartamentos JK ou de um dormitório, sendo que 84% delas possuem uma

metragem inferior a 60m² de área e 73% custavam menos de R\$193.000,00. Caracterizando uma oferta de poucos apartamentos residenciais, pequenos e não muito caros.

Tabela 5: Número de unidades e empreendimentos imobiliários lançados no bairro Centro Histórico em 2008, 2009 e 2010.

	Total de unidades na cidade	Total de unidades no bairro Centro Histórico	Percentual em relação ao total da cidade	Total de empreendimentos na cidade	Total de empreendimentos no bairro Centro Histórico	Percentual em relação ao total da cidade
2008	6605	129	1.95%	721	3	0.71%
2009	6274	61	0.97 %	375	6	1.6 %
2010	5679	42	0.74 %	342	3	0.88 %

Fonte: SINDUSCON-RS (2010, 2009, 2008)

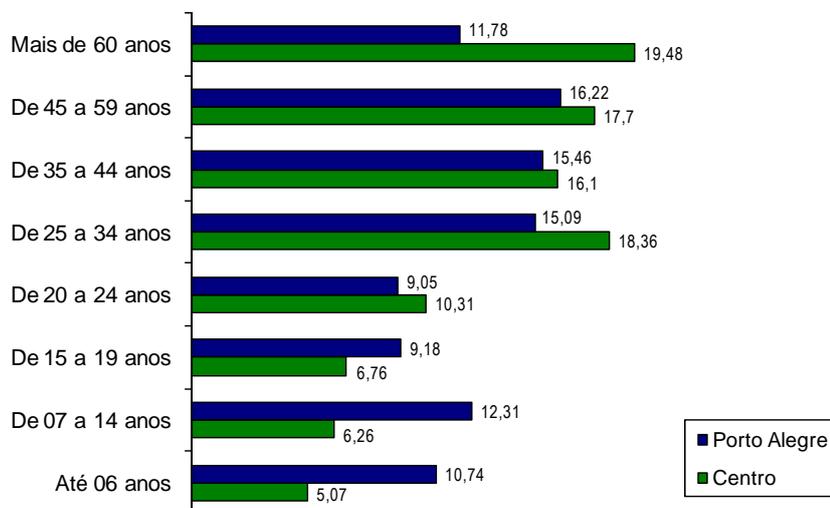
Tabela 6: Quantidade de unidade residenciais lançadas no bairro Centro Histórico em 2008, 2009, 2010 por número de dormitórios.

	JK	1 Dormitório	2 Dormitórios	3 Dormitórios	Total
2008	80	44	2	3	129
2009	16	39	4	2	61
2010		20	1	21	42

Fonte: SINDUSCON-RS (2010, 2009, 2008)

Já a distribuição etária da população residente no bairro também apresenta duas peculiaridades que merecem ser ressaltadas. A partir dos dados do último censo publicado pelo IBGE é possível visualizar que o percentual da população com menos de 20 anos é significativamente menor que a média da cidade e a população com mais de 60 anos muito maior.

Gráfico 1: Distribuição por faixa etária da população residente no bairro Centro Histórico de Porto Alegre



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

No entanto, são os dados sobre a renda das famílias residentes no bairro que mais chamam a atenção. Dados do Censo Demográfico 2000 sobre a distribuição do rendimento dos responsáveis pelos domicílios, mostram que apenas 16,40% deles recebiam até 3 salários mínimos, frente a 46,73% que recebiam de 3 a 10 salários mínimos e 39,27% que recebiam mais de 10 salários mínimos. Valores que colocam o padrão de renda do bairro acima das médias da cidade de Porto Alegre, fixadas respectivamente em 38,97%, 39,61% e 26,81%. Já o rendimento médio do responsável pelo domicílio no bairro foi calculado em R\$ 1.931,65. Valor também acima da média da cidade fixada em R\$1.499,63, porém suficiente apenas para ser o 26º maior num total de 82 bairros.

Mas apesar de manter o bairro atrás da maioria dos demais bairros emergentes da zona leste e da zona sul³⁴ da cidade, o valor permite inferir sobre uma significativa concentração de famílias de alta renda no bairro, tendo em vista que ele é o 6º mais populoso da cidade com mais de 36.800 moradores. Isso fica explícito quando analisados os valores absolutos da divisão por faixas de rendimento dos responsáveis pelos domicílios:

³⁴ São eles: Três Figueiras, Bela Vista, Vila Assunção, Moinhos de Vento, Mont'Serrat, Pedra Redonda, Chácara das Pedras, Rio Branco, Independência, Petrópolis, Jardim Lindóia, Auxiliadora, Higienópolis, Farroupilha, Tristeza, Menino Deus, Ipanema, Bonfim, Santa Cecília, Jardim do Salso, Vila Conceição.

Tabela 7: Distribuição dos responsáveis por domicílio por faixa de renda para o Bairro Centro Histórico e Porto Alegre (valores absolutos e relativos)

	Centro (Percentual)	Porto Alegre (Percentual)	Centro (Absoluto)	Porto Alegre (Absoluto)	Percentual em relação ao total da cidade
S/Rendimento	2,41%	5,40%	417	23.822	1,75%
Até 1 SM	2,08%	8,51%	351	35.475	0,99%
De 1 a 2 SM	5,54%	14,22%	934	59.288	1,58%
De 2 a 3 SM	6,36%	10,83%	1.072	45.141	2,37%
De 3 a 5 SM	15,25%	16,62%	2.570	69.276	3,71%
De 5 a 10 SM	31,47%	22,99%	5.303	95.814	5,53%
De 10 a 15 SM	10,54%	6,89%	2.271	35.398	6,42%
De 15 a 20 SM	13,48%	8,49%	1.776	28.717	6,18%
Mais de 20 SM	15,25%	11,42%	2.570	47.614	5,40%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

As 2.570 famílias com renda acima de 20 salários mínimos, indicadas na tabela anterior, fazem do Centro Histórico o 3º bairro da cidade como maior número de famílias nessa faixa de renda, apenas atrás dos bairros Petrópolis e Menino Deus. Hegemonia confirmada nas faixas consecutivas tendo em vista que bairro também era o que possuía o maior número de famílias residentes com renda de 15 a 20 salários mínimos e 10 a 15 salários mínimos. Mas apesar de concentrar um número significativo de famílias com altas faixas de renda, o bairro não assumiu o caráter exclusivo apresentado por outros bairros da cidade ligados à população de alta renda. Em bairros como Bela Vista, Três Figueiras e Moinhos de Vento mais de 50% das famílias residentes possuem rendimentos acima de 20 salários mínimos. Já no Centro Histórico o percentual ficou calculado em apenas 15,25%.

Já na outra ponta da tabela é possível verificar que o percentual de famílias com renda abaixo de 3 salários mínimos no bairro é pequeno. No entanto os valores absolutos novamente indicam uma presença importante dessa população: ele é o 17º bairro da cidade com mais famílias recebendo de 1 a 2 salários mínimos e 12º com mais famílias recebendo entre 2 e 3 salários mínimos. Mas independente desses valores o Centro Histórico também está longe de ser um bairro residencial majoritariamente associado às classes populares. Em bairros como o Mário Quintana e o Serraria mais de 50% das famílias residentes possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto no Centro Histórico esse valor permaneceu em 11,9%.

Da mesma forma, nos bairros Bela Vista, Três Figueiras e Moinhos de Vento menos de 5% das famílias residentes recebia de 1 a 3 salários mínimos, enquanto nos bairros Mário Quintana e Serraria 0,46% e 0,14% das famílias residentes recebia respectivamente mais de 20 salários mínimos. Dados que permitem concluir que o bairro Centro Histórico não apresenta o mesmo grau de concentração de renda presente em outros bairros da cidade, não podendo ser categoricamente

classificado (a partir da renda das famílias residentes) como um bairro exclusivamente associado a nenhum segmento social específico. Ademais, os dados da tabela anterior indicam que quase um terço das famílias residentes (31,47%) estão alocadas na faixa de rendimentos de 5 a 10 salários mínimos, sendo que entre as restantes, 31,64% ficou abaixo dessa faixa e 39,27% acima.

Isso nos permite concluir que o Centro Histórico se constitui num bairro populoso mas com uma população residente heterogênea em termos de renda. Além disso ele é também o 3º bairro mais denso da cidade (com 162 habitantes por hectare), indicando que as famílias das diferentes faixas de renda possivelmente ainda mantêm-se próximas fisicamente. Vale ressaltar que mesmo tendo se passado 30 anos do início do suposto período de decadência, um número significativo de famílias de alta renda permanece residindo no bairro. O inexistente número de novos empreendimentos voltados para os segmentos de maior renda, associado ao envelhecimento da população do bairro, nos permite supor que as novas famílias desse segmento estejam migrando para outros bairros. Outro dado que fortalece essa hipótese é o do número de moradores por domicílio. O último censo divulgado pelo IBGE aponta que 38,94% dos domicílios do centro possuíam apenas um morador e 32,12% dois moradores, ficando a média de moradores por domicílio no bairro em 2,07.

Mesmo assim ainda estamos longe de um cenário caracterizado por uma expansão massiva do número de residentes de baixa renda no bairro. O lançamento de imóveis residenciais novos à preços acessíveis talvez indique o surgimento de um nicho de mercado voltado para esse segmento da população no centro. No entanto o movimento ainda é muito tímido e não se caracteriza com um fenômeno imobiliário abrangente. Enquanto o Centro Histórico recebeu nos últimos três anos apenas 232 unidades novas, outros bairros populares como o Rubem Berta ou a Lomba do Pinheiro receberam respectivamente 1315 e 389 unidades novas.

Mas se os dados sobre população residente indicam que o bairro ainda continua associado a famílias de alta renda, o mesmo não pode ser dito sobre as atividades comerciais lá desenvolvidas. Segundo RIGATTI (2007) um dos processos que marcou o bairro nas últimas décadas foi justamente o “rebaixamento dos padrões das atividades que se instalaram” (p.4). Para o autor, até o final da década de 1970 o centro histórico abrigava os principais pontos de comércio de alto padrão (boutiques, joalherias, bazares, lojas especializadas) da cidade. Suas localizações se concentravam ao longo da tradicional Rua da Praia, e suas transversais apresentavam padrões de ocupação semelhantes que diminuía conforme se afastavam da via. No entanto, o autor aponta que atualmente o número de estabelecimentos de alto padrão diminuiu drasticamente no bairro e eles passaram a apresentar uma grande dispersão pela sua área.

Por outro lado o autor aponta que atividades classificadas como de baixo padrão se desenvolveram intensamente. Além de ocuparem com maior densidade regiões tradicionalmente ligadas ao comércio e serviços desse padrão – especialmente a região entre a Praça XV de Novembro e a Estação Rodoviária Central – também avançaram por vias onde não ocorriam anteriormente. “Mesmo na Rua da Praia, rua tradicional de comércio mais sofisticado e raro da cidade, em grande parte ele hoje é substituído pelo comércio de padrões inferiores como pequenos bazares, lojas de R\$1,99, roupas e calçados populares, etc.” (RIGATTI, 2007:15).

Processo que, segundo o autor, apresentou a seguinte lógica: enquanto os estabelecimentos existentes encerraram suas atividades e partiram para novas localizações seguindo os novos padrões de mobilidade e consumo da sua clientela (principalmente para os *shopping centers*) outros surgem em seu lugar adaptados ao novo contexto existente no bairro. As transformações ocorridas nos padrões de acessibilidade da região frente ao conjunto da cidade desempenharam um papel central nesse processo. Conforme já dito, os novos padrões de mobilidade desenvolvidos pelos segmentos de maior renda permitiram o desenvolvimento de novas frentes de expansão (residencial, comercial e empresarial) longe do centro histórico. Contudo as políticas de transporte público desenvolvidas pelas sucessivas administrações municipais continuaram direcionando para o bairro a ampla maioria dos terminais de transporte coletivo.

Para RIGATTI (2007) os novos estabelecimentos que passaram a se concentrar no centro histórico de Porto Alegre mantêm uma relação direta com esse processo. O trânsito contínuo de pessoas que tem seus deslocamentos na cidade (e cidades vizinhas) subjugados aos itinerários pré-determinados pelas linhas de transporte público, criou um importante mercado consumidor que passou a circular diariamente pelas ruas do bairro. Processo que aqueceu a economia do Centro gerando a conseqüente abertura de uma série de novos postos de trabalho. Em pesquisa realizada pela Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre, 55,15% dos entrevistados afirmaram que se deslocam ao centro para trabalhar e 20,60% para a utilização de comércio e serviços lá existentes. No entanto esse dado deve ser relativizado, visto que a pesquisa não deixa claro se esses 55,15% trabalham no centro ou apenas precisam passar por lá para se deslocar para seu emprego via transporte público, e também não considera que eles provavelmente também fazem uso do comércio e serviços da região após seu expediente ou no horário de almoço. Vale ressaltar que 13,95% dos entrevistados afirmaram se deslocar para o centro para atividades de lazer.

Mas independente dessas questões, a mesma pesquisa indica que cerca de 400.000 pessoas circulam diariamente pela região, representando um número significativo de pessoas

(correspondente a um terço da população da cidade) grande parte delas devido ao transporte público existente. Aspecto que merece ser abordado com mais precisão devido a sua importância para a constituição do contexto contemporâneo do bairro.

2.3.2 Transporte público e acessibilidade

O Centro Histórico desempenha um papel central na estruturação de todas as modalidades de transporte público existentes na cidade de Porto Alegre. A maioria das linhas de ônibus urbano em atividade na cidade possui um itinerário linear que parte do centro em direção a um determinado bairro e vice-versa. Como exceções a este modelo existem 3 linhas circulares que atendem o centro e bairros do entorno, 11 linhas transversais que não passam pelo centro, além de algumas linhas de suporte que conectam localidades periféricas ou de difícil acesso a outras linhas regulares. No entanto das 432 linhas de ônibus registradas pela Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre, 290 (cerca de 67%) possuem seu terminal no bairro centro histórico.

O sistema é composto por 4 concessionárias que atuam em regiões específicas da cidade: Consórcio Operacional Zona Norte (CONORTE), União da Bacia Urbana Sudeste/Leste (UNIBUS), Consórcio Sistema Transportador Sul de Passageiros (STS), além da Cia. Carris Porto Alegrense. Dentre elas a primeira mantém 82 linhas com terminal no centro (72% do total), a segunda 82 (64,5% do total) e a terceira 114 (72,6% do total). A Cia. Carris Porto Alegrense não atende nenhuma região específica e apenas 12 das suas linhas seguem o padrão centro-bairro, correspondendo a 33% do total.

De forma semelhante, o sistema de ônibus metropolitano também possui um número significativo de linhas ativas com terminal no bairro. Segundo dados da Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional - METROPLAN (órgão que administra o sistema) existem atualmente 439 linhas que partem do bairro Centro Histórico para 11 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Cabe ressaltar que os dados fornecidos não permitiram saber o quanto estas linhas representam frente ao total de linhas ativas no sistema, no entanto o número é expressivo principalmente para alguns municípios como Viamão, Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada.

Tabela 8: Número de linhas de ônibus metropolitano (por empresa responsável) com terminal no bairro Centro Histórico e municípios atendidos.

Consórcio	Cidades atendidas	Nº de linhas
Central	Sapucaia do Sul/Esteio/São Leopoldo/Novo Hamburgo	28
Citral		1
Evel	Viamão	14
Guaíba	Guaíba/ Eldorado do Sul	24
Itapuã	Vila de Itapuã (Viamão)	4
Montenegro	Montenegro	1
Real	Sapucaia do Sul/Esteio/São Leopoldo	10
Sogil	Cachoeirinha/Gravataí	69
Soul	Alvorada	116
Transcal	Gravataí/Cachoeirinha	70
Viamão	Viamão	74
Vicasa	Canoas	28

Fonte: METROPLAN

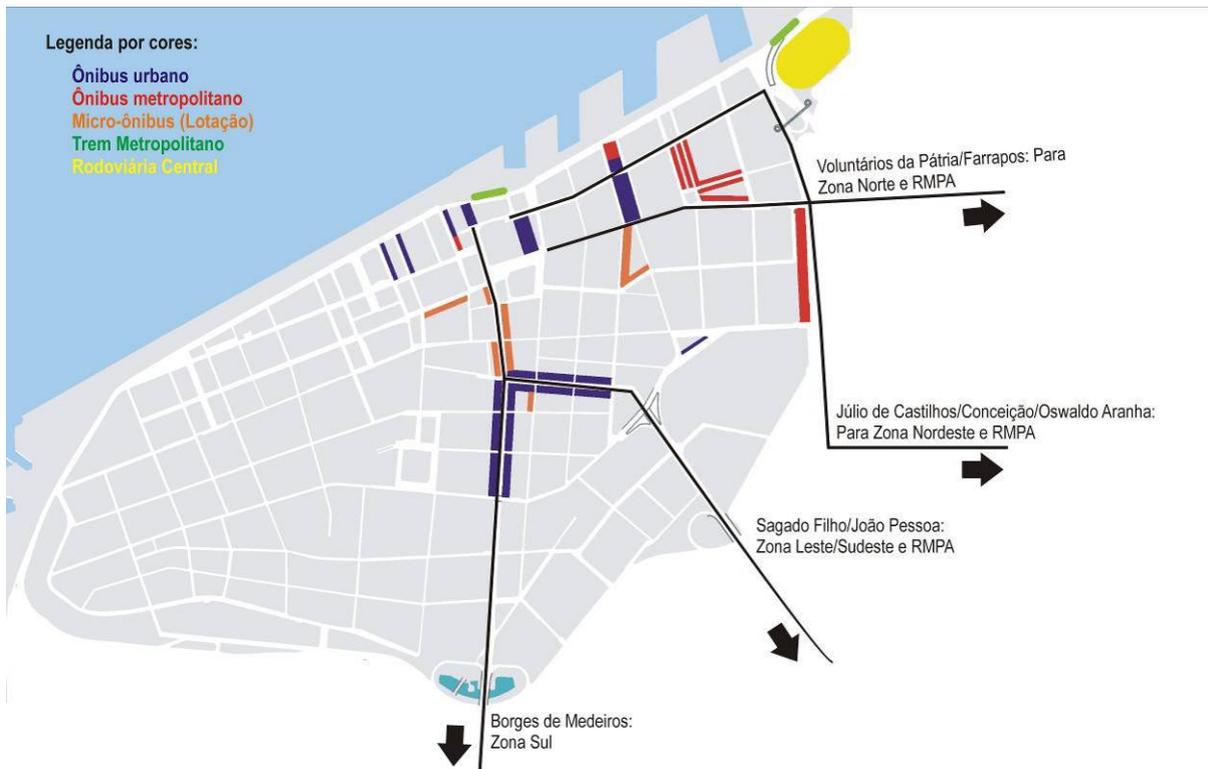
Além dos ônibus metropolitanos, Porto Alegre também é ligada às cidade vizinhas por um trem de superfície administrado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENURB. O sistema consiste numa linha com 17 estações dispostas nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, que permitem integração com linhas de ônibus locais em todos os municípios atendidos. Em Porto Alegre estão localizadas 6 estações (nos bairros Anchieta, Navegantes e São Geraldo), sendo duas no Centro Histórico: uma junto a Rodoviária Central da Cidade e outra (terminal) próxima à Praça XV de Novembro. Ademais o centro possui ainda vários terminais do sistema de micro-ônibus da cidade, além da Estação Rodoviária Central que liga Porto Alegre a todas as cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta quantidade expressiva de terminais de transporte traz como consequência direta para o bairro o trânsito dos passageiros que fazem uso das diferentes modalidades (às vezes articulando mais de uma) para efetuar seus deslocamentos cotidianos. Quanto a isso, os dados sobre o número de usuários que utilizam os diferentes sistemas de transporte público podem dar uma noção relativa da quantidade de pessoas envolvidas nesse processo. Importante deixar claro que os dados fornecidos pelos órgãos que administram os respectivos sistemas não precisam quantas pessoas embarcam ou desembarcam no Centro Histórico, apenas indicam quantos passageiros circulam nas respectivas linhas. No entanto sua pertinência justifica-se pela importância do bairro na estruturação dos sistemas de transporte público da cidade.

Os dados fornecidos pela Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre apontam que o sistema transportou em agosto de 2010 uma média de 1.114.757 passageiros por dia útil, assim dividida pelas respectivas concessionárias: Carris com 259.761, CONORTE com 278.629,

STS com 317.741 e UNIBUS com 258.626. Já aos domingos o número de passageiros é significativamente menor, atingindo apenas uma média de 308.270 passageiros.

Figura 23: Mapa do Centro Histórico com a localização dos principais terminais de transporte coletivo existentes no bairro e principais vias que orientam o sistema.



Fonte: METROPLAN, EPTC e TRENSURB.

Quanto ao sistema de ônibus metropolitano, os dados da Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional – METROPLAN indicam que em 2010 aproximadamente 370.000 pessoas circularam por dia em ônibus com origem ou destino na cidade de Porto Alegre. Já os dados da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB apontam que em 2005 a única linha existente transportou uma média de 3.938.000 passageiros por mês (cerca de 155.064 por dia útil), sendo que 44,41% dos bilhetes vendidos incluía integração com linhas locais de ônibus, principalmente nos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul. A tabela seguinte indica também que o número de passageiros vem apresentando um aumento consecutivo ao longo dos anos:

Tabela 9: Número de passageiros transportados pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A entre 1995 e 2005.

Ano	Passageiros	Varição	Ano	Passageiros	Varição	Ano	Passageiros	Varição
1995	30,463,939		1999	36,341,106	2,44	2003	44,683,279	8,21
1996	30,741,015	0,91	2000	37,738,803	3,85	2004	48,984,940	9,63
1997	31,478,627	2,40	2001	39,552,401	4,81	2005	47,251,208	-3,54
1998	35,476,560	12,70	2002	41,293,660	4,40			

Fonte: TRENSURB Relatório de Gestão 2005.

Figura 24: Trânsito de ônibus urbanos e metropolitanos na Rua Voluntários da Pátria.



Fonte: Fotos do autor – Março 2011

O objetivo em recuperar esse dados é apenas ressaltar que existe um sistema complexo de transporte público presente na cidade, com um número significativo de passageiros que certamente cresce anualmente (como mostra a tabela anterior, a exceção do último ano considerado). Nele, o Centro Histórico desempenha um papel importante na sua organização haja visto o número significativo de terminais lá existentes e a própria estrutura radial do sistema. Vale lembrar que a organização do sistema de transporte público da cidade é herdeiro das já citadas intervenções urbanas implementadas pela prefeitura desde a década de 1940 até a década de 1970. Vias como a Avenida Borges de Medeiros, Avenida Salgado Filho, Avenida Julho de Castilhos, Avenida Farrapos, a Rua Voluntários da Pátria e o Complexo Viário da Conceição até hoje estruturam o sistema ligando o centro às diferentes regiões da cidade. Isso está ilustrado na figura 23 e justifica também a distribuição não-uniforme dos terminais pelo bairro. Ao sobrepor esse dado com a distribuição das atividades desenvolvidas no Centro Histórico é possível perceber a sua relação com a constituição do contexto contemporâneo da região, principalmente a partir da diferenciação interna de seus espaços.

2.3.3 Diferenciando os espaços

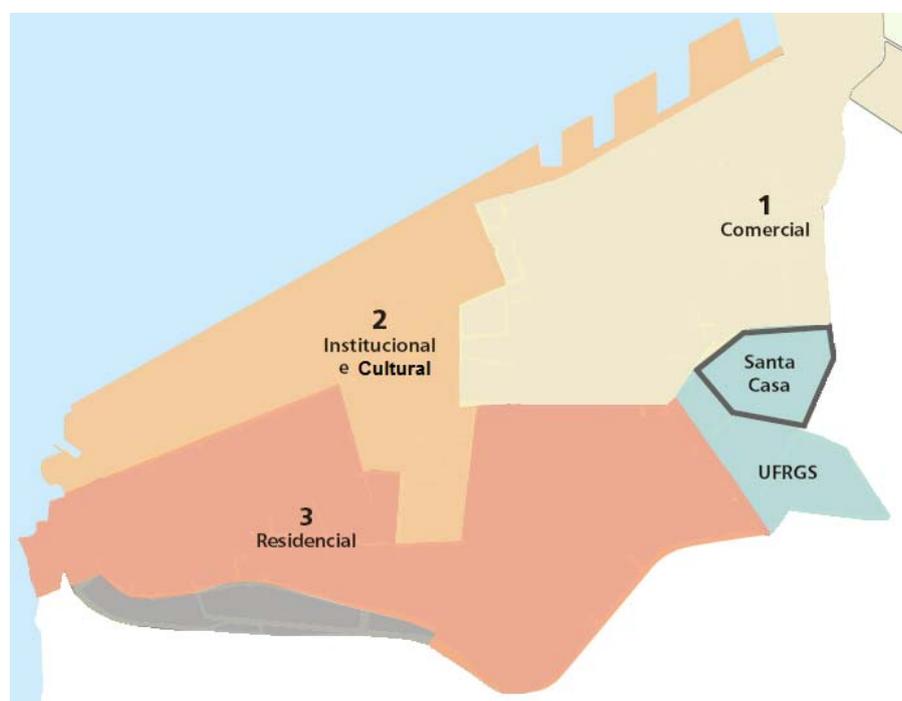
O Centro Histórico está longe de ser um bairro homogêneo. Isso ficou claro nos dados que apontam a distribuição por faixas de renda das famílias residentes e reaparece na distribuição das funções urbanas lá identificadas. O bairro abriga espaços residenciais, um forte pólo de comércio e serviços altamente especializado e diversificado, espaços institucionais ligados às três esferas de governo, sedes de bancos e instituições financeiras, uma série de espaços culturais, templos religiosos de várias confissões... Dados da Secretaria Municipal de Planejamento apontam ainda para a existência de 47 hotéis, 25 praças e 18 órgãos municipais prestando atendimento direto ao público.

No entanto estas atividades não estão igualmente distribuídas pelo bairro. Sua disposição apresenta algumas tendências que permitem identificar padrões que diferenciam o uso dos espaços internos do bairro. Um mapa presente na Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre indica de forma clara e pertinente um esquema básico dos locais onde se concentram as principais funções existentes na região. Nesse esquema, a parte sul do bairro é identificada como sendo uma área predominantemente residencial e com a incidência de pontos de comércio de pequeno porte voltados para o atendimento das necessidades locais de seus moradores.

Já a parte norte do bairro é dividida em duas áreas por um eixo formado pelas vias General Câmara/Sete de Setembro/Borges de Medeiros. A área situada entre o eixo e a ponta da Usina do Gasômetro foi identificada como “Institucional e Cultural” e abriga a maioria dos espaços culturais e bens tombados do bairro, as sedes regionais de bancos como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Central do Brasil, além de diversas outras instituições financeiras e seguradoras. A área abriga também alguns órgãos administrativos de diversas esferas como o Palácio Piratini (sede do poder executivo), a Assembléia Legislativa do Estado, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Estado, Comando Militar do Sul, Correios e Telégrafos, Federação Gaúcha de Futebol e Previdência Social (INSS). Instituições que fazem da área um pólo de abrangência regional e estadual atraindo um público que transcende população residente do bairro. Cabe apontar que conforme RIGATTI (2007) uma série de órgãos da administração municipal, estadual e municipal deixou o bairro nas últimas décadas e se transferiu para o novo centro administrativo construído em terrenos aterrados ao sul do centro na década de 1970. Deslocamento que certamente diminuiu a intensidade da presença deste tipo de atividade na região mas não eliminou-a totalmente.

Já a terceira área identificada como “comercial” abrange a fração situada entre o referido eixo e o limite norte do bairro junto ao Complexo Viário da Conceição. É uma área caracterizada por uma densa ocupação de comércio e serviços e por concentrar a ampla maioria dos terminais de transporte público existentes no bairro. Área que se caracteriza por um fluxo intenso de pedestres e por um comércio variado. Algumas vias concentram a oferta de produtos específicos como: tecidos e aviamentos (Ruas Pinto Bandeira e Senhor dos Passos), instrumentos musicais (Rua Coronel Vicente), eletrônicos e informática (Avenida Aberto Bins), lojas de eletrodomésticos (Rua Dr. Flores), livrarias (Ruas Riachuelo, General Câmara e Júlio de Castilhos) ou óticas (Praça Dom Feliciano e Avenida Salgado Filho).

Figura 25: Divisão esquemática do Centro Histórico a partir da concentração das atividades desenvolvidas.



Fonte: Adaptado da Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre

Já algumas vias como a Rua Voluntários da Pátria e a Rua dos Andradas (que cortam a área) abrigam principalmente lojas de vestuário, calçados e artigos domésticos nos andares térreos das suas edificações, restando os demais pavimentos para a oferta de uma gama variada de serviços. Vale ressaltar que a abrangência das atividades desenvolvidas na área também não se limita aos moradores do bairro. Além de atender indivíduos de toda a cidade e região metropolitana que possuem acesso privilegiado à área devido à estrutura do transporte coletivo existente, a área também é uma referência para moradores de todo o Estado que lá procuram produtos e insumos não oferecidos nas

suas cidades de origem. Exemplo disso é a grande quantidade de atacadistas e distribuidores de produtos diversos existentes próximos ao limite norte do bairro e a quantidade significativa de hotéis na Avenida Júlio de Castilhos, Rua Voluntários da Pátria e Praça Otávio Rocha.

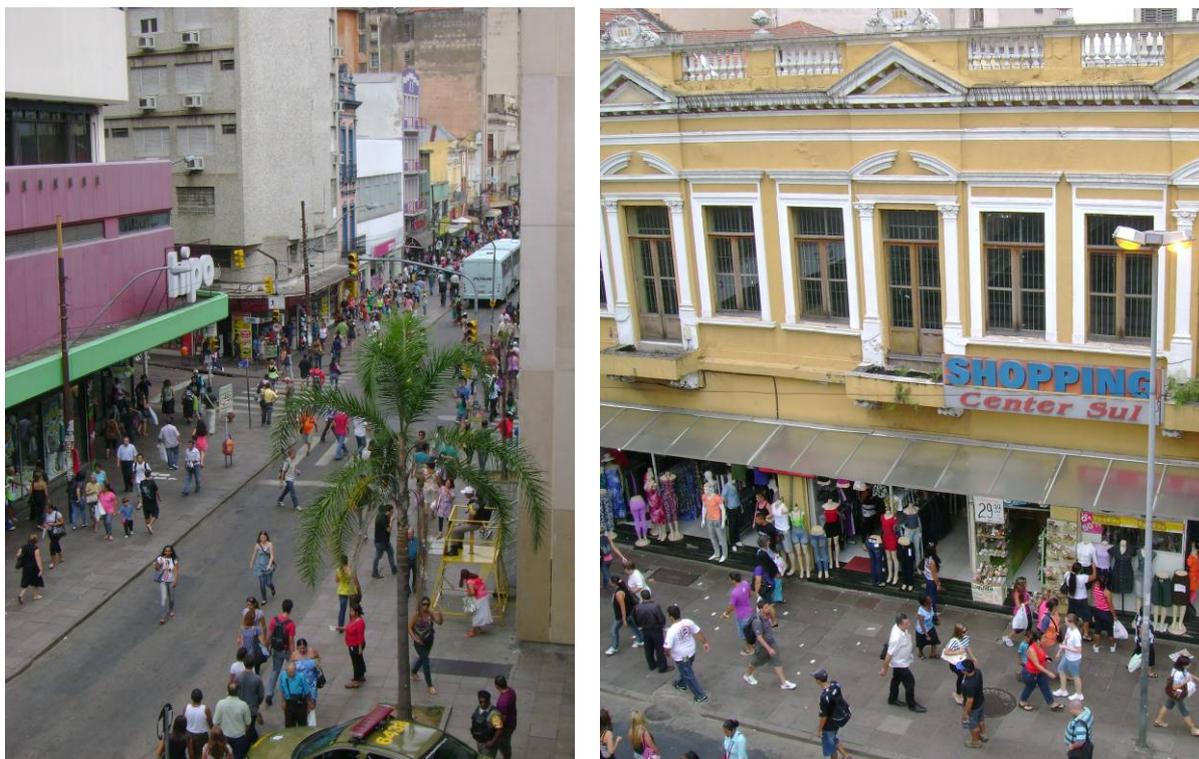
A presença da Rodoviária Central de Porto Alegre certamente contribui para a constituição deste cenário pois coloca a área em relação direta com as demais cidades. Outro equipamento próximo à área que atrai um número significativo de indivíduos é o Complexo Hospitalar da Santa Casa de Misericórdia, composto por 7 hospitais que fornecem atendimento especializado para o Sistema Único de Saúde. O complexo gera um trânsito intenso de pacientes e acompanhantes entre ele e os terminais de transporte coletivo existentes, e certamente favoreceu a concentração de consultórios médicos e laboratórios de análises clínicas na Praça Dom Feliciano e no final da Rua dos Andradas. Cabe ressaltar que a área também abriga a maior parte dos bares, danceterias e casas de prostituição existentes no Centro.

Figura 26 e 27: Avenida Júlio de Castilhos vista em direção a Estação Rodoviária Central (esquerda) e a Praça XV de novembro (direita).



Fonte: Fotos do autor – março de 2011

Figura 28 e 29: Avenida Voluntários da Pátria entre as ruas Dr. Flores e Pinto Bandeira.



Fonte: Fotos do autor – março de 2011

As diferenças existentes entre as três áreas ilustram a diversidade existente no bairro e ensejam algumas questões sobre o seu desenvolvimento. Apesar dos deslocamentos de grande parte das atividades ligadas aos segmentos de maior renda para outros espaços criados fora do Centro Histórico, muitos dos seus postos de trabalho continuaram presentes na região em função da permanência de órgãos públicos e instituições financeiras, além dos pontos de comércio e serviços existentes. Cabe ressaltar que o florescimento de áreas emergentes como o entorno das avenidas Dom Pedro II/Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha não teve força suficiente para retirar as sedes dos principais bancos presentes na cidade do bairro. Da mesma forma muitos órgãos públicos significativos não abandonaram a região, a exemplo da Prefeitura Municipal e das sedes estaduais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Essa permanência manteve o desenvolvimento de uma série de serviços voltados ao trânsito dos indivíduos empregados nessas instituições. Restaurantes, livrarias, agências bancárias, bares para *happy hour* e edifícios-garagem, são atualmente facilmente encontrados nas ruas da área denominada de “Institucional e Cultural”, assim como escritórios de profissionais que prestam serviços relacionados a estes órgãos e instituições. Isso fez também com que as manifestações políticas organizadas continuassem tendo o Centro Histórico como espaço de referência, visto que

mobilizações, passeatas, marchas ou greves em geral culminam em concentrações em frente ao Palácio Piratini ou no Paço Municipal.

Com isso a Praça Marechal Deodoro conseguiu manter-se um espaço de referência no bairro marcado pela permanência de um conjunto político-cultural único na cidade, formado pelo Palácio Piratini, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Catedral Metropolitana e Teatro São Pedro. O mesmo pode ser dito sobre a Rua Duque de Caxias que permaneceu, após o início da sua verticalização nas décadas de 1950/1960, uma via marcada pela presença de imóveis residenciais de alto padrão.

Mas enquanto muito do contexto contemporâneo da área “Institucional e Cultural” pode ser compreendido a partir da estabilidade de alguns elementos presentes desde a sua formação, a área “Comercial” se destaca pelas renovações ocorridas no uso de seus espaços. Importante ressaltar que ela vem se consolidando como a mais dinâmica do centro desde o século XIX quando passou a fazer parte do principal eixo de expansão (tanto econômica quanto demográfica) da cidade. Já foi dito que o desenvolvimento industrial de Porto Alegre começou na região, e ainda hoje lá estão presentes um bom conjunto de edificações que remetem ao contexto existente na virada do século XIX para o XX. Ao circular por suas ruas ainda é possível encontrar edificações que abrigaram armazéns, manufaturas, ferragens e comércios, além de referências à população alemã que lá se estabeleceu na época, como a Igreja Luterana³⁵ ou a “Paróquia de São José dos Alemães”³⁶. Na área ainda são visíveis também o resultado das intervenções “modernizadoras” do início do século XX como o Mercado Público Central, a Avenida Borges de Medeiros, a Praça Otávio Rocha, as avenidas Otávio Rocha e Alberto Bins (antigos Beco do Rosário e Rua São Rafael), além dos aterros que hoje suportam as Avenidas Mauá e Júlio do Castilhos. Por fim poderiam também ser citados uma série de grande edifícios que marcaram a verticalização da área, como o antigo Hotel Jung construído em 1932.

No entanto o desenvolvimento e as transformações que marcaram a cidade ao longo do século XX alteraram significativamente sua configuração e o uso de seus espaços, tendo atingido particularmente esta fração do Centro Histórico. Conforme os segmentos de maior renda seguiram se deslocando rumo ao leste da cidade e as indústrias migraram progressivamente para os bairros Floresta, Navegantes e Região Metropolitana, a área foi deixando de desempenhar a centralidade que

³⁵ Localizada na Rua Senhor dos Passos e atualmente chamada Igreja da Reconciliação. Junto a ela está também a sede nacional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

³⁶ Localizada na Rua Alberto Bins e atualmente chamada de Igreja São José. Foi estabelecida no final do século XIX em função de discordâncias litúrgicas existentes entre os católicos alemães que chegaram à cidade e as irmandades católicas que controlavam a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. O projeto do prédio atual foi elaborado pelo arquiteto alemão Joseph Lutzenberger.

mantinha em relação a estes segmentos. Mas a cidade continuou crescendo – passando de 635.125 habitantes em 1960 para 1.409.939 em 2010 – e conseqüentemente as demandas por comércio e serviços de toda a sua população. Favorecida pela confluência da ampla maioria dos sistemas de transporte público existentes na cidade, a área acabou assumindo o perfil daqueles que por lá passaram a circular. Mas isso não teria sido possível se os segmentos de maior renda não tivessem abandonado o bairro e liberado os imóveis existentes (que se desvalorizaram) para novos usos.

Hoje, a diversidade de produtos e serviços oferecidos e a quantidade de consumidores que transitam pela região fazem dela o maior pólo comercial da cidade. O aquecimento apresentado pela economia (inclusive para os segmentos de menor renda) desde os primeiros anos do século XXI certamente fortaleceram seu desenvolvimento, e vale ressaltar que segundo dados da Secretaria do Planejamento Municipal atualmente apenas 3,9% das edificações do bairro estão desocupadas. O mais interessante desse desenvolvimento é que ele acabou se processando basicamente sem a presença de grandes incentivos por parte do poder público e nem grandes investimentos feitos pelo capital privado. Enquanto o mercado e a administração municipal dialogavam sobre o desenvolvimento de novas áreas de expansão imobiliária na cidade, pequenos investidores e negociantes (muitos deles apenas camelôs ou ambulantes) foram recuperando lentamente esta parte da cidade que parecia não interessar mais aos incorporadores.

Enquanto para uns se acirravam as percepções e o medo nutrido em relação ao Centro Histórico e seus supostos problemas, para outros coube dialogar com o contexto que o desenvolvimento da cidade lhes oferecia. A área denominada de “Comercial” pela Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre certamente foi a que mais sofreu com o estigma relacionado aos discursos sobre a “degradação” do centro que começaram a se fortalecer a partir da década de 1980. No entanto, creio pertinente rever essa posição visto que os dados apresentados indicam que o bairro não apresentou uma estagnação ou um esvaziamento deveras inquestionável durante esse período. Houve permanências, renovações, intervenções que continuaram garantindo a centralidade da região em relação ao conjunto da cidade ou mesmo para todo o Estado.

No capítulo seguinte estas questões serão revistas a partir da análise de um fenômeno muito particular que se desenvolveu imbricado com as transformações urbanas que marcaram o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras a partir da década de 1970. Espera-se, ao explorar a presença evangélica no Centro Histórico de Porto Alegre, elucidar este processo de renovação das áreas centrais e apresentar indícios mais precisos das suas dinâmicas contemporâneas.

CAPÍTULO 3

PENSANDO O CENTRO A PARTIR DA PRESENÇA EVANGÉLICA

O Bairro Centro Histórico foi descrito no capítulo anterior como um bairro heterogêneo e dinâmico, composto por um complexo enlace de espaços residenciais, comerciais, empresariais, institucionais, culturais e de lazer. Cenário para onde eflui diariamente um grande volume de indivíduos de diversos bairros da cidade, municípios da Região Metropolitana ou cidades vizinhas, e no qual emerge constantemente uma rica variedade de atividades econômicas e práticas sociais. Inúmeros recortes poderiam ter sido feitos para explorar o bairro e suas complexidades... E dentre tantos, coube virar objeto desta dissertação um fenômeno *sui generis* e extremamente pertinente para explorar com maior precisão alguns temas que vêm sendo abordados ao longo do presente texto.

Nos últimos 30 anos o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil consolidou-se como importante fenômeno social. Os percentuais apontados pelos últimos 5 censos demográficos realizados pelo IBGE ilustram as significativas taxas de crescimento apresentadas por este segmento religioso ao longo das últimas décadas: Em 1970 apenas 5,17% da população brasileira se declarava evangélica, percentual que em 1980 aumentou para 6,63%, passando para 9,36% em 1991, e alcançando 15,41% em 2000. Ao comparar as taxas de crescimento anual da população evangélica com a da população brasileira em geral seu crescimento fica mais evidente: entre os anos de 1980 e 1991 eles cresceram 5,18% ao ano enquanto a média brasileira foi de apenas 1,93%. Já na década seguinte os evangélicos cresceram por ano 7,43%, percentual quase seis vezes acima do nacional calculado em 1,63%.

Apesar de visível em praticamente todo o território nacional (o censo realizado pelo IBGE em 2000 assinala que em apenas 11 dos 5507 municípios do país nenhum morador se declarou evangélico), foi nas grandes metrópoles que esse crescimento manifestou-se de forma mais significativa. Dados do IBGE apontam que no ano 2000, 86,8% dos evangélicos brasileiros residiam em áreas urbanas, e os autores que se dedicam ao tema em geral concordam que seu crescimento está intrinsecamente ligado aos processos de urbanização, expansão e desenvolvimento das grandes cidades. Segundo THEIJE (2006) a “urbanização e a diversificação religiosa andaram de mãos dadas” (p.64) nas principais cidades da América Latina ao longo do século XX. Conforme elas cresciam e suas periferias se densificavam, novos grupos religiosos surgiam e se multiplicavam, acolhendo preferencialmente os segmentos de menor renda oriundos das migrações campo-cidade e posteriores explosões demográficas que se intensificaram a partir da década de 1950. Processo onde a religião

surge como um elemento capaz de conciliar as carências impostas pela vida urbana aos moradores das periferias com suas buscas e anseios cotidianos:

Os grupos religiosos não apenas constituem uma forma de comunidade na selva urbana, mas também oferecem uma linguagem através da qual externalizam-se os problemas encontrados na cidade (THEIJE, 2006:78).

Nesse sentido, PASSOS (2000) assinala que foram as igrejas evangélicas que tiveram maior facilidade para se adaptar às novas configurações urbanas apresentadas pelas grandes metrópoles do país. Diferente de outros grupos, elas se multiplicaram rapidamente pelas periferias pobres desde a década de 1950 e adotaram com grande ênfase modelos de pregação e organização voltados para grandes massas a partir da década de 1980. Segundo o autor, muitas igrejas evangélicas foram também primorosas na reconstituição ou fortalecimento dos laços de vizinhança e parentesco fragilizados nos processos de migração campo-cidade. Através da criação de “parentescos espirituais” (p.125) entre os membros de uma mesma igreja ou congregação, velhas lógicas herdadas do passado rural foram ressignificadas frente ao novo contexto urbano que a eles se apresentava.

Atualmente o segmento evangélico constitui um universo múltiplo, fragmentado e extremamente dinâmico. É formado por inúmeras igrejas, congregações e ministérios de diversos tamanhos, que seguem as mais diferentes doutrinas e orientações teológicas (muitas vezes conflitantes entre si), além de possuírem um público distribuído por todos os segmentos da sociedade. Sua expansão expressou-se no aumento das suas memberships e na abertura de inúmeros templos e espaços de pregação que marcam sua presença no espaço urbano. Algumas regiões chegaram inclusive a alcançar números impressionantes, a exemplo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro onde segundo FERNANDES (1994) foram abertos cerca de cinco novos templos evangélicos por semana entre os anos 1990 e 1992.

Dentre eles a ampla maioria foi instalada em bairros periféricos das grandes cidades. No entanto também se tornou freqüente a presença de templos evangélicos nas regiões centrais, não raras vezes ocupando antigos cinemas, armazéns, lojas de departamentos e pequenos pontos comerciais. Movimento que começou a tomar forma nas décadas de 1970 e se intensificou a partir das décadas de 1980 e 1990 na maioria das grandes cidades brasileiras. Em levantamento realizado em dezembro de 2010 na cidade de Porto Alegre, foram identificadas 18 igrejas evangélicas e 10 pontos comerciais identificados com o segmento na parte norte do Centro Histórico (principalmente na área denominada de “Comercial” no capítulo anterior) e nas primeiras quadras do contíguo bairro Floresta. O tamanho dos templos e estabelecimentos comerciais é variável, existindo lojas sofisticadas de livros

evangélicos, pequenas lojas de CD's DVD's, bazares com artigos domésticos e presentes, templos para mais de 2000 pessoas, igrejas de médio porte, além de pequenas garagens alugadas por pregadores independentes.

Na cidade, esta ocupação se processou principalmente a partir da década de 1990 indicando uma relação direta entre o seu desenvolvimento e as transformações ocorridas no bairro nesse mesmo período. Muitas das igrejas hoje existentes ocupam edificações que perderam seu uso original em função do encerramento ou deslocamento de suas atividades para fora do Centro Histórico. É o caso da Igreja Internacional da Graça de Deus, instalada num antigo armazém construído em 1964 na Avenida Júlio de Castilhos, ou da Igreja Evangélica Pentecostal Cristã que ocupa um antigo sobrado residencial construído em 1926 na Rua Coronel Vicente.

Figuras 30 e 31: Igreja Internacional da Graça de Deus (esquerda) e Igreja Evangélica Pentecostal Cristã (direita) no Centro Histórico de Porto Alegre



Fonte: Fotos do autor - dezembro de 2010

Este movimento faz parte dos processos de renovação ocorridos no bairro e coaduna com a expansão das atividades ligadas aos segmentos de baixa renda manifestada principalmente nessa área do Centro Histórico ao longo das últimas décadas do século XX. Conforme as elites econômicas deslocavam suas atividades para outras regiões da cidade e deixavam o Centro Histórico em segundo plano para seus investimentos imobiliários, comerciais e empresariais, outros segmentos da sociedade passaram a ocupar e a investir nos espaços ociosos lá existentes. A presença das igrejas evangélicas

ilustra esse processo. Muitas delas se instalaram em teatros, cinemas, depósitos ou pequenas fábricas desativadas, renovando o tipo e o perfil sócio-econômico das atividades lá desenvolvidas em consonância com as novas opções religiosas daqueles indivíduos que freqüentavam ou passaram a freqüentar a região.

Este processo será discutido ao longo deste capítulo. Inicialmente será feito um resgate histórico da presença evangélica no Brasil e seu desenvolvimento ao longo dos séculos XIX e XX, para contextualizar e compreender o crescimento e desenvolvimento do segmento no país e a origem das diferentes denominações³⁷ que povoam esse universo. Em seguida esse percurso será feito com maior precisão para a cidade de Porto Alegre relacionado-o com o seu desenvolvimento e sua expansão urbana. O objetivo é aprofundar algumas questões que já foram abordadas nos capítulos anteriores à luz dos dados obtidos na pesquisa de campo realizada junto às igrejas e lojas evangélicas. Espera-se com isso mostrar que o Centro Histórico permanece um bairro dinâmico e importante para compreender os processos urbanos e sociais em curso na cidade.

3.1 A presença evangélica no Brasil

Segundo MAFRA (2001) o termo “evangélico” vem sendo historicamente utilizado no Brasil como referência às igrejas cristãs não-católicas procedentes dos diversos movimentos religiosos relacionados direta ou indiretamente à Reforma Protestante ocorrida na Europa no século XVI.

Atualmente o segmento costuma ser heurísticamente dividido pela bibliografia que se dedica ao tema em dois grandes grupos: os protestantes históricos (ou de missão) e os evangélicos pentecostais. O primeiro grupo compreende as denominações que se originaram na Europa a partir da Reforma Protestante e seus desdobramentos iniciais, como os Luteranos, Presbiterianos, Metodistas, Batistas e Anglicanos. Já o segundo compreende as denominações que surgiram após um grande movimento avivalista ocorrido nos EUA na primeira década do século XX³⁸, e que reinseriu uma série

³⁷ Termo usualmente utilizado pela bibliografia existente sobre o tema para designar as diferentes igrejas que compõem o segmento evangélico.

³⁸ A origem do movimento pentecostal costuma ser remetida pela bibliografia especializada ao “Avivamento da Rua Azuza”, episódio ocorrido na cidade de Los Angeles (Estados Unidos da América) em 1906, onde um grupo de membros de uma igreja local vivenciou uma série de experiências de êxtase espiritual marcadas por orações intensas verbalizadas num palavrear incompreensível. O episódio foi relacionado à passagem bíblica do “Dia de Pentecostes”, no qual os primeiros seguidores de Jesus teriam falado sob inspiração do Espírito Santo aos estrangeiros presentes em Jerusalém e sido compreendidos por todos independente do idioma materno de cada um. Desde então o pentecostalismo se caracterizou por dar centralidade em suas práticas espirituais a outros “Dons do Espírito Santo” descritos na Bíblia, especialmente o dom da cura e a exorcização de demônios.

de elementos místicos na sua prática cristã (principalmente manifestações tangíveis do Espírito Santo como cura divina, exorcismo e glossolalia³⁹), além de recuperar uma série de elementos característicos do início do cristianismo descritos no Novo Testamento. No Brasil compreende as denominações Assembléia de Deus, Deus é Amor, Brasil para Cristo, Renascer em Cristo, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, dentre muitas outras.

3.1.1 O século XIX

A presença protestante em terras brasileiras começou cedo, ainda no início do processo de colonização do novo continente americano durante os séculos XVI e XVII. Apesar de pouco lembrado pela nossa historiografia oficial, o primeiro culto protestante foi realizado na Baía da Guanabara em 1557, apenas 28 anos após a deflagração da Reforma Protestante na Europa, por um grupo de calvinistas franceses que participavam da missão responsável pela implantação da *França Antártica*. No século seguinte a ocupação holandesa no nordeste foi acompanhada novamente pelos calvinistas que chegaram inclusive a estabelecer dois presbitérios e o primeiro sínodo em solo brasileiro⁴⁰.

Ambas as ocupações foram efêmeras e fracassaram. O governo católico português conseguiu restabelecer seu domínio sobre o território e o cristianismo reformado só voltou ao país no século XIX – após um hiato de quase 200 anos – favorecido pela conjuntura política do incipiente Brasil Imperial⁴¹.

³⁹ Capacidade do indivíduo de orar em línguas desconhecidas ou incompreensíveis durante um momento de transe religioso.

⁴⁰ Conforme MENDONÇA (1984) e MENDONÇA E FILHO (1990). Para relatos sobre a história da presença francesa na Guanabara ver LÉRY (1926).

⁴¹ Segundo COSTA (2006) As primeiras aberturas jurídicas aos protestantes começaram no final do período colonial com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em 1810. Ele dava liberdade de culto aos anglicanos ingleses e outros estrangeiros mas com uma série de impeditivos, conforme lemos no seu artigo n.º12: "(...) Os súditos britânicos e todos os outros estrangeiros residentes nos domínios de Portugal, terão perfeita liberdade religiosa, lhes sendo permitido construir Igrejas e Capelas, com certas restrições quanto ao aspecto exterior (...) Porém, se se provar que eles pregam ou declamam publicamente contra a Religião Católica, ou que eles procuram fazer Prosélitos, ou Conversões, as Pessoas que assim delinqüirem poderão, manifestando-se o seu Delito, ser mandados sair do País em que a Ofensa tiver sido cometida" (p. 107)

A primeira Constituição Imperial de 1822 mantém o mesmo tom:

"Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo." (p.129)

Desde então tornou-se constante o trânsito de missionários protestantes de norte a sul do país. Segundo MENDONÇA (1948) os Metodistas chegaram ao Rio de Janeiro em 1835, os Presbiterianos fundaram sua primeira igreja na mesma cidade em 1862, os Batistas se instalaram no interior paulista em 1871, além dos Episcopais Anglicanos que chegaram ao Estado do Rio Grande do Sul vindos do Uruguai em 1889. Dentre as principais tradições do cristianismo reformado que chegaram ao Brasil durante o século XIX a exceção coube ao luteranismo, que diferente das demais não começou a partir de nenhum projeto missionário.

Os primeiros luteranos chegaram entre os imigrantes alemães que aportaram no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul a partir de 1824. Segundo DREHER (1984), nas regiões onde os primeiros alemães foram assentados começaram a surgir algumas comunidades luteranas que mais tarde foram se espalhando acompanhando o deslocamento dos imigrantes. O autor coloca ainda que algumas entidades luteranas da Alemanha chegaram a enviar pastores para suprir as demandas clericais no Rio de Janeiro e Espírito Santo. Já no Rio Grande do Sul, como a assistência pastoral permaneceu precária, GERTZ (2001) assinala que os colonos escolhiam um dentre os membros da comunidade para ser o pastor. Este por sua vez ficava responsável pela realização dos ofícios religiosos e alfabetização das crianças, situação que segundo DREHER (1984) durou até 1864 quando “alguns círculos começaram a se preocupar com o Rio Grande do Sul” (p.55), estabelecendo relações entre as lideranças luteranas do Rio Grande do Sul e a Alemanha.

Segundo RIETH (1996), em 1886 foi formado o Sínodo Rio-Grandense, reunindo grande parte das comunidades luteranas existentes no Estado, dando origem a um processo de institucionalização que culminou na formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil na segunda metade do século XX. Importante ressaltar que, segundo MENDONÇA E FILHO (1984), a partir de 1868 começaram também a chegar ao Brasil os missionários enviados pelo Sínodo Evangélico-Luterano Alemão de Missouri (EUA). Mas a ação missionária dos luteranos americanos (diferente do que aconteceu com outras denominações) ficou restrita quase exclusivamente aos alemães e seus descendentes. Suas comunidades deram origem a atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Até o final do século XIX as principais denominações protestantes já estavam estabelecidas no Brasil e contavam com várias igrejas distribuídas principalmente pelas regiões Sul e Sudeste. Cabe apontar que apesar de fruto de um mesmo processo histórico o universo protestante não deve ser tratado como um grupo homogêneo. Nos séculos seguintes ao fim da idade média surgiu na Europa central uma série de movimentos reformadores dispostos a mudar os rumos do cristianismo

da época. Alguns grupos mais radicais como os Anabatistas ou os Menonitas acabaram se restringindo a pequenos enclaves, mas outros originaram novas confessionalidades cristãs que se tornaram importantes forças dentro do cenário religioso europeu. Dentre as principais, destaque para o Calvinismo (ou Presbiterianismo) que se espalhou pela Holanda, Bélgica, Escócia e Norte da França; o Luteranismo, adotado em várias províncias da Alemanha e nos países escandinavos; além do Anglicanismo (ou Igreja Episcopal) e Metodismo na Inglaterra. Estes grupos apresentavam uma série de distinções teológicas entre si além de diferentes formas de organização eclesial, configurando assim um mosaico religioso diverso e heterogêneo.

Nos séculos seguintes, estas diferentes identidades religiosas acompanharam as levas de colonizadores e imigrantes europeus que foram para os Estados Unidos, onde re-organizaram suas igrejas e continuaram professando sua fé reformada. Esta passagem para o outro lado do Atlântico é fundamental para compreender a implantação do protestantismo no Brasil, visto que a grande maioria das missões protestantes em solo brasileiro partiu dos Estados Unidos, e as igrejas-matrizes lá sediadas participaram ativamente de seu desenvolvimento inclusive financiando o trabalho missionário.

Segundo MAFRA (2001), na primeira metade do século XIX os protestantes norte-americanos embebidos pela doutrina do Destino Manifesto⁴² passaram a redirecionar seus empreendimentos missionários para os países católicos da América Latina. Para eles, a secular presença católica na região não tinha produzido resultados satisfatórios e a população continuava pagã, marcada por uma religiosidade difusa e pouco apegada à palavra escrita. Segundo a autora o Brasil era especialmente visado. Tal preferência era reforçada pela circulação entre os protestantes de diários escritos por missionários com passagem pelo país em épocas anteriores, onde eram recorrentes descrições escabrosas sobre a “corrupção dos costumes” (p.10) entre o clero da época e a quase total ignorância dos brasileiros quanto aos preceitos de uma verdadeira vida cristã.

No entanto, conforme iam chegando ao Brasil e estabelecendo suas missões e pontos de pregação, as diferentes tradições protestantes tiveram que enfrentar uma conjuntura pouco convidativa a sua ação evangelizadora. Segundo MENDONÇA (1984), além das restrições legais impostas a construção de templos e ao proselitismo que duraram até o fim do Império⁴³, os missionários

⁴² Doutrina segundo a qual o povo americano era o escolhido por Deus para comandar todas as nações do planeta, tendo servido de justificativa para grande parte das políticas expansionistas dos Estados Unidos da América (inclusive sobre a América Latina) após o século XIX. Extraído de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Destino_Manifesto

⁴³ Segundo COSTA (2006), somente com a Constituição Republicana de 1891 o estado brasileiro torna-se laico e acabam as distinções legais entre católicos e não-católicos.

encontraram também uma religião “solidamente instalada em todos os segmentos da sociedade, e, ainda intimamente ligada ao poder político” (p.201).

Segundo o autor, isso levou os missionários a não competirem entre si nem enfatizar as particularidades de suas igrejas, pois seria contraproducente apresentar aos novos adeptos “as complicações teológicas de cada tradição denominacional, estabelecendo uma concorrência que seguramente contribuiria para aumentar a desconfiança dos receptores da mensagem” (p.200). Tal postura propiciou a colaboração amistosa entre as diferentes denominações, o que pode ser ilustrado através de duas publicações do jornal Estandarte Cristão, órgão oficial da Igreja Evangélica Episcopal do Brasil:

13 de Abril – Inauguração da Igreja Baptista á rua Nunes Machado. A convite de seu digno Pastor, Rev. Dunstan, ali esteve nosso Parocho, que pronunciou algumas palavras de saudação á igreja irman. (SIC)
(Estandarte Cristão. N°468, 15/06/1915)

Rua da Olaria – No serviço divino effectuado nessa rua, em casa de nosso activo irmão Sr. Annibal Silva, no mez p.p., dirigiu a mensagem do evangelho o distincto leigo presbyteriano Sr. J. Cameron Donald. A sua oração foi muito apreciada. (SIC)
(Estandarte Cristão. N°535, 19/09/1918)

Os dois trechos acima se referem a eventos ocorridos na cidade de Porto Alegre e mostram a proximidade existente na época entre Episcopais, Batistas e Presbiterianos. Importante ressaltar que mesmo após as liberdades concedidas pela constituição republicana de 1891, fundamentais para a consolidação e expansão do protestantismo, o Brasil continuava indubitavelmente um país católico. Se por um lado isso levou os missionários protestantes a evitar disputas internas por outro os levou a centralizar suas forças contra a Igreja Católica:

(...) para os missionários e líderes protestantes nacionais, o catolicismo brasileiro apresentava o mesmo aspecto do cristianismo da pré-Reforma agravado por práticas locais que mais se aproximavam do folclore do que de uma verdadeira religião cristã. (MENDONÇA, 1984:91)

Para MENDONÇA (1984) o tom adotado pelos protestantes soava como “um convite para sair do erro e entrar na posse da verdade” (p.92) e incentivava a conversão dos indivíduos à nova confissão. Segundo MAFRA (2001) essa prédica tornou prática comum o batismo de ex-católicos no meio evangélico brasileiro. Já nos primeiros anos de trabalho as missões metodistas, episcopais, presbiterianas e batistas possuíam um número considerável de membros brasileiros inclusive alguns ex-padres.

Uma última característica do protestantismo histórico no Brasil que deve ser destacada é a importância dada à educação formal. Logo após terem firmado as suas primeiras bases no Brasil os Presbiterianos, Metodistas, Anglicanos e Luteranos, investiram na construção de escolas e centros de formação. Segundo MAFRA (2001), a carência de instituições de ensino no Brasil “abriu espaço para que as escolas protestantes logo atraíssem os filhos de boas famílias católicas, aspecto que ajudou na formação de potenciais aliados na defesa da liberdade religiosa” (p.26). Além disso, a importância dada à leitura – principalmente da Bíblia mas não só – serviu de atrativo para as classes médias urbanas. Segundo a autora, “(...) no interior das igrejas evangélicas as escolas dominicais muitas vezes se transformavam em salas de aula, multiplicando os raros cursos de alfabetização” (p.23). Além disso, circulavam pelos fiéis uma série de pequenos livretos, que além de popularizarem a leitura, traziam respostas para questões religiosas e indicações sobre o comportamento cristão.

No entanto os protestantes brasileiros nunca deixaram de ser uma minoria religiosa. Mas ao longo do século XX eles conseguiram consolidar sua presença no Brasil e a partir da metade do século as principais denominações já possuíam Igrejas solidamente estabelecidas, presentes em praticamente todas as regiões do país e institucionalmente independente de suas matrizes norte-americanas.

3.1.2 O século XX

Após a chegada e consolidação das igrejas protestantes históricas ao longo da segunda metade do século XIX o movimento pentecostal chega ao país em 1910, apenas 4 anos após o seu início nos Estados Unidos da América em 1906. Desde então ele vem se desdobrando em inúmeras denominações, constituindo um universo dinâmico e diversificado que costuma ser dividido pelos pesquisadores que se dedicam ao tema em três fases de implantação⁴⁴.

A primeira delas, chamada de pentecostalismo clássico, corresponde ao início do movimento no Brasil a partir da fundação da Congregação Cristã do Brasil em 1910 e da Assembléia de Deus em 1911. A primeira organizada na cidade de São Paulo por um missionário ítalo-americano entre imigrantes italianos que até a década de trinta ainda compunham a maioria dos membros da denominação, sendo que seu crescimento inicial foi pequeno restringindo-se aos estados de São Paulo e Paraná. Já a segunda foi fundada em Belém do Pará por dois missionários suecos convertidos ao

⁴⁴ Ver FRESTON (1994), MARIANO (1999, 2004) ou MAFRA (2001).

pentecostalismo nos Estados Unidos após terem sido expulsos de uma igreja Batista local. Ruptura que deu origem à Assembléia de Deus no Brasil, denominação que para MAFRA (2001) foi responsável pelo início de importantes transformações dentro do campo evangélico brasileiro.

Por não valorizar a educação formal de seus membros nem a excessiva erudição teológica de seus pastores – centrando-se apenas na leitura e compreensão da Bíblia – a Assembléia de Deus obteve uma rápida adesão das camadas populares:

(...) suas Escolas Dominicais, muito facilmente se tornaram verdadeiros centros de alfabetização de adultos para uma população de balconistas, trabalhadores rurais, ferreiros, seringueiros, operários da construção civil, faxineiras. O não elogio da cultura culta, a ênfase na capacitação pura e simples da escrita e leitura, alargou a porta de entrada na igreja da reduzida camada média baixa para as camadas populares. (MAFRA, 2001:31)

Além disso a valorização dada ao poder de agência do Espírito Santo transformava cada membro da igreja num missionário em potencial. Segundo a autora, cada novo convertido poderia “se sentir chamado para fundar uma nova Assembléia de Deus” (p.32) não existindo muitos critérios institucionais para regular a abertura de novos templos. Com isso a igreja rapidamente se espalhou pelo norte e nordeste do país e em 1924 (apenas 13 anos após o seu início em Belém do Pará) ela já estava presente na cidade de Porto Alegre.

Segundo MARIANO (2004) a igreja também se caracterizava por um forte sectarismo e por um ascetismo baseado num sentimento de rejeição ao mundo terreno e a uma série de práticas consideradas profanas. Frente a isso MAFRA (2001) aponta que outro elemento que marcou o desenvolvimento da denominação foi a centralidade dada à disciplina e às restrições comportamentais exigidas à sua membresia. Os convertidos deveriam primar por uma vida simples, usar roupas recatadas e eram proibidos de fumar, consumir bebidas alcoólicas, dançar ou praticar esportes. Característica que certamente alimentou muitos dos estereótipos que até hoje ainda circulam pelo senso comum em relação aos pentecostais.

A segunda fase do pentecostalismo iniciou-se da década de 1950, com uma empreitada proselitista realizada pelo interior do Estado de São Paulo por dois missionários norte-americanos da Igreja do Evangelho Quadrangular, que segundo MARIANO (1999) trouxe inovações importantes para o universo evangélico brasileiro. A mais significativa foi o surgimento de um evangelismo para grandes multidões através da inserção de recursos como a música, uma pregação itinerante em tendas voltada para conversões em massa, além de uma mensagem centrada na pregação da cura divina. Neste período acelera-se a expansão do pentecostalismo no Brasil e ele se consolida enquanto opção

religiosa voltada para a população pobre e urbana. No rastro da Igreja do Evangelho Quadrangular são fundadas três importantes denominações: Brasil Para Cristo em 1955, Deus é Amor em 1962 e Casa da Bênção em 1964. Para MAFRA (2001) o período ficou marcado pela incorporação de recursos tecnológicos no culto (amplificadores, instrumentos musicais elétricos, luzes, etc.) e pela valorização do carisma dos fundadores ou principais pregadores das igrejas criadas. O contexto onde se origina esta expansão é principalmente paulista.

Por fim a terceira fase inicia-se na cidade do Rio de Janeiro a partir da fundação da Igreja Universal do Reino de Deus na década de 1970. Também chamada de neopentecostalismo, ela cresceu rapidamente nas décadas seguintes e transformou-se num dos fenômenos mais significativos da história religiosa brasileira, tanto pela visibilidade que adquiriu quanto por suas inovações teológicas e institucionais.

Segundo MARIANO (2004), no plano teológico as igrejas neopentecostais foram as responsáveis pela introdução no Brasil da Teologia da Prosperidade, “difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos” (p.124). Para MARIANO (1999), essa perspectiva gerou uma inversão na cosmologia pentecostal pois o retorno da fé passou a estar nesta vida ao invés na redenção após a morte. A *via crucis* humana foi substituída por uma vida de realizações servindo-se da fé como meio para obtê-las. A pobreza passa a ser encarada como obra demoníaca da qual o homem deve se libertar e buscar sua prosperidade. Noções que tornaram o neopentecostalismo mais liberal do ponto de vista comportamental quando comparado as igrejas implantadas nas fases anteriores:

(...) seus fiéis foram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, freqüentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer para times de futebol, praticar esportes variados, assistir a televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais. (MARIANO, 2004:124)

Tal postura propiciou a aproximação das classes médias e altas e do público jovem ao neopentecostalismo. Outras denominações importantes desta fase, tais como a Renascer Em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida ou a curiosa Bola de Neve Church tiveram bastante sucesso entre esses segmentos devido às suas estratégias proselitistas centradas na incorporação de ritmos musicais populares (como o *rock*, *samba*, *hip hop*, *reggae*, etc.), incentivo à prática de esportes, acampamentos de juventude, encontros para empresários ou retiros para casais.

Cabe ressaltar que o movimento neopentecostal foi paradigmático em muitos sentidos para o campo religioso brasileiro. Foram eles que consolidaram o uso intensivo dos meios de

comunicação, a participação na política eleitoral com candidatos confessionais, re-acenderam as polêmicas contra a igreja católica⁴⁵, além de desenvolverem uma nova forma de fazer igreja explicitamente voltada para a resolução de problemas terrenos dos seus frequentadores:

As igrejas neopentecostais revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade abrangente e a seus valores, interesses e práticas. Daí seus cultos basearem-se na oferta especializada de serviços mágico-religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade. Oferta sob medida para atender a demandas de quem crê que pode se dar bem nesta vida e neste mundo recorrendo a instituições intermediárias de forças sobrenaturais. Com tal estratégia, empregada também nos evangelismos pessoal e eletrônico, atraem e convertem majoritariamente indivíduos dos estratos pobres da população, muitos deles carentes e em crise pessoal, geralmente mais vulneráveis a esse tipo de prédica. (MARIANO, 2004:124)

A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, deixa isso claro na sua organização litúrgica. Segundo MAFRA (2001), ela “orienta e admoesta constantemente os participantes de seus ritos para que formulem com clareza e discernimento os resultados esperados na reunião (culto)” (p.55). Para isso seu calendário de cultos dedica cada dia da semana a um tema específico: segunda-feira da prosperidade, terça-feira pela saúde, quinta-feira da família, sexta-feira da libertação, e assim por diante.

Até mesmo a lógica de implantação dos templos neopentecostais na cidade passou a se diferenciar do que até então era comum entre os pentecostais. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, ALMEIDA (2004) identificou que os templos da Igreja Universal do Reino de Deus tendiam a se localizar em grandes vias e em locais relativamente longe de áreas de vulnerabilidade social. Para o autor, a construção de grandes e imponentes templos em locais movimentados da cidade deve ser compreendida como parte da estratégia de “marketing” da denominação, pois favorece a adesão em massa de novos membros e lhe confere grande visibilidade social, além de inverter a lógica de crescimento até então presente no universo evangélico:

A construção de templos maiores nos segmentos do protestantismo histórico e do pentecostalismo clássico costuma ocorrer conforme o crescimento da comunidade de fiéis, ou seja, é fruto do sucesso da associação local. Na Universal, ao contrário, primeiro é instalado o templo para depois se obter adeptos. E, ao contrário das paróquias católicas, que fundam centralidades locais, os templos da Universal são

⁴⁵ Lembrando aqui o episódio do “chute na santa” protagonizado por um pregador da Igreja Universal do Reino de Deus em 1995 ao vivo na recém adquirida TV Record.

construídos em lugares com intensas dinâmicas urbanas já estabelecidas. Não por acaso eles se encontram próximos a terminais de ônibus e pequenos centros comerciais (ALMEIDA, 2004:24).

Cabe ressaltar que esta complexidade institucional que se desenvolveu no universo evangélico brasileiro resultou numa grande oferta de opções religiosas postas à disposição da população. Frente a isso vários autores têm apontado que nas últimas décadas o indivíduo vem se tornando progressivamente mais livre para compor seus caminhos dentro deste cenário. Segundo TEIXEIRA E MENEZES (2006), a partir da década de 1980 o trânsito religioso intensificou-se no país tornando-se comum nas biografias individuais as conversões ou mudanças de igreja. Nesse sentido ALMEIDA e MONTEIRO (2001) assinalam que:

Há algumas décadas desenha-se no país um contexto de pluralidade de religiões em que a prática dos adeptos tem sido mais transitiva e menos fiel a sistemas únicos, como se esta fosse mais alargada do que o conjunto de idéias e ritos confessado por uma só instituição religiosa (ALMEIDA e MONTEIRO 2001:15).

Nesse contexto a religião passa a ser moldada pela subjetividade do indivíduo numa busca constante por respostas, conforto ou crescimento espiritual. Além de circular pelas diferentes denominações que passaram a povoar as grandes cidades, ele passou a constituir seus próprios sistemas de crença reunindo elementos de diferentes tradições religiosas. Segundo NOVAES (2006) “cresce a presença de grupos e indivíduos cuja adesão religiosa resulta tanto da reinvenção de tradições quanto rearranjos provisórios entre crenças e ritos com ou sem fidelidades institucionais” (P.136). Os contornos definidos pela instituição muitas vezes são extrapolados pelos seus membros, que na busca de novas experiências religiosas acabam se aproximando de outras tradições religiosas e articulando elementos de ambas, conforme aponta SANCHIS (2001):

(...) assistimos à formação de um campo religioso em que os recortes, as diferenças e eventuais oposições entre universos simbólicos e cosmovisões institucionalmente estabelecidas não correspondem necessariamente às experiências religiosas individuais (...)” (SANCHIS,2001:27).

Além disso, FONSECA (2003) aponta que se constituiu nos últimos anos um importante mercado de bens culturais religiosos entre os evangélicos. Hoje as livrarias estão cheias de livros, CD's, DVD's, jornais e revistas, sem falar dos inúmeros programas de rádio, televisão, blogs e portais na internet. Conforme ALMEIDA (2006) o indivíduo tem hoje acesso a vários elementos que contribuem para a sua formação religiosa além da igreja, possibilitando que ele mesmo defina seu padrão evangélico “com mais ou menos música, mais ou menos corporalidade, mais ou menos teologia, em

suma, ele mesmo pode realizar a “calibragem” da sua religiosidade e do seu vínculo com o grupo específico” (p.117).

Como parte desse processo, um espaço que vem sendo ocupado de forma cada vez mais perspicaz pelas igrejas pentecostais é a mídia. Seduzidos pelo alcance gerado pelos meios de comunicação e pela possibilidade de alcançar àqueles que muitas vezes relutam a entrar nos templos, eles passaram a adquirir estações de rádio, emissoras de televisão, editoras e gráficas. Segundo matéria publicada pela revista *Veja* (BARROS & CAPRIGLIONE, 1997), em 1997 a Assembléia de Deus possuía duas geradoras de televisão, 47 repetidoras, além de 13 rádios. Já a Igreja Universal do Reino de Deus (atual dona da Rede Record) possuía 47 emissoras de televisão, 26 rádios e o jornal *Folha Universal*, com uma tiragem mensal de quase um milhão de exemplares. Destaque também para a Igreja Renascer em Cristo, que possuía cinco programas na extinta TV Manchete, um canal VHF, quatro rádios e um poderoso império fonográfico ligado à música gospel.

Lembramos que o investimento das igrejas evangélicas em meios de comunicação não é algo recente nem exclusivo dos pentecostais. Segundo FONSECA (2003), os primeiros programas evangélicos de rádio e televisão surgem respectivamente nos anos de 1943 e 1962 pelas mãos da Igreja Adventista. Da mesma forma ORO (1996) aponta que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil edita periódicos desde o final do século XIX, e além dela os Batistas, Metodistas e Presbiterianos também tem seus jornais e divulgam seus programas em estações de rádio. Mas o que chama a atenção é o crescimento da participação evangélica na mídia desde que os pentecostais passaram a se destacar. Segundo a reportagem anteriormente citada, o número de horas semanais por eles ocupadas na programação televisiva, que em 1975 era de 1h10min, pulou em 1996 para 151h25min, sendo que atualmente a Igreja Internacional da Graça de Deus mantém programa diário em horário nobre na Rede Bandeirantes de Televisão⁴⁶.

Vale ressaltar que esta breve discussão está muito longe de exaurir a história de presença evangélica no Brasil e suas transformações. O objetivo aqui é apenas pontuar alguns momentos-chave da sua história e explicitar alguns elementos que facilitarão a compreensão dos dados que surgiram ao longo da pesquisa de campo realizada junto às igrejas evangélicas do centro de Porto Alegre.

É importante deixar claro que o crescimento das igrejas pentecostais verificado nas últimas décadas foi significativo dentro do universo evangélico não só por sua amplitude demográfica.

⁴⁶ Trata-se do programa “Show da Fé” exibido diariamente às 21:00 e apresentado pelo Missionário R.R Soares, fundador e líder da denominação.

Elas transformaram qualitativamente o campo com uma série de inovações que foram sentidas em todo o segmento evangélico e na sociedade brasileira como um todo. Hoje eles estão presentes na política, na mídia, no esporte, nas universidades, no mundo empresarial, e tornaram-se presença marcante nas grandes cidades. Nesse processo, as igrejas que foram surgindo ao longo do século XX transformaram o universo evangélico mas também se transformaram com ele, concordando com FRESTON (1994) quando sugere que:

Está na hora de a sociologia da religião lançar-se ao estudo das grandes igrejas pentecostais enquanto instituições em evolução dinâmica. Estas não são organizações estáticas que se incham numericamente; são organizações em constante adaptação, e essas mudanças são freqüentemente objeto de lutas. (FRESTON, 1994)

Da mesma forma creio pertinente afirmar que as igrejas pentecostais transformaram as grandes cidades mas também se transformaram junto com elas. Provavelmente o seu desenvolvimento no Brasil teria sido completamente diferente caso a urbanização e o desenvolvimento das grandes cidades tivesse seguido outros rumos. Segundo MARIANO (2004):

As cifras mencionadas indicam que, nesse período, as igrejas pentecostais souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, os contextos socioeconômico, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil. Nesse sentido, cabe destacar, em especial, a agudização das crises social e econômica, o aumento do desemprego, o recrudescimento da violência e da criminalidade, o enfraquecimento da Igreja Católica, a liberdade e o pluralismo religiosos, a abertura política e a redemocratização do Brasil, a rápida difusão dos meios de comunicação de massa. (MARIANO, 2004:122)

O autor deixa claro que não há como separar o desenvolvimento do universo pentecostal do contexto social do qual ele fez parte. Nesse sentido a presença maciça de igrejas pentecostais nos centros históricos das grandes cidades brasileiras, por exemplo, também deve ser compreendida em relação às transformações que os atingiram ao longo das últimas décadas. Não se trata aqui de propor um determinismo no qual o desenvolvimento das igrejas deva ser visto um resultado direto do desenvolvimento urbano. O que se pretende é propor uma relação processual e dialética entre o desenvolvimento de ambas. Cada igreja soube responder de forma particular aos desafios apresentados pelo contexto descrito por MARIANO (2004) na citação anterior. Algumas deram grande centralidade aos meios de comunicação, outras preferiram investir em assistência social, algumas reforçaram sua rigidez comportamental.

Vale lembrar que as primeiras igrejas pentecostais firmadas no Brasil não foram suprimidas pelas conseqüentes. Elas continuaram atuantes dentro do campo religioso, coexistindo e disputando o mesmo espaço simbólico dentro da sociedade brasileira. Da mesma forma, quando o pentecostalismo insurgiu no cenário religioso brasileiro as igrejas protestantes históricas não sucumbiram a sua força evangelizadora. Algumas preferiram reverter simbolicamente a seu favor os elementos desta nova força religiosa renovando-se e outras assumiram uma postura mais crítica reafirmando os princípios de sua fé reformada. O que importa salientar aqui, é que estas idas e vindas dentro do mundo evangélico brasileiro, contribuíram para a formação de um cenário múltiplo, diversificado e acima de tudo dinâmico.

3.1.3 O Universo Evangélico Contemporâneo

O segmento evangélico constitui o segundo maior grupo religioso do Brasil (superado apenas pela Igreja Católica) que englobava 15,41% da população nacional no ano 2000, estando assim distribuído pelas diferentes regiões do país:

Tabela 10: Distribuição da população evangélica pelas regiões do Brasil.

Região	Percentual de evangélicos na população	Total de evangélicos na população	Percentual de evangélicos em relação ao total do país
Sudeste	17,51%	12.685.289	48,44%
Nordeste	10,26%	4.903.939	18,72%
Sul	15,33%	3.849.564	14,70%
Norte	19,75%	2.550.484	9,74%
Centro Oeste	18,87%	2.195.666	8,38%
Brasil	15,41%	26.184.941	100%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

A tabela indica que quase metade dos evangélicos brasileiros reside nos estados da Região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro onde residem quase 9 milhões e meio de evangélicos, dado que se justifica pela centralidade que a região manteve ao longo da história do segmento no Brasil. Foi lá que grande parte dos missionários protestantes começou seu trabalho no século XIX e onde surgiu a maioria das igrejas da segunda e terceira fase da expansão pentecostal. Em 2000 aproximadamente 44% dos protestantes históricos e 49% dos evangélicos pentecostais do país residia na região sudeste.

Já a Região Norte aparece como a mais evangélica do país com quase 20% da sua população ligada ao segmento, fato que se explica em grande parte pela alta inserção da Assembléia de Deus na região, à qual estão filiados mais da metade dos evangélicos que lá residem. Já a Região Nordeste aparece como a menos evangélica, além de abrigar os cinco estados menos evangélicos da federação: Piauí com 6%; Sergipe com 7,3%; Ceará com 8,2%; Paraíba com 8,8% e Rio Grande do Norte com 8,9%. No entanto, foi nesta região que os evangélicos apresentaram a maior taxa de crescimento anual do país entre 1991 e 2000 – calculada em 8,6% – num percentual seis vezes maior que a média da população na região.

Os números acima apresentados correspondem à totalidade da população evangélica do país, mas segundo MARIANO (2004) os principais responsáveis pelo aumento do rebanho evangélico nas últimas décadas foram efetivamente os pentecostais. Entre 1991 e 2000 eles saltaram de 5,6% da população nacional para 10,4%, enquanto os protestantes históricos passaram de 3% para 4,1%. Hoje os pentecostais correspondem a 67,28% do total dos evangélicos no país, proporção que só não se repete na região Sul conforme a tabela seguinte:

Tabela 11: Proporção de pentecostais e protestantes históricos entre os evangélicos das regiões do Brasil.

Região	Percentual de pentecostais	Percentual de protestantes históricos
Norte	72,70%	27,30%
Centro Oeste	70,90%	29,10%
Sudeste	68,80%	31,20%
Nordeste	67,00%	33,00%
Sul	56,90%	43,10%
Brasil	67,30%	32,70%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

A exceção se deve em grande parte à importância histórica das igrejas luteranas na região. Mais da metade dos seus membros no país está no Rio Grande do Sul, sendo ele o único estado da Federação onde o número de protestantes históricos supera o de pentecostais. Do total de 1.456.791 evangélicos que residem no Estado, 47,5% pertencem a igrejas do primeiro grupo e 45,8% a igrejas do segundo grupo. Um cenário aparentemente equilibrado mas que apresenta variações significativas quando comparadas os percentuais das diferentes regiões do Estado:

Tabela 12: Microrregiões geográficas com maior percentual de evangélicos no Rio Grande do Sul⁴⁷.

Microrregião Geográfica	Percentual de evangélicos na população	Percentual de protestantes históricos na população	Percentual de evangélicos pentecostais na população
Sta. Cruz do Sul	20,59%	18,13%	1,98%
Não-Me-Toque	20,57%	17,64%	2,73%
Lajeado-Estrela	21,77%	17,05%	4,52%
Gramado-Canela	22,89%	17,39%	4,60%
Sta. Rosa	24,37%	17,87%	5,95%
Pelotas	24,77%	15,89%	5,64%
Três Passos	29,15%	20,75%	7,67%
Ijuí	31,84%	21,79%	8,59%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Nas regiões apontadas na Tabela 12 fica evidente o predomínio dos protestantes históricos nas regiões do Estado com as mais altas taxas de evangélicos na sua população. No entanto todas (exceto Pelotas) são regiões historicamente associadas à presença alemã que começou no século XIX ou aos deslocamentos posteriores dos migrantes pelo interior do estado. Em função disso a ampla maioria dos evangélicos residentes nessas regiões são membros de alguma igreja luterana, provavelmente por herança familiar.

Tabela 13: Microrregiões geográficas com maior percentual de pentecostais no Rio Grande do Sul.

Microrregião Geográfica	Percentual de evangélicos na população	Percentual de protestantes históricos na população	Percentual de evangélicos pentecostais na população
Campanha Ocidental	16,25	2,26	12,97
Carazinho	19,16	7,19	11,32
Santo Ângelo	20,07	7,97	11,15
Santiago	12,45	1,75	10,10
Campanha Central	12,12	3,14	7,86
Porto Alegre	12,99	4,73	7,39
Vacaria	8,79	1,05	6,99
Campanha Meridional	11,52	3,53	6,51

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

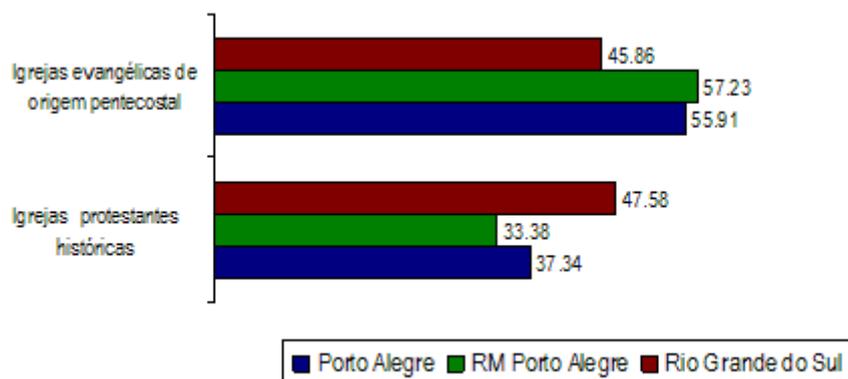
Por outro lado a Tabela 13 ilustra que em outras regiões do estado o pentecostalismo tem se feito presente. Quanto a isso a Fundação Getúlio Vargas (S/D) aponta que os pentecostais mais que

⁴⁷ As microrregiões geográficas são conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, definidos com base em similaridades econômicas e sociais. Para o IBGE o Estado do Rio Grande do Sul está dividido em 35 microrregiões.

dobraram no estado entre os anos de 1991 e 2003, passando de 3,55% para 8,16% da população gaúcha, enquanto os históricos permaneceram praticamente estáveis, passando de 8,82% para 8,84%.

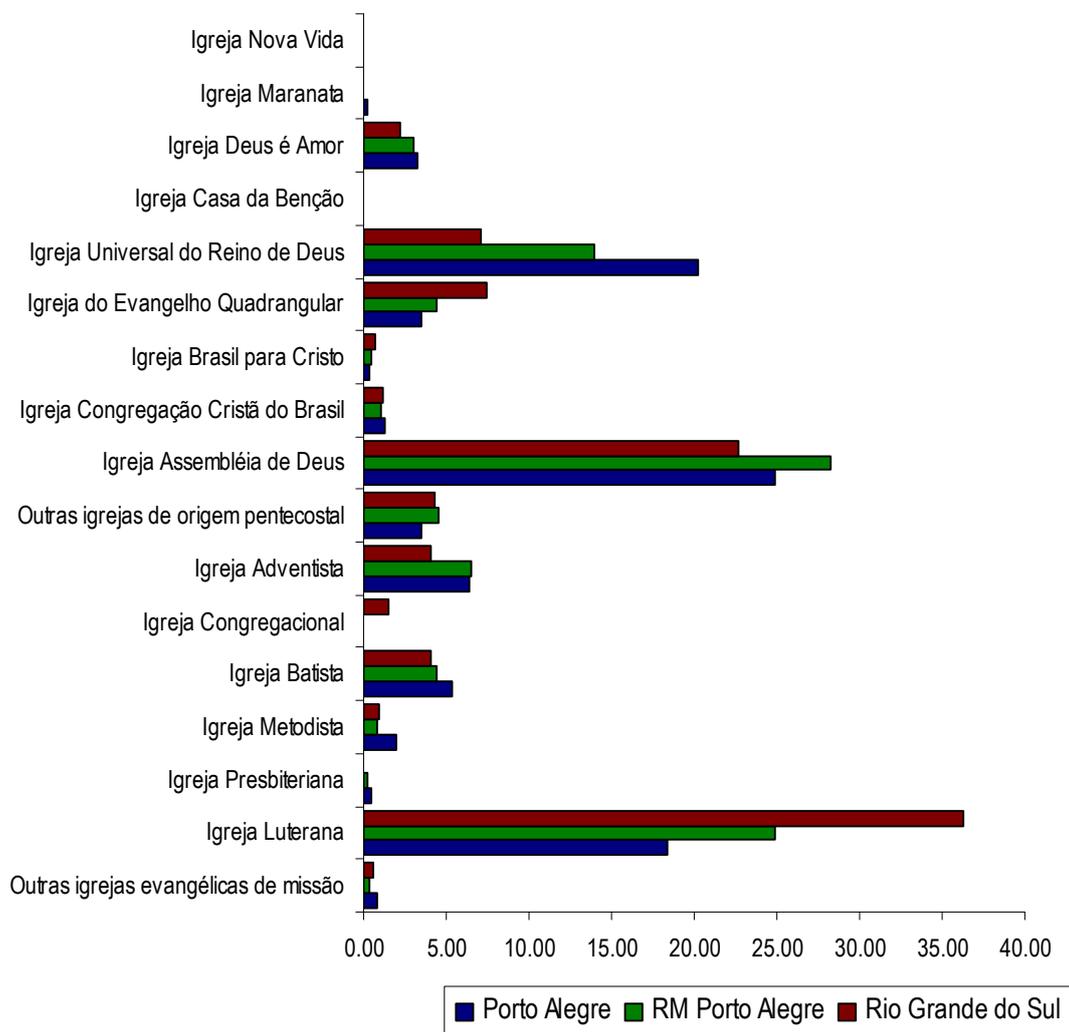
Outro dado que merece destaque é a distribuição dos evangélicos no estado por situação de domicílio. Segundo o penúltimo censo publicado pelo IBGE, cerca de 77% dos evangélicos residem em áreas urbanas e os demais 23% em áreas rurais. Valores se alteram quando considerados separadamente protestantes históricos e pentecostais: 68,50% dos indivíduos filiados às igrejas do primeiro grupo residem em áreas urbanas frente a 86,80% dos membros de igrejas do segundo grupo. Dado que é reforçado quando comparada a relação protestantes históricos/evangélicos pentecostais entre o Estado do Rio Grande do Sul, a Região Metropolitana de Porto Alegre e a cidade de Porto Alegre, conforme os gráficos seguintes:

Gráfico 2: Relação protestantes históricos/pentecostais no Estado do Rio Grande do Sul, RMPA e cidade de Porto Alegre.



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Gráfico 3: Distribuição dos evangélicos por denominação no Estado do Rio Grande do Sul, RMPA e cidade de Porto Alegre



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

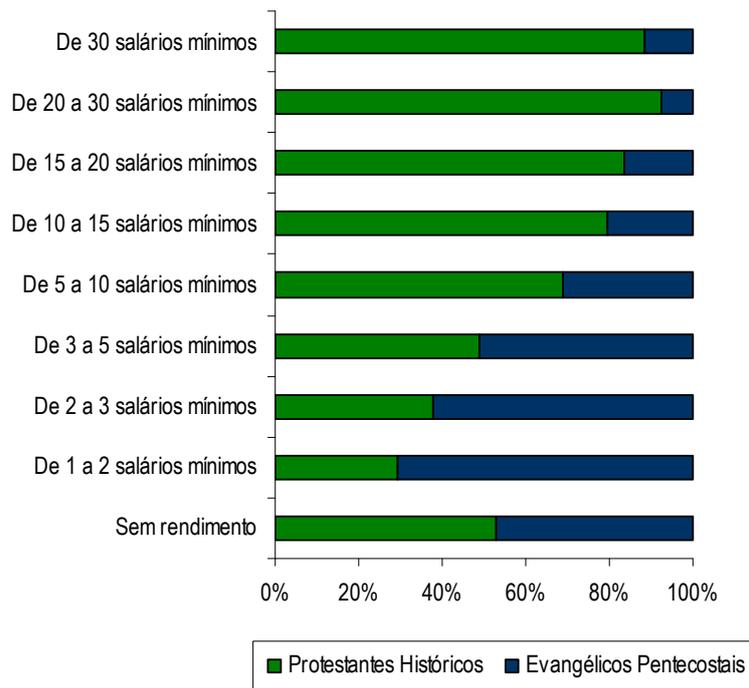
Ambos os gráficos confirmam que se a maioria dos evangélicos do Rio Grande do Sul são protestantes históricos isso deve-se ao peso da Igreja Luterana, principalmente no interior do Estado. Ela é a única denominação protestante histórica listada no Gráfico 3 que apresenta um percentual significativamente maior quando comparados o Estado do Rio Grande do Sul com a Região Metropolitana de Porto Alegre e a cidade de Porto Alegre. Associando esse dado ao da Tabela 12 cabe concluir que seu peso institucional no Estado deve ser compreendido como uma característica cultural que ainda persiste entre as regiões de descendência alemã. Algo que não se repete entre as demais igrejas protestantes históricas fruto das empreitadas missionárias do século XIX (Adventista, Congregacional, Batista, Metodista, Presbiteriana) que mantém proporções parecidas entre as três escalas territoriais comparadas.

Por outro lado é possível apontar que a complexidade urbana existente na Região Metropolitana de Porto Alegre e na cidade de Porto Alegre favoreceu o desenvolvimento das igrejas evangélicas pentecostais. Isso é ilustrado pelo Gráfico 3 na distribuição da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus. A segunda, particularmente, apresenta uma diferença significativa entre os percentuais apresentados para o Estado do Rio Grande do Sul e para a Região Metropolitana de Porto Alegre e cidade de Porto Alegre, mostrando que ela de fato se configura como uma igreja voltada para os grandes centros. Além disso, Assembléia de Deus se destaca também por ser a maior igreja evangélica em número de membros tanto da Região Metropolitana de Porto Alegre quanto da cidade de Porto Alegre.

Por fim cabe ressaltar que os protestantes históricos e evangélicos pentecostais da cidade de Porto Alegre também diferem em termos de renda e escolaridade. Os dois gráficos seguintes ilustram que os pentecostais se caracterizam por menor escolaridade e menores rendimentos quando comparados aos protestantes históricos. Dado que novamente reforça as características já apontadas pela literatura anteriormente discutida sobre este segmento religioso no país.

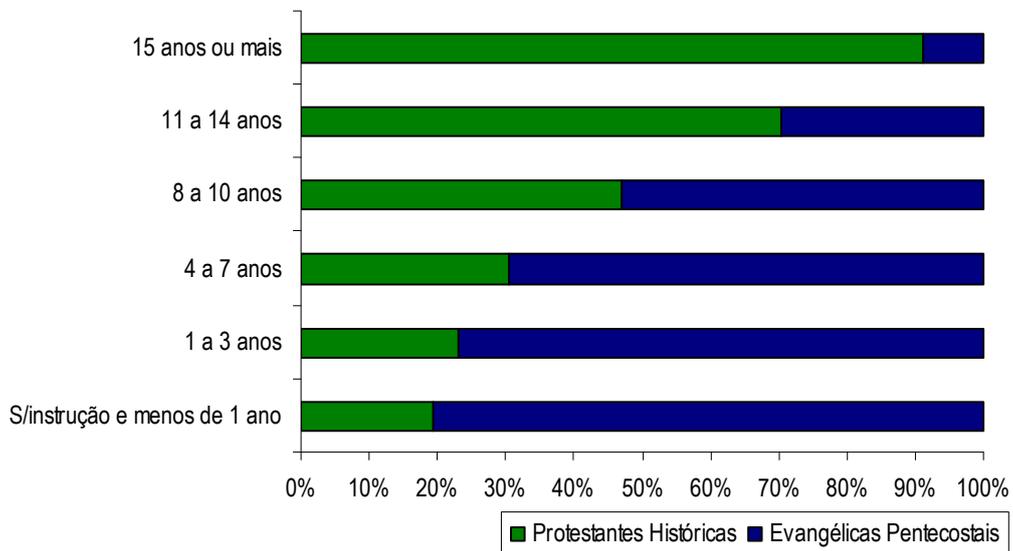
Frente a isso é possível caracterizar o universo evangélico do Estado do Rio Grande do Sul a partir de duas grandes características. Por um lado ele vem apresentando um crescimento pentecostal significativo nas últimas décadas, majoritariamente urbano e associado às grandes cidades, com um público preferencial de baixa renda e escolaridade. No entanto ele também apresenta uma sólida parcela ligada à igreja luterana, que apenas acompanha o crescimento demográfico da sua membresia. Cenário que dá certa particularidade ao Estado mas sem deixar de reproduzir elementos que vêm sendo manifestando em todo o Brasil nas últimas décadas, principalmente em função do crescimento pentecostal.

Gráfico 4: Relação protestantes históricos/pentecostais por faixas de rendimento para a cidade de Porto Alegre



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Gráfico 5: Relação protestantes históricos/pentecostais por anos de escolaridade para a cidade de Porto Alegre.



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

3.2 A presença evangélica em Porto Alegre⁴⁸

Conforme dito no capítulo anterior, parte das famílias de imigrantes alemães que chegou ao Rio Grande do Sul no século XIX permaneceu em Porto Alegre onde passaram a se dedicar a uma série de atividades profissionais ligadas ao comércio, manufatura e ofícios diversos. Foram eles também que deram origem à primeira comunidade protestante da cidade. Em fevereiro de 1856 é fundada a Comunidade Evangélica Alemã de Porto Alegre (*Deutsche Evangelische Gemeinde*) numa casa localizada na atual Rua Sete de Setembro com 49 famílias, que em 1865 é transferida para a Rua Senhor dos Passos onde permanece até hoje⁴⁹.

Seu desenvolvimento esteve diretamente ligado a expansão da população alemã da cidade e seus descendentes. Segundo GERTZ (2001), relatos do final do século XIX apontavam para uma membresia composta por ricos comerciantes e artesãos que ao longo do século XX passou a abrigar uma sólida classe média de comerciantes, profissionais liberais, acadêmicos e técnicos, que utilizavam a igreja como um espaço de sociabilidade e para atividades culturais.

Após a organização da comunidade luterana foi fundada em 1885 a primeira congregação metodista da cidade, sediada na casa do missionário João Corrêa na Rua Dr. Flores⁵⁰. O grupo começou com seis membros e logo em seguida foi aberto na casa ao lado o *Collegio Evangélico Mixto* que no mesmo ano já contava com 187 alunos no curso regular e 84 no noturno. Em 1890 devido ao aumento do número de fiéis a sede foi transferida para uma casa alugada na Rua Duque de Caxias, e em 1895 o colégio abriu dois cursos anexos na Rua Riachuelo e Ramiro Barcelos. Em 1899 o *Collegio Evangélico Mixto* mudou de nome para *Collegio Americano* e foi transferido para a Rua Duque de Caxias em frente a sede da denominação. O trabalho metodista na capital gaucha foi descrito na época pelo Dr. João Corrêa da seguinte forma:

A obra na cidade de Porto Alegre gradualmente aumentava em número de aderentes, que faziam sua profissão de fé conforme a disciplina da Igreja Metodista. Dispúnhamos de uma modesta sala, na falta de outro local mais apropriado, e esta enchia-se todos os domingos e quintas-feiras, dias de culto público. Tínhamos um

⁴⁸ Os dados apresentados nos itens 3.2 e 3.3 são resultado das entrevistas realizadas junto aos pastores ou funcionários das igrejas entrevistadas, de documentos consultados nas sedes das igrejas, além folhetos e informativos produzidos pelas denominações

⁴⁹ No século XX ele passa a se chamar Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA) e passa a integrar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. O antigo templo da Rua Senhor dos Passos foi substituído por um novo na década de 1960 e hoje o local abriga também a sede administrativa nacional da igreja.

⁵⁰ Parte das informações referentes à inserção do Metodismo em Porto Alegre foi adaptadas de CONTANDO NOSSA HISTÓRIA (2007), CONTANDO NOSSA HISTÓRIA (2007a), CONTANDO NOSSA HISTÓRIA (2008), JAIME (1963) e KENNEDY (1928).

culto pela semana e Escola Dominical numa sala à Rua Ramiro Barcelos, onde funcionava uma das escolas evangélicas. Estes serviços eram freqüentados por pessoas, na sua maior parte, descendentes de alemães, todos empregados em fábricas existentes naquelas imediações. (História Documental do Metodismo no RS, p.17)

A missão aberta na Rua Ramiro Barcelos junto à escola não prosperou e foi fechada nos anos de 1920, mas o trabalho missionário da igreja mostrava-se intenso na época e cresciam os pontos de pregação espalhados pela cidade:

Levantaram-se humildes crentes nesta cidade pregando a Boa Nova a grupos de gentes em diversos pontos da cidade, como sejam no Arraial da Baronesa, nas ruas da Margem, Fernando Machado, Colônia Africana, Caminho do Meio e outros lugares, inclusive Pedras Brancas. (História Documental do Metodismo no RS, p.17)

Em 1890 chegaram a Porto Alegre os primeiros missionários da Igreja Episcopal Anglicana. Os americanos Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris iniciaram sua missão numa casa alugada na Rua Voluntários da Pátria, local que ficou conhecido inicialmente como Casa da Missão e mais tarde transformado na Capela da Trindade. Em 1893 a cidade já contava com mais um ponto de pregação na Rua Riachuelo denominado de Capela do Bom Pastor. Em Outubro desse mesmo ano o estado recebeu a visita do Bispo da Virgínia, supervisor do trabalho missionário da igreja no Brasil. Segundo o jornal O Estandarte Cristão, foram confirmados 36 membros em Porto Alegre, além de 24 em Rio Grande, 26 em Pelotas e 44 em Nova Santa Rita. No mesmo número do jornal foi publicada uma nota sobre a nomeação dos pontos de pregação existentes no estado:

Por ocasião da estada do Sr. Bispo Dr. Peterkin em nosso estado ficou assentado que nossa capella em Pelotas (Rua Felix da Cunha 101) tomasse a denominação de Capella do Redemptor; a de Porto Alegre (Rua da Ponte 126) toma o nome de Capella do Bom Pastor; a do Caminho Novo 387, toma o nome de Capella da Trindade; a de Santa Rita do Rio dos Sinos de Capella do Calvário. A capella de Rio Grande já tinha o nome de Capella do Salvador. (SIC) (Estandarte Cristão. Nº.10, outubro de 1893).

Em 1898 ocorreu a fusão das Capelas da Trindade e do Bom Pastor. Após entendimentos entre ambas as juntas paroquiais a sede passou a ser o novo prédio ocupado pela Capela do Bom Pastor na Rua dos Andradas. No ano seguinte foi adotado o nome definitivo de Capela da Trindade e foi iniciada a construção do novo templo no local.

Dentre as principais tradições protestantes, os batistas⁵¹ foram os últimos a organizar sua primeira congregação na cidade, quando em 1898 um grupo de imigrantes poloneses fundou a Comunidade Evangélica Batista Alemã (*Deutsche Evangelische Baptistengemeinde*) na Rua do Parque. Consta que foram oito os membros fundadores, em sua maioria tecelões, todos batistas provenientes da cidade de Lodz na atual Polônia. O primeiro templo com capacidade para cem pessoas foi construído em madeira e os batizados eram realizados no Rio Guaíba, distante na época cerca de 500 metros da sede da igreja.

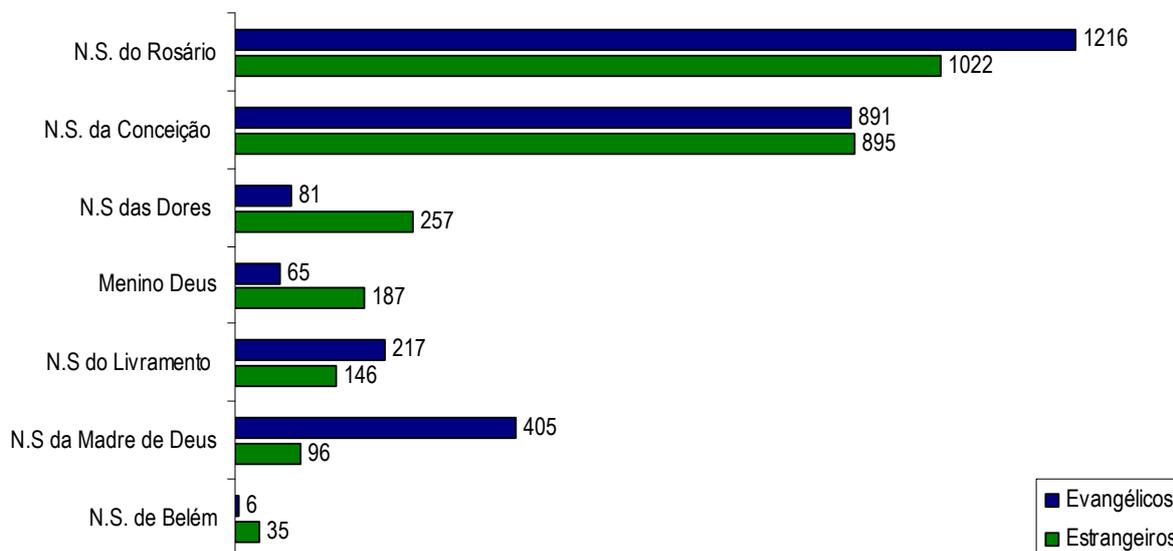
Durante este primeiro período de chegada e instalação das igrejas protestantes em Porto Alegre elas tiveram o centro da cidade como espaço preferencial para o início de seus trabalhos. Metodistas e Episcopais provavelmente atraídos pelo dinamismo da região e os Luteranos em função do crescimento da comunidade alemã no entorno da Rua Senhor dos Passos e vias próximas. No entanto, a missão metodista na Rua Ramiro Barcelos e a fundação da Igreja Batista no Bairro Navegantes apontam para a relação entre o crescimento protestante e os bairros operários da zona norte que nas décadas seguintes marcou o desenvolvimento do segmento na cidade.

A cidade de Porto Alegre contava em 1890 com 52.421 habitantes⁵² e dentre eles 2.883 foram identificados como evangélicos e 3.415 como estrangeiros. Segundo a divisão territorial que foi adotada no recenseamento realizado, 73% dos evangélicos e 61,75% dos estrangeiros da cidade residiam nas Paróquias Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição (ambas envolvendo os eixos norte e nordeste da cidade), indicando que boa parte da população evangélica de Porto Alegre possivelmente ainda era composta por estrangeiros. Dado que também pode ser visualizado no gráfico seguinte:

⁵¹ Os dados sobre a implantação da Comunidade Evangélica Batista Alemã foram extraídos de: <http://www.conde.org.br/>

⁵² Extraída da publicação: "Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890", organizada pela Diretoria Geral de Estatística do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas em 1898.

Gráfico 6: Distribuição de evangélicos e estrangeiros em Porto Alegre em 1890, segundo a divisão territorial usada pelo censo daquele ano.



Fonte: Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890.

O crescimento econômico e demográfico que já vinha ocorrendo na cidade se intensificou com a virada para o século XX. Os protestantes acompanharam esse movimento e seguiram ampliando suas atividades. Em 1900, os Episcopais Anglicanos iniciaram a construção da Igreja da Trindade na Rua dos Andradas, inaugurada em 1903. O projeto arquitetônico foi feito pelo engenheiro Rudolph Ahrons e executado por Francisco Tomatis, ambos profissionais bastante ativos na cidade durante aquele período histórico. Por falta de recursos a torre contida no projeto original não foi construída.

Em 1912 foi fundada pelo missionário Mathews Merrick Thomas a Escola Diocesana na Rua Luiz de Camões (atual Bairro Partenon) embrião do futuro Colégio Cruzeiro do Sul. Consta que eram realizados cultos improvisados numa sala de aula para alunos e professores e em 1915 foi anunciada pelo jornal Estandarte Cristão a compra de um terreno na zona sul da cidade para onde foi transferida a escola no ano seguinte:

Escola Diocesana – Acabamos de adquirir por compra a bella chácara do Sr. Antônio Rosa no Arrabalde de Teresópolis. Tem ela uma frente de quase 300 metros na rua Bello Horizonte fazendo fundo no Arroio Cascatinha. (Estandarte Cristão. Nº. 464, 04/04/1915)

Em 1916, Mathews Merrick Thomas, Ernesto Arnaldo Bohrer, Carlos Hohlfeldt, João Sarmiento e Alberto Blank organizaram uma nova missão no local que recebeu o nome de Capela da Ascensão, tendo sido este o primeiro empreendimento protestante realizado na zona sul da cidade. Em 1915 começam também a ser realizados cultos na casa de um membro da igreja na Rua General Lima e Silva que deram origem a Capela da Redenção, inaugurada em 1920 na Avenida João Pessoa e transferida mais tarde para a Rua José do Patrocínio onde permanece até hoje.

Já os metodistas iniciaram uma série de missões em vários pontos da cidade nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1903 foi fundada a Missão da Rua do Parque conjugada com uma escola para crianças pobres, transferida em 1905 para uma chácara na Rua Voluntários da Pátria. Após a compra de um terreno na atual Avenida Presidente Roosevelt, a missão assumiu o nome de Igreja Metodista Institucional e em 1909 foi lançada a pedra fundamental do templo:

No dia 6 de Abril foi lançada a pedra angular do novo templo da Igreja Methodist Institutional, no terreno adquirido para esse fim, no coração do populoso bairro S. João. Officiaram no acto, o rev. E.E. Joiner, superintendente da Missão e o pastor da Igreja, o rev. C.L. Smith, e foi assistido por grande número de pessoas gradas, como sejam representantes da Imprensa, da Igreja Episcopal Brasileira, da Associação Christã dos Moços, e das outras Igrejas da localidade. (KENNEDY 1928, p.217).

O templo foi inaugurado em 1910 tornando-se o primeiro da denominação na cidade. Nos anos seguintes foram fundadas as missões da Rua da Margem⁵³ (1908), Tristeza (1915), Agronomia (1917), Wesley (1917) e Glória (1918). Segundo as fontes consultadas, as três primeiras foram fechadas após alguns anos de atividade e as duas últimas foram transformadas em igreja na década seguinte. Em 1914 é inaugurado na esquina das ruas Duque de Caxias e Jerônimo Coelho o templo da Igreja Metodista Central, onde permanece até hoje.

O templo da Comunidade Evangélica Alemã de Porto Alegre também sofre modificações no início do século. Em setembro de 1902 a torre em estilo gótico de autoria do arquiteto João Grünewald foi inaugurada, e três anos depois instalados os sinos. Em 1913 a diretoria da comunidade resolve criar uma segunda paróquia no Bairro Navegantes e em 1916 é inaugurada a Paróquia da Paz na Avenida Sertório.

No ano de 1902 o missionário da Igreja Luterana Sínodo de Missouri (EUA) Carl Wilhelm Gustav Mahler funda em Porto Alegre a Comunidade Evangélica Luterana de Cristo (*Deutsche*

⁵³ Atual Rua João Alfredo, localizada no bairro Cidade Baixa.

*Evangelish-Lutherische Gemeinde zu Porto Alegre*⁵⁴). Atendendo aos pedidos de moradores do Bairro Navegantes que ele havia conhecido numa visita anterior à cidade, ele aluga uma antiga fundição na Rua Voluntários da Pátria esquina com Avenida Brasil e instala um ponto de pregação associado a uma escola. O sucesso do empreendimento logo levou o missionário a procurar um lugar mais adequado para o desenvolvimento do trabalho. Assim, em 1907 eles compraram um terreno na Avenida Pátria e construíram seu primeiro templo com capacidade para 120 pessoas. Em 1921 a Escola Paroquial se transferiu para o edifício vizinho ao templo (que vinha sendo ocupado pelo seminário da igreja) dando origem ao atual Colégio Concórdia⁵⁵.

Já a Comunidade Evangélica Batista Alemã, apesar de seu início ligado aos imigrantes poloneses, logo foi atraindo muitos brasileiros e chegou ao ano de 1906 com 110 membros. Em 1908 um pequeno grupo de membros brasileiros resolveu se desligar da igreja devido a prevalência da língua alemã nos cultos e atividades da igreja, fundando em 1910 a Primeira Igreja Batista Brasileira de Porto Alegre⁵⁶, ocupando inicialmente um salão alugado na esquina das ruas Voluntários da Pátria e Ramiro Barcelos. Em 1915 ela transferiu sua sede para a Rua Nunes Machado no Bairro Azenha onde construiu seu templo, permanecendo no bairro até os dias de hoje. Em 1919 foi fundada também a Igreja Batista do Floresta na Rua Hoffman onde permanece até hoje.

No início da década de 1920 os protestantes já contavam com 11 templos na cidade. Além dos quatro que marcaram o início do protestantismo na cidade durante o século XIX, cinco novas igrejas foram abertas na zona norte da cidade, duas na zona sul e uma no bairro Cidade Baixa, conforme a tabela seguinte:

⁵⁴ A Comunidade Evangélica Luterana de Cristo não mantém nenhuma relação institucional com a Comunidade Evangélica de Porto Alegre fundada no século XIX, apesar de ambas serem igrejas de tradição luterana. Até hoje elas formam duas igrejas separadas tendo a primeira originado a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a segunda a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

⁵⁵ Para a história da Comunidade Evangélica Luterana de Cristo ver KUCHENBECKER (2002).

⁵⁶ Parte dos dados sobre a expansão do segmento batista em Porto Alegre foram adaptados de KEIDANN (2006)

Tabela 14: Templos evangélicos na cidade de Porto Alegre em 1920.

Denominação	Templo	Bairro
Comunidade Evangélica Alemã	Paróquia Matriz	Centro (Rua Senhor dos Passos)
Comunidade Evangélica Alemã	Paróquia da Paz	Navegantes (Avenida Sertório)
Comunidade Evangélica Luterana	Igreja de Cristo	Navegantes (Avenida Pátria)
Igreja Metodista	Central	Centro (Rua Duque de Caxias)
Igreja Metodista	Institucional	São Geraldo (Avenida Pres. Roosevelt)
Igreja Episcopal Anglicana	Trindade	Centro (Rua dos Andradas)
Igreja Episcopal Anglicana	Ascensão	Cidade Baixa (Rua Lima e Siva)
Igreja Episcopal Anglicana	Redenção	Teresópolis (Rua Eng. Ludolfo Boehl)
Igreja Batista	Batista Alemã	São Geraldo (Rua do Parque)
Igreja Batista	Batista Brasileira	Azenha (Rua Nunes Machado)
Igreja Batista	Batista do Floresta	Floresta (Rua Hoffmann)

Fonte: Dados do autor

Nas três décadas seguintes os batistas triplicam o número de igrejas na cidade. Em 1922 foi fundada a Igreja Batista da Bela Vista no alto do Morro do Menino Deus, mas em 1936 ela foi fechada e sua membresia absorvida pela Primeira Igreja Batista Brasileira. Em 1926 o pastor Harley Smith e sua esposa fundaram o Ginásio Batista Americano (atual Colégio Batista localizado na Avenida Cristóvão Colombo) que foi administrado por uma junta missionária norte-americana até 1969.

O pastor Harley Smith foi responsável também pela fundação da *Egreja Baptista em Gravatahy*. Localizada no extremo norte da cidade na Rua Augusto Severo onde permaneceu até 1932 quanto foi transferida para a Avenida Benjamin Constant mudando de nome para Primeira Igreja Batista do São João. Em 1942 foi transferida novamente para a Rua Coronel Feijó onde construiu seu templo em 1952, e finalmente em 1975 assumiu o endereço atual na Rua Ariovaldo Pinheiro já sob o nome de Igreja Batista do Passo D'Areia.

Em 1930 foi fundada por imigrantes do leste europeu a Igreja Batista Russa que dividia o templo com a Igreja Batista do Floresta. Em 1931 surgiu a Igreja Batista Esperança na atual Rua Miguel Tostes, que na década de 1940 passou a se reunir das dependências do Colégio Batista onde permaneceu até a década de 1960 quando foi transferida para a Avenida Cristóvão Colombo já sob o nome de Igreja Batista Central.

Em 1936 foi fundado por uma missionária norte-americana o Centro da Boa Vontade, que logo assumiu o nome de Igreja Batista Tabernáculo da Boa Vontade. Segundo informações cedidas da Igreja, o empreendimento começou como uma obra assistencial onde eram oferecidas à população do bairro Mont'Serrat aulas de alfabetização, inglês, corte e costura, culinária, higiene e ensino Bíblico. Acompanhando as transformações ocorridas no bairro, a igreja mudou seu nome nas décadas seguintes para Igreja Batista do Mont'Serrat.

Em 1948 os batistas fundaram na zona sul a Igreja Batista Cristal. E por fim cabe citar a fundação da Igreja Batista Betel em 1925 por um missionário sueco da Missão de Örebro⁵⁷, que em 1938 transfere-se para o templo em que persiste até hoje na Avenida Benjamin Constant.

Entre os metodistas, em 1924 as missões Wesley e Glória foram transformadas em igreja, e apesar de não terem sido encontrados dados exatos sobre suas localizações iniciais, algumas indicações apontam que elas estavam próximas de suas localizações atuais, respectivamente na Rua São Vicente (Bairro Rio Branco) e Avenida Niterói (Bairro Medianeira). Sobre a igreja da Glória:

O ministro (...) achava-se na direção oficial da Igreja que surgia promissoramente no bairro da Glória, na mesma Capital. E próximo à zona do Partenon começavam também um trabalho de evangelização, o qual, mais tarde, veio a ser organizado em sistema de igreja (JAIME, 1963:116).

O trabalho de evangelização citado acima deu origem a Igreja Paulo de Tarso, localizada até hoje na Rua Domingos Crescêncio, bairro Santana. Em 1929 foi comprado um terreno na Rua Marcílio Dias onde foi instalada uma capela, que em 1937 foi transformada na Igreja Metodista Joiner. Outra aquisição importante foi um vasto terreno comprado no topo do Morro Petrópolis em 1919 após uma contribuição do Conselho de Senhoras da Igreja Metodista dos Estados Unidos. Lá foram construídas em 1926 o *Porto Alegre College* (atual Centro Universitário Metodista -IPA) e em 1945 a nova sede do Colégio Americano.

A Igreja Episcopal Anglicana transformou a Capela da Ascensão na zona sul em paróquia e em 1922 foi construído o templo mantido até hoje. O projeto foi creditado a Alberto de Brito e Cunha:

Construção da Igreja – Continuam com muita rapidez as obras da nova igreja. A planta foi confeccionada pelo Sr. Alberto de Brito e Cunha, lente do Collégio Cruzeiro do Sul. É um lindo templo com alta torre, onde será collocado um sino doado pela S.A. de Senhoras de Massachusetts nos Estados-Unidos. (Estandarte Cristão. N.º 608, 15/01/1922)

Em 1939 a igreja criou a Capela do Mediador na Avenida Sertório, herdeira da Missão do Messias que funcionava no Bairro Navegantes desde 1920. Em 1947 a congregação perdeu a sua capela e passou a se reunir na Igreja de Santa Cruz na Avenida Polônia, que pertencia a um grupo de católicos poloneses. No mesmo ano a paróquia católica foi absorvida pela igreja Episcopal e ela passou a chamar-se Paróquia da Santa Cruz do Mediador.

⁵⁷ Organização missionária sueca presente no Brasil desde 1894.

Os Luteranos, por sua vez abriram 4 novas igrejas na cidade entre 1920 e 1950. Em 1931 a Comunidade Evangélica Alemã organizou na Rua Dom Pedro II a Igreja Martin Luther sua terceira paróquia na cidade. Já Comunidade Evangélica Luterana organizou em 1922 a congregação São Paulo que começou no Bairro Navegantes mas logo em seguida passou para o Bairro Vila Ipiranga, além da Comunidade da Cruz em 1936 no Bairro Petrópolis, ligada ao Colégio Luterano Vera Cruz. Cabe apontar que em 1921 o seminário da igreja foi transferido para um grande terreno comprado no ainda praticamente desocupado Bairro Mont'Serrat onde permanece até hoje, e em 1927 foi aberta uma paróquia no local.

Também na década de 1920 foi fundada a primeira igreja pentecostal de Porto Alegre. O missionário sueco Gustavo Nordlund chegou à cidade em 1922 após uma passagem pelos Estados Unidos, e começou suas pregações no Bairro Mont'Serrat. Dois anos mais tarde ele funda a primeira Igreja Evangélica Assembléia de Deus na cidade que em 1939 se transfere para o templo que ocupa até hoje na Rua General Neto (Bairro Floresta).

Este percurso histórico indica que em 1950 existiam 27 igrejas evangélicas ligadas a cinco denominações distintas desenvolvendo seu trabalho em Porto Alegre. Dentre elas, dez delas estavam concentradas em três bairros centrais na expansão industrial da cidade durante a primeira metade do século XX: Navegantes, São Geraldo e Floresta. Outras sete se distribuíaam ao longo de um eixo em direção ao nordeste da cidade, passando pelos bairros Rio Branco, Petrópolis, Mont'Serrat, Higienópolis, Vila Ipiranga e Passo d'Areia. Mais seis se distribuíaam rumo ao extremo sul da cidade nos bairros Menino Deus, Azenha, Santana, Medianeira, Cristal e Teresópolis. Por fim, permaneciam as três iniciais no centro da cidade, além de uma última no bairro Cidade Baixa.

As fontes históricas pesquisadas muitas vezes não apresentavam dados precisos sobre à abertura e continuidade de novos pontos de pregação na cidade. Em função disso provavelmente tenha existido na época outros espaços de culto além das 27 identificadas acima. No entanto foram apenas estas que conseguiram se estabelecer e constituir uma membresia consistente o suficiente para se consolidar institucionalmente na cidade e serem reconhecidas oficialmente pelas suas denominações. Este critério acabou sendo utilizado para compor a história da inserção das denominações que estavam presentes na cidade⁵⁸ e conseqüentemente do desenvolvimento do protestantismo. A distribuição dos templos em 1950 pode ser visualizada na tabela seguinte:

⁵⁸ Importante ressaltar que os Presbiterianos e Congregacionais (outras duas importantes denominações protestantes que chegaram ao Brasil no século XIX) não estiveram presentes em Porto Alegre até a década de 1950.

Tabela 15: Templos evangélicos na cidade de Porto Alegre em 1950.

Denominação	Igreja	Bairro
Comunidade Evangélica Alemã	Paróquia Matriz	Centro (Rua Senhor dos Passos)
Comunidade Evangélica Alemã	Paróquia da Paz	Navegantes (Avenida Sertório)
Comunidade Evangélica Alemã	Paróquia Martin Luther	Higienópolis (Rua Dom Pedro II)
Comunidade Evangélica Luterana	Igreja de Cristo	Navegantes (Avenida Pátria)
Comunidade Evangélica Luterana	Congregação São Paulo	Vila Ipiranga (Rua Cipó)
Comunidade Evangélica Luterana	Comunidade da Cruz	Petrópolis (Rua João Obino)
Comunidade Evangélica Luterana	Comunidade Concórdia	Mont'Serrat (Rua Lucas de Oliveira)
Igreja Metodista	Central	Centro (Rua Duque de Caxias)
Igreja Metodista	Institucional	São Geraldo (Avenida Pres. Roosevelt)
Igreja Metodista	Wesley	Rio Branco (Rua São Vicente)
Igreja Metodista	Glória	Medianeira (Avenida Niterói)
Igreja Metodista	Joiner	Menino Deus (Rua Marcílio Dias)
Igreja Metodista	Paulo de Tarso	Santana (Rua Domingos Crescêncio)
Igreja Episcopal Anglicana	Trindade	Centro (Rua dos Andradas)
Igreja Episcopal Anglicana	Ascensão	Cidade Baixa (Rua Lima e Siva)
Igreja Episcopal Anglicana	Redenção	Teresópolis (Rua Eng. Ludolfo Boehl)
Igreja Episcopal Anglicana	Santa Cruz do Mediador	Navegantes (Avenida Polônia)
Igreja Batista	Batista Alemã	São Geraldo (Rua do Parque)
Igreja Batista	Batista Brasileira	Azenha (Rua Nunes Machado)
Igreja Batista	Batista do Floresta	Floresta (Rua Hoffmann)
Igreja Batista	Batista Passo d'Areia	Passo d'Areia (Rua Coronel Feijó)
Igreja Batista	Batista Russa	Floresta (Rua Hoffmann)
Igreja Batista	Batista Esperança	Floresta (Rua Cristovão Colombo)
Igreja Batista	Batista Mont'Serrat	Mont'Serrat (Rua Silva Jardim)
Igreja Batista	Batista Cristal	Cristal (rua não identificada)
Igreja Batista	Batista Betel	Floresta (Benjamin Constant)
Assembléia de Deus		Floresta (Rua General Neto)

Fonte: Dados do autor

Tal distribuição aponta inicialmente que na metade do século XX os evangélicos já estavam presentes em todas as regiões da cidade de Porto Alegre. No entanto, sua distribuição indica que seu desenvolvimento inicial foi mais intenso na região norte e nordeste principalmente entre Batistas e Luteranos que juntos lá possuíam 13 igrejas instaladas. Mas além deles, Metodistas, Episcopais e a Assembléia de Deus também estavam presentes em ambas as regiões fazendo delas as mais plurais da cidade em termos de confessionalidades cristãs.

Esse dado sugere que a inserção das igrejas evangélicas em Porto Alegre manteve uma estreita relação com a população operária da cidade. Conforme os bairros da zona norte da cidade foram consolidando o seu perfil industrial ao longo da primeira metade do século XX o número de templos cresceu na região, especialmente nos bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta. Os dados acima apresentados indicam também que os estrangeiros residentes na cidade tiveram um papel central ao longo desse processo. Muitas igrejas surgiram diretamente associadas à presença de imigrantes alemães, poloneses, suecos e russos que residiam nos bairros industriais, o que nos

permite supor a existência de uma sobreposição entre da população imigrante/operária/protestante nas primeiras décadas do século XX em Porto Alegre.

Esse argumento também pode ser usado para justificar a diferença entre a intensidade de ocupação das zonas norte e sul da cidade. Como a segunda não foi historicamente marcada pela industrialização nem pela imigração européia, a presença evangélica na região foi mais efêmera tendo sido conduzida em grande parte pelo ímpeto missionário da Igreja Metodista que possuía três templos na região.

Outro ponto que merece ser ressaltado é o forte investimento feito em instituições de ensino formal por todas as denominações protestantes históricas que se instalaram na cidade. A centralidade por eles dada a educação certamente facilitou sua inserção em diversos setores da economia, administração e política da cidade, e possivelmente explique também as diferenças de renda e escolaridade até hoje apresentadas entre os protestantes e pentecostais de Porto Alegre. Vale ressaltar que a renda dos protestantes históricos em 2000 também era superior a média da cidade de Porto Alegre conforme a tabela abaixo:

Tabela 16: Distribuição da renda dos protestantes históricos de Porto Alegre frente à média da cidade, por faixas de valor em 2000.

	Protestantes Históricos	Porto Alegre
De 3 a 5 salários mínimos	39,52%	51,93%
De 5 a 10 salários mínimos	23,93%	19,69%
Mais de 10 salários mínimos	28,01%	18,66%

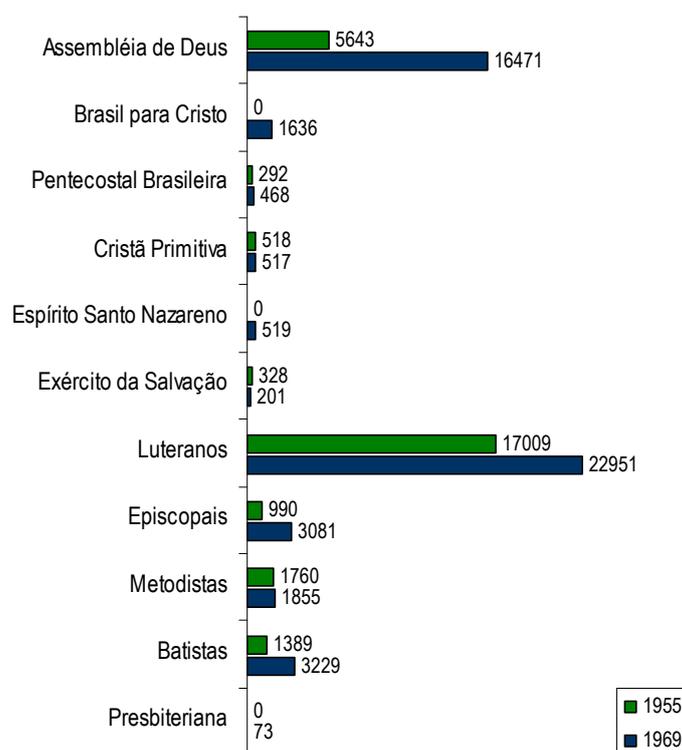
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Atualmente muitas das escolas criadas na primeira metade do século XX continuam ativas na cidade. Centros como o Pastor Dohms (luterano), Americano (metodista), Farroupilha (luterano), Cruzeiro do Sul (episcopal), Batista (batista), Concórdia (luterano), Universidade Luterana do Brasil (luterano) ou o Instituto Porto Alegre de Ensino Superior (metodista), seguem atendendo a setores das classes médias e altas da cidade, garantindo a manutenção desta característica nas igrejas protestantes.

Segundo o Recenseamento Geral realizado em 1950, a cidade de Porto Alegre contava com 394.151 habitantes sendo que 6,85% da população total eram evangélicos. A sobreposição entre evangélicos e estrangeiros verificada no Censo de 1890 e nas primeiras décadas do século XX começa a se enfraquecer e nas décadas seguintes deixa de ser uma hipótese válida para compreender o crescimento evangélico na cidade. Enquanto os evangélicos cresceram 98% entre 1950 e 1970 o número de estrangeiros na cidade diminuiu 15% nesse mesmo período.

Na década de 1950 foi realizado pelo Governo Federal um levantamento nacional intitulado de ESTATÍSTICA DO CULTO PROTESTANTE NO BRASIL - 1955 que apontou para a presença de mais 3 denominações na cidade em 1956: Igreja Cristã Primitiva, Igreja Evangélica Pentecostal Brasileira e Exército da Salvação. A partir desse período o movimento pentecostal começa a despontar no universo evangélico brasileiro e sua presença começa lentamente a chegar a Porto Alegre. No final da década seguinte, conforme a ESTATÍSTICA DO CULTO PROTESTANTE NO BRASIL – 1969, outras duas denominações pentecostais possuíam templos em Porto Alegre em 1969: Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, Igreja Evangélica Espírito Santo Nazareno, além da igreja Presbiteriana.

Gráfico 7: Distribuição dos evangélicos de Porto Alegre por número de membros de cada denominação em 1956 e 1969.



Fonte: Estatística do Culto Protestante no Brasil 1956 e Estatística do Culto Protestante no Brasil 1969

O gráfico acima ilustra esse processo e algumas características da distribuição da população evangélica na cidade merecem ser destacados. Inicialmente cabe apontar que o número de denominações pentecostais ainda era pequeno na cidade mostrando que o seu crescimento se efetuou apenas nas últimas décadas do século XX. No entanto o crescimento apresentado pela Assembléia de

Deus entre 1955 e 1969 já demonstra a força do seu potencial proselitista que a transformou na maior igreja evangélica de Porto Alegre em número de membros no ano 2000, conforme mostrado no Gráfico 3. Já os luteranos que compunham a maior força protestante em ambos os períodos listados no gráfico (inclusive com um crescimento significativo entre 1955 e 1969) mantiveram-se praticamente estáveis desde então, chegando em 2000 com apenas 23.283 membros em Porto Alegre. As demais denominações não foram tão representativas frente ao total de evangélicos da cidade, mas algumas apresentaram bons índices de crescimento, especialmente a Brasil para Cristo entre os pentecostais e a Episcopal e Batista entre as protestantes históricas.

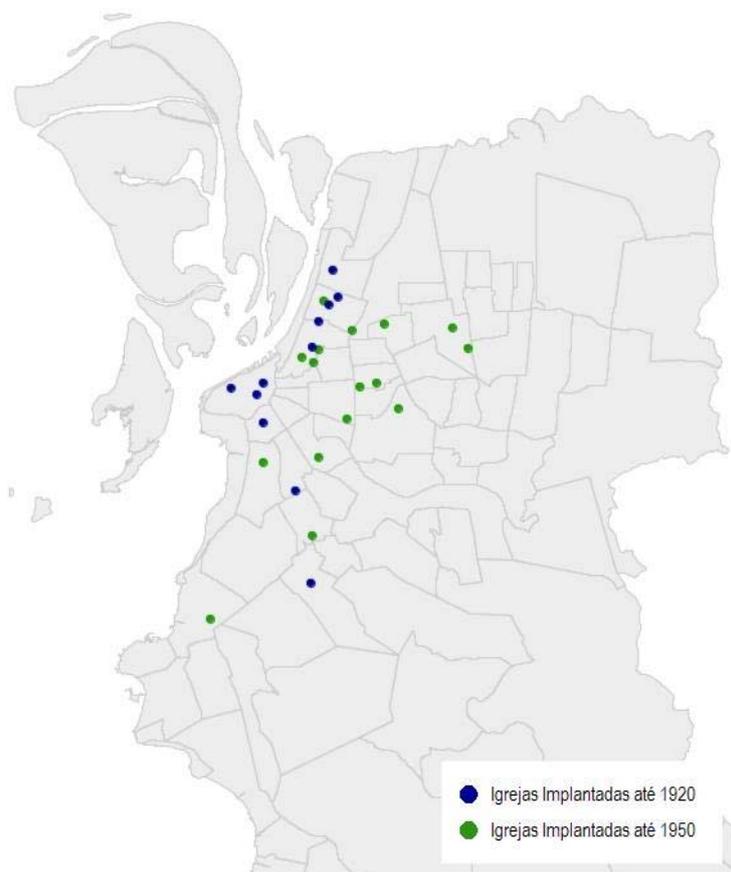
Nas décadas seguintes os evangélicos seguiram crescendo com índices significativamente mais elevados que a média da cidade. Entre 1970 e 2000 a população de Porto Alegre aumentou aproximadamente 53% enquanto os evangélicos cresceram 136% no mesmo período. No entanto, ao comparar os dados da ESTATÍSTICA DO CULTO PROTESTANTE NO BRASIL – 1969 e do Censo Demográfico IBGE 2000, novamente fica clara a diferença entre o crescimento dos protestantes históricos e dos pentecostais: os primeiros cresceram apenas 35% nesse período e os pentecostais aproximadamente 266%. Dados que indicam que os pentecostais efetivamente souberam se adaptar melhor ao contexto urbano que se constitui na cidade de Porto Alegre ao longo da segunda metade do século XX.

Mas a presença dos protestantes históricos não deve ser menosprezada. Foram eles que introduziram o cristianismo não-católico em Porto Alegre durante a segunda metade do século XIX e o desenvolveram com sucesso nas primeiras décadas do século XX. Conseguiram se espalhar por todas as regiões da cidade, foram pioneiros na ocupação de muitos bairros que só foram consolidar sua urbanização várias décadas depois (a exemplo do Mont'Serrat), além de terem conseguido explorar muito bem o contexto gerado pelo desenvolvimento industrial pelo qual a cidade passava na virada do século XIX para o XX.

Se num determinado momento as práticas e preceitos pentecostais passaram a fazer mais sentido do que até então era pregado pelas igrejas protestante históricas, isso indica que a cidade de Porto Alegre se transformou e as primeiras não conseguiram acompanhar as mudanças nem as novas demandas geradas pela população. Algo que não ocorreu com as pentecostais que foram fruto do mesmo momento histórico no qual se processavam essas transformações. Ao longo das últimas décadas do século XX eles multiplicaram as denominações e se pulverizaram pela a cidade de Porto Alegre, tornando praticamente impossível continuar a cronologia de implantação de templos que foi

aqui apresentada até a década de 1950. Segundo a ESTATÍSTICA DO CULTO PROTESTANTE NO BRASIL – 1969, só a Assembléia de Deus já possuía 87 templos espalhados pela cidade em 1968.

Figura 32: Distribuição das igrejas evangélicas em Porto Alegre em 1920 e 1950, segundo dados apresentados nas tabelas 14 e 15.



Fonte: Dados do autor.

3.3 O contexto contemporâneo e a presença evangélica no centro de Porto Alegre.

Os dados coletados junto a algumas igrejas evangélicas pentecostais presentes em Porto Alegre confirmam que sua distribuição na cidade mantém uma associação direta com a população de baixa renda e pouca escolaridade⁵⁹. Ao sobrepor o número de templos por bairro da Igreja Internacional da Graça de Deus (10 templos), Igreja do Evangelho Quadrangular (40 templos), Igreja Pentecostal Deus é Amor (94 templos), Igreja Evangélica Assembléia de Deus Restauração (55 templos) e Igreja Evangélica Pentecostal Cristã (7 templos) com os dados de renda e escolaridade

59 Dados extraídos de: <http://ongrace.com>; <http://www.quadrangular.com.br>; www.ipda.org.br; www.adrestauracao.com

fornechos pelo censo demográfico de 2000, vemos que eles tendem a se concentrar em bairros periféricos com esse perfil conforme pode ser visualizado nas figuras seguintes:

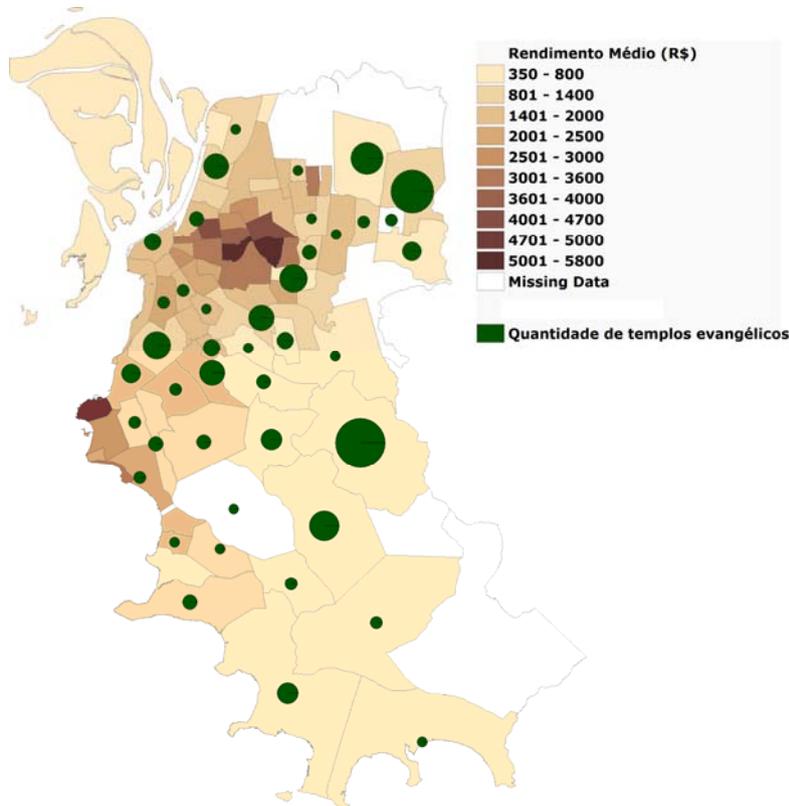


Figura 33: Distribuição dos templos por bairro em relação ao rendimento médio do responsável pelo domicílio.

Fonte: Censo IBGE 2000 e dados coletados junto às igrejas.

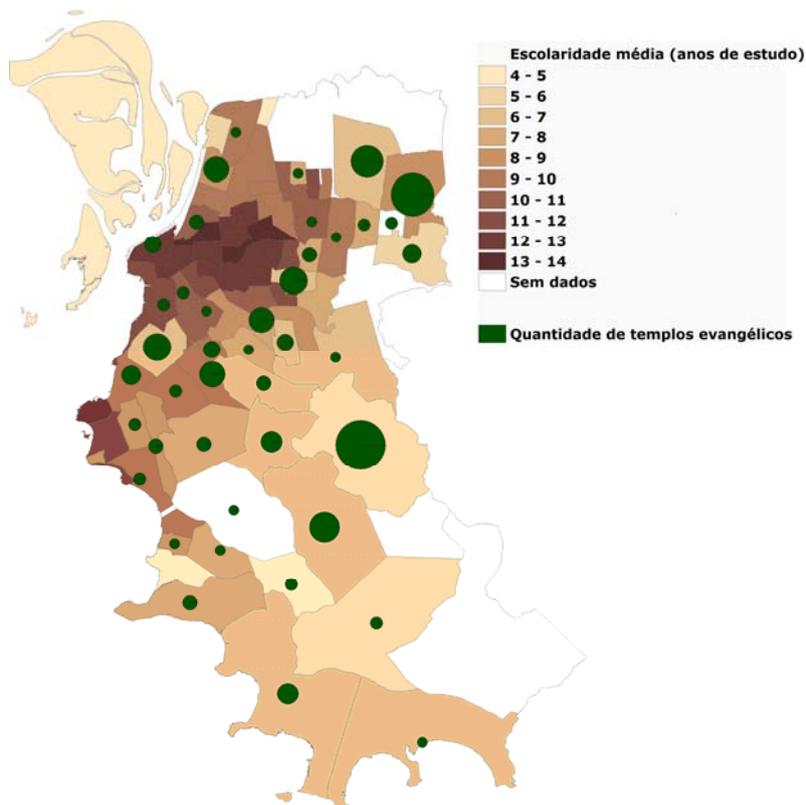


Figura 34: Distribuição dos templos por bairro em relação à escolaridade média do responsável pelo domicílio.

Fonte: Censo IBGE 2000 e dados coletados junto às igrejas.

Os 210 templos considerados se distribuem por 42 bairros (53% do total de bairros oficiais) dispostos em todas as regiões da cidade. É possível visualizar um anel no entorno dos bairros de maior renda e escolaridade que se expande até os limites da cidade em todas as direções, com uma pequena interrupção ao norte na altura do Bairro São João. Os 11 bairros com a maior incidência de templos (abrangendo cerca de 41% do total) foram Rubem Berta (16 templos), Lomba do Pinheiro (13 templos), Sarandi (11 templos), Restinga (10 templos), Bom Jesus (9 templos), Santa Tereza (9 templos), Navegantes (8 templos), Teresópolis (8 templos), Partenon (8 templos), Belém Novo (6 templos) e Belém Velho (6 templos). Navegantes, Rubem Berta e Sarandi estão localizados ao norte e nordeste do centro da cidade, e os demais dispostos sobre um leque que cobre as regiões ao sul, sudeste e leste de Porto Alegre.

A presença nos bairros Sarandi, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro, Restinga, Belém Velho e Belém Novo mostra que os pentecostais mantiveram uma boa inserção nas frentes de expansão mais recentes ligadas à população de baixa renda da cidade. Por outro lado é marcante a total ausência de templos entre a maioria dos bairros que formam os dois principais eixos de expansão ligados às elites econômicas da cidade descritos no Capítulo 1. Nenhum dos bairros dispostos no entorno do cruzamento formado pelas avenidas Dom Pedro II/Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha possuía templos de alguma das cinco denominações consideradas, e nos bairros no entorno do eixo Wenceslau Escobar/Coronel Marcos/Tramandaí apenas o bairro Ipanema possuía um templo da Igreja Deus é Amor e outro da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Dado que novamente reforça o caráter segregacionista que marcou o desenvolvimento e consolidação destas regiões da cidade ao longo das últimas décadas. Isso fica claro nas diferenças entre o perfil sócio-econômico identificado a partir dos dados de renda e escolaridade e é reforçado pela ausência de templos evangélicos pentecostais, mostrando que não houve espaço nesses bairros para o desenvolvimento de atividades associadas a outros segmentos sociais. Vale ressaltar novamente o contraste entre os bairros Três Figueiras/Chácara das Pedras (alta renda) e os contíguos Bom Jesus/Vila Jardim (baixa renda). Enquanto nos dois primeiros não há nenhum templo pentecostal, nos dois segundos há 12 templos de todas as denominações consideradas.

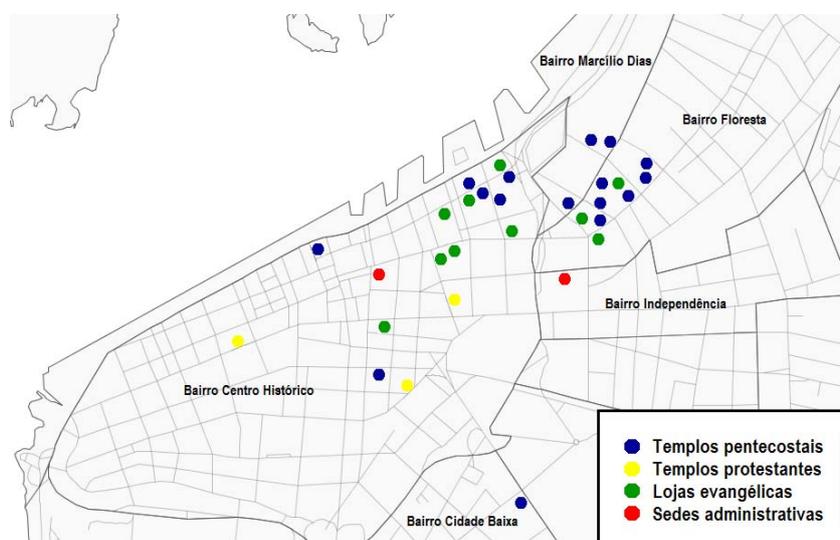
Dentre os 11 bairros com a maior incidência de templos, os bairros Rubem Berta, Lomba do Pinheiro, Sarandi, Restinga, Bom Jesus, Santa Tereza, Navegantes e Partenon também estão presentes na lista dos 11 bairros mais populosos da cidade. Frente a isso cabe destacar a situação dos bairros Lomba do Pinheiro, Bom Jesus e Rubem Berta que mesmo apresentando uma alta população residente (juntos reúnem mais de 130.000 habitantes) mantêm-se entre os 15 com a maior quantidade

de templos por habitante na cidade, indicando uma boa inserção das igrejas evangélicas pentecostais neles.

Mas a característica mais significativa para a discussão que aqui está sendo realizada é a presença das cinco denominações no bairro Centro Histórico ou nas primeiras quadras de bairros contíguos. Dentre elas a Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Evangélica Pentecostal Cristã possuem templos próximos ao limite norte do bairro, a Igreja Pentecostal Deus é Amor e Igreja Evangélica Assembléia de Deus Restauração nas primeiras quadras do bairro Floresta, além da Igreja do Evangelho Quadrangular que possui um templo no bairro Cidade Baixa mas apresenta-o como localizado no “centro”.

A elas somam-se outras 11 denominações que também mantêm templos nessa mesma região: Comunidade Cristã Paz e Vida, Igreja Pentecostal Deus é Santo, Igreja Evangélica Nova Jerusalém, Igreja Evangélica Santuário Bom Jesus dos Milagres, Igreja Transformando Vidas, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Pentecostal Unida do Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Santuário Espírito Santo, Tabernáculo Cristianismo Vivo e Assembléia de Deus. Estão presentes também a sede administrativa da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Rio Grande do Sul e a sede do Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular, além dos templos Metodista, Episcopal Anglicano e Luterano que lá estão desde o final do século XIX. Sua distribuição pode ser visualizada na figura abaixo que conta também com a distribuição das 10 lojas associadas ao segmento evangélico presentes na região.

Figura 35: Distribuição dos templos, lojas e sedes administrativas associadas ao segmento evangélico no bairro Centro Histórico e proximidades.



Fonte: Dados do autor.

Este dado merece ser ressaltado porque ao longo da história do segmento evangélico em Porto Alegre o Centro Histórico aparentemente nunca esteve entre os bairros com a maior incidência de templos. Nas últimas décadas do século XIX, luteranos, metodistas e episcopais anglicanos lá fundaram seus primeiros pontos de pregação na cidade e até 1950 nenhum outro templo foi construído no local, sequer entre os Batistas que instalaram 9 igrejas na cidade durante esse período. Da mesma forma, as figuras 33 e 34 indicam que grande maioria dos templos pentecostais das denominações consideradas tendem a se localizar em bairros periféricos, muitos significativamente distantes do centro.

Então como explicar tamanha concentração numa região específica do Centro Histórico da cidade? Segundo os dados coletados em campo, algumas hipóteses podem ser lançadas para compreender esse fenômeno. Conforme já dito, a presença de igrejas evangélicas pentecostais no bairro está relacionada às transformações que ocorreram na configuração e uso dos espaços da cidade ao longo das últimas décadas do século XX. Os espaços deixados para trás pelos segmentos de maior renda permitiram um desenvolvimento mais intenso das atividades relacionadas aos segmentos populares que passaram a conseguir disputar tais localizações. Estando as igrejas pentecostais demograficamente associadas a esse tipo de público, sua presença pode ser compreendida como parte de um processo geral de homogeneização do padrão das atividades de comércio, serviço e lazer desenvolvidas principalmente na parte norte do Centro Histórico denominada de “área comercial” no capítulo anterior.

Essa parte do centro se destaca também pela alta concentração de terminais de transporte público o que facilitaria a sua comunicação com bairros periféricos onde reside a maioria da população de baixa renda de Porto Alegre.

A manutenção da “centralidade” do Centro Histórico de Porto Alegre pode ser verificada numa característica que marca a maioria dos templos presentes no bairro e proximidades. Além de exercerem sua função básica de espaço para cultos ou celebrações religiosas, muitos deles também desempenham a função de sede estadual, regional ou nacional da denominação. Dentre os 18 templos evangélicos identificados na região, 11 são apresentados nas divulgações oficiais das respectivas igrejas como “sedes” e lá desenvolvem as atividades burocráticas e administrativas inerentes à sua atuação na cidade ou estado. Cabe destacar também a presença da sede da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Rio Grande do Sul e do Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular, órgãos exclusivamente administrativos e executivos, responsáveis pela

organização, manutenção e desenvolvimento das atividades das respectivas denominações no Estado do Rio Grande do Sul.

Espaços que se caracterizam também por serem significativamente maiores do que os demais templos existentes na cidade e por desenvolverem atividades excepcionais. Frequentemente os templos do centro recebem bispos, pastores, pregadores ou missionários de renome nacional ou internacional para a realização de cultos especiais; desenvolvem atividades diferenciadas em datas festivas; realizam convenções ou cursos de formação. Algumas denominações que investem com mais veemência em programas de televisão (como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus) chegam inclusive a divulgar apenas o endereço do templo localizado na região central, centralizando assim o atendimento de novos moradores da cidade, recém convertidos ou visitantes.

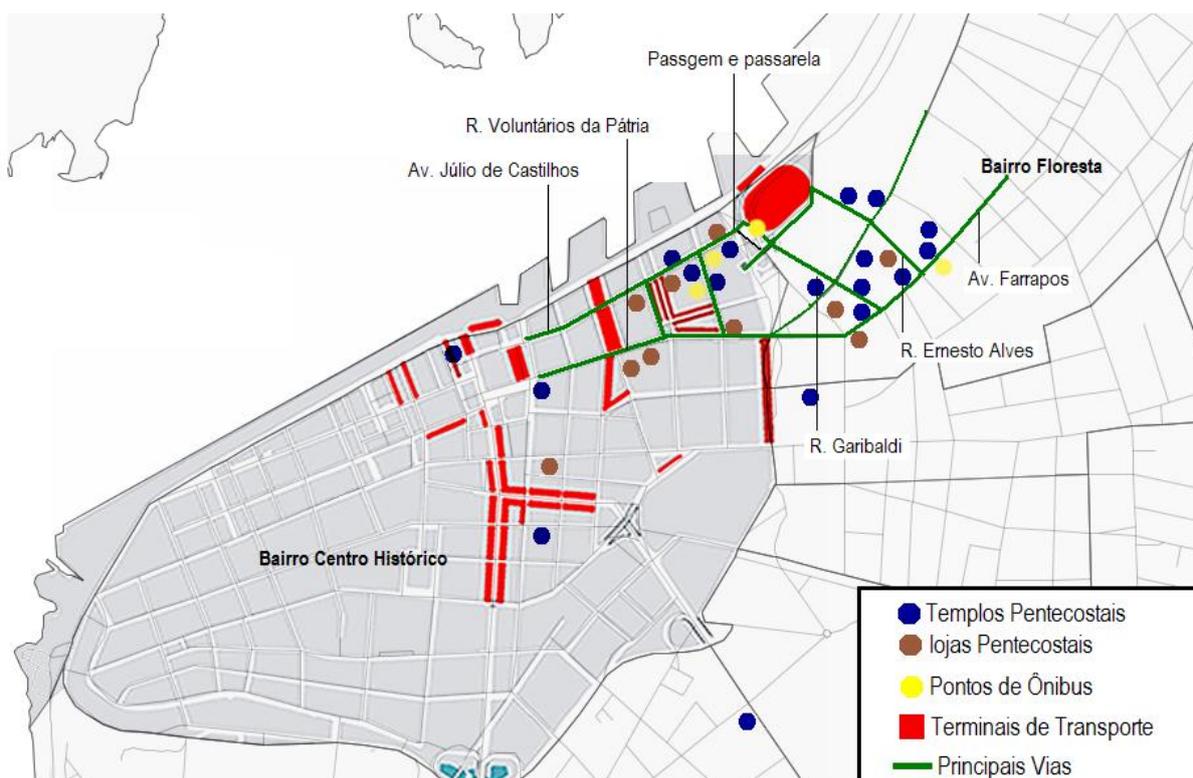
Vale ressaltar que os limites administrativos legalmente definidos para o bairro Centro Histórico precisaram ser relativizados para a melhor compreensão deste fenômeno. Isso fica claro a partir da concentração identificada na figura anterior. A maioria dos espaços evangélicos localizados dentro do Bairro Centro Histórico encontram-se perto do seu limite norte, principalmente nos trechos finais das Avenidas Julio de Castilhos e Voluntários da Pátria. Por outro lado, foi identificado também um número significativo de templos localizados nas primeiras quadras dos bairros Floresta e Marcílio Dias entre as Avenidas Farrapos e Voluntários da Pátria. Dado que se explica pela existência de dois elementos que favoreceram o desenvolvimento dessa atividade nessa área comum aos três bairros.

O principal deles é a posição por ela ocupada frente a organização do sistema de transporte público da cidade. A maioria das linhas que possuem seu terminal no Centro Histórico e atendem as regiões norte, nordeste e leste da cidade cruzam a região principalmente pelas vias Júlio de Castilhos, Voluntários da Pátria, Farrapos e Conceição. Essa posição é reforçada pela presença de dos pontos de ônibus localizados na Avenida Júlio de Castilhos nº605, na Rua Coronel Vicente nº190, na Avenida Farrapos nº600 e em frente da Estação Rodoviária Central que atendem diversas linhas. A elas somam-se várias linhas que atendem os municípios da região metropolitana e possuem seus terminais nessa área, principalmente no entorno da Praça Oswaldo Cruz (entre a Rua Voluntários da Pátria e Avenida Júlio de Castilhos) e sob o Viaduto da Conceição.

Por fim há também a presença da estação da linha de trem que liga Porto Alegre à Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, além da Estação Rodoviária Central. Ambas se articulam com os templos do Bairro Floresta pelas ruas Ernesto Alves e Garibaldi e com os templos da Júlio de Castilhos pela passagem subterrânea existente na estação de trem e pela passarela que cruza

a Rua da Conceição. Importante ressaltar que essas duas passagens e a Rua Voluntárias da Pátria (que passa por baixo dos viadutos) superam com sucesso a barreira imposta pelo Complexo de Viadutos da Conceição que separa o bairro Centro Histórico dos bairros Floresta e Marcílio Dias. Essas constatações foram representadas na figura seguinte:

Figura 36: Mapa com os espaços evangélicos identificados na área central e os elementos viários que caracterizam a área em questão.



Fonte: Dados do autor

Outro elemento importante, principalmente na localização dos templos e em menor medida nos pontos de comércio evangélico, são as características dos imóveis presentes nessa área. Lá ainda é possível encontrar edificações de grande área construída e com o seu interior facilmente transformável em espaços aptos para a realização dos cultos. Herança do passado industrial que marcou essa área nas primeiras décadas do século XX e do seu esvaziamento a partir da década de 1970 que lá deixou um bom estoque de antigos armazéns, depósitos e fábricas.

Importante ressaltar que a articulação entre esses dois elementos não é sempre feita da mesma forma. Entre as lojas evangélicas pesa mais a proximidade com os terminais de transporte e menos o tamanho dos imóveis. Em função disso, sete estão localizadas no Centro Histórico (que possui o maior número de terminais) e apenas três no bairro Floresta (onde há maior disponibilidade de

grandes imóveis). Já para os templos, a importância dos dois elementos manteve uma relação mais equilibrada: nove estão localizados nos bairros Floresta e Marcílio Dias e seis no Centro Histórico.

O padrão apresentado pelas lojas explica-se pela maior quantidade de pedestres gerada pela concentração de terminais de transporte coletivo e pelo acúmulo de outras atividades comerciais nas proximidades. O padrão dos templos é diferente pois eles em geral precisam de espaços maiores tanto para a realização dos cultos quanto para a instalação dos setores administrativos das respectivas denominações. Frente a isso algumas denominações que tinham templo no Centro Histórico se transferiram para o Bairro Floresta em busca de locais maiores para atender o aumento das suas memórias a atividades administrativas. Nesses casos, a proximidade com os terminais de transporte acaba sendo equacionada à necessidade de um imóvel mais adequado.

3.3.1 Caracterizando a presença evangélica no centro

Os 16 templos pentecostais identificados na região começaram a se instalar na década de 1960 mas a maioria deles iniciou seus trabalhos apenas nas décadas de 1990 e 2000. Dentre as pioneiras cabe destacar a Igreja Evangélica Pentecostal Cristã que chegou a Porto Alegre em 1972 tendo permanecido com um templo no centro desde o início do seu trabalho na cidade. Começou na Avenida Júlio de Castilhos, passou pela Rua da Conceição e em 2008 mudou-se definitivamente para um sobrado adquirido na Rua Coronel Vicente. Além dela, a Igreja Pentecostal Unida do Brasil afirmou estar presente em Porto Alegre desde o final da década de 1950, tendo começado seu trabalho no centro mas logo se transferido para outros bairros da cidade e somente retornado para a Avenida Júlio de Castilhos em 2001, num prédio alugado onde mantém também uma livraria evangélica. Os relatos coletados apontam também para a presença da Igreja Pentecostal Deus é Amor no bairro desde a década de 1970.

Nenhuma igreja oriunda da década de 1980 foi identificada na região. Já na década de 1990 houve a fundação da Igreja Evangélica Nova Jerusalém que começou no Centro Histórico e em seguida se transferiu para o Bairro Floresta. Após o ano 2000 chegaram a Comunidade Cristã Paz e Vida, Igreja Pentecostal Deus é Santo, Igreja Transformando Vidas, Igreja Mundial do Poder de Deus, Santuário Espírito Santo, Assembléia de Deus e Assembléia de Deus Restauração. Não há dados sobre os anos de instalação das outras 5 denominações, mas os relatos dos entrevistados apontam que a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus também se instalaram na Avenida Júlio de Castilhos após a década de 1990.

Essa concentração verificada nas últimas duas décadas pode ser compreendida a partir do significativo crescimento e desenvolvimento apresentado pelo segmento evangélico brasileiro nesse período. Foi na década de 1990 que eles apresentaram as maiores taxas de crescimento da sua história no país e foi quando começaram a despontar também as igrejas neo-pentecostais, denominações em geral mais afeitas ao contexto urbano existente e cujas lógicas de localização passaram a privilegiar os espaços mais dinâmicos dos grandes centros. Dentre as igrejas presentes no centro de Porto Alegre, a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus são assumidamente neo-pentecostais e seguem a lógica comum a esse segmento de se instalar em grandes e movimentadas avenidas, neste caso a Avenida Júlio de Castilhos e a Avenida Farrapos.

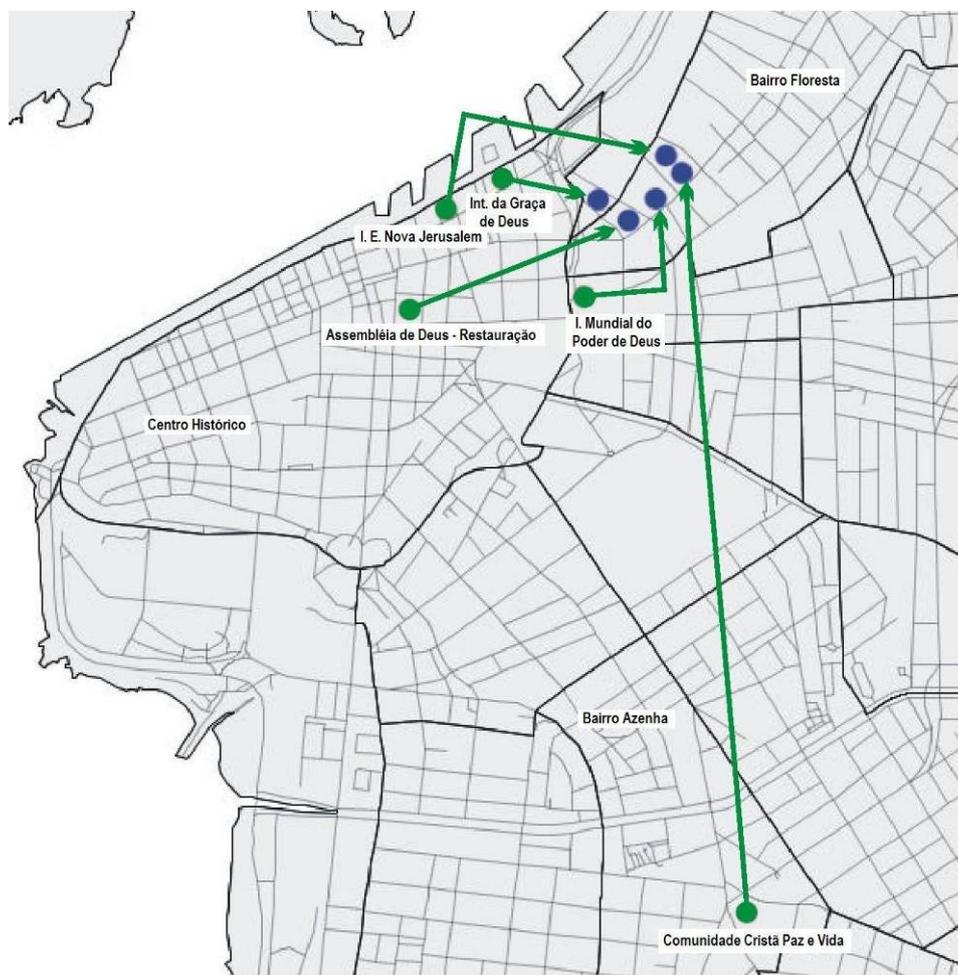
No entanto, outras denominação não neo-pentecostais como a Assembléia de Deus, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, a Igreja Pentecostal Unida do Brasil ou a Igreja Pentecostal Deus é Santo também estão localizadas próximas a essas mesmas vias, mostrando que tais localizações interessam também as demais denominações, independente das orientações doutrinárias seguidas. É o caso da Assembléia de Deus, cujo entrevistado apontou o interesse da igreja em adquirir um local no centro de Porto Alegre para instalar um grande templo para a sua denominação. Dado que mostra o seu interesse em se adaptar a esse novo contexto, visto que ela está a mais de 80 anos na cidade, já possui mais de 300 templos espalhados pelos bairros, mas conta com apenas uma congregação no centro há pouco mais de 10 anos.

Esse interesse em manter um espaço de pregação diferenciado na região central de Porto Alegre apareceu em diversas entrevistas realizadas. Dentre elas o caso da Comunidade Cristã Paz e Vida foi exemplar. Depois de passar quatro anos no Bairro Azenha ela transferiu-se para um grande imóvel alugado no Bairro Floresta, localizado na Avenida Farrapos em frente a um ponto de ônibus. A mudança foi justificada pelo entrevistado principalmente em função da centralidade e da acessibilidade da nova localização.

Essa passagem para o Bairro Floresta ocorreu também com a Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Evangélica Nova Jerusalém e com a Assembléia de Deus Restauração. Todas elas saíram do Centro Histórico e esse movimento explica-se pela busca por imóveis melhores e mais aptos para o desenvolvimento das atividades das igrejas. Elas escolheram abrir mão da maior proximidade com os terminais de transporte coletivo oferecida pelo Centro Histórico em prol das vantagens imobiliárias oferecidas pelo Bairro Floresta. Mesmo a Igreja Internacional da Graça de Deus que já possui um

grande templo na Avenida Julio de Castilhos está com terreno comprado no Bairro Floresta para a construção de uma nova sede.

Figura 37: Deslocamento dos templos para o Bairro Floresta.



Fonte: Dados do autor

Vale ressaltar que a facilidade do acesso foi constantemente citada e apontada pelos entrevistados como uma das grandes qualidades apresentadas pelo Centro Histórico. Segundo eles, a existência de vários terminais de transporte coletivo capazes de ligar a região a todos os bairros da cidade e principais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre facilitaria tanto o acesso dos membros quanto a chegada de novos indivíduos interessados em conhecer as igrejas.

Essa informação está diretamente associada ao local de residência dos membros das igrejas pesquisadas. Todos os pastores entrevistados apontaram que o número de membros que residem nas proximidades das igrejas é muito pequeno. A maioria é oriunda de bairros periféricos de Porto Alegre e municípios da Região Metropolitana da cidade. Frente a isso os entrevistados

apontaram que ampla maioria das suas membesias usa o transporte público para realizar seus deslocamentos entre residência e igreja. Exceções apenas em algumas igrejas como a Igreja Transformando Vidas e a Comunidade Cristã Paz e Vida que possuem um público com perfil de classe média que costuma ir a igreja de carro.

Com isso foi possível identificar que os membros das igrejas pentecostais presentes no centro de Porto Alegre em sua maioria não residem no bairro e utilizam o transporte público para efetuar seus deslocamentos até os cultos. Quanto ao perfil de renda, apenas a Igreja Pentecostal Deus é Santo assumiu que atende um público majoritariamente de classe baixa. Entre as demais, a maioria definiu-os como parte da classe média ou média-baixa e ninguém afirmou fazer parte de uma denominação exclusivamente composta por indivíduos de classe alta ou média-alta.

Quando questionados sobre como seus membros conheceram a igreja antes da conversão, os entrevistados em geral concordaram sobre a existência de duas grandes estratégias proselitistas que variam de acordo com o perfil da igreja e muitas vezes se complementam. A primeira delas é a propaganda em canais de televisão e emissoras de rádio. Algumas igrejas fazem disso sua principal forma de divulgação e investem uma quantidade significativa de recursos na produção de programas de televisão ou comerciais e vinhetas para rádio. Segundo os entrevistados, isso lhes garante uma boa inserção principalmente entre as classes populares nas quais o rádio ainda mantém certa centralidade em seu cotidiano. O teor das programações varia entre mensagens, orações e pregações sobre temas diversos, e as igrejas que dão mais centralidade à resolução de problemas terrenos de seus fiéis investem na divulgação de testemunhos de membros que tiveram suas graças alcançadas.

Mas além do rádio e da televisão muitos pastores afirmaram que o contato pessoal também segue sendo uma boa maneira de trazer novos membros para a igreja. Segundo eles, muitos se convertem a partir da influência de amigos, parentes ou vizinhos que já faziam parte da igreja e os levam a participar dos cultos. Frente a isso a maioria dos entrevistados afirmou que seus templos no centro costumam receber muitos visitantes⁶⁰, tendo apenas a Assembléia de Deus Restauração e a Igreja Evangélica Pentecostal Cristã afirmado o contrário. Segundo eles muitos vêm atraídos pelas propagandas de rádio e televisão, pela indicação de amigos, em busca da resolução de problemas pessoais ou pelo carisma de alguns pregadores. Aqui novamente foi ressaltada a importância de estar no centro pela facilidade no acesso à região.

⁶⁰ O termo “visitante” está aqui sendo usado para caracterizar aqueles indivíduos que freqüentam a igreja mas não fazem parte oficialmente da denominação.

Quando questionados sobre qual a vantagem do Centro Histórico em relação aos demais bairros, novamente a acessibilidade e a abrangência do centro são citadas como diferencial. Muitos pastores apontaram que uma igreja no centro consegue ser acessada por indivíduos de qualquer bairro da cidade ou municípios vizinhos. Algo que não ocorre com as igrejas de outros bairros que acabam limitando sua membresia apenas aos moradores do próprio bairro ou bairros vizinhos. Frente a isso vale recuperar a categorização utilizada pelo pastor-presidente da Assembléia de Deus Restauração que aponta para a existência de dois tipos de igreja: as “igrejas de bairro” e as “igrejas de centro”. Enquanto as primeiras crescem a partir da sua inserção na comunidade local principalmente em função dos laços de parentesco e amizade de seus membros, as segundas focam sua atuação em atividades com um raio de ação muito mais amplo e capaz de abranger indivíduos de toda a cidade.

Distinções entre o trabalho realizado nas igrejas do centro e nas igrejas de bairro também apareceram nas falas de outros entrevistados. Muitos afirmaram que para manter uma igreja no centro é preciso investir forte em propaganda na rádio e televisão para atrair novos membros à igreja. Em função disso o pastor da Igreja Pentecostal Unida do Brasil relatou a possibilidade de deixar a Avenida Julio de Castilhos em breve, por afirmar que participa de uma denominação que valoriza um relacionamento mais próximo e intimista entre seus membros. Modelo onde o desenvolvimento da igreja é baseado na formação de pequenas comunidades a partir das redes de parentesco, amizade e vizinhança, que marcou a expansão de grande parte do segmento pentecostal no Brasil.

Tais relatos indicam que para as igrejas com mais tempo de atuação na cidade - como a Assembléia de Deus ou a Igreja Pentecostal Unida do Brasil - estar no centro surge como um desafio interno a ser enfrentado para que elas possam se adaptar ao universo evangélico contemporâneo e suas demandas. Muitas até hoje não possuem templos no Centro Histórico e seguem se desenvolvendo a partir de lógicas que não exigem a proximidade com terminais de transporte público nem um fácil acesso aos diferentes bairros da cidade e municípios vizinhos. São denominações que cresceram em bairros periféricos, formam suas memberships basicamente com moradores da localidade, estando geralmente instaladas em pequenos templos espalhados por pequenas vias e mimetizados entre as demais edificações locais.

Já para outras (especialmente as igrejas fundadas nas duas últimas décadas) estar no centro aparece como uma característica central para o desenvolvimento do seu trabalho. A exemplo disso cabe citar o caso da Igreja Mundial do Poder de Deus, Comunidade Cristã Paz e Vida, Igreja Pentecostal Deus é Santo, Igreja Evangélica Transformando Vidas e Santuário Espírito Santo que começaram seu trabalho em Porto Alegre no centro da cidade antes de se expandir para outros

bairros. Segundo o pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus, sempre que sua denominação começa um novo trabalho em algum Estado da Federação, eles buscam instalar sua sede no centro da capital estadual e preferencialmente próxima ao terminal rodoviário intermunicipal central. Localização que facilitaria o acesso de membros de todas as cidades do interior do Estado onde ainda não há igreja instalada, geralmente atraídos pelos testemunhos e pregações divulgados nos programas de televisão da denominação.

A proximidade com o terminal rodoviário central também foi citada como benéfica por outros entrevistados que apontaram para a importância de manter um fácil acesso tanto aos membros e visitantes que vêm do interior quanto aos membros da cidade que buscam uma bênção antes de realizar alguma viagem. Esse dado é significativo pois demonstra que para o segmento evangélico o centro de Porto Alegre segue atraindo um público de fora da cidade em função da excepcionalidade e a exclusividade dos serviços lá oferecidos. Incluindo-se aí as igrejas que ainda não chegaram às cidades do interior mas atraem fiéis em função dos milagres, curas ou graças anunciados em seus programas de televisão, além das sedes estaduais e regionais de denominações presentes no interior do Estado que mas que realizam eventos específicos apenas em Porto Alegre.

Importante destacar que o fato de muitas igrejas continuarem escolhendo o Centro Histórico como ponto de partida para seu trabalho na cidade ilustra o quanto o bairro é valorizado e reconhecido como espaço propício para o desenvolvimento deste tipo de atividade. No entanto, apenas a Assembléia de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus afirmaram que existe uma relação direta entre a localização do templo e o local de trabalho das respectivas memórias. Ambas apontaram que muitos aproveitam o horário de almoço ou o final do expediente para freqüentar os cultos. Entre as demais essa relação não foi reconhecida e a entrevistada da Igreja Evangélica Pentecostal Cristã afirmou categoricamente que seus membros vêm ao centro especialmente para freqüentar os cultos e acabam aproveitando esse deslocamento para realizar outras atividades no bairro. Com isso é possível sugerir que a característica do Centro Histórico que mais favoreceu o desenvolvimento do segmento pentecostal foi a forte relação que ele mantém com os demais bairros da cidade e municípios vizinhos, e não simplesmente o grande número de indivíduos que por lá circulam diariamente.

Estar no centro garante às igrejas a possibilidade de abranger toda a cidade de Porto Alegre com relativa facilidade, inclusive os distantes bairros de baixa renda cuja população vêm se mostrando ao longo das últimas décadas mais próxima do segmento pentecostal. Esse argumento ganha força quando consideramos que as igrejas cujo trabalho começou no Centro Histórico geralmente abrem sua segunda congregação ou templo em bairros periféricos. É caso da Comunidade

Cristã Paz e Vida que possui outra igreja no bairro Vila Nova (zona sul) ou Igreja Transformando Vidas que possui outros templos apenas nas cidades de Canoas e Gravataí (RMPA).

Quanto a isso, vale ressaltar que todos os entrevistados apontaram que o número de transeuntes que entra na igreja e acaba se convertendo é pequeno, mostrando novamente que não há uma relação forte entre o movimento de pedestres e a formação da membresia da igreja. Por outro lado foi apontado por vários deles a existência de um significativo número de ex-membros de outras denominações entre seu corpo de fiéis. Segundo eles a mudança de igreja faz parte de um processo subjetivo de adequação do indivíduo ao perfil assumido por cada denominação. Na busca por uma igreja mais conservadora, mais dinâmica, mais milagrosa, mais intimista ou mais pragmática o indivíduo pode passar por várias denominações antes de realizar uma escolha definitiva. Nesse contexto de trânsito, talvez a concentração de várias igrejas numa mesma região favoreça a trabalho delas devido ao número de evangélicos que por lá circulam.

Mas os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas indicam que a constituição da membresia das igrejas sediadas no Centro Histórico e arredores é um processo complexo e repleto de nuances, não devendo ser reduzido a um simples cálculo de oferta e procura. Estar no centro certamente facilita o trabalho das denominações mas elas precisam dialogar com o contexto existente e explorar suas potencialidades para garantir uma boa inserção entre a população, não bastando simplesmente abrir as portas para a multidão.

Por fim cabe apontar que o número significativo de igrejas abertas desde 2000 indica que o segmento pentecostal segue dinâmico na cidade. E a partir dele é possível afirmar que o Centro Histórico de Porto Alegre não parece estar definindo conforme os discursos que pregam a sua decadência e abandono supõem. Ao longo das últimas duas décadas ele mostrou-se central no desenvolvimento de um tipo específico de atividade que vêm crescendo cada vez mais na sociedade brasileira em geral. Presença que por sua vez fortaleceu a sua centralidade frente aos demais bairros da cidade de Porto Alegre, municípios vizinhos e inclusive o interior do Estado do Rio Grande do Sul.

As igrejas pentecostais demonstram que o Centro Histórico segue um espaço cobiçado e interessante para um tipo de atividade associada a um público com um perfil socioeconômico específico e ainda numeroso na cidade. A expansão da “mancha pentecostal” para as primeiras quadras do Bairro Floresta ilustra o quanto a região segue sendo valorizada. Conforme as igrejas cresceram e se consolidaram elas tiveram a necessidade de procurar lugares maiores e mais adequados para se instalarem. O estoque imobiliário das primeiras quadras do bairro vizinho acabou sendo a solução encontrada para isso, sendo que os 9 templos lá instalados se concentram em apenas

4 quarteirões. Lembrando as discussões de VILLAÇA (2009) anteriormente citadas, a formação do “centro” de uma cidade é sempre um processo relacional e variável ao longo do seu desenvolvimento. O mesmo vale para o “centro pentecostal” de Porto Alegre.

A presença de lojas associadas ao segmento evangélico confirma as tendências apresentadas pelos templos. Tendem a se localizar na mesma área compartilhada pelos bairros Centro Histórico e Floresta e a valorizar as mesmas características. Lá foram identificadas 9 lojas associadas ao segmento evangélico: Lojas Davi, Roupas Nova Gospel, Som e Louvores, Harpa de Davi, Varejão Evangélico, Ramo de Videira, Livraria Fiel, Livraria Evangélica Nova Esperança, Livraria Luz e Vida, além de um centro de distribuição da Sociedade Bíblica do Brasil. As duas primeiras especializadas em vestuário (especialmente ternos e saias), as outras sete em Bíblias, livros, CD's, DVD's e produtos diversos (adesivos, canecas, camisetas, chaveiros, material escolar, decoração, etc.), e a Sociedade Bíblica do Brasil na distribuição por atacado de Bíblias, livros, materiais didáticos e impressos em geral.

Dentre elas apenas a Livraria Fiel e a Ramo de Videira são subordinadas institucionalmente a alguma denominação (respectivamente Igreja Pentecostal Unida do Brasil e Assembléia de Deus Restauração), enquanto as demais são independentes apesar de todos os proprietários serem evangélicos.

O ano de instalação das lojas apresenta uma distribuição cronológica parecida com a dos templos pentecostais. Entre 2000 e 2010 foram abertas as lojas Roupas Nova Gospel, Lojas Davi, Harpa de Davi, Ramo de Videira, e Livraria Fiel, além do Varejão Evangélico e da Livraria Nova Esperança que também foram adquiridas pelos atuais proprietários nos últimos dez anos apesar de ambas já estarem presentes na cidade desde a década de 1990.

A Som e Louvores existe desde a década de 1980 mas mudou-se para a Avenida Júlio de Castilhos em 2006. Mudança justificada pela proprietária em função do maior movimento de pedestres existente na região, pela proximidade com as igrejas existentes, além do acesso facilitado pelos terminais de transporte coletivo e Estação Rodoviária Central. Já a Livraria Luz e Vida é continuidade de um projeto missionário que começou em Porto Alegre na década de 1950 e assumiu a atual proposta comercial na década de 1990. É hoje a mais sofisticada e completa livraria evangélica da cidade. Por fim a Sociedade Bíblica do Brasil também afirmou estar presente na cidade desde a década de 1980, ocupando o atual endereço entre a Avenida Farrapos e a Rua Voluntários da Pátria desde 2005.

Figuras 38 e 39: Lojas Varejão Evangélico (esquerda) e Som e Louvores (direita), ambas na Avenida Júlio de Castilhos no Centro Histórico de Porto Alegre.



Fonte: Fotos do autor - dezembro de 2010

O local de residência dos proprietários e funcionários das lojas visitadas novamente reforça a relação existente entre o Centro Histórico e os demais bairros da cidade e municípios vizinhos. Excluindo o caso dos proprietários da Livraria Evangélica Nova Esperança e da Livraria Fiel que residem no mesmo prédio onde funcionam as livrarias, todos os demais e seus funcionários moram fora do Centro Histórico, grande parte em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Quando questionados sobre o meio de transporte preferencial utilizado para os deslocamentos entre moradia e local de trabalho, novamente o transporte coletivo surge como a opção mais citada.

Vários entrevistados apontaram também para a importância de estarem próximos do terminal rodoviário intermunicipal da cidade, pois isso facilitaria o acesso de pessoas que vem do interior do Estado em busca de produtos evangélicos. Aqui novamente a excepcionalidade apresentada pela região fica clara. Muitos lojistas apontaram que possuem um público fiel que vêm periodicamente a Porto Alegre em busca de livros, Bíblias, DVD's e outros insumos necessários para o desenvolvimento de seu trabalho em igrejas do interior. Muitos são pastores em busca de materiais para cultos, grupos de estudo ou eventos que não são facilmente encontrados em suas cidades de origem.

Vale lembrar que uma das características que marcou o desenvolvimento do segmento evangélico contemporâneo foi a formação de amplo mercado de produtos, voltados para um público que cada vez mais busca elementos extra-igreja para compor sua religiosidade. Frente a isso, estar próximo as igrejas pentecostais existentes no centro do Porto Alegre certamente favoreceu o desenvolvimento das lojas existentes na região. No entanto, novamente a relação estabelecida entre o

Centro Histórico e as demais cidades do Estado surge como um elemento a ser considerado pra a compreensão desse fenômeno. Cabe aqui citar o exemplo da Loja Roupas Nova Gospel (sediada na Rua Voluntários da Pátria) cujo entrevistado afirma possuir clientes em mais de 40 cidades espalhadas pelo Estado e receber visitantes de todos os bairros da cidade de Porto Alegre em função da qualidade das saias vendidas na loja, a única da cidade (e provavelmente do Estado) especializada no produto.

Estes dados obtidos junto às igrejas e lojas evangélicas sediadas no Centro Histórico e arredores mostram que o bairro mantém uma série de qualidades que historicamente marcaram o seu desenvolvimento. O objetivo aqui foi mostrar que nas últimas décadas o bairro não ficou só marcado pela saída de atividades que até então lá se desenvolviam. A densificação da presença pentecostal mostra que ele continuou dinâmico e favorecendo a instalação de novos pontos de comércio, serviços ou lazer. Mostra também que ele seguiu conectado com os fenômenos sociais que marcaram a cidade e a sociedade brasileira em geral nesse mesmo período histórico. Conforme o pentecostalismo ganhou visibilidade e transformou-se num fenômeno social extremamente pertinente, o Centro Histórico refletiu esse processo e foi peça importante no seu desenvolvimento. Contudo, fica claro que o bairro vem assumindo uma importância cada vez mais segmentada socialmente, num reflexo direto dos processos de segregação social que também vêm definindo a configuração da cidade desde a década de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e as discussões apresentadas no capítulo anterior indicam que a presença evangélica em Porto Alegre não deve ser analisada como um fenômeno *per se*. Seu início no século XIX e posterior consolidação ao longo do século XX fez parte de uma complexa trama de processos demográficos, sociais e econômicos que condicionaram os caminhos trilhados pelo segmento. Trajetória aqui sistematizada em três grandes períodos históricos que procuraram equacionar suas transformações internas e o desenvolvimento urbano da cidade.

O primeiro período corresponde à chegada dos primeiros protestantes à Porto Alegre, num contexto marcado por um grande desenvolvimento industrial com importante participação de mão-de-obra de origem européia. Junto com as levas de imigrantes chegaram também os primeiros luteranos e batistas que estabeleceram seus locais de culto e deram continuidade na cidade às suas tradições religiosas. Eles começaram se estabelecendo no limite do atual Bairro Centro Histórico e seguiram os eixos de expansão industrial em direção ao norte da cidade. A eles somaram-se ao longo da segunda metade do século XIX os missionários metodistas, episcopais, batistas e luteranos advindos dos Estados Unidos da América, que também encontraram nos bairros operários da zona norte terreno fértil para o desenvolvimento do seu trabalho.

Nas primeiras décadas do século XX os bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes já estavam repletos de templos protestantes, alguns ainda associados às origens étnicas que lhes originaram (como a Igreja Luterana, por exemplo) mas a maioria aberta para a população em geral independente de sua ascendência. As denominações que chegaram a Porto Alegre a partir de projetos missionários bem estruturados como os Metodistas e Episcopais logo procuraram disseminar suas missões também para as regiões leste e sudeste da cidade, mas em momento algum lá se alcançou a concentração de templos verificada na zona norte. Vale ressaltar que até 1950 quase 40% dos templos protestantes da cidade estavam localizadas nesses três bairros, sendo a única região da cidade que contava com pelo menos um templo de cada uma das cinco denominações existentes. Algo que reforça a relação entre o processo de industrialização e a inserção do protestantismo na cidade.

O segundo período começa na década de 1950 e vai até a década de 1990. Aqui os protestantes históricos (hegemônicos até então) começaram a perder espaço dentro do campo evangélico para os pentecostais. Movimento que esteve relacionado aos processos de expansão da

malha urbana de Porto Alegre, de densificação e favelização de seus bairros periféricos, além do deslocamento da produção industrial para os municípios vizinhos.

A bibliografia que se dedica ao tema em geral concorda que os pentecostais foram muito hábeis em lidar com as transformações geradas pelo deslocamento de população e o conseqüente crescimento urbano que marcou as grandes cidades brasileiras durante a segunda metade do século XX. Frente a isso, MAFRA (2007) aponta que conforme as camadas populares foram ocupando os bairros periféricos – muitas vezes distantes do núcleo consolidado da cidade e desprovidos de qualquer tipo de serviço – eles precisaram se mobilizar para criar espaços religiosos capazes de atender às suas demandas. E o segmento pentecostal foi um dos que melhor soube responder a isso.

A autora cita o caso da Assembléia de Deus, que favorecida por sua simplicidade litúrgica e flexibilidade institucional rapidamente se disseminou pelos bairros associados aos segmentos de menor renda, onde não raras vezes a construção dos templos seguia os mesmos padrões de improviso e auto-construção que caracterizam a produção de moradia nesses espaços. Vale lembrar que na década de 1950 a Assembléia de Deus em Porto Alegre já superava em número de membros as igrejas metodista, episcopal e todas as batistas juntas. Além dela outras denominações importantes como a Igreja Pentecostal Deus é Amor ou a Igreja do Evangelho Quadrangular também chegaram a Porto Alegre durante esse período.

Entre as quatro décadas consideradas, a população da cidade apresentou um crescimento populacional significativo passando de 354.151 habitantes em 1950 para 1.263.403 habitantes em 1991. Paralelo a tal o parque industrial instalado nos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes começou a ser gradativamente desativado e o setor terciário passou a assumir papel central na composição da economia da cidade. Com isso modificou-se também a dinamicidade dos diferentes espaços da cidade. Consolidou-se um eixo de expansão residencial de alta renda partindo do Centro Histórico em direção ao leste da cidade; bairros periféricos de baixa renda como Sarandi, Partenon, Santa Tereza ou Bom Jesus densificaram sua ocupação; surgiram novos conjuntos residenciais significativamente distantes da área consolidada da cidade como os bairros Rubem Berta e Restinga; e bairros outrora pujantes como o São Geraldo e o Navegantes sofreram um processo de esvaziamento. Nesse contexto os pentecostais se espalharam rapidamente pelos bairros associados aos segmentos de menor renda e lá consolidaram sua presença e atuação na cidade, algo que persiste até hoje quando avaliada a disposição do número templos por bairro na cidade.

A passagem entre estes dois períodos é reforçada pelas taxas de crescimento populacional e pelos níveis de renda dos bairros que se destacaram na concentração de templos em

cada um deles. Os bairros Floresta, Navegantes e São Geraldo, que marcaram o início do desenvolvimento do segmento evangélico na cidade (conforme Figura 32), vêm apresentando desde a década de 1980 um decréscimo no número de moradores além de uma população residente pequena em valores absolutos. Já os bairros Rubem Berta, Lomba do Pinheiro, Sarandi, Restinga, Bom Jesus, Santa Tereza, Navegantes, Teresópolis, Partenon, Belém Novo e Belém Velho (representativos do segundo período conforme figuras 33 e 34), além de terem apresentado um importante aumento de população nos últimos 20 anos também são significativamente mais populosos:

Tabela 17: Dados de população e renda (ano 2000) para os bairros com maior concentração de templos no primeiro período.

Bairros	População do bairro em relação ao total da cidade	População residente	Taxa de crescimento anual da população 1980-1991	Taxa de crescimento anual da população 1991-2000	Rendimento médio dos responsáveis por domicílios
Floresta	1,14%	15.493	0,93%	-5,70%	R\$ 1.909,21
Navegantes	0,31%	4.227	-4,30%	-4,60%	R\$ 1.111,62
São Geraldo	0,68%	9.202	-8,00%	5,80%	R\$ 1.281,80
Porto Alegre	100%	1.360.590	1,06%	0,83%	R\$ 1.499,00
Média Porto Alegre (por bairro)	1,21%	16.592			

Fonte: Censo IBGE 2000.

Tabela 18: Dados de população e renda (ano 2000) para os bairros com maior concentração de templos no segundo período.

Bairros	População do bairro em relação ao total da cidade	População residente	Taxa de crescimento anual da população 1980-1991	Taxa de crescimento anual da população 1991-2000	Rendimento médio dos responsáveis por domicílios
Sarandi	6,66%	90.665	0,54%	1,00%	R\$ 665,60
Rubem Berta	5,04%	68.536	8,75%	1,00%	R\$ 907,64
Santa Teresa	4,35%	59.222	1,10%	1,30%	R\$ 977,46
Restinga	3,95%	53.764	4,03%	4,60%	R\$ 537,08
Partenon	3,49%	47.430	-0,10%	-0,10%	R\$ 1.230,21
Lomba do Pinheiro	3,23%	43.882	-	-	R\$ 492,46
Bom Jesus	2,24%	30.423	0,71%	2,80%	R\$ 740,65
Belém Novo	1,01%	13.787	0,00%	2,60%	R\$ 724,58
Teresópolis	0,73%	9.877	-3,30%	1,00%	R\$ 1.867,69
Belém Velho	0,61%	8.274	10,16%	4,10%	R\$ 721,55
Navegantes	0,31%	4.227	-4,30%	-4,00%	R\$ 1111,62
Porto Alegre	100%	1.360.590	1,06%	0,83%	R\$ 1499,00
Média Porto Alegre (por bairro)	1,21%	16.592			

Fonte: Censo IBGE 2000.

A Tabela 18 indica que a maioria dos respectivos bairros possuía um rendimento médio abaixo da média da cidade, sendo que Sarandi, Restinga, Lomba do Pinheiro, Bom Jesus, Belém Novo e Belém Velho não chegavam nem à metade desse valor. Cabe destacar também o crescimento apresentado pelos bairros Rubem Berta, Lomba do Pinheiro⁶¹ e Restinga (localizados respectivamente nos extremos nordeste, leste e sudeste da cidade) durante as duas décadas consideradas, o que aponta para a consolidação do movimento de periferização dos segmentos de menor renda da cidade. Na distribuição templo/bairro das igrejas Internacional da Graça de Deus, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, Assembléia de Deus Restauração e Evangélica Pentecostal Cristã apresentada no capítulo anterior, foram identificados 39 templos (cerca de 20% do total) nesses três bairros confirmando a participação da presença pentecostal nesse processo.

Já na Tabela 17 fica claro o significativo decréscimo de população apresentado pelos bairros Floresta e Navegantes. Quanto às exceções, cabe ressaltar que o rendimento acima da média da cidade dos bairros Floresta e Teresópolis justifica-se pela heterogeneidade interna apresentada por eles. Ambos são bairros onde se consolidou por um lado espaços residenciais associados às classes médias e altas, mas, por outro, núcleos habitacionais de baixa renda geralmente compartilhados com bairros contíguos nos quais esse perfil é mais evidente: o Bairro Navegantes no caso do primeiro ou o Bairro Santa Tereza no segundo. A presença do Bairro Navegantes nas duas tabelas pode indicar a título de hipótese que ele permanece um bairro adepto ao segmento evangélico, mas com uma transformação qualitativa dessa presença associada à sua inserção no movimento de periferização da população de baixa renda da cidade.

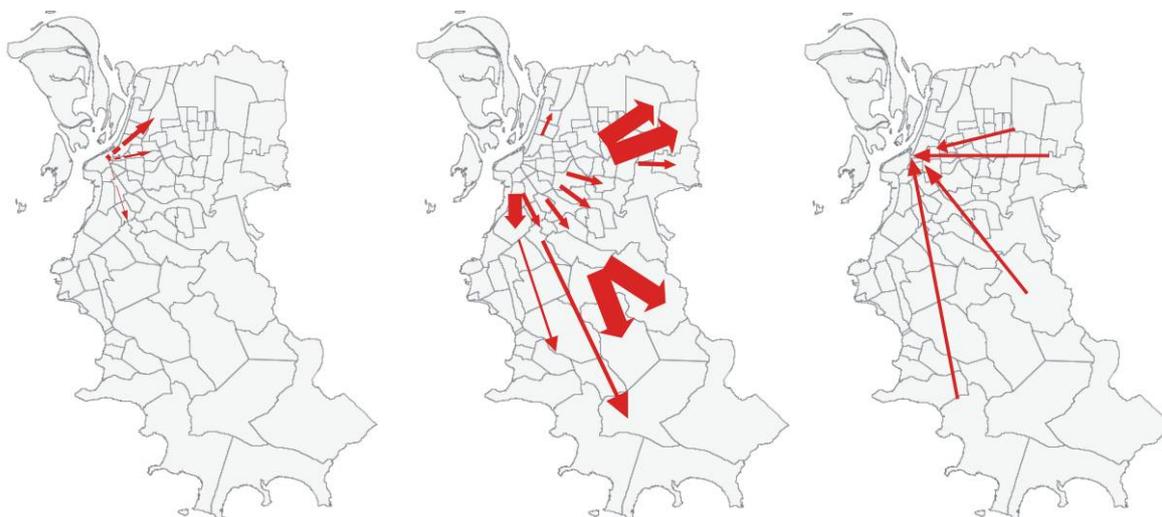
Como os dados apresentados em ambas as tabelas abrangem as últimas duas décadas do século XX é possível supor que os processos de esvaziamento dos bairros tradicionais e densificação dos bairros periféricos encontram-se atualmente consolidado na cidade. Contexto fundamental para compreender a emergência do último período aqui considerado, que começou na década de 1990 e estende-se até os dias de hoje.

Ele caracteriza-se pela emergência das igrejas neopentecostais e teve a região central da cidade como *locus* privilegiado para o seu desenvolvimento. Segmento que soube se apropriar de um momento histórico no qual Porto Alegre já se configurava enquanto uma grande metrópole com intensa concentração e circulação de indivíduos, capital e informação. Contexto explorado pelas denominações que se instalaram na cidade durante este período, que souberam articular de forma perspicaz a

⁶¹ As taxas de crescimento do Bairro Lomba do Pinheiro não constam na Tabela 16 porque ele foi oficialmente criado apenas no ano de 1997, mas já é o sexto mais populoso da cidade.

expansão dos meios de comunicação de massa e a centralidade exercida pela cidade frente aos demais municípios do Estado.

Figura 40: Movimento característico de cada um dos três períodos aqui determinados: 1) expansão inicial nos bairros industriais da zona norte; 2) processo de periferização; 3) ocupação da região central.



Fonte: Dados do autor

CONTINS & GOMES (2007) colocam a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus como paradigmática nesse processo. Foi ela que instaurou entre os pentecostais a prática de construir grandes e imponentes templos em áreas movimentadas da cidade, de apostar em eventos voltados para grandes multidões, de preferir localizações próximas a terminais de transporte e grandes avenidas, além de ocupar grandes imóveis desocupados (teatros, cinemas, galpões, supermercados). Padrão que no caso de Porto Alegre foi seguido por uma série de outras denominações que surgiram nesse mesmo período como a Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus ou a Comunidade Cristã Paz e Vida.

Desenvolvimento em muito proporcionado pelas dinâmicas urbanas apresentadas pela cidade. A partir da década de 1980 acirram-se os processos segregação social e grande parte das atividades empresariais, residenciais, comerciais e de lazer associadas aos segmentos de alta renda começaram a deixar a região central rumo a outros bairros (nos eixos de expansão ao leste e sul citados no Capítulo 1) que se desenvolveram em consonância com as predileções desses grupos. Para trás ficou uma área com um bom estoque de imóveis desocupados e dotada de uma acessibilidade privilegiada em relação ao conjunto da cidade, inclusive para com os bairros periféricos de baixa renda devido ao sistema de transporte público. Características herdadas de décadas de investimentos públicos e privados na região, que geraram um cenário que favoreceu o desenvolvimento destas

denominações. Conforme descrito no capítulo anterior, as igrejas neopentecostais precisam estar em grandes imóveis e em locais com boa acessibilidade (tanto em relação à cidade quanto aos demais municípios da região metropolitana e interior do Estado) para efetivar seu modelo de igreja baseado em líderes carismáticos, grandes públicos e investimento massivo em programas de televisão.

Com isso é possível inferir que as denominações que se instalaram em Porto Alegre nesse terceiro período certamente teriam se desenvolvido de forma diferente caso o contexto urbano que serviu de *background* para o seu desenvolvimento tivesse sido outro. O mesmo serve para as denominações que se consolidaram nos dois períodos anteriores. Frente a isso é importante ressaltar que não se está propondo um mero “determinismo urbano” no qual as igrejas evangélicas apenas refletem as mudanças ocorridas ao longo do crescimento da cidade de Porto Alegre. O objetivo aqui é indicar que o universo evangélico manteve desde a sua inserção na cidade um diálogo constante com as dinâmicas urbanas e sociais que se processaram. As denominações que surgiram em cada um dos três períodos descritos se inseriram na cidade de forma diferente porque ela também esteve diferente em cada um deles.

A dificuldade das denominações mais antigas em acompanhar o crescimento das denominações das fases posteriores ilustra o quanto a inserção de cada uma delas esteve circunscrita a momentos históricos específicos. Isso fica claro quando comparamos, por exemplo, a evolução do número de membros das três denominações mais proeminentes de cada período: em 1969 a Assembléia de Deus já estava próxima de ultrapassar as igrejas luteranas mas em 2000 era Igreja Universal do Reino de Deus que já estava quase ultrapassando a Assembléia de Deus, sendo que ambas já tinham superado as luteranas. Essa forma de compreender o fenômeno inspira-se nas discussões de HILLIER & HANSON (1984) quando sugerem que cada contexto social prescinde de uma organização espacial característica, sendo que ambas se sustentam mutuamente:

The most far-reaching changes in the evolution of societies have usually either involved or led to profound shifts in spatial form, and in the relation of society to its spatial milieu; these shifts appear to be not so much a by-product of the social changes, but an intrinsic part of them and even to some extent causative of them. (...) Different types of social formation, it would appear, require a characteristic spatial order, just as different types of spatial order require a particular social formation to sustain them (HILLIER & HANSON, 1984:27).

Sendo assim, o padrão de localização apresentado pelas diferentes denominações não é apenas o reflexo das transformações (na organização eclesial, características físicas dos templos, orientações doutrinárias, origem social das memberships, padrões comportamentais, etc.) que

ocorreram no interior do universo evangélico. Ele é parte intrínseca delas. Por um lado as transformações apresentadas pela cidade de Porto Alegre estiveram envolvidas nas inovações ocorridas nas igrejas, mas as igrejas também contribuíram para a sustentação das novas lógicas urbanas constituídas.

É o caso da presença evangélica na região central: os 16 templos e os 10 pontos de comércio lá existentes são o resultado de uma configuração espacial específica que se constituiu na cidade nas últimas décadas do século XX mas são eles também que a reiteram⁶². O que torna Porto Alegre cada vez mais segregada é a separação também mais intensa entre as atividades (tanto cotidianas quanto excepcionais) dos indivíduos pertencentes aos deferentes segmentos sociais. Mas a distinção social prescinde de diferenciações espaciais, e com isso emerge um cenário onde alguns circulam majoritariamente pelos escritórios da Avenida Carlos Gomes, bairros residenciais da zona leste e *shopping centers*, e outros, por sua vez, transitam pelos distritos industriais da Região Metropolitana de Porto Alegre, bairros periféricos da zona sul e igrejas pentecostais da Avenida Júlio de Castilhos.

Quanto a isso, cabe apontar que o desenvolvimento recente da presença pentecostal na região central de Porto Alegre indica que ela vem assumindo um papel peculiar frente às transformações que marcaram a cidade na segunda metade do século XX. Grande parte da bibliografia discutida nos dois primeiros capítulos indica que as grandes cidades brasileiras (incluindo-se aí Porto Alegre) passaram por processos que as transformaram em grandes centros de prestação de serviço e atividades de comando e gestão, conectadas com redes globais de circulação de capitais, informação, estilos de vida, etc. Contexto onde aparentemente o Bairro Centro Histórico foi deixado para segundo plano frente ao desenvolvimento de novas centralidades associadas tanto às novas elites que surgiram no período quanto às atividades ligadas a setores emergentes do capitalismo. No caso de Porto Alegre a região mais proeminente foi a do entorno do cruzamento formado pelas avenidas Dom Pedro II /Augusto Meyer/Carlos Gomes e Nilópolis/Nilo Peçanha.

No entanto cabe apontar uma constatação. Os dados obtidos junto às igrejas pentecostais presentes na região central de Porto Alegre indicam que o seu desenvolvimento recente também seguiu tais tendências verificadas nos bairros emergentes. Algo que pode ser ilustrado a partir do caso da Igreja Pentecostal Deus é Amor. Ela possui 94 templos na cidade de Porto Alegre e 978 espalhados

⁶² Cabe deixar claro que as igrejas evangélicas não foram a única atividade envolvida nesse processo. As transformações urbanas ocorridas em Porto Alegre também envolveram modificações nos padrões locacionais das atividades residenciais, empresariais, comerciais, etc. Fala-se aqui apenas das igrejas pois elas foram o objeto escolhido para analisar esse processo.

pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul⁶³. Todos eles estão subordinados à sede regional de Porto Alegre que é responsável pela centralização e comando dos processos administrativos e burocráticos da denominação. Entre eles incluem-se a gestão de recursos humanos (distribuição de pastores, auxiliares, funcionários, etc.), gestão de recursos financeiros, além da relação com a sede nacional da denominação localizada na cidade de São Paulo. Demandas que certamente implicam na contratação de uma série de serviços (advocacia, engenharia, contabilidade, transporte, segurança, etc.) e precisam da proximidade com alguns equipamentos que em geral só existem na principal cidade do estado, a exemplo do aeroporto com vôos diários para outras cidades do país ou de um terminal rodoviário com linhas para todos os demais municípios.

O mesmo pode ser dito para a Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica Assembléia de Deus Restauração ou Igreja Universal do Reino de Deus que possuem respectivamente 773, 330 e 99 templos espalhados pelo Estado do Rio Grande do Sul⁶⁴. Todas elas também possuem suas sedes estaduais em Porto Alegre o que reforça o papel da cidade enquanto centro de comando e gestão (SASSEN, 1991 e 1998) e contribui para que ela seja o principal pólo terciário do Estado (FURTADO, 1993 e 2003). Dado que define também seu posicionamento dentro do sistema de rede de cidades apontado por LOPES (1998). Por um lado Porto Alegre continua hierarquicamente subordinada à centros mas influentes como São Paulo e Rio de Janeiro de onde as sedes regionais das denominações obtém uma série de insumos de suas sedes nacionais (ou mundiais), mas por outro exerce sua influência sobre todo um conjunto de cidades menores existentes no interior do Estado.

O uso da mídia entre as igrejas deixa esse processo mais claro. Denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus produzem em suas sedes nacionais programas de televisão de abrangência nacional, geralmente explorando o carisma de seus líderes ou pregadores mais proeminentes. Mas elas produzem também programas de televisão em suas sedes regionais para serem transmitidos em redes locais de alcance restrito ao Estado do Rio Grande do Sul. Estar em Porto Alegre facilita esse processo pois é lá que todas as emissoras de televisão do Estado⁶⁵ estão sediadas e onde existe a maior concentração de produtoras de vídeo para gravar e editar os programas. Quanto às denominações menores que não

⁶³ Segundo dados obtidos no portal da igreja na internet: www.ipda.org.br

⁶⁴ Dados obtidos junto aos portais das respectivas igrejas na internet: www.quadrangular.com.br; www.adrestauracao.com; www.arcauniversal.com

⁶⁵ Vale lembrar que em algumas redes de televisão tradicionais no país, como a Rede Bandeirantes de Televisão, a venda de horários em sua grade para igrejas pentecostais tornou-se comum nos últimos anos.

possuem recursos para investir em televisão e apostam em programas de rádio para divulgar seu trabalho, a cidade oferece a principal emissora evangélica do estado: Rádio Esperança AM 1390.

Ademais é em Porto Alegre que elas encontram também maior oferta de empresas de desenvolvimento *web* para desenvolver e gerenciar seus portais na *internet* (ferramenta vem sendo cada vez mais usada entre os evangélicos), além das distribuidoras de livros, Bíblias e material didático evangélico. Com isso cabe apontar novamente que o tamanho da população não é o único responsável pela grande quantidade de igrejas pentecostais existente na cidade de Porto Alegre. A concentração de serviços existente também contribuiu para isso, e a tendência é que conforme as denominações consolidem sua atuação e se expandam para outros municípios do Estado elas intensifiquem também sua relação e dependência com a cidade.

Algo que vêm fortalecendo a importância da região central de Porto Alegre. Conforme descrito no segundo capítulo desta dissertação, ela sofreu com o deslocamento de uma série de atividades para outras partes da cidade e com a diminuição dos investimentos públicos e privados durante as últimas décadas do século XX. Mas esse processo favoreceu também o desenvolvimento de novas atividades associadas aos segmentos de baixa renda, que souberam se apropriar com perspicácia da região. Transformação que também esteve conectada com os processos de globalização e terceirização da economia.

Infelizmente para muitas esferas da administração municipal esses elementos permanecem ofuscados pelo interesse em reverter os supostos processos de degradação e abandono que teriam marcado a região a partir da década de 1970. Percepções que correm o risco de alimentar intervenções que re-editem o que aconteceu na região central de Porto Alegre durante a virada do século XIX para o século XX. Na busca por uma cidade “moderna” e “embelezada” as elites econômicas e políticas não mediram esforços para varrer os espaços e as práticas sociais populares para longe de seus teatros, palácios, cafés e *boulevards*. Um século depois, o interesse em produzir uma cidade “globalizada” e “cosmopolita” provavelmente resulte num novo deslocamento de atividades que não estão tão descontadas assim das tendências contemporâneas tão valorizadas pelas elites.

Outra constatação gerada pela análise da evolução do segmento evangélico em Porto Alegre é a necessidade de se valorizar a importância de processos e lógicas não hegemônicas na produção do espaço urbano. Ao longo das últimas três décadas os grandes agentes econômicos (incorporadoras, construtoras, empresas multinacionais, redes de *shopping center*, etc.) criaram novos espaços na cidade, não raras vezes com o apoio do poder público e ancorado numa série de discursos por eles produzidos para desqualificar os bairros consolidados. Algo que resultou, por exemplo, na

diminuição em valores absolutos e relativos da população residente em bairros tradicionais e circundantes ao Centro Histórico⁶⁶ (Cidade Baixa, Bonfim, Independência, Santana ou Menino Deus) e no crescimento de bairros emergentes (Bela Vista, Boa Vista, Ipanema).

Mas durante esse mesmo período uma infinidade de pequenos atores também foi responsável pelo desenvolvimento de outros espaços na cidade, extremamente dinâmicos e não menos importantes para a compreensão das suas dinâmicas contemporâneas. Movimento que pode ser constatado a partir da passagem do segundo para o terceiro período. Ao acompanhar o deslocamento e as transformações das igrejas pentecostais, vemos que a partir da década de 1950 elas começaram a se deslocar para os bairros periféricos acompanhando e participando do seu crescimento. Áreas em geral associadas aos segmentos de baixa renda e relativamente distantes do núcleo consolidado da cidade, nas quais as igrejas teriam desempenhado um importante papel na reestruturação das redes de sociabilidade. Vale lembrar que durante esse período o próprio segmento pentecostal ainda estava se estruturando no país.

A apropriação da região central de Porto Alegre a partir da década de 1990 reflete a consolidação desse processo. Não há como negar que a transformação no perfil das atividades lá desenvolvidas foi possível porque os segmentos de maior renda saíram da região e abriram espaço para novos usos, mas estes só se materializaram porque existia demanda para isso na cidade. Os bairros listados na Tabela 18 demonstram o quão populosa se transformou a periferia de Porto Alegre na segunda metade do século XX, população que apesar dos baixos rendimentos parece não reduzir seu consumo à oferta de comércio e serviços existentes na localidade onde residem. O caso dos grandes templos existentes na região central reflete esse processo, afinal não é por falta de opção que eles saem dos seus bairros para assistir cultos na Avenida Júlio de Castilhos ou Avenida Farrapos.

Esse movimento poderá ser explorado com maior profundidade em pesquisas futuras, pois os dados levantados e aqui apresentados apenas permitiram indicar algumas tendências que vêm ocorrendo na cidade de Porto Alegre. A pesquisa realizada junto às igrejas evangélicas baseou-se apenas em entrevistas com pastores e lideranças. Cabe agora expandi-la para as memórias de denominações dos diferentes períodos para verificar se as questões aqui discutidas efetivamente se confirmam a partir das suas percepções e ações cotidianas.

Ademais, vale precisar com maior acuidade o impacto econômico gerado pelas transformações recentes ocorridas na região a partir da instalação das novas atividades associadas

⁶⁶ Segundo Censo Demográfico IBGE 2000

aos segmentos de menor renda, e não apenas do ponto de vista da perda de funções que até a caracterizavam. A análise da presença evangélica na região mostra o quanto ela permaneceu importante para parte significativa da população de Porto Alegre, além de plenamente integrada com os demais bairros, região metropolitana, interior do Estado e inclusive outras grandes capitais do país. Será que as demais atividades também compartilham dessa mesma abrangência? Questões que certamente auxiliarão na compreensão das dinâmicas contemporâneas da região central de Porto Alegre e talvez auxiliem na elaboração de políticas públicas mais inclusivas e pertinentes para o contexto social lá presente.

REFERÊNCIAS

a) Livros, artigos, comunicações, teses e dissertações.

ALMEIDA, Ronaldo de & MONTEIRO, Paula. "Trânsito religioso no Brasil". In: São Paulo em Perspectiva, Volume 15, Número 3. São Paulo, julho de 2001.

ALMEIDA, Ronaldo. "Religião na metrópole paulista". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 19, Número 56. São Paulo, outubro de 2004.

ALMEIDA, Ronaldo. "A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade". In: TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata. Religiões no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2006.

ANDRADE, Luciana Teixeira. "Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas." In: SILVEIRA, R. et al. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BARROS, Andréa & CAPRIGLIONE, Laura. Soldados da Fé e da Prosperidade. Revista Veja. 02 de Julho de 1997.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Les classes moyennes : définitions et controverses depuis les années 1970 dans la littérature sociologique de langue française et anglaise. In: Education et Sociétés. Paris, janvier de 2005.

BLANCATO, Vicente. As forças econômicas do estado do RGS no 1º. Centenário da independência do Brasil:1822-1922. Porto Alegre: Oficinas gráficas da livraria do Globo-Barcellos, Bertaso e Cia, 1922.

BOMFIM, Valéria. "A dinâmica urbana da cidade de São Paulo e a crescente presença dos espaços edificados vazios". In: Anais do XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Salvador, 2005.

BROOKS, David. Bubos no paraíso. A nova classe alta e como ela chegou lá. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

CABRAL, Gilberto Flores. Distribuição espacial dos usos residenciais do solo – O caso de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1982.

CALDEIRA, Tereza. Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CONTANDO NOSSA HISTÓRIA. Revista semestral do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS, número 7. Porto Alegre, 2007a.

CONTANDO NOSSA HISTÓRIA. Revista semestral do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS, número 8. Porto Alegre, 2007b.

CONTANDO NOSSA HISTÓRIA. Revista semestral do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS, número 9. Porto Alegre 2008.

CONTINS, Marica & GOMES, Edlaine de Campos. “Os Percursos da fé: Uma análise comparativa sobre as apropriações religiosas do espaço urbano entre carismáticos e neopentecostais”. In: PontoUrbe. Ano 1, Volume 1, 2007.

COSTA, Alfredo R. O Rio Grande do Sul – Volume 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1922.

COSTA, Hermstein Maia Pereira. “O protestantismo no Brasil: Aspectos jurídicos, sociais e culturais de sua implantação – Segunda parte”. In: Ciências da Religião – História e Sociedade. Volume 4, Número 4, 2006

CRAWFORD, Margaret. “The world in a shopping mall”. In: SORKIN, Michael (org). Variations on a theme park. Nova York: Hill and Wang, 1992.

DAVIS, Mike. City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles. Nova York: Vintage Books, 1992.

DAVIS, Mike. “Planeta de Favelas: A involução urbana e o proletariado informal.” In: SADER, Emir (org). Contragolpes. São Paulo: Boitempo, 2006.

DREHER, Martin. Igreja e Germanidade. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984

FERNANDES, Rubem César. Os Cavaleiros do Bom Jesus. In: ANTONIAZZI et al. Nem Anjos nem demônios. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIX, Mariana. (2009) “Uma ponte para especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global””. In: Cadernos CRH, vol.22, n°55. Salvador, 2009.

FONSECA, Alexandre Brasil. Evangélicos e Mídia no Brasil. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FRESTON, Paul. “Breve história do Pentecostalismo Brasileiro” In: ANTONIAZZI et al. Nem Anjos nem demônios. Petrópolis: Vozes, 1994.

FURTADO, Carlos Ribeiro. "Gentrification" e o processo de (re)estruturação urbana recente em Porto Alegre". In: ROVATTI, João & PANIZZI, Wrana (org.). Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Gentrificação e (re)organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995). Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GARCIA, Pedro José & VILLÁ, Marc. (2001) De la sociabilidad vigilante a la urbanidad privativa. Homonegenización residencial, usos ciudadanos y ciudadanía em Caracas. Perfiles Latinoamericanos, número 19. Cidade do México, dezembro de 2001.

GERTZ, René. Os luteranos no Brasil. In: Revista de História Regional, Volume 6, Número 2. Ponta Grossa, 2001.

GOLDTHORPE, John. "The service class revisited" In: BUTLER & SAVAGE (org). Social Change and the middle classes. Londres: UCL Press, 1995.

HIDALGO, Rodrigo. et al. "Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas – O caso de Santiago de Chile". In: SILVEIRA, R. et al. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

HILLIER, Bill. "The art of place and the science of space". In: World Architecture, volume 11, número 185, 2005.

HILLIER, Bill & HANSON, Julienne. The Social Logic of Space. Cambridge: The Cambridge University Press, 1984.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. História do metodismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora não informada, 1963.

KEIDANN, Daltro Miguel. História dos Batistas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição do autor, 2006.

KENNEDY, James. Cinquenta anos de metodismo no Brasil. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

KUCHENBECKER, Valter (Org.). Comunidade Evangélica Luterana de Cristo (1902-2002): 100 anos. Canoas: Editora ULBRA, 2002.

LACARRIEU, Mônica & THUILLIER, Guy. "Las urbanizaciones privadas em Buenos Aires y su significación". IN: Perfiles Latinoamericanos, número 19. Cidade do México, dezembro de 2001.

LAGO, Luciana & RIBEIRO, Luiz César Queiroz. "A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz & Bógus, Lúcia (org). Cadernos Metrópole n 5: desigualdade e governança. São Paulo, EDUC, 2001.

LANDRY, Charles. The creative city. London: Earthscan, 2005.

LÉRY, Jean de. Historia de uma viagem feita à terra do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1926.

LOPES, Rodrigo. A Cidade Intencional. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LOW, Setha. "The edge and the center: Gated communities and the discourse of urban fear". In: LOW, Setha & LAWRENCE-ZU IGA, Denise (org). The Anthropology of space and place: Locating culture. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

MAFRA, Clara. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAFRA, Clara. Casa dos homens, casa de Deus. Análise Social, Lisboa, volume 42, número 182, páginas 145-161, 2007.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: Uma sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: O caso da Igreja Universal. Estudos Avançados, São Paulo, volume 52, páginas 121-138, 2004.

MARQUES, Olavo Ramalho. "Etnografia da Avenida Luís Guaranha: Memória, Territorialidade e Identidade étnica na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul" In: Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana, volume 2, número 3. 2005. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org>

MARZULO, Eber Pires. Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese de doutorado em planejamento urbano e regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

MATTOS, Jane Rocha de. "Que arraial que nada, aquilo l  é um areal": O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921). Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

MEDEIROS, Valério & HOLANDA, Frederico. "Da colcha de retalhos ao espaço de fragmentação: A perspectiva configuracional em cidade brasileiras". In: Anais do XII encontro da Associação de Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas: 1984.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa & FILHO, Prócoro Velásques. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

NOVAES, Regina. "Juventude e Religião: marcos geracionais e novas modalidades sincréticas". In: SANCHIS, Pierre. *Fiéis e Cidadãos. Percursos do Sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PASSOS, João Décio. "Teogonias urbanas: Os pentecostais na passagem do rural ao urbano." In: *São Paulo em perspectiva*, volume 14, número 4. São Paulo, 2000.

PERLMAN, Janice. *Os mitos da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PESAVENTO, Sandra. *Os Pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

PESAVENTO, Sandra. *O espetáculo da Rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

PINHEIRO MACHADO, Rosana. "A garantia soy jo": *Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

PISONI da SILVA, Adriana. *O saber fazer turismo na revitalização de centros históricos urbanos: um estudo das praças da Alfândega e Matriz na cidade de Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luis César de Queiros & CARDOSO, Adauto Lúcio. "Da cidade à nação. Gênese e evolução do urbanismo no Brasil". In: RIBEIRO, Luis César de Queiros & PECHMAN, Robert (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: _____ (org.), *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004.

RIETH, Ricardo. "Luteranismo rio-grandense no século 20: da Independência a institucionalização". In: FISCHER, Luis & GERTZ, René (org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

RIGATTI, Décio. Transformação espacial em Porto Alegre e dinâmica da centralidade. Relatório final de pesquisa do Projeto de Pós-doutoramento realizado junto à Università Degli Studi di Firenze. Florença, 2002.

RIGATTI, Décio. "Comércio e serviços em centros urbanos: Transformações e permanências na área central de Porto Alegre". In: Anais do Seminário Internacional NUTAU'2004 (CD). São Paulo, 2004.

RIGATTI, Décio. "Transformações morfológico-funcionais e limites para a revitalização de centros urbanos degradados". In: Anais do XII encontro da Associação de Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

ROVATTI, João Farias. "A "fertilidade" da terra em Porto Alegre."". In: ROVATTI, João & PANIZZI, Wrana (org.). Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

SANCHIS, Pierre. "Religiões, religião... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro". In: SANCHIS, Pierre. Fiéis e Cidadãos. Percursos do Sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

SASSEN, Saskia. The Global City. Princeton: Princeton Press, 1991.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.

SEBBEN, Maria da Graça. Revitalização de Áreas Urbanas. Um estudo de caso: A Rua Voluntários da Pátria. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

SHAPIRA, Marie-France Prévot. "Amérique Latine: La Ville Fragmentée" In: Esprit, número 258. Paris, 1999.

SOUZA, Célia Ferraz & MULLER, Dóris Maria. Porto Alegre e sua Evolução Urbana. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2007.

TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata. "Introdução" In: TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (org). Religiões no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2006

THEIJE, Marjo. "Religião e transformações urbanas em Recife, Brasil". In: Revista Ciências Sociais e Religião, ano 8, número 8. Porto Alegre, Outubro de 2006.

UEDA, Vanda. “Os novos empreendimentos imobiliários e as transformações recentes no espaço urbano de Porto Alegre”. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

UEDA, Vanda. “O mercado imobiliário na cidade de Porto Alegre (RS): Os novos empreendimentos e as suas transformações no espaço urbano”. In: SILVEIRA, R. et al. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

ULTRAMARI et all. (2007). “Esvaziamento demográfico x permanência de centralidades: um estudo sobre Curitiba”. In: Anais do XII encontro da Associação de Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

VILLAÇA, Flavio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Estúdio Nobel, 2009.

WEIMER, Günter. A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

WEIMER, Günter. Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

XAVIER, Luiz Merino de Freitas. Estabilidade do tecido urbano e formas de propriedade do solo: interferências no processo de crescimento e de segregação – o caso de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

b) Pesquisas, relatórios, censos demográficos e jornais.

Diretoria Geral de Estatística. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890. Officinna da Estatistca: Rio de Janeiro, 1898.

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A. Relatório de Gestão 2005. Disponível em: <http://www.trensurb.gov.br>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (S/D) Retrato das Religiões no Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/religioes/inicio.htm>

História Documental do Metodismo no Rio Grande do Sul. Textos originais de João da Costa Corrêa e John William Price (IMPRESSO). Disponível em: <http://www.metodistadosul.edu.br/itjw/HNI.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940): Censo demográfico – População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. VI Recenseamento Geral do Brasil 1950 – Estado do Rio Grande do Sul: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. VIII Recenseamento Geral 1970 – Censo Demográfico Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IX Recenseamento Geral 1980 – Censo Demográfico Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil – 1991. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br>

O Estandarte Christão – Orgam da Igreja Protestante Episcopal no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, número 10, outubro de 1893.

O Estandarte Christão – Orgam da Igreja Protestante Episcopal no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, número 468. 15 de junho de 1915.

O Estandarte Christão – Orgam da Igreja Protestante Episcopal no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, número 535, 19 de Setembro de 1918.

O Estandarte Christão – Orgam da Igreja Protestante Episcopal no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, número 608, 15 de janeiro de 1922.

Serviço de Estatística, Demografia, Moral e Política. Estatística do Culto Protestante no Brasil – 1955. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

Serviço de Estatística, Demografia, Moral e Política. Estatística do Culto Protestante no Brasil – 1969. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1969.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Síntese do Plano Estratégico de Reabilitação da Área Central de Porto Alegre.

SINDUSCON-RS. (2008). XI Censo do mercado imobiliário de Porto Alegre – Imóveis novos. Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

SINDUSCON-RS. (2009). XII Censo do mercado imobiliário de Porto Alegre – Imóveis novos. Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

SINDUSCON-RS. (2010). XIII Censo do mercado imobiliário de Porto Alegre – Imóveis novos. Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul.